



UNICAMP
UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
IFCH - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANGELA MARIA DE SOUSA LIMA

**AS FACES DA SUBCONTRATAÇÃO DO TRABALHO:
UM ESTUDO COM TRABALHADORAS E
TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE ROUPAS DE
CIANORTE E REGIÃO**

CAMPINAS
2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Ficha elaborada por Marta dos Santos CRB nº 08/5892

L628f Lima, Ângela Maria de Sousa
As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com
trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte
e Região / Ângela Maria de Sousa Lima . - Campinas, SP: [s.
n.], 2009.

Orientador: Angela Maria Carneiro Araújo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

I. Subcontratação. 2. Cooperativas. 3. Setor informal. 4.
Empresas - Modernização. 5. Cianorte, PR. I. Lima, Angela
Maria de Sousa, 1973-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: The faces of the system putting out of the work: a study with
workers of the making of clothes of Cianorte and area.

Palavras chaves em inglês (keywords): Subcontracted
Cooperatives
Informal sector
Company modernization
Cianorte, PR

Área de Concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Ângela Maria Carneiro Araújo (orientador), Márcia de
Paula Leite, Carlos Jacob Lima, Lorena Holzmann,
Silvana Aparecida Mariano, Dari Krein, Magda Neves,
Leda Gitahy.

Data da defesa: 22/06/2009

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

FOLHA DE APROVAÇÃO

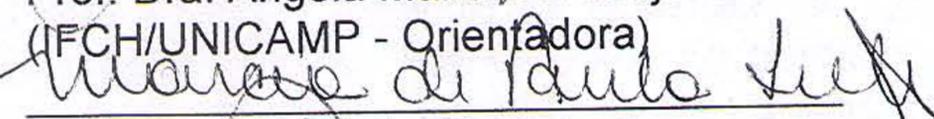
ANGELA MARIA DE SOUSA LIMA

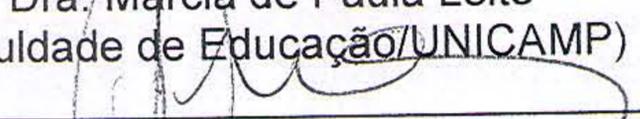
AS FACES DA SUBCONTRATAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO COM TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA CONFECÇÃO DE ROUPAS DE CIANORTE E REGIÃO

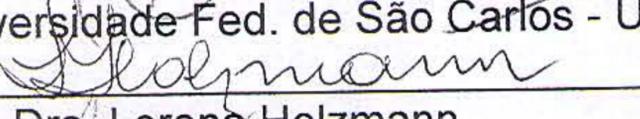
Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação "Doutorado em Ciências Sociais", do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, na área temática "Trabalho, Política e Sociedade", como requisito parcial à obtenção do título de doutora, sob orientação da Profa. Dra. Ângela Maria Carneiro de Araújo

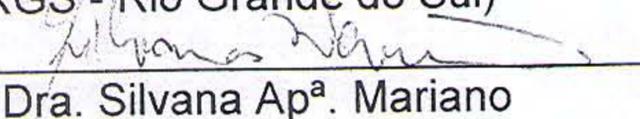
BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dra. Ângela Maria C. Araújo
(IFCH/UNICAMP - Orientadora)


Prof. Dra. Márcia de Paula Leite
(Faculdade de Educação/UNICAMP)


Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
(Universidade Fed. de São Carlos - UFSCar)


Prof. Dra. Lorena Holzmann
(UFRGS - Rio Grande do Sul)


Prof. Dra. Silvana Apª. Mariano
(UFU - Minas Gerais)

Campinas, 22 de junho de 2009.

200917977

LIMA, Ângela Maria de Sousa. ***As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadores e trabalhadoras da confecção de roupas de Cianorte e região.*** Unicamp - Universidade de Campinas IFCH. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Ciências Sociais. CAMPINAS: UNICAMP, 2009.

RESUMO

O setor de confecções de roupas de Cianorte configura-se como uma rede de terceirização, caracterizada pelo redimensionamento do trabalho subcontratado (cooperativo, faccionista, domiciliar, formal, informal) e pela presença intensiva do trabalho precarizado das mulheres. Tal constatação nos impulsionou a investigar as razões que levaram esse setor a intensificar essa rede de subcontratação do trabalho e as características dos trabalhadores empregados nesse segmento a partir das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva. O município em estudo contém um aglomerado produtivo recente (APL) que mantém um padrão de especialização regional de produção de jeans e de roupas femininas (“modinha”). A pesquisa procurou entender o redimensionamento entre os diversos tipos de contratos de trabalho, alguns tradicionalmente presentes nesse setor como a facção, ocorrido com o processo de rearranjo produtivo local, que sobrevive às rápidas mudanças ditadas pela moda em um contexto de significativa flexibilização, sustentada à custa da exploração crescente de muitas trabalhadoras e trabalhadores sem registro em carteira. Procurou-se com esta pesquisa compreender o processo histórico de industrialização de roupas no município, o perfil das trabalhadoras e trabalhadores formais, informais e que se encontram recentemente na condição de desempregadas(os); conhecer as conseqüências provocadas pelos processos de flexibilização, informalidade e terceirização nas condições e relações de trabalho que envolvem particularmente as mulheres, compreender as razões da persistência do trabalho das mulheres nas facções e no domicílio; entender que novos elementos caracterizam esse setor produtivo na região, dando especial atenção às questões de gênero e à divisão sexual do trabalho nas empresas formais, nas facções, no domicílio e nas cooperativas de modo a mostrar como se alteram as relações entre os elos da cadeia, bem como o uso do trabalho de homens e mulheres em cada um deles. Dentre os achados da pesquisa, destacamos a ocorrência de uma “nova informalidade”, “não-transitória”, que pode ser compreendida como relações de trabalho que conservam aspectos tradicionais, mas estão associadas a novos processos de subcontratação, nos quais vigoram a precariedade e a ilegalidade. Como exemplo dessas novas configurações cabe mencionar as chamadas “facções masculinas” de customização de calças jeans e as cooperativas de costura e de bordado formadas em distritos circunvizinhos, como recurso das empresas na busca pela redução de custos. Em síntese, se por um lado o processo de reestruturação do setor de confecções na região de Cianorte ampliou os mecanismos de flexibilização e modernização da produção de roupas, por outro, intensificou a precarização do trabalho, especialmente para as mulheres, combinando novas estratégias de organização da produção com a manutenção de formas antigas de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: subcontratação; facções; cooperativas; informalidade; reestruturação produtiva; gênero; Cianorte.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. *The faces of the system putting out of the work: a study with workers of the making of clothes of Cianorte and area*. Unicamp - Universidade de Campinas IFCH. Institute of Philosophy and Humanities. Program of Masters degree. Doctorate in Social Sciences. CAMPINAS: UNICAMP, 2009.

ABSTRACT

The sector of clothes confection in Cianorte – Paraná configures itself as a net of decentralization characterized by the redimension of the subcontracted work (cooperative of faction, accomplished home, formal, informal) and by intensive presence of the women's exploiting work. His verification impelled us to investigate the reasons that took this sector to intensify this net of subcontracted work and the characteristics of the workers employed in this segment to start the charges provoked by the productive restructuring action. The municipal district in study comprehends a recent and productive agglomerate (APL) which maintains a standard of regional specialization of jeans production and of female clothes ("little fashion"). The search looked for understanding the redimension among the several kinds of contracts of work, some traditionally present in this sector as a faction, occurred with the process of productive and local charges which survives to the fast charges caused by the mode in a context of significative flexibility, supported tat the expense of the crescent exploration of many workers (men and women) without register in employment book. It looked for itself with this se\arch to understand the historical process the clothes industrialization in the city, the formal and informal worker's profile and that find themselves in the condition of unemployeds (men and women), to know the consequences provoked by the process of flexibility, informality and decentralization, in the conditions and relations of work that involve in particular, the women, to understand the reasons of the persistence of the women's work in the factions and in home; to understand that new elements characterize this productive sector in the region, giving special attention to the questions of gender, and to the sexual division of work in the formal enterprises in the factions, home and in the cooperatives in way to show how the relations alter themselves among the links of the chain, and also the use of the men's and women's work in each of them. Among the discoveries of the search, we detach the occurrence of a "new informality", "no-transitory", that can be understood as relations of work that conserve traditional aspects, but they are associated to the new process of subcontracted work, in which invigorate the precariousness and the illegality, as example of these new configurations, to be proper mention the called "male factions" of personification of jeans trousers and the cooperatives of sewing and embroidery formed in neighboring districts as resources of the enterprises in search of the reduction of costs. In synthesis, if by a side, the process of restructuring of the confections in region of Cianorte enlarged the mechanisms of flexibility and modernization of clothes production, by other, intensified the precarious of work, especially for the women, combining new strategies of organization of the production with the maintenance of ancient forms of work.

KEY WORDS: subcontracted; factions; cooperatives; informality; productive restructuring; gender; Cianorte.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
	OBJETIVO GERAL.....	22
	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
	HIPÓTESES.....	24
	METODOLOGIA.....	24
	LIMITES METODOLÓGICOS E ESPECIFICIDADES DA PESQUISA DE CAMPO.	27
	DIVISÃO DOS CAPÍTULOS.....	31
	 CAPÍTULO 01 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TERCEIRIZAÇÃO E INFORMALIDADE NA CADEIA DO VESTUÁRIO	33
2.1	Implicações da Reestruturação Produtiva na Relocalização da Produção	36
2.2	Extensão da Rede de Subcontratação de Trabalho no Setor do Vestuário: Terceirização e Informalidade.....	44
2.3	Influências da Reestruturação Produtiva nas Relações de Gênero	56
2.4	A Fusão Precária entre Terceirização e Informalidade na Produção de Roupas no Brasil: a Persistência do Trabalho das Mulheres nas Facções	63
	 CAPÍTULO 02 - A PRODUÇÃO DE ROUPAS EM CIANORTE E REGIÃO: INTERFACES ENTRE A HISTÓRIA E A REALIDADE DOS TRABALHADORES	73
3.1	Do “Fio Do Novelo” às Crises da Década de 90.....	73
3.2	Sazonalidade e Diversificação das Roupas Produzidas em Cianorte.....	84
3.3	Panorama Recente das Facções e das Empresas de Confecção de Roupas de Cianorte.....	89
3.3.1	As Facções Domiciliares e Industriais.....	91
3.3.1.1	As Facções Domiciliares: três anos depois.....	104
3.3.2	As “Facções Masculinas”.....	106
3.3.3	As Empresas de Confecção de Roupas	116
3.3.3.1	As Empresas de Confecção após 2006.....	125
3.4	As Alfaiatarias.....	129

3.5	Divisão Sexual do Trabalho nas Facções, Alfaiatarias e nas Empresas de Cianorte.....	136
CAPÍTULO 03 - TRABALHADORAS E TRABALHADORES FORMAIS, INFORMAIS E DESEMPREGADAS(OS): PERFIL E TRAJETÓRIA OCUPACIONAL.....		143
4.1	Perfil das Trabalhadoras e dos Trabalhadores.....	145
4.2	Trajetória ocupacional das trabalhadoras e dos trabalhadores do setor da confecção.....	153
4.3	Aprendizado da Costura.....	163
4.4	Escolaridade, Qualificação Profissional e Recrutamento.....	167
4.5	Algumas Considerações.....	186
CAPÍTULO 04 - TRABALHADORAS E TRABALHADORES FORMAIS, INFORMAIS E DESEMPREGADAS(OS): JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO.		191
5.1	Remuneração e Jornada de Trabalho.....	196
5.2	Transformações Tecnológicas, Rotina e Condições de Trabalho...	204
5.3	Condições de Trabalho e Saúde das Trabalhadoras.....	216
5.4	Direitos Trabalhistas e Sindicalização	224
5.5	Aquisição das Roupas, Rua da Moda e EXPOVEST.....	241
5.6	Sintetizando a pesquisa.....	247
CAPÍTULO 05 - COOPERATIVAS DE COSTURA E DE BORDADO NA REGIÃO DE CIANORTE: AS TRABALHADORAS DOS DISTRITOS DE MARABÁ E DE SÃO LOURENÇO.....		251
6.1	A Cooperativa como Alternativa de Emprego e Renda.....	255
6.2	A Cooperativa como “Ponta Precária”.....	259
6.2.1	A cooperativa pode agregar as duas características? Como “Ponta Precária”, Pode ser uma das Poucas Alternativas de Emprego e Renda em Algumas Localidades?.....	263
6.3	Cooperativa de Costura de Marabá.....	264

6.3.1	Gênese da Cooperativa.....	264
6.3.2	Aprendizado da Costura e Recrutamento.....	268
6.3.3	Remuneração e Jornada de trabalho.....	269
6.3.4	Meios de Produção.....	272
6.3.5	Vantagens e Desvantagens?	274
6.3.6	Relacionamento com a Direção e com a Empresa Contratante.....	278
6.3.7	Divisão de Responsabilidades.....	286
6.3.8	Cooperativa de Costureiras de Marabá: dois anos Depois.....	290
6.4	São Lourenço: Tentativas de Constituição de uma Cooperativa de Mulheres	293
6.4.1	São Lourenço Alguns Anos Depois: a criação da COVABC (Cooperativa do Vestuário, Acabamento e Bordado de Cianorte).....	309
6.5	Marabá e São Lourenço: Alternativas Precárias na Geração de Emprego e Renda.....	313
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	319
	REFERÊNCIAS.....	329
	ANEXOS.....	341
	ANEXO A: QUADRO 01: Perfil das facções domiciliares e industriais	342
	ANEXO B: QUADRO 02: Perfil das(os) proprietárias(os) das facções.....	343
	ANEXO C: QUADRO 03: Perfil das(os) funcionárias(os) das facções domiciliares e industriais	344
	ANEXO D - QUESTIONÁRIO 01 - Para trabalhadores informais, sem registro em carteira, que atuam nas facções do setor da confecção de roupas.....	345
	ANEXO E - QUESTIONÁRIO 02 - Para trabalhadores formais, com registro em carteira, que atuam nas empresas de confecção de roupas.....	348
	ANEXO F - QUESTIONÁRIO 03 - Para pessoas que se encontram desempregadas.....	351
	ANEXO G - QUESTIONÁRIO 04 - Para donos de empresas do setor de confecção de roupas.....	353
	ANEXO H - QUESTIONÁRIO 05 - Para donos de facções do setor de confecção de roupas.....	355

LISTA DE GRÁFICOS

1	Mulheres desempregadas: número de empresas/facções de confecção onde trabalhou	156
2	Mulheres desempregadas que bico realiza no momento.....	158
3	Relação entre faixa etária e bico que realiza (mulheres desempregadas)	159
4	Mulheres desempregadas: que trabalho procura na confecção.....	160
5	Trabalhadores desempregados: especialidade na confecção	161
6	Desempregadas (os) que optam por qualquer serviço, sem preferência..	161
7	Como as trabalhadoras informais adquiriram suas máquinas de costura	164
8	Trabalhadoras formais que possuem máquina de costura por idade.....	165
9	Idade em que as trabalhadoras informais aprenderam a costurar	165
10	Com quem as trabalhadoras informais que possuem máquina de costura aprenderam a costurar.....	166
11	Diferenças de escolaridade entre gêneros em todos os grupos de entrevistados.....	169
12	Escolaridade entre gêneros: desempregadas(os)	170
13	Comparação da escolaridade entre os três grupos de homens pesquisados	172
14	Comparação da escolaridade entre os três grupos de mulheres pesquisados	173
15	Distribuição das funções exercidas na empresa entre o total das trabalhadoras formais.....	175
16	Trabalhadoras informais - tipos dos cursos realizados na área de confecção	177
17	Escolaridade relacionada às condições de trabalho; homens trabalhadores formais.....	181
18	Função que exerce relacionada às condições de trabalho (homens) trabalhadores formais	182
19	Função que exerce relacionada às condições de trabalho (mulheres) trabalhadoras formais	182
20	Auto-classificação das costureiras informais	184
21	Renda mensal das trabalhadoras	198
22	Trabalhadores informais	199
23	Trabalhadoras formais: recebiam pelas horas-extras trabalhadas na empresa	200
24	Trabalhadoras(es) formais: exercem a mesma função desde que entraram na empresa	206
25	Trabalhadoras(es) formais: se ocorreram mudanças nos equipamentos de trabalho nos últimos 5 anos	209
26	Trabalhadoras informais: horário que acordavam rotineiramente para trabalhar	211
27	Trabalhadoras formais: faixa etária e condições de saúde	217

28	Trabalhadoras formais que trabalham com confecção em casa	217
29	Antes de trabalhar na empresa, trabalhava na facção	218
30	Trabalhadoras formais e função que exerce na empresa	219
31	Percentual das trabalhadoras formais em relação ao recebimento do seguro desemprego	225
32	Faixa etária e recebimento do seguro desemprego	226
33	Trabalhadoras informais: número de vezes que receberam seguro-desemprego.....	227
34	Trabalhadoras desempregadas: receberam o seguro-desemprego.....	228
35	Trabalhadoras formais sindicalizadas: participação nas reuniões.....	229
36	Relação entre associação ao sindicato e faixa etária.....	229
37	Relação entre participação nas reuniões do sindicato e faixa etária.....	230
38	Estado civil das trabalhadoras formais associadas ao sindicato.....	231
39	Estado civil das participantes das reuniões do sindicato (trabalhadoras formais).....	232
40	Escolaridade das trabalhadoras formais associadas ao sindicato.....	232
41	Relação entre escolaridade e participação nas reuniões do sindicato (escolaridade das trabalhadoras formais participantes).....	233
42	Trabalhadoras desempregadas: já foram associados ao sindicato dos trabalhadores.....	233
43	Trabalhadores desempregados: já foram associados ao sindicato dos trabalhadores.....	234

LISTA DE QUADROS

1	Perfil das facções domiciliares e industriais.....	342
2	Perfil das(os) proprietárias(os) das facções.....	343
3	Perfil das(os) funcionárias(os) das facções domiciliares e industriais.....	344
4	Perfil das(os) empresárias(os)	118
5	Perfil das empresas.....	119
6	Relação das(os) empresárias(os) com as(os) trabalhadoras(es).....	124
7	Convenções coletivas de trabalho de 2003 a 2008.....	208
8	Sindicatos dos Trabalhadores da cadeia têxtil/vestuário do Paraná em 2005	238

LISTA DE TABELAS

1	Número de estabelecimentos e de empregos na indústria têxtil e de confecções no APL – 2004.....	84
2	Número de estabelecimentos e empregos, segundo as atividades econômicas – município de Cianorte (2006).....	88
3	Porte das empresas.....	117
4	Idade: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	146
5	Estado civil: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	148
6	Estado civil: por tipo de vínculo e por idade entre as trabalhadoras do setor de confecção de Cianorte.....	149
7	Quantidade de filhos: por sexo e por tipo de vínculo entre os trabalhadores do setor de confecção de Cianorte.....	150
8	Local de moradia: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	151
9	Trabalhadores formais.....	152
10	Cianorte – Informações populacionais rural/urbano em 2000.....	153
11	População total e taxa de crescimento anual, segundo localização: 2000/2005.....	153
12	Ocupação anterior: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	154
13	Contato anterior com a área: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	155
14	Homens: quanto tempo desempregado.....	157
15	Posse de máquina: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	163
16	Escolaridade: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	167
17	Trabalhadores formais: escolaridade.....	171
18	Cursos na área: por sexo e por tipo de vínculo entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	177
19	Orgãos de fomento: por sexo e por tipo de vínculo entre os trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	178
20	Salário normativo dos integrantes da categoria profissional (cláusula quinta).....	197
21	Gostaria que sua(eu) filha(o) fosse costureira(o)? Cruzamento por sexo e por tipo de vínculo (formal e informal) entre as(os) trabalhadoras(es) do setor de confecção de Cianorte.....	201
22	Problemas de saúde causados pelas condições de trabalho: por sexo e por tipo de vínculo entre as trabalhadoras do setor de confecção de Cianorte.....	216
23	Compram e consideram caras as roupas vendidas em Cianorte.....	242
24	Relações das trabalhadoras com a Rua da Moda e a	243

	EXPOVEST.....	
25	Trabalhadoras formais: de 21 a 30 anos que consideram caras as roupas vendidas em Cianorte.....	243
26	Trabalhadoras formais: de 21 a 30 anos que participam da EXPOVEST....	245

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ACIM	Associação Comercial e Empresarial de Maringá
AMAFIL	Produtos Alimentícios Naturita Produtos Alimentícios
AEN	Agência Estadual de Notícias
APL	Arranjo Produtivo Local
ASCOVEST	Associação das Indústrias de Confecção de Vestuário de Cianorte
ASAMODA	Associação dos Lojistas Atacadistas de Moda de Cianorte
ATC	Acordo sobre Têxteis e Vestuário
AVENORT	Avícola Cianorte Ltda
CAD	<i>Computer Aided Design</i>
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMNP	Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CODECOL	Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Lourenço
COVABC	Cooperativa do Vestuário, Acabamento e Bordado de Cianorte
CRC	Campus Regional de Cianorte
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EXPOVEST	Feira Exposição do Vestuário
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FETIEP	Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná
FCPJ	Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNTEL	Fundação do Ensino Técnico de Londrina
GG	Tamanho grande
IBC	Instituto Brasileiro de Café
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial S/C Ltda
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INSS	Imposto de Contribuição à Previdência Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Planejamento e Economia Aplicada
LECTRA	Multinacional Francesa Fabricante de Sistemas CAD

LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MST	Movimento dos Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NDIT	Nova Divisão Internacional do Trabalho
NICs Asiáticos	<i>Newly Industrialized Countries</i>
PCP	Planejamento e Controle de Produção
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PICE	Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Paraná
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGS	Rio Grande do Sul
SIC/PR	Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado do Paraná
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINDCOST	Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de roupas de Cianorte
SINVESTE	Sindicato das Indústrias de Confecção e Vestuário de Cianorte
SIMPLES	Regime Tributário Simplificado ou Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
SIVEPAR	Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado do Paraná
SINDITEXTIL	Sindicato da Fiação e Tecelagem, Tinturaria, Estamparia de Tecidos, Malharias e Meias, Cordoalhas e Estopas, Fibras Têxteis Sintéticas e Artificiais e Acabamento de Confecções de Malhas e Especialidades Têxteis de Curitiba e Região Metropolitana
CURITIBA	Sindicato da Fiação e Tecelagem de Londrina
SINFITEC	
LONDRINA	
SINDDTFT	Sindicato da Fiação e Tecelagem e do Vestuário de Goioerê, Campo Mourão e Região
GOIOERÊ	
SITRAVEST	Sindicato do Vestuário de Curitiba
CURITIBA	
SINVEPAR	Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná
STIVAR	Sindicato do Vestuário de Apucarana e Região
APUCARANA	
SINDCOST	Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de Roupas de Cianorte
CIANORTE	
SINCONFEMAR	Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas de Maringá
MARINGÁ	
TDD	Trabalho a Domicílio Distribuído
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNIPAR	Universidade Paranaense

VA Valor Agregado
VESTPAR Associação Paranaense da Indústria Têxtil e do Vestuário
VF *Apparel and Textile Industry Factsheet*
CORPORATION

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ângela Maria Carneiro de Araújo, pela paciência, objetividade, dedicação, compromisso e exemplo profissional;

Ao apoio financeiro do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP, que em momentos estratégicos, viabilizou a pesquisa de campo e minha participação em eventos relacionados à área de estudo;

À Maria Rita, pela competência e dedicação em tudo que faz;

Ao professor Dr. Jacob Carlos Lima, pelas suas pertinentes reflexões, na qualificação e na banca de defesa;

À professora Dra. Leda Gitahy, pelas contribuições no exame de qualificação;

À professora Dra. Lorena Holzmann, à professora Dra. Márcia de Paula Leite e à professora Dra. Silvana Aparecida Mariano, pelas valorosas idéias na banca de defesa, facilitando o alcance de meus objetivos de pesquisa;

Aos professores Dr. José Dari Krein, Dra. Magda Neves e Dra. Leda Gitahy por aceitarem ser suplentes da banca de defesa;

Às amigas queridas, sempre prestativas, Profa. Solange e Profa. Margareth, que contribuíram na construção do *abstract* e na revisão do texto;

Às minhas amigas Vilma e D. Vanda, experientes na educação, na arte da costura e na arte da vida, que me acompanharam nas inúmeras viagens a Cianorte, ouvindo minhas hipóteses de pesquisa, apontando-me o norte na estrada e no trabalho;

Ao Alexandre e à Andréia pelo auxílio na confecção dos gráficos;

À Renate e ao Claudiney pelo carinho e pela digitação dos questionários;

À minha grande amiga Andréia Maria Cavaminami Lugle, pelo trabalho delicado e pelas idéias inesgotáveis que surgiam sempre nos momentos mais complicados da caminhada;

Aos meus pais, Maria Isabel e José Antônio, pela formação e pela possibilidade de poder chegar até o doutorado, mesmo em um contexto de tantas adversidades econômicas;

Aos meus cinco irmãos (Claudiney, Sandra, Claudinéia, Danilo e Claudia) pela partilha das conquistas e pelo apoio nos momentos mais difíceis;

À minha filha Marina e ao meu esposo Adriano pela paciência, afeto e compreensão nas incontáveis ausências;

Aos colegas de trabalho do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, pelo companheirismo, confiança e apoio, principalmente neste último ano, em especial às minhas amigas Ileizi Luciana Fiorelli Silva, Nilda Rodriguez Souza e Maria José de Rezende;

Aos professores das escolas municipais e estaduais de Cianorte e região, da UEM e da UNIPAR, que viabilizaram a aplicação dos questionários;

Aos agentes do SINDCOST e do SINVESTE; aos profissionais da ASAMODA, da Estação do Ofício e da Agência do Trabalhador, que me acolheram e me ajudaram na realização da pesquisa;

Às costureiras de Cianorte e região, que me receberam em suas residências e nos seus locais de trabalho, dividindo comigo tantos conhecimentos e tantos anseios;

Às pessoas queridas: Carolina Cássia, Izilda, Luzia, Ir. Sônia, Isabel, Regina Clivati Capelo, Adriana de Jesus, Maria C. Anzola, Eleni da Silva, Ivone Garcia, Otilde, Ronaldo, Elizabeth, Ismailde, Naide, Camila, Carolina, Camila V., Dejair, Antônio, Anísio, Pedro, João, Angélica, Adriana Ferreira, que, em momentos distintos, de perto ou de longe, me ajudaram a concretizar este objetivo.

À TODAS(OS), MEU RECONHECIMENTO! OBRIGADA!

***À Marina, D. Nina e Adriano,
meus agradecimentos especiais!***

1 INTRODUÇÃO

A indústria têxtil-vestuário ainda é uma das indústrias mais disseminadas espacialmente no mundo e se constitui em uma importante fonte de geração de renda e emprego para muitos países, especialmente naqueles em desenvolvimento. O Brasil está entre os principais produtores dessa indústria, destacando-se na produção de tecidos de malha, fios e filamentos e em confecção. Dos 21 segmentos distintos, de acordo com o IEMI - Instituto de Estudos e Marketing Industrial S/C Ltda em 2003, cerca de 83% das empresas do setor de confecções no Brasil estão voltadas para a produção do vestuário. A confecção é a principal etapa produtiva¹ dentro da cadeia têxtil, concentra a maioria das operações e também é a mais intensiva em mão-de-obra, sobretudo feminina.

O estado do Paraná, de acordo com a RAIS/MTE (2005), apresenta-se na quarta posição em relação às demais Unidades da Federação do Brasil, tanto no número de estabelecimentos quanto ao número de empregos (3.805 e 56.003 respectivamente), por apresentar participação relativa de 9,05% e 10,71%, respectivamente, no setor de confecção (divisão 18)². O setor têxtil-vestuário paranaense representa 14,0% da mão-de-obra industrial ocupada no Estado, credenciando-se como o setor que mais emprega no âmbito estadual (IPARDES, 2006).

¹ A indústria têxtil-vestuário é composta de várias etapas produtivas inter-relacionadas: a primeira fase da cadeia têxtil-vestuário diz respeito às fibras e/ou filamentos que serão preparadas para a etapa da fiação. A segunda etapa refere-se à produção de fios, que podem ser naturais, artificiais ou sintéticos. A terceira etapa é a da tecelagem: nesta os tecidos resultam de processos técnicos distintos, que são a tecelagem de tecidos planos, a malharia e a tecnologia de não tecidos; acabamentos: essa etapa consiste de uma gama de operações que confere ao produto conforto, durabilidade e propriedades específicas; confecção: é a última etapa do processo produtivo (roupas e artigos têxteis em geral), que resumidamente engloba desenho, confecção de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura - esta última é a principal etapa da confecção, concentrando a maioria das operações (LUPATINI, 2004: 4).

² Pelos dados da RAIS/MTE (2005), o Paraná fica abaixo de São Paulo (12.182 estabelecimentos e 145.400 empregos) que apresenta participação relativa de 28,96% no número de estabelecimentos e 27,82% no número de empregos, Minas Gerais (5.611 estabelecimentos e 66.243 empregos) que apresenta participação relativa de 13,34% no número de estabelecimentos e 12,67% no número de empregos e Santa Catarina (5.328 estabelecimentos e 76.096 empregos), com participação relativa de 12,67% e 14,56% em número de estabelecimentos e número de empregados, respectivamente.

No âmbito do estado, na região de Umuarama-Cianorte, o vestuário é também o segmento industrial mais representativo, principalmente em termos de geração de emprego e expansão de abertura de estabelecimentos³ (IPARDES, 2008). Na Pesquisa Industrial Anual (PIA), feita pelo IBGE em 2003 e citada pelo IPARDES em 2008, com as indústrias do Estado do Paraná (amostra de 3.638 indústrias), o município de Cianorte aparece como o oitavo em volume de produção industrial. Por tudo isso, este pólo produtivo local tem despertado o interesse de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Nesse sentido, não são raros os estudos que trataram da realidade do trabalho no setor de confecções na região, das características de seu pólo produtivo e da trajetória de suas indústrias, entre outros aspectos. Através de levantamento bibliográfico preliminar, encontramos uma significativa literatura especializada sobre a região e o município em estudo.

No ano de 1997 foram produzidas duas pesquisas envolvendo o município: a primeira sobre o setor de confecções na região sul (VIDOSSICH, 1997) e a segunda a respeito do perfil geo-histórico e econômico da indústria de confecções em Cianorte (CARRIS, 1997). Três anos antes, França (1994) pesquisou a criação de novos empregos, na então denominada “Capital do Vestuário”. Nesse município já se detectou também a existência de um distrito industrial ou uma rede de indústrias (uma espécie de “cluster”) formada no intuito de enfrentar coletivamente a crise que os empresários vivenciaram no final da década de 80 e início da década de 90 (MAIA, 1995). Entre outras contribuições, Maia observou a constituição de um modelo de subcontratação do trabalho, envolvendo, sobretudo, mulheres costureiras e um processo crescente de descentralização/flexibilização/terceirização das principais empresas do setor. Data desse mesmo período o diagnóstico técnico e econômico do setor de confecção de vestuário do Paraná, dando destaque à região de Umuarama-Cianorte, encontrado nas pesquisas de Keller (1995).

³ Recorreremos em vários momentos da tese, às palavras região e município juntos. Quando nos referimos à região, estamos nos apoiando na delimitação realizada pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), em 2003, quando o órgão afirma que a cidade de Cianorte é a mais importante dentro do arranjo produtivo da região de Umuarama-Cianorte, composta por outros 31 municípios representativos na produção de vestuário e acessórios no estado do Paraná.

Quase uma década depois, outro autor estudou a região e o município preocupando-se em analisar até que ponto existia ali ou não um arranjo produtivo do vestuário, inovativo e consolidado (CAMPOS, 2004). Com esse mesmo objetivo, isto é, qualificar esse arranjo produtivo local e o novo padrão de especialização regional da indústria de confecção, tivemos acesso a quatro pesquisas realizadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), em 2003, 2004, 2006 e 2008.

Em 2005, Gonçalves discutiu os elementos do processo de criação e de articulação entre as escalas geográficas, tomando a indústria de confecções de Cianorte como elemento de articulação entre o espaço local e o global. O autor detectou que em Cianorte, “resultante das relações entre industriais e costureiras a domicílio, constituía-se uma rede de subcontratação de trabalho na produção de roupas, sem o amparo legal do serviço de seguridade social e as conseqüências sociais desse tipo de relação de trabalho é que dava origem às diferentes escalas que envolviam este gênero industrial” (2005: 101). Nossa suposição inicial é de que essa rede de subcontratação de trabalho era bem mais complexa e, na última década, passou a envolver outros elementos, por essa razão merecia uma nova investigação.

Diante disso, não há como optar pelo estudo desse setor sem levar em consideração o momento de abertura, recessão econômica e reestruturação produtiva pelo qual passou o Brasil, no início da década de 90 e mostrar como esse movimento atingiu as relações sociais e econômicas que se efetuaram nessa localidade.

Sabemos que, conforme já afirmaram Araújo e Amorim, “a indústria de confecção, caracterizou-se, desde os seus primórdios, pelo uso contínuo de diversas formas de trabalho subcontratado, principalmente do trabalho a domicílio” (2001/02: 270). Mas é necessário considerar as especificidades desse processo no município pesquisado, pois, como elas mesmas já demonstraram outras pesquisas realizadas ao longo dos anos 90, em diferentes estados do país, detectaram como a “reestruturação no setor de confecção vem se processando de forma diferenciada, conforme as características regionais e as estratégias empresariais” (2001/02: 279).

Como detalharemos posteriormente, o município de Cianorte constitui um aglomerado produtivo recente, pois despontou como pólo atacadista e produtor a partir

das últimas três décadas. Por isso, interessa-nos apreender que conseqüências a reestruturação produtiva, desencadeada desde meados da década de 1990, trouxe para as condições e às relações de trabalho que envolve as mulheres locais, que características delineiam a mão-de-obra desse segmento a partir dessas transformações, e como elas compreendem esse processo. Do mesmo modo torna-se importante entender por que e como em Cianorte e região, após esse período de reestruturação, mantém-se, de forma significativa, uma rede de subcontratação de trabalho, composto, sobretudo pelo trabalho das mulheres.

Em busca dessas particularidades encontramos na indústria do vestuário de Cianorte- PR e região uma rede de terceirização do trabalho envolvendo de micro a grandes empresas, caracterizada pelo redimensionamento do trabalho subcontratado, ou seja, do trabalho de “cooperativas”, facções industriais, facções domiciliares, trabalhadoras domiciliares, auxiliares de costura e muitos outros trabalhadores que revitalizam, a cada estação e a cada oscilação da moda, as atividades complementares desse pólo produtivo local.

E, diante desse contexto, sabemos que o caso de Cianorte não é único, levando-se em consideração as atuais mudanças no mundo do trabalho. Exatamente por não ser peculiar e por suas características não serem especificamente locais – mesmo sabendo que não se pretende generalizar os dados identificáveis na região – torna-se importante estudá-lo, dado a relevância do trabalho no setor para um número representativo de sujeitos sociais.

OBJETIVO GERAL

a) analisar as características da subcontratação do trabalho na cadeia de produção de jeans e de “modinha” na região Umuarama/Cianorte, mais especificamente no município de Cianorte, no Paraná, para compreender seus impactos nas relações e nas condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores com vínculos formais, informais, cooperativos e em situação de desemprego.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) compreender o processo de reestruturação produtiva no setor da confecção de roupas e suas conseqüências para as relações e as condições de trabalho de homens e de mulheres, ou seja, seu impacto sobre a divisão sexual de trabalho;
- b) verificar se e como as mudanças no interior dos diferentes elos da cadeia produtiva de jeans e de modinha provocaram o redimensionamento dos diversos tipos de contratos de trabalho, já tradicionalmente presentes nesse setor, como os envolvidos no trabalho subcontratado, faccionado e domiciliar e dos tipos de contratos mais recentes, como ocorre em cooperativas;
- c) diagnosticar as questões de gênero na análise das condições e das relações de trabalho no setor de confecções de roupas de Cianorte e região, nos três elos do processo: a empresa, a facção e a casa, a fim de percebermos como no contexto da reestruturação produtiva e do processo de realocação da produção (nacional e regional), alteram-se as relações entre esses elos, bem como o uso do trabalho de homens e mulheres em cada um deles;
- d) diagnosticar as implicações da terceirização e da informalidade nos processos de diversificação das roupas produzidas em Cianorte, mostrando algumas faces do panorama mais recente do trabalho realizado nas facções (domiciliares e industriais) e nas empresas de confecção;
- e) estudar, em específico, as cooperativas criadas neste setor, procurando compreender o que elas representam para as trabalhadoras, que nelas estão em maioria, como e por que se constituíram e que elos estabelecessem com a cadeia produtiva de jeans e de “modinha” na região;

HIPÓTESES

a) A indústria de confecção caracterizou-se, desde os seus primórdios, pelo uso contínuo de diversas formas de trabalho subcontratado, principalmente facções e trabalho a domicílio. Ao longo dos anos 90, com a reestruturação produtiva, a subcontratação vem se processando de forma diferenciada, conforme as características regionais e as estratégias empresariais. Se por um lado a reestruturação do setor ampliou os mecanismos de modernização da produção de roupas, por outro, intensificou a precarização do trabalho, potencializando, para um grupo significativo de trabalhadores, em especial, de trabalhadoras, a fragilidade das suas condições de trabalho, a insegurança no emprego e o distanciamento delas com o sindicato da categoria.

b) Com o processo de reestruturação produtiva, assistimos à combinação de novas formas de organização da produção, com a manutenção/revitalização de formas antigas de trabalho, a exemplo do trabalho faccionado e domiciliar.

c) As cooperativas de produção são um fenômeno novo nesse setor. Desvinculadas do ideário de auto-gestão democrática, algumas cooperativas de produção em Cianorte e região, surgem nesse momento como um mecanismo de redução de custos, principalmente no que se refere aos encargos trabalhistas. Para as trabalhadoras envolvidas nesses diferentes tipos de contratos informais, que se encontram nas pontas precárias dessa cadeia produtiva, esse processo de flexibilização do trabalho tem representado perda de direitos e impactantes prejuízos, especialmente à sua saúde.

METODOLOGIA

Na primeira etapa da pesquisa, em 2005, realizamos, a revisão sistemática da literatura especializada sobre o assunto e sobre os processos correlatos, tais como: reestruturação produtiva, terceirização, informalidade, subcontratação, divisão sexual do trabalho, entre outros. Ainda nesse momento, fizemos uma pesquisa piloto que

envolveu a entrevista com trabalhadoras domiciliares, trabalhadoras de facções de costura (domiciliares e industriais), proprietárias(os) de facção, representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Confecção, representantes da Estação do Ofício, coordenadores do Curso de Moda da UEM e da UNIPAR, algumas trabalhadoras e alguns trabalhadores da indústria de confecção no município e região. Além das entrevistas semi-estruturadas conversamos informalmente com pessoas envolvidas na produção/comercialização de jeans e de “modinha⁴” em Cianorte, nas várias viagens que fizemos ao município, algumas delas durante a Feira do Vestuário (EXPOVEST). Para complementar a compreensão do campo de pesquisa, insere-se ainda as entrevistas realizadas em janeiro e fevereiro de 2005, com alguns integrantes do Sindicato dos Trabalhadores da Cadeia Têxtil/vestuário do Paraná⁵.

Na segunda etapa da pesquisa, realizada em 2006, além da continuação das leituras e pesquisas na literatura especializada, entrevistamos as costureiras da Cooperativa de Costura de Marabá, distrito de Tuneiras do Oeste; as costureiras e bordadeiras da Cooperativa de Costura de São Lourenço, distrito de Cianorte; e algumas trabalhadoras domiciliares.

Nesse mesmo ano, realizamos a aplicação dos questionários com pessoas diretamente envolvidas na produção de roupas, sendo estas: 14 proprietários(as) de facções domiciliares e industriais (6 mulheres e 4 homens); 92 trabalhadores informais (87 mulheres e 5 homens), não registrados pelas facções; 171 trabalhadores formais de

⁴ Esse termo é usado principalmente para designar a nova tendência da moda feminina, adulta ou infantil, que se altera rapidamente, geralmente batas, blusas e saias. Também é utilizado para nomear peças de roupas masculinas para públicos mais jovens. Na APL (Arranjo Produtivo Local) de Cianorte, depois da confecção de *jeans*, a modinha aparece como o segundo mais importante artigo em volume de produção. Depois dela se destacam: camisaria, malhas, *lingerie*, moda social, moda infantil e infanto-juvenil, linha bebê e praia (IPARDES, 2006: 10).

⁵ Lembramos que no estado do Paraná existiam, em fevereiro de 2005, sete sindicatos que abrangiam a Cadeia têxtil-vestuário do Paraná e que representavam os empregados de pequenas, médias e grandes empresas, em geral pequenas. Eram eles: Sindicato da Fiação e Tecelagem, Tinturaria, Estamparia de Tecidos, Malharias e Meias, Cordoalhas e Estopas, Fibras Têxteis Sintéticas e Artificiais e Acabamento de Confecções de Malhas e Especialidades Têxteis de Curitiba e Região Metropolitana; Sindicato da Fiação e Tecelagem de Londrina; Sindicato da Fiação e Tecelagem e do Vestuário de Goioerê, Campo Mourão e Região; Sindicato do Vestuário de Curitiba; Sindicato do Vestuário de Apucarana e Região, Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de roupas de Cianorte; e Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas de Maringá. As entrevistas foram realizadas com pelo menos um integrante de cada um dessas entidades.

empresas de confecção (149 mulheres e 22 homens); 84 trabalhadores que se encontravam na condição de desempregados (62 mulheres e 22 homens). Todos os questionários foram aplicados no município de Cianorte e em cidades circunvizinhas, durante o ano de 2006. Depois, com roteiros semi-estruturados, visitamos algumas(uns) entrevistadas(os) que deixaram registros de endereços residenciais nos questionários, a fim de colhermos mais detalhes em torno das questões propostas.

Em 2007, na terceira etapa da pesquisa, recebemos o retorno de alguns questionários, respondidos por empresárias(os) do setor; trabalhadores das Cooperativas de Costura de Marabá e de São Lourenço; um representante da ASAMODA (Associação dos Lojistas Atacadistas de Moda de Cianorte), do SENAI, da Agência do Trabalhador, da Estação do Ofício, do Sindicato dos Empresários da Confecção; e coordenadores dos cursos de Moda da UNIPAR e UEM (Universidade Estadual de Maringá).

Na quarta etapa da pesquisa, de janeiro a outubro de 2008, realizamos novas visitas à Cianorte, Marabá e São Lourenço e novas entrevistas com pessoas envolvidas na produção/comercialização das roupas. De porte de dados preliminares sobre a pesquisa, nessa fase retornamos para conversar com algumas(uns) diretoras(es) das escolas que redistribuíram os questionários.

Finalmente, na quinta etapa da pesquisa, nos primeiros três meses de 2009 retornamos a Marabá e a São Lourenço, fizemos novas observações, realizamos visitas domiciliares e entrevistas com trabalhadoras(es) de facções domiciliares e industriais e das chamadas “facções masculinas”, além de conversarmos com alfaiates e alguns integrantes do SINDCOST.

Dos questionários aplicados que retornaram, como explicaremos adiante, grande maioria deles tinha sido respondido pelas mulheres e uma pequena parte preenchida por homens. Dados do IPARDES (2004), de Gonçalves (2005) e de Fresca (2004), já registraram o número majoritário de mulheres na configuração do trabalho indireto para a região, mas outra hipótese pode ser agregada: os questionários chegaram até as trabalhadoras e os trabalhadores por meio das escolas estaduais e municipais, e como nos relataram algumas(uns) professoras(es) em 2006, cabem ainda mais às mães do que aos pais, o acompanhamento das atividades escolares dos filhos

nessas instituições, portanto, pode prover desse fato, que o procedimento metodológico utilizado tenha gerado uma quantidade mais representativa de questionários preenchidos pelas mulheres.

Diante disso, escolhemos manusear, por meio das tabelas e dos gráficos, prioritariamente os dados trazidos pelas trabalhadoras e analisar, em algumas questões específicas, as informações dadas pelos homens.

LIMITES METODOLÓGICOS E ESPECIFICIDADES DA PESQUISA DE CAMPO

Mesmo sabendo das dificuldades e das especificidades que qualquer pesquisador poderia enfrentar ao analisar uma rede de subcontratação de trabalho, permeada pela informalidade e pelo restrito acesso, pelas trabalhadoras e trabalhadores, aos direitos trabalhistas, fizemos questão de registrar as razões de alguns limites metodológicos da pesquisa. Convém descrevê-las porque elas demarcaram o modo como as variáveis foram escolhidas, como os recortes tiveram que ser construídos e porque em função deles colhemos este ou aquele resultado. Caso não tivéssemos que nos ater a estes fatores, talvez a pesquisa chegasse a outras conclusões.

Já de início, as perguntas trazidas pelos questionários, que enfocavam questões relacionadas às condições de trabalho das costureiras, não foram bem recebidas pelos donos de facções e de empresas que temiam avaliações ou contratemplos jurídicos, talvez pelas marcas da ilegalidade que caracterizavam algumas unidades produtivas. Não conseguimos entrar na maioria das facções industriais catalogadas. Alguns questionários deixados nas portas das empresas e das facções retornaram com recados que pediam o cessar da pesquisa, por razões diferenciadas: os patrões temendo pela falta de registro dos funcionários e os funcionários, em condições de maior vulnerabilidade e insegurança, temendo a perda do emprego.

No primeiro semestre de 2006, dos duzentos questionários aplicados nessas condições, apenas trinta retornaram. Nas casas era difícil encontrar uma costureira faccionista que se disponibilizava a respondê-lo, por um misto de temor e de falta de

tempo. Madrugamos nas residências de algumas delas. Para chegar até as costureiras e bordadeiras de um dos distritos tivemos que explicar muitas vezes as razões da pesquisa para líderes políticos locais.

Diante da situação recorremos ao apoio de pedagogos e de professores da Educação Básica de Cianorte e de municípios vizinhos, que, por meio dos alunos, fizeram com que os questionários chegassem até as casas dos trabalhadores. Com os questionários respondidos em mãos, procuramos pessoalmente algumas pessoas que deixaram neles algum registro para contato. Com eles obtivemos a maior parte dos dados a respeito das temáticas propostas.

Foram esses profissionais da educação, que com bastante rigor e precisão, no segundo semestre de 2006, mapearam a situação de trabalho dos pais e familiares, por meio do diálogo detalhado com os alunos e fizeram com que chegassem até os trabalhadores e trabalhadoras 900 exemplares desses questionários, de onde retornaram, após mais de seis meses, apenas 305 deles. Ressaltamos que esta não foi uma tarefa fácil diante das já lotadas agendas de trabalho das escolas, uma vez que entregamos aos professores cinco modelos diferentes de questionários, assim intitulados: “Para trabalhadores informais, sem registro em carteira, que atuam nas facções do setor da confecção de roupas”; “Para trabalhadores formais, com registro em carteira, que atuam nas empresas de confecção de roupas”; “Para pessoas que se encontram desempregadas”; “Para donos de empresas do setor de confecção de roupas”; “Para donos de facções do setor de confecção de roupas”.

Sabemos que muitas facções registram os seus funcionários em Cianorte, mas optamos por analisar apenas o recorte de trabalhadores sem registro em carteira que atuavam nessas organizações. Estávamos conscientes das perdas de algumas variáveis importantes, mas tivemos que optar pelo recorte por dois motivos: o primeiro e maior, por saber anteriormente da quantidade de trabalhadoras sem registro nessas unidades produtivas e por querer entender as condições de trabalho que essa situação proporcionava, podendo ser mais rigorosamente comparada com as condições das trabalhadoras formais; o segundo e menos decisivo, para facilitar a identificação dos

trabalhadores no momento de escolher em que questionários se enquadravam, já que a aplicação deles foi realizada de modo indireto⁶, com o auxílio das escolas.

Uma das deficiências dos questionários, que surgiu também pelas próprias especificidades do processo de subcontratação de trabalho e das configurações desse setor, foi que alguns trabalhadores informais, sem registro em carteira, que atuavam nas facções, também se intitularam ‘desempregados’. Em contrapartida, alguns desempregados disseram estar realizando “um bico” nas facções de costura, de lixa ou de tinturaria de calças, por isso não sabiam se se denominavam como ‘desempregados’ ou como trabalhadores ‘informais’. Outra peculiaridade apareceu em alguns questionários preenchidos por donos de facções do setor de confecção de roupas, que também se nomearam como ‘trabalhadores informais’. Todas essas “confusões” são compreendidas, levando em consideração que os trabalhadores realmente estavam compondo esses dois espaços concomitantemente. Se não fosse o receio de muitos, e se tivéssemos tido a oportunidade de entrevistá-los pessoalmente, algumas distorções dos instrumentos de pesquisa talvez pudessem ter sido revertidas. Podemos afirmar que aproximadamente 10% desses questionários apresentaram tais distorções. Mesmo assim conseguimos uma quantidade significativa de respostas, o que torna válida a pesquisa.

Na pesquisa realizada com as duas cooperativas, dos distritos de Marabá e de São Lourenço, não utilizamos questionários padronizados, mas entrevistas abertas. Porém, enfrentamos dificuldades distintas, mas não menos importantes. O processo interferiu em menor proporção os resultados da pesquisa, mas impossibilitou que alguns dados pudessem ser colhidos, por exemplo, informações relativas aos Estatutos das duas cooperativas.

⁶ Para os alunos que ficaram em dúvida quanto ao tipo de contrato de trabalho a que estavam submetidos seus pais, irmãos ou outros membros diretos da família, as escolas entregaram mais de um modelo. Em casa, esses sujeitos puderam responder ao tipo de questionário que correspondia mais exatamente a sua atual condição de trabalho no setor da confecção de roupas do município e região. Esse procedimento precisou ser utilizado em muitos casos e por todas as escolas. (Os questionários chegaram até as famílias por meio de nove escolas estaduais e três escolas municipais de Cianorte e cidades circunvizinhas, todas de ensino fundamental, médio e médio profissionalizante, localizadas em diferentes bairros, mas atingindo principalmente crianças e adolescentes de bairros periféricos dessas localidades).

Em Marabá tentamos um primeiro contato com as costureiras por meio dos questionários, entregues por uma funcionária do Sindicato das Costureiras que residia no patrimônio. Mas, segundo seus próprios relatos, os materiais não puderam chegar até às mãos das trabalhadoras, permanecendo com o “dirigente” da cooperativa.

Nessa localidade, fomos vigiadas por um político local e membros de sua família na maioria das vezes que chegávamos para realizar as entrevistas. Recebíamos recados das cooperadas para recortar bem as questões e mantermos muito sigilo quanto às respostas fornecidas por elas. Todas as entrevistas foram feitas em clima de medo e angústia, por parte delas e também nossa.

O ambiente de pesquisa ficou um pouco menos complicado apenas em 2008 quando as costureiras passaram a não fazer parte mais da cooperativa e os agentes citados deixaram de pertencer ao poder político municipal. Porém, um temor diferente as acometia. Elas haviam participado diretamente do processo de mudança das antigas relações de dependência trabalhista e política em relação às pessoas a quem nos referimos e temiam que essas informações causassem a repetição dessas situações. Contraditoriamente, o fim da cooperativa permitiu a elas ter maior liberdade, mas uma liberdade que até então temiam expressar.

Em São Lourenço as bordadeiras e as costureiras se negaram a responder a maioria das perguntas. Algumas tentavam sempre esconder informações, temendo que fizéssemos parte de algum órgão da justiça do trabalho. A situação de informalidade quase de ilegalidade das facções e dos grupos que ensaiavam a criação da cooperativa as deixava mais temerosas.

Defrontamo-nos com um ambiente de difícil acesso, por isso, no início da pesquisa, assim como fizemos para visitar algumas empresas e facções industriais em Cianorte e região, nos apresentamos como estudante do outro curso de pós-graduação, pois o curso de Ciências Sociais parecia causar mais receios.

Dois anos depois, com a criação da cooperativa, ao contrário do que aconteceu em Marabá, as trabalhadoras mostraram-se ainda mais silenciadas. Boa parte delas só aceitava falar da cooperativa se fosse para apontar seus aspectos positivos, com medo da “patroa”, que mesmo não residindo no distrito parecia manter informantes permanentes entre elas.

Contudo, a pesquisa com as cooperativas constituíram experiências bastante singulares. Se por um lado o receio das entrevistadas, compreensível se levarmos em conta o contexto socioeconômico em que vivem e trabalham essas mulheres, impediram o acesso a determinadas informações, por outro, esse mesmo temor, expresso por olhares e comportamentos diferenciados, permitiram entender melhor as relações e as condições de trabalho a que estão submetidas essas mulheres que trabalham nas pontas mais precárias dessa cadeia produtiva.

DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

O primeiro capítulo apresenta uma breve análise sobre as implicações da abertura econômica e da reestruturação produtiva na realocação da produção que continua ocorrendo na cadeia do vestuário, principalmente no caso brasileiro, discute os fenômenos da terceirização e da informalidade, como características da extensão da rede de subcontratação de trabalho no país; mostra algumas influências da reestruturação produtiva nas relações de gênero; e reflete os aspectos da persistência do trabalho das mulheres nas facções, organização esta compreendida como uma das expressões da fusão precária entre terceirização e informalidade na produção de roupas no Brasil.

O segundo capítulo contém um recorte histórico que vai do início do processo de industrialização de roupas no município de Cianorte às crises que marcaram essa indústria na década de 90. Discorre a respeito da sazonalidade e da diversificação das roupas que caracterizam esse setor produtivo na região. Mostra um panorama recente das facções e das empresas de confecção nessa localidade. Descreve, em seguida, algumas mudanças ocasionadas nas facções, pesquisadas novamente dois anos depois, e, por fim, analisa algumas questões de gênero e a divisão sexual do trabalho que se fazem presentes nessas organizações produtivas, demonstrando, entre outros aspectos, dados sobre a vida e o trabalho dos alfaiates no município.

O terceiro capítulo descreve o perfil e a trajetória ocupacional de trabalhadoras e trabalhadores formais, informais e desempregadas(os) na confecção de roupas de Cianorte, demonstrando como se deu o aprendizado da Costura entre eles, seus vínculos anteriores com o setor formal, o informal e a área de confecção, sua escolaridade e alguns aspectos de sua qualificação profissional, por meio do resultado dos questionários aplicados desde início de 2006.

O quarto capítulo mostra as descrições e análises realizadas a partir da pesquisa sobre a jornada e as condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores formais, informais e desempregadas(os) nessa localidade, enfatizando, entre outros elementos: a remuneração, a percepção dos mesmos em relação aos transformações tecnológicas e a rotina de trabalho, a saúde das(os) trabalhadoras(os) relacionadas às condições de trabalho, as impressões e relatos das(os) referidas(os) trabalhadoras(os) a respeito de seus direitos trabalhistas, aspectos da sindicalização destas(es) na entidade representativa do setor e por fim a ligação das(os) entrevistadas(os) estabelecidas com a Rua da Moda e a EXPOVEST.

O quinto capítulo discute em que medida as cooperativas no setor de confecções de roupas de Cianorte e região, constituem uma alternativa para as trabalhadores, em termos de geração de emprego e renda, e/ou em uma forma de exploração funcional da classe trabalhadora. Em especial, apresenta os resultados das entrevistas realizadas com as trabalhadoras da Cooperativa de Costura de Marabá, distrito de Tuneiras do Oeste-PR e da Cooperativa de Bordados de São Lourenço, de Cianorte-PR.

Em suma, se por um lado a pesquisa e suas conclusões ainda possuem limites, por outro, a partir do momento que tentamos desvendar as características do trabalho que são próprias desse universo, seus resultados poderão trazer novos direcionamentos à orientação de políticas públicas locais e setoriais, bem como sugerir novas questões para a continuidade de pesquisas sobre o trabalho nesse setor.

CAPÍTULO 01

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TERCEIRIZAÇÃO E INFORMALIDADE NA CADEIA DO VESTUÁRIO

No final da primeira metade da década de 90, no Brasil, assistimos a uma crescente redução dos postos de trabalho (que já se via desde a década de 80), seja em decorrência da política econômica, seja pela reestruturação produtiva em curso no interior das empresas. Segundo Rodrigues, “estima-se que na década de 90 foram perdidos mais de 3 milhões de postos de trabalho de forma geral no país” (2003: 302). Desse total, o período 1995-1998 contribuiu com o desaparecimento de quase dois milhões de empregos. Além dos postos de trabalho perdidos no período Collor e durante o governo de FHC, com a extensão da abertura comercial, “vivenciamos o incremento do mercado informal⁷, o aumento do desemprego e a precarização do mercado de trabalho como um todo” (2003: 302).

A política do governo Collor, iniciada em 1990, caracterizou-se pela implantação de programas de “modernização”, combinados com a abertura comercial, com a finalidade de incentivar o capital privado nacional a “reestruturar-se e fortalecer-se”, com o apoio de créditos oficiais. A partir de seu governo, as empresas passaram a aprofundar o processo de reestruturação produtiva. Em junho de 1990, o governo apresentou um conjunto de medidas de política industrial denominado “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior” (PICE). Estas apresentavam como diretrizes uma série de medidas de desregulamentação do comércio exterior e de reduções de alíquotas de importações, que incentivaram o aprofundamento da reestruturação e seu alastramento para o conjunto da indústria e para outros setores da economia.

⁷ Um estudo feito por Peter Giernoth em 1998 sobre a indústria têxtil no Brasil mostrou que 35 mil empresas informais competiam diretamente com aproximadamente 15 mil estabelecidas oficialmente no mercado. Essas empresas informais eram responsáveis por quase metade dos empregos gerados no setor (MARIANO, 1998: 14-15).

Em meados da mesma década, o cenário macroeconômico, marcado pela abertura e combinada com a valorização cambial do Plano Real foi relevante para as transformações que ocorreram na indústria têxtil-vestuário brasileira. O mercado interno foi exposto aos ditames da concorrência externa.

Para Coutinho (1997), a falta de proteção cambial induziu uma tendência à desindustrialização e à redução de valor agregado das atividades manufatureiras. Assim, o desempenho da indústria têxtil-vestuário ao longo dos anos 1990 foi abaixo do resultado apresentado pela indústria como um todo. Particularmente, desde 1993 a indústria têxtil-vestuário apresentou trajetória decrescente, tendo uma leve recuperação em 2000, em especial no segmento de vestuário, e desde então voltou a apresentar resultados negativos (LUPATINI, 2004).

De acordo com Araújo e Amorim, no período de 1993-1995, no Estado de São Paulo, por exemplo, o número de falências no setor do vestuário, calçados e artefatos de tecidos aumentaram 86,88% e a contribuição do segmento do vestuário para o aumento do desemprego entre os anos de 1993-1996 correspondeu a 40,6% (2001/02: 278).

Haugenauer *et al.* (2001: 30) concluem que, dada a abertura comercial a partir de fins da década de 80, tem imperado, no setor têxtil, a fusão entre empresas, a busca de escalas técnicas e econômicas, além da atualização de equipamentos, enquanto no setor de vestuário predomina o uso da terceirização.

Com a introdução de novas tecnologias, máquinas e equipamentos mais modernos observaram-se nesse período uma redução significativa nos postos de trabalho, em especial no segmento têxtil⁸. Fica claro que o processo da reestruturação, quando acontece, não atinge igualmente todas as etapas do ciclo produtivo. Como mostraram Araújo e Amorim (2001/02: 278 e 279), a inovação tecnológica tem se

⁸ O segmento de tecidos de planos sintéticos foi o mais afetado, especialmente a região de Americana, onde ocorreu uma redução drástica do número de empresas e de postos de trabalho. De 1990 a 1998, o número de tecelagens reduziu-se pela metade (ANDRADE, 2001) Mais dados sobre o setor têxtil-vestuário em Americana, São Paulo, podem ser também obtidos em outros trabalhos, por exemplo: DIAS, M. de Carvalho. Inovação tecnológica e relações interfirmas no cluster têxtil da região de Americana. (Dissertação de Mestrado) Campinas, SP: UNICAMP. IG, dez. 1999; COLLI, Juliana Marília. O faconismo pelo avesso: um estudo das formas de organização do trabalho. A facção no ramo de tecelagem no pólo têxtil de Americana – SP. Campinas, 1997 (Dissertação de Mestrado).

verificado principalmente nas etapas anteriores à costura, através da utilização dos sistemas CAD (*Computer Aided Design*) nas fases de design, modelagem, gradeamento e encaixe, e de equipamentos de controle numérico na fase do corte. As autoras explicam que as inovações do tecido, as especificidades, as fragmentações do mercado e o alto custo dos novos equipamentos dificultam a superação da defasagem tecnológica e “faz com que a indústria de confecção ainda se estruture no binômio máquina de costura/costureira”.

Em geral, “as pequenas empresas confeccionistas, produzindo diferentes linhas de produto, voltadas para nichos específicos do mercado da moda no nível regional ou nacional, demonstram pouco conhecimento das inovações organizacionais e menor disposição ou condição de adotá-las” (ARAÚJO; AMORIM, 2001/02: 279). São constatações feitas a partir da pesquisa realizada pelas autoras na região de Campinas.

Sobre essa questão, lembramos que a forte heterogeneidade e o fato da demanda por confecções ser extremamente diversificada no Brasil também colabora para a formação desses nichos específicos, o que faz com que nem todos os mercados possibilitem a atuação de empresas de grande porte. Por outro lado, dado o lançamento contínuo de novas coleções ao longo do ano, o segmento do vestuário demanda flexibilidade produtiva para o ajuste das empresas às novas tendências de moda e “essa flexibilidade, assim como a simplicidade administrativa, é mais facilmente encontrada nas empresas de pequeno porte” (IEL, CNA, SEBRAE, 2000: 127).

Depois de 1999, no tocante ao desempenho comercial, como mostra Prochnik (2002), tanto o segmento têxtil como o de vestuário, apresentaram crescimento das exportações e uma pequena redução nas importações. Segundo o autor, esse crescimento se deu principalmente nos segmentos de algodão e de vestuário e está vinculado a presença de grandes empresas, principalmente no segmento de cama, mesa e banho.

Contudo, é importante ressaltar que a abertura econômica, por si, parece não ter sido suficiente para garantir a inserção do país no comércio mundial, principalmente no que se refere às exportações. Isso significa dizer que a participação da indústria têxtil-vestuário no comércio mundial é muito pequena e no período de 1995 a 2000 reduziu-se ainda mais. As exportações da cadeia têxtil-vestuário brasileira ficaram mais

concentradas na União Européia e nos Estados Unidos. Diz ainda que o inverso aconteceu com o Mercosul. “O Mercosul concentrava quase 40% das exportações da indústria têxtil-vestuário em 1999 e em 2002 despencou para pouco mais de 14%, grande parte em virtude da crise argentina” (LUPATINI, 2004: 31).

2.1 Implicações da Reestruturação Produtiva na Relocalização da Produção

De antemão, é possível dizer que o processo de reorganização e relocalização da produção que vem ocorrendo nos últimos anos na cadeia produtiva têxtil/vestuário, em âmbito global, visualizado mais fortemente no Brasil no setor da confecção, também ocorre inter-regiões no país. Assim, a prática da subcontratação, que nesse setor produtivo existe desde suas origens, passa a ser revitalizada, na busca, cada vez mais crescente, de aumento da produtividade, a custos menores.

Desde a década de 70, grandes empresas de países desenvolvidos vêm adotando uma dupla estratégia: “redução dos custos via modernização de plantas e máquinas e equipamentos e reorganização da produção via subcontratação internacional” (MYTELKA, 1999: 114). A prática da terceirização, favorecida pela difusão das tecnologias de informação, ampliou as possibilidades das empresas transferirem sua produção para regiões ou países que lhes ofereçam maiores vantagens, sem perder a chance de realizarem um controle efetivo à distância sobre o andamento do processo produtivo, uma vez que se intensificaram as facilidades na circulação de dados e informações pelas redes de comunicação.

Em termos de reorganização e relocalização, especificamente na indústria têxtil-vestuário, nos anos 70 e 80, Cruz-Moreira (2003) observou o deslocamento da produção do Japão para os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul e Cingapura). Em meados dos anos 80, outra expressiva relocalização da produção dos Tigres Asiáticos para o Sudeste Asiático e China. E na década de 1990, em virtude da consolidação dos blocos comerciais e acordos especiais bilaterais, ocorreu uma relocalização da produção da indústria têxtil-confecção dos Estados Unidos para a América Central e o Caribe, especialmente para o México, em função do Nafta, bem

como a transferência da produção da região da União Européia para os países do leste europeu, depois da queda do muro de Berlim.

Nesse contexto, vale dizer que as empresas, em especial aquelas que comandam as cadeias produtivas, despem-se das atividades produtivas propriamente ditas e/ou as deslocam para regiões ou países com custos inferiores (em especial o custo do trabalho), concentrando seus esforços nas atividades imateriais e que agregam maior valor, como *marketing*, *design*, canais de comercialização, marcas, entre outras. Destacadamente, as etapas deslocadas para regiões e países de custos inferiores são as mais intensivas em trabalho da cadeia têxtil-vestuário, no caso a confecção (LUPATINI, 2004: 11).

Cruz-Moreira (2003) verificou essa tendência de concentração nos ativos imateriais em empresas de capital estrangeiro, como por exemplo, a *VF Corporation e Levis*. Essas empresas atuavam com unidades produtivas próprias, depois passaram a reduzir suas atividades, terceirizando-as ou substituindo-as por importados. Hoje, as mesmas têm se concentrado, de forma crescente, nas atividades estratégicas e de maior apropriabilidade dos ganhos. Nesse processo de realocação da produção, os NICs Asiáticos (*Newly Industrialized Countries*), por exemplo, conseguiram um forte aprendizado industrial e tecnológico, conhecido na literatura como *upgrading* industrial.

No modelo internacional, há uma nítida separação das etapas do processo produtivo: a criação do produto (desenho e modelagem), o marketing e a distribuição do mesmo, são fases realizadas nas centrais que detêm a marca (por exemplo, Pierre Cardin e Calvin Klein); já o processo de fazer as peças é todo terceirizado em vários países do mundo, onde é possível instalar as máquinas de alta performance nas empresas locais que trabalham sob a forma de contrato⁹ (IEL, CNA e SEBRAE, 2000: 128).

⁹ Na fabricação de camisas, por exemplo, as empresas internacionais dispõem de máquinas de alta eficiência (a LECTRA, Multinacional Francesa Fabricante de Sistemas CAD, por exemplo) capazes de produzir 5.000 peças/dia que serão auxiliadas por máquinas que produzem 3.000 bolsos/dia, 2.000 colarinhos/dia e as máquinas especializadas em acabamento. Esse modelo é eficiente porque essas empresas que detêm marcas já consolidadas no mundo inteiro estão produzindo peças que serão posteriormente distribuídas no mercado mundial, ou seja, existe demanda para esses produtos de forma a viabilizar economicamente a alta escala de produção. Já o modelo adotado no Brasil é diferente, pois não há demanda suficiente no mercado interno de forma a viabilizar a concentração da produção de uma unidade confeccionista em um artigo apenas (IEL, CNA e SEBRAE, 2000: 128).

Em relação à exportação, dados coletados por Lupatini (2004: 15) mostram que a “Alemanha Ocidental (5ª em 1963, 1ª em 1973, 1ª em 1989 e 6ª em 2000) e Itália (6ª em 1963, 5ª em 1973, 2ª em 1989 e 4ª em 2000) apresentaram bom desempenho, mas já nos anos 1990 e em meados de 2000 perderam posição para: China, Hong Kong e Coréia do Sul”. Em 2004, mantinham-se entre os maiores exportadores mundiais de produtos têxteis: Japão, Reino Unido, França e EUA. A posição dos países em desenvolvimento mostrou-se crescente, principalmente dos Asiáticos, notoriamente China e Hong Kong, desde a metade dos anos 1980 e Coréia e Taiwan desde meados dos 1990, crescimento este que se reforçou ao longo dos 1990 e dos anos 2000.

Esses dados já haviam sido apresentados por Serra (1996: 12). Acrescenta-se, porém, a inclusão do Brasil, do Paquistão e da Índia entre estes exportadores mundiais. No parecer da autora, “os únicos países de industrialização recente que internalizaram praticamente todo o complexo têxtil, tendo uma indústria de máquinas de dimensões razoáveis foram: Taiwan, Coréia do Sul, China, Índia e Brasil”.

Lupatini (2004) ressalta que essa participação expressiva nas exportações por parte dos países em desenvolvimento não necessariamente significa que eles agregam a maior parte do valor dos produtos da cadeia têxtil-vestuário e conseguem ter maior porcentagem dos ganhos. Pelo contrário, muito disso se deve às práticas na divisão internacional do trabalho na indústria têxtil-vestuário, na qual as empresas dos países desenvolvidos fornecem as matérias-primas e especificações do produto para as empresas dos países em desenvolvimento (com custo do trabalho inferior) para confeccionar o produto e depois re-exportar para o referido país desenvolvido.

Depois da segunda guerra mundial tem ocorrido uma crescente tendência à internacionalização do investimento capitalista. Com a falência da estratégia de substituição de importações, o novo mecanismo “consiste na liberalização das economias nacionais em resposta à demanda de mercados internacionais, acentuando assim sua participação no processo de globalização da produção mundial” (MOREIRA, 1997: 57).

Nessa linha de reflexão, outro fator é acrescentado por Moreira (1997). De acordo com a autora, a reorganização das atividades industriais a nível mundial tem se caracterizado pela feminização da mão-de-obra. Baseando-se em pesquisas anteriores, Moreira mostra que a reestruturação produtiva, que direcionou as indústrias manufatureiras para os países em desenvolvimento, criou mais oportunidades de emprego para as mulheres em economias periféricas, ao mesmo tempo em que as economias pós-industriais passaram a necessitar de mão-de-obra feminina para trabalhos considerados “menos valorativos” e de baixos custos predominantes no setor de serviços.

Essa reorganização da divisão do trabalho que tem por meta a busca por menores custos, pode ser também visualizada na produção de tecidos. Segundo Verret (1999)¹⁰, três dos quinze países que estavam no topo da lista de produção de tecido na Europa em 1980: Itália, Tchecoslováquia (hoje República Tcheca) e Alemanha, foram substituídos por Indonésia, Tailândia e Bangladesh, demonstrando que países com baixo custo de mão-de-obra levam vantagem na competição mundial. No caso brasileiro, Lupatini acredita que a indústria têxtil-vestuário não se encaixa em nenhum perfil na divisão internacional do trabalho e isso se deve à natureza e à especificidade da constituição dessa indústria no país, fortemente marcada pelo processo de substituição de importações, combinada a um ambiente de proteção comercial,¹¹ até final dos anos 1980 e pela forma como foi realizada a abertura comercial, com intensificação dos seus efeitos pela sobrevalorização cambial em 1994 (Plano Real). Menciona ainda outros dois elementos constitutivos dessa realidade que merecem ser destacados: o mercado interno historicamente como principal *locus* de acumulação dessa indústria; e a estrutura da renda extremamente concentrada e socialmente insustentável (2004: 35).

¹⁰ Vice-presidente da *Werner International*, empresa de consultoria, especializada em estratégias do setor têxtil, em entrevista para a Revista Textília.

¹¹ A principal expressão dessas barreiras é o Acordo Multifibras, de 1974, que compreendeu o estabelecimento de cotas de exportação por país, abrangendo toda a cadeia têxtil, de caráter transitório, mas na prática renovado várias vezes. (SERRA, 1996) O comércio mundial de produtos têxteis e de vestuário continua sendo fortemente regulado por acordos internacionais, mais recentemente pelo novo Acordo sobre Têxteis e Vestuário – ATC (*Agreement on Textiles and Clothing*), cujo objetivo era “liberalizar o comércio da indústria têxtil-vestuário em 10 anos, entre 1995 e 2005” (LUPATINI, 2004: 15).

A indústria têxtil-vestuário brasileira sempre se voltou para o mercado interno, sendo que diante das crises na demanda interna, os fabricantes buscavam compensação no mercado externo. Contudo, ao longo de seu desenvolvimento essa busca alternativa do mercado externo em momentos de retração da demanda interna não alterou o seu principal eixo de acumulação. As exportações estão concentradas em um número reduzido de empresas, freqüentemente de grande porte e com maiores capacitações industriais e tecnológicas¹² (HIRATUKA e GARCIA, 1995).

No contexto recente, há grandes compradores que comandam cada vez mais a indústria de vestuário, investindo significativamente em desenvolvimento de produto, propaganda, além de, muitas vezes, monopolizarem os principais canais de distribuição e de comercialização. A competição vem se dando cada vez mais em âmbito global. Os fornecedores estão cada vez mais dispersos, enquanto os compradores mais centralizados, do ponto de vista da concentração do capital. Gereffi (1994: 94) explica que no comando das cadeias produtivas, geralmente representadas grandes lojas departamentais como a C&A, por exemplo - a produção internacional subcontratada é também prevalecente, mas a produção é realizada geralmente por fábricas independentes do terceiro mundo, que fazem os produtos finais (mais que partes e componentes). “As especificações são fornecidas pelas empresas compradoras e de marca que desenham os produtos (bens)”.

É importante perceber a relação existente entre essa divisão internacional do trabalho com a nova divisão nacional do trabalho, que vem ocorrendo na cadeia produtiva, ou seja, a realocização que se dá também pela transferência de plantas de uma região a outra dentro do mesmo país. No Brasil, na década de 90, houve um crescente deslocamento regional das empresas, da região Sudeste para o Nordeste. Nesse processo, a região Sul também tem ganhado importância. O que impulsionou esse deslocamento para a região Nordeste, em especial do segmento de confecção, foi “basicamente dois elementos: custos do trabalho menores e incentivos fiscais e de crédito” (LUPATINI, 2004: 28). Devido ao uso intensivo da mão-de-obra nesse

¹² Adicionalmente, a análise da indústria têxtil-vestuário brasileira indica “forte associação entre capacitação produtiva e porte da firma, prevalecendo melhores índices de atualização tecnológica, produtividade e desempenho em vendas nas empresas de maior porte e com marcas estabelecidas no mercado” (MIRANDA, 2001: 82).

segmento, o salário é um item importante a ser levado em consideração para a localização das empresas. Só para se ter um exemplo, “enquanto uma costureira custava algo em torno de 875 reais ao mês no Vale do Itajaí (SC), em outras regiões custava 314 reais ao mês” (IEL, CNA, SEBRAE, 2000: 129).

Em 1990 a região Nordeste era responsável por 13,3% da produção nacional têxtil-vestuário, saltando para 20,6% em 2001, a região Sul aumentou em torno de dois pontos percentuais sua participação, enquanto a região Sudeste reduziu de 56,8% para 47,5% entre 1990 e 2001. Quando se olha o emprego, observa-se o mesmo movimento, com um elemento adicional, a região Sul ganha participação de forma mais pronunciada. Do ponto de vista dos segmentos, o de confecção da região Sudeste foi o que mais se reduziu, em termos relativos, de 81,04% em 1991 para 59,22% em 2001. Já o inverso aconteceu com as regiões Sul e Nordeste. A participação do Nordeste no emprego do segmento de confecção brasileiro aumentou em torno de 2,5 vezes e a da região Sul quase 2,0 vezes (LUPATINI, 2004: 28).

Lupatini (2004), Moreira (1997) e as pesquisas do IEL, CNA, SEBRAE, (2000) identificam como uma das condições que têm favorecido a emergência da Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT), a existência de uma mão-de-obra extremamente barata e abundante nos países em desenvolvimento, que pode ser usada durante todo o ano e, depois de um breve período de treinamento, é capaz de alcançar níveis de produção semelhantes aquelas dos países desenvolvidos. Moreira (1997: 57), porém, acrescenta duas outras pré-condições: uma diz respeito à “divisão do processo de produção, na qual as operações podem ser fragmentadas, aprendidas num curto período de tempo” e a outra se refere às “técnicas de transporte e comunicações, que têm se tornado muito avançadas, possibilitando a produção de bens completamente ou parcialmente em qualquer lugar do mundo”.

Tomando o exemplo do estado do Ceará, segundo ela, a industrialização no Brasil que antes se concentrava nos centros urbanos, a partir da década de 80 foi sendo redirecionada para regiões do interior, por meio do oferecimento, por parte do governo, de um pacote de benefícios para que as indústrias se estabelecessem, como, por exemplo, infra-estrutura física, terrenos a preços simbólicos e vários incentivos fiscais (MOREIRA, 1997).

Dentre essas empresas, uma fábrica de confecção, que faz parte de um complexo empresarial de um grupo de investidores de Taiwan, encontra-se em funcionamento no município de Acarape, na região do Maciço do Baturité, distante aproximadamente 70 quilômetros de Fortaleza. Ao contrário das outras empresas instaladas na área, a mencionada fábrica de confecção não contrata diretamente toda a mão-de-obra necessária para a confecção de roupas em jeans (particularmente calças compridas). Ela apenas contrata a mão-de-obra mais especializada, como, por exemplo, engenheiros, administradores, gerentes, pessoal encarregado do corte do tecido, etc. A mão-de-obra encarregada da montagem de peças em jeans é subcontratada através de cooperativas de confeccionistas criadas recentemente (1993) numa política conjunta do governo do Estado do Ceará, prefeituras municipais do Maciço do Baturité e a referida fábrica de confecção. Os confeccionistas são pagos por produção e ganham em média um salário mínimo por mês. [...] quase todas mulheres do meio rural que, na grande maioria, não possuem nenhuma experiência anterior em trabalho industrial, principalmente na indústria de confecção (MOREIRA, 1997: 56 e 57).

Esse deslocamento regional da produção vem se dando via implantação de novas unidades produtivas ou por meio de terceirização/subcontratação da produção. A subcontratação ganhou amplitude nos últimos anos no Brasil, de certa forma seguindo o que aconteceu, desde 1970, na configuração internacional da indústria têxtil-vestuário. Para esse movimento de realocação da produção do setor têxtil-vestuário Lupatini apresenta dois formatos de configuração produtiva:

Primeiro, é o investimento que contribuiu para a consolidação de estruturas produtivas mais integradas, como o caso do estado de Santa Catarina; já o segundo refere-se a uma parcela desses investimentos, em especial os que se destinaram para o sul de Minas Gerais e a região Nordeste, que estão associados à busca de competitividade por via espúria, com base em incentivos governamentais (renúncia fiscal, por exemplo) e na flexibilização e precarização das relações de trabalho, como as denominadas cooperativas de produção industrial (2004: 28).

A utilização de formas precárias de trabalho é característica marcante da cadeia têxtil-vestuário, em especial da confecção, apesar de movimentos de resistência no âmbito nacional e internacional. Mesmo com incansáveis campanhas em defesa dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores contra práticas precárias de trabalho (muitas vezes de escravidão) no Brasil e no mundo, esse quadro parece não ter se reduzido significativamente. No parecer de Lupatini (2004), contra essas práticas de

trabalho, muitas vezes as próprias multinacionais adotam, em seus discursos, códigos de conduta para romper com esse tipo de ações, mas na realidade, não raro, permanecem utilizando-as.

No Brasil grandes empresas têm argumentado que, até pela própria exigência dos grandes compradores mundiais, não se utilizam de formas precárias de trabalho. Entretanto, nada garante que estas práticas não sejam usadas pelas suas subcontratadas ou pelas contratadas das subcontratadas, como trabalho domiciliar, cooperativas de produção industrial, por exemplo (LUPATINI, 2004: 28).

Outro elemento parece também influenciar nesse movimento de realocização. As “deseconomias de aglomeração”, segundo Gonçalves (2005: 115) passam a pressionar negativamente o lucro das empresas localizadas nos grandes centros urbanos, sobretudo nas metrópoles nacionais, tornando, para várias empresas, inviável a produção nesses lugares. “Os engarrafamentos; a especialização do trabalho e, conseqüentemente, o aumento do valor da mão-de-obra; a violência, os danos causados ao meio ambiente, menor disponibilidade de terrenos, maiores custos de instalação e operação”, constituem fatores que levam as empresas a transferir etapas ou mesmo toda a produção industrial para cidades do interior, onde certas amenidades decorrentes da nova localização industrial podem fazer aumentar o lucro. Acrescenta-se a essas vantagens, a infra-estrutura material institucional, viabilizada pelo poder público local no sentido de atrair novos investimentos, gerar empregos, que, não raras vezes, são usados como bandeiras eleitorais.

Com base principalmente nas constatações de Cruz Moreira, Lupatini, Hiratuka, Garcia e Gonçalves, podemos dizer que os processos de realocização e reorganização da produção no setor têxtil-vestuário são influenciados, na maioria das vezes, pela busca crescente por aumento de produção com redução de custos. Podemos dizer que a desconcentração geográfica e organizacional de empresas passou a ser uma estratégia central de competitividade dentro das formas contemporâneas de flexibilização. “Do ponto de vista das multinacionais, a internacionalização da produção tem sido determinada por fatores econômicos:

lucratividade, custos, diferenças na produtividade. Mas, do ponto de vista dos sindicatos, as conseqüências sociais são motivos de preocupação” (HIRATA, 2002: 45).

2.2 Extensão da Rede de Subcontratação de Trabalho no Setor do Vestuário: Terceirização e Informalidade

Pesquisadores da questão da terceirização no Brasil têm destacado dois padrões distintos e contrastantes de sua adoção. O primeiro, considerado como um padrão 'reestruturante' tem sido apontado como o que busca a redução de custos valendo-se de determinantes tecnológicos e organizacionais; o segundo, referenciado na literatura como “predatório”, busca a redução de custos mediante exploração de relações precárias de trabalho e, para tanto, recorre à utilização de subcontratação de mão-de-obra, aos contratos temporários de trabalho, ao trabalho a domicílio, ao trabalho em tempo parcial e ao trabalho sem registro em carteira¹³ (NAVARRO, 2003: 34).

Em relação ao padrão 'reestruturante' da terceirização Navarro, baseando-se nos dados do DIEESE, argumenta que sua adoção, do ponto de vista empresarial, significa centrar a atividade naquilo que é considerado estratégico, focalizando onde a empresa detém o domínio tecnológico e a capacidade de produzir com mais qualidade e custos menores. Assim, a empresa fragmenta a sua cadeia produtiva interna, transferindo para terceiros as atividades de produção. A adoção dessa estratégia possibilita que ela reduza a diversidade das formas de produção e dos processos de trabalho envolvidos, aumentando o controle sobre esses mecanismos de produção. Isso permite ganhos de racionalização, eficiência e produtividade. Por outro lado, alguns riscos relacionados à instabilidade do mercado e à ausência de um crescimento sustentado na demanda são transferidos para terceiros. “Esses aspectos [...] são todos relacionados com a questão da qualidade e da produtividade, sendo, portanto,

¹³ Discussão muito semelhante a respeito das duas modalidades de terceirização foi realizada por Druck (1999), Gitahy (1994), Araujo e Amorim (2001/02);

elementos constitutivos da atual mudança de paradigma tecnológico” (NAVARRO, 2003: 35).

Mas, Navarro (2003) comenta que o que predomina no Brasil é um segundo padrão de terceirização, chamado de "predatório", que busca a redução de custos mediante táticas que podem e vêm sendo empregadas tanto isolada como conjuntamente. Segundo ela, o processo de reestruturação produtiva em curso na indústria de calçados em Franca/SP enquadra-se nessa última modalidade.

Tanto Navarro (2003), quanto Araujo e Amorim (2001/02) e também Lima (1998, 2002, 2004, 2006), e Druck (1999), vêem a reestruturação produtiva e a terceirização como processos que tem levado, em grande medida, à intensificação e à precarização do trabalho. Para Lima, se nos anos 80 o discurso da modernidade estava, pelo menos no Brasil, na adoção de novas tecnologias e formas de gestão, a reestruturação produtiva dos anos 90 tem na terceirização um de seus elementos distintivos, processo que tem por base a pressão por rebaixamento de custos com redução da força de trabalho ocupada e a pressão pela flexibilização dos custos salariais diretos e indiretos, através da redução ou eliminação dos encargos sociais (LIMA, 1998a: 3).

O conceito de "terceirização" é outro que dá nova roupagem à velha subcontratação presente desde os primórdios do capitalismo. Agora responde à "sociedade em rede", ao modelo japonês, à focalização de empresas, aos novos contratos, às novas formas de gestão da força de trabalho caracterizadas pela busca permanente de redução de custos (LIMA, 1998: 2).

Desse modo, diferente de Alves¹⁴ (1996), para quem as práticas de terceirização só podem representar a precarização do trabalho, Navarro, Gitay, Lima, Araújo e Amorim, assim como os estudos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostram que há dois tipos de terceirização:

¹⁴ Referimo-nos ao texto de ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.A. de (org). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

uma forma de subcontratação, que se dá entre empresas de mesmo porte, onde pode se ver um plano de desenvolvimento em conjunto e outra com vistas à redução de direitos e barateamento dos custos de produção.

Entendemos, tomando por base esse segundo conjunto de autores, que não é possível fazer a relação direta entre terceirização e precarização no Brasil, sem distinguir estas duas formas na realidade empírica. Ao adotar uma concepção padronizada a respeito das práticas de terceirização, autores como Alves (1996), não conseguem perceber que a realidade tem nuances, ambigüidades e contradições, que deixadas à margem, colaboram para a simplificação do conceito. Pode até ser que a precarização ocorra na maioria dos processos de subcontratação em voga, como no caso da indústria de confecção brasileira, mas mesmo assim não podemos generalizar essa afirmação para o conjunto da indústria, pois há outros mecanismos de terceirização em prática e as conseqüências nem sempre são idênticas.

Segundo Araújo e Amorim (2001/02), é possível encontrar hoje no país extensas redes de subcontratação que têm na sua ponta superior grandes empresas multinacionais atuando no mercado global; e empresas atuando como subcontratadas numa cadeia global, que tem como principal cliente uma grande companhia, com matriz no exterior, ou pequenas redes de subcontratação vinculadas a empresas de médio e pequeno porte, atuando basicamente no mercado nacional. Em muitas dessas redes é possível encontrar em sua ponta inferior o uso do trabalho a domicílio (2001/02: 270).

Sabemos também que, conforme afirmam essas autoras, “a indústria de confecção, caracterizou-se, desde os seus primórdios, pelo uso contínuo de diversas formas de trabalho subcontratado, principalmente do trabalho a domicílio” (2001/02: 270). Mas, há de se perceber as especificidades desse processo. As referidas autoras também comentam que pesquisas realizadas ao longo dos anos 90, em diferentes estados do país, têm mostrado como a reestruturação no setor de confecção vem se processando de forma diferenciada, conforme as características regionais e as estratégias empresariais (2001/02: 279).

Não é menos verdade que o uso da terceirização, como uma prática tradicional de gestão da produção e de organização do trabalho, que remonta ao século

XIX, alterou-se e generalizou-se como umas das principais estratégias de flexibilização da produção adotada por diferentes ramos da indústria e do setor de serviços.

Preocupadas em precisar melhor o conceito, Araújo e Amorim (2001/02) também mostram que há dois tipos de terceirização no setor de confecção no Brasil. Assim, para entender essas diferentes modalidades de relações entre contratantes e subcontratados no setor, no contexto da reestruturação produtiva, tomamos delas as análises realizadas com base nas tipificações feitas por Ypeij;

Na subcontração parcial, a empresa contratante transfere parte da produção a uma terceira parte, mas fornece as matérias primas e/ou produtos semi-manufaturados necessários e, em alguns casos, inclusive o maquinário. A subcontratada é responsável por uma parte do processo de fabricação e, em geral, quando ela termina sua tarefa, o produto recebe ainda um processamento final na firma contratante. No caso da subcontratação completa, a empresa contratante transfere à subcontratada a fabricação completa do produto, provendo a ela apenas suas etiquetas e material de embalagem. Estas duas modalidades de subcontratação não são mutuamente excludentes, mas constituem pólos de um *continuum* (ARAUJO e AMORIM, 2001/02: 272 e 273).

A subcontratação assimétrica geralmente se estabelece entre empresas de porte diferente, ou seja, entre grandes e pequenas empresas e envolve relações desiguais de poder e de subordinação. Nessa perspectiva, geralmente os vínculos entre essas empresas assumem a estrutura de uma pirâmide, com poucas grandes empresas no topo e uma gradação crescente de médias e pequenas empresas nos níveis inferiores, em direção à base. A forma de “subcontratação equivalente” envolve empresas que têm tamanhos semelhantes (ARAUJO e AMORIM, 2001/02: 273).

A subcontratação pode limitar a autonomia e a liberdade do produtor. De acordo com Ypeij, distintos graus de subordinação estão diretamente relacionados com a subcontratação parcial e com a subcontratação completa. Esta última permite ao(a) produtor(a) deter maior autonomia em relação à empresa contratante, na medida em que ele toma as decisões centrais relativas à compra de matéria-prima, ao uso da subcontratação e à forma de organização da produção. Além disso, ele é o proprietário do produto até o momento da sua entrega ao contratante. No caso da subcontratação parcial, como os(as) produtores(as) se envolvem em apenas uma parte da produção e não têm contato com os fornecedores e nem com os pontos de venda do produto final,

seu controle sobre o processo produtivo é muito mais limitado e é maior sua subordinação ao contratante. Quando o contratante fornece o maquinário para a fabricação, há uma perda ainda maior da independência do pequeno e micro-produtor. “Esta relação se transfere para as pontas inferiores da cadeia, mesmo no caso da subcontratação equivalente, quando pequenas ou microempresas subcontratadas, transferem por sua vez parte da produção para outras(os) micro-produtoras(os) ou para trabalhadoras(os) a domicílio [...]” (ARAÚJO e AMORIM, 2001/02: 274).

Como afirmam as autoras (2001/02: 275), a terceirização tem imposto aos trabalhadores relações de emprego instáveis, redução de salários, de benefícios e condições de trabalho degradadas, que têm como conseqüências o aumento de acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Mostram ainda que essa terceirização tem levado ao desalojamento de uma parcela dos(as) trabalhadoras(es) para a economia informal, submentendo-as(os) a condições precárias de trabalho e excluindo-as(os) dos benefícios assegurados por lei e da representação sindical.

Essas costureiras a domicílio ganham pouco e recebem por produção. Quando contratam outras pessoas para trabalhar nas oficinas, pagam-lhes menos ainda. Recebendo pela quantidade de peças produzidas, são obrigadas a efetuar longas jornadas de trabalho. Por isso, vivenciam uma “liberdade profissional contraditória”, numa condição que não lhes faculta, na maioria das vezes, ter reservas financeiras para manter os equipamentos necessários para produzir, comprar a matéria-prima, transportá-la a baixo custo e nem tão pouco investir em tecnologia. Há ainda os riscos da sazonalidade da produção e da comercialização dos produtos do vestuário.

O trabalho a domicílio na indústria do vestuário define-se pela precarização: o uso do espaço doméstico para a produção, a ausência de limites à jornada de trabalho que envolve crianças, jovens e velhos no trabalho em casa. Quando utiliza esse tipo de contrato, o que interessa para a empresa é o cumprimento dos prazos acordados (LIMA, 1999). Nesse ponto recordamos as distinções entre as diversas formas de trabalho a domicílio, dentro das “novas” formas de subcontratação na chamada “acumulação flexível”, que caracteriza a atual fase da produção capitalista. De acordo com Ruas.

Haveria o “Trabalho a Domicílio Distribuído - TDD” onde o trabalho seria distribuído através de intermediários em residências próximas às fábricas. Este trabalho é basicamente manual e utiliza os vários membros de uma mesma família. Outra forma seria o trabalho a domicílio em pequenos empreendimentos familiares. Nesta a distinção estaria na relação direta entre as empresas contratantes e as subcontratadas, havendo operações mecanizadas e inclusive subcontratação de trabalhadores eventuais estranhos à família. Essa última caracterização é particularmente presente nas faccionistas de confecções que possuem ateliê em casa, mantendo relações mais ou menos estáveis com seus fornecedores, que podem ser pequenas confecções ou grandes indústrias (1993: 126).

Para Lima, a terceirização em empresas menores no interior ou a abertura de postos de serviços nesses lugares funcionam como rebaixamento de custos e precarização. O custo de vida nessas pequenas cidades é mais baixo, as possibilidades de emprego são mínimas, não existindo opções para o(a) trabalhador(a). O caráter globalizado do setor permite deslocar a produção para onde os custos são menores (1999: 137).

Em Silva (2002), percebemos que relacionado ao conceito de terceirização está o conceito de informalidade. Situando as suas reflexões no contexto mais geral das transformações do trabalho e do emprego, o autor problematiza esse fenômeno, diante dos processos de reestruturação produtiva em desenvolvimento, cujas implicações estão reconfigurando as relações de assalariamento. Este autor defende que a noção de informalidade está sendo substituída pelo conceito de empregabilidade e de empreendedorismo, a que indica à presença de novos modos de exploração capitalista, cuja característica fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material.

Já Kraychete (1998) leva-nos a pensar que o termo é polêmico, comportando historicamente, desde as suas origens, inúmeros significados e distintos usos, a depender da compreensão teórica e dos objetivos específicos de cada autor. A autora debate a visão de informalidade que imperou durante muito tempo no Brasil;

Até os anos 1970, para uma certa visão, que chamarei de desenvolvimentista, a pobreza urbana era explicada como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento industrial. O setor informal era entendido como um subproduto de um eventual período de crescimento econômico. Desse ponto de vista, não haveria porque perder

tempo discutindo-se a viabilidade do setor informal. Conforme esta visão, o futuro é o capital e todos cresceríamos juntos (1998: 78).

Filgueiras, Druck e Amaral (2004) distinguem o espaço econômico-social das atividades econômicas informais a partir de dois critérios distintos, que dão origem a diferentes conceitos de informalidade. Segundo eles, o primeiro desses critérios distingue o formal do informal a partir das respectivas lógicas de funcionamento de suas atividades, isto é, se elas são atividades tipicamente capitalistas ou não, enquanto o segundo critério delimita essa diferença a partir da legalidade ou ilegalidade dessas atividades.

O primeiro conceito foi elaborado no início de 1970, como resultado de um estudo sobre a estrutura produtiva, emprego e renda do Quênia e afirmou que o setor informal é consequência do excedente de mão-de-obra resultante do elevado crescimento demográfico, que produziu um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos - associados ao processo de industrialização ocorrido no pós-guerra nos países em desenvolvimento¹⁵ (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004: 212).

Esse conceito, por não obedecer, nessa primeira fase de aplicação teórica e empírica, nenhum rigor ou homogeneidade e pelo fato de sua abordagem continuar dual e estática, gerou dúvidas e críticas. Por isso, na metade dos anos 70, o termo informalidade passou a ser abordado a partir das relações do trabalhador com os meios de produção e definido como um conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, caracterizadas em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho, ou seja, o produtor direto, de posse dos meios de produção, executa e administra a atividade econômica, com o apoio de mão-de-obra familiar e/ou de alguns ajudantes (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004: 213).

¹⁵ Na ausência de mecanismos institucionais garantidores de uma renda mínima, a população não absorvida teve como única alternativa de sobrevivência a ocupação em atividades não assalariadas e sem proteção social (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004: 213).

É do mesmo texto a discussão de que com a crise do fordismo e do estado de bem estar, bem como o seu enfrentamento através da reestruturação produtiva e dos programas de liberalização econômica, abriu-se espaço, desde meados dos anos 70, para o surgimento de atividades não regulamentadas pela legislação vigente nesses países. Esse fenômeno, resultante da desarticulação da estrutura produtiva, gerou uma redução do contingente de trabalhadores assalariados e como, conseqüência, o crescimento do número de trabalhadores socialmente não protegidos.

Numa terceira definição, a informalidade pode se referir tanto a certas atividades e formas de produção quanto a relações de trabalho consideradas ilegais; entretanto, não pode ser identificada como um setor da economia, uma vez que o trabalho assalariado sem carteira assinada, por exemplo, está presente tanto em empresas e atividades não registradas quanto em empresas capitalistas formalmente constituídas, de acordo com as regras jurídicas vigentes. Desse modo, nesse terceiro conceito, para Filgueiras, Druck, Amaral (2004), o trabalhador informal se insere, na estrutura produtiva, tanto através do mercado de trabalho (informal), quanto pelos mercados de produtos e serviços.

No contexto dos anos 80 e 90, Dedecca e Baltar (1997) mostram que houve uma ampliação da informalidade, como conseqüência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais (capitalistas e/ou legais) para as atividades informais (não tipicamente capitalistas e/ou ilegais) – dando origem ao que se tem denominado de “nova informalidade”. Explicam que essa “nova informalidade” nos países periféricos, tal como a economia subterrânea ou não registrada nos países centrais, decorre do processo de reestruturação produtiva em curso desde os anos oitenta e a partir dos anos noventa nos primeiros.

No Brasil, essa “nova informalidade” tem levado ao crescimento do número de autônomos (algumas vezes assalariados disfarçados) que trabalham para as empresas, isto é, uma informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais - muito impulsionada pelo processo generalizado de terceirização que redefiniu, nos anos 90, relações de trabalho e atividades já existentes. Lembramos que com a redução dos empregos formais, avolumaram-se ocupações por conta própria. De acordo com Kraychete, em 1990 “[...] para cada 10

ocupações geradas, apenas duas foram assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três de ocupações sem remuneração [...]; o emprego assalariado com carteira teve uma redução de 4% e o número de trabalhadores por conta própria aumentou em 61% (1998: 19 e 20).

Góis e Escóssia (2001: 12) afirmam que na década de 1990, “29,3% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza” - indivíduo com renda mensal inferior a 80 reais (referência, salário mínimo: 181 reais) – “o equivalente a 50 milhões de pessoas e, desses 50 milhões, 56% viviam em famílias dirigidas por trabalhadores informais.” Além disso, segundo Filgueiras, Druck, Amaral (2004: 215), em virtude da entrada de novas pessoas na informalidade, detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades formais, essa “nova informalidade” também se expressa na criação de novos produtos e de novas atividades econômicas, bem como na redefinição de outras anteriormente já existentes. Nesse caso, a mudança se reflete na qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos diretamente ao público em geral. Portanto, a “nova informalidade” se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articulados ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da “velha informalidade”, por eles redefinidas.

Lima e Soares (2002) também utilizam o termo “nova informalidade” para caracterizarem o conceito no quadro da flexibilização e da desregulamentação do trabalho. Esta é intitulada pelos autores como uma característica da “flexibilidade dos novos tempos”, que congrega trabalhadores oriundos do mercado formal, com uma característica que a diferencia de outras épocas, pois deixa de ser uma situação transitória para ser definitiva. Afirmção singular é feita por Melo e Telles (1999), ao comentar que o avanço das atividades ligadas à economia informal não se apresenta como um fenômeno transitório, nem desaparecerão espontaneamente em um futuro previsível na economia nacional e mundial.

Para Filgueiras, Druck, Amaral, pode-se considerar o conceito de informalidade a partir da junção dos dois critérios: “ilegalidade e/ou atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas” (2004: 215). De forma bastante acertada, Malaguti afirma que “não se pode esquecer que no mercado informal o que vigora é a precariedade” e que “a informalidade é o refúgio dos sem-opções” (2001: 68).

A mesma questão é defendida por Nascimento (2002: 16), para quem “o trabalho informal surge como a única forma de sobrevivência para milhões de pessoas, apesar de intensificar a precarização das relações de trabalho”. Explica ainda que nos países subdesenvolvidos, em virtude do sistema fordista de produção e do estado de bem-estar nunca terem se constituído plenamente, a presença da informalidade, qualquer que seja o significado que se dê a esse conceito, sempre foi intensa, desde o período do pós-guerra. Na mesma linha de pensamento, Abramo (2002: 21) demonstra que o crescimento da informalidade está associado à intensificação dos processos de desverticalização e subcontratação que contribuíram para criar “novas e cada vez mais difusas fronteiras entre o setor formal e o informal”.

Dedecca e Baltar (1997) caracterizam essa “nova informalidade” como processo decorrente da reestruturação produtiva em curso, desde os anos oitenta e a partir dos anos noventa, impulsionada, no caso brasileiro, pelo processo generalizado de terceirização. Filgueiras, Druck e Amaral (2004) a denominam em função da presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades. Lima e Soares (2002), inserindo-a no contexto da flexibilização, a utilizam para demonstrar a transferência de uma situação transitória por uma realidade definitiva, questão igualmente colocada por Melo e Telles (1999).

Na verdade, o trabalho "informal" adquire ares de modernidade. Como comentou Lima (2002), sinônimo, por décadas, de subemprego, desemprego disfarçado e subdesenvolvimento do terceiro mundo, chegou ao primeiro mundo com a revolução tecnológica e organizacional das últimas décadas. Incorpora massas crescentes de trabalhadores antes ocupados em empregos regulares e levas de imigrantes, ocupados numa infinidade de empregos precários, sem contratos e com baixos salários, sem opções.

Nós, que sempre convivemos com a informalidade, assistimos seu crescimento e a reprodução da tendência observada internacionalmente: não mais o trabalhador informal que se incorporava ao formal, ou circulava permanentemente entre o formal e o informal, mas a incorporação do trabalhador tipicamente do setor formal ao informal de forma definitiva, pela impossibilidade de retorno dada à eliminação de postos de trabalho e qualificações. A informalidade deixou também de ser uma exclusividade dos pobres, atingindo cada vez mais categorias médias de emprego e trabalhadores qualificados que passam a "prestadores de serviço", consultores, assessores, terceirizados em geral

de empresas menores, de cooperativas e uma infinidade de variações (LIMA, 2002: 2).

Com base na definição de Araújo e Amorim, podemos afirmar que em Cianorte e região está ocorrendo uma velha e uma nova informalidade. Nossa constatação se aproxima muito do que as autoras já analisaram na região de Campinas;

[...] a subcontratação não representa propriamente uma novidade nesse ramo, pois ela tradicionalmente utilizou o trabalho das costureiras externas, especialmente nos momentos de pico da produção. Porém, no contexto de um mercado globalizado, que estabelece novas condições de concorrência, a terceirização e o trabalho a domicílio são revitalizados e utilizados de forma mais intensa pelas empresas de confecção com o objetivo de redução de custos e aumento da produtividade (2001/02: 296).

A diferença importante é que essa informalidade, no contexto da reestruturação produtiva, é reutilizada em num novo propósito, como nova estratégia. Ao utilizar a facção e o trabalho a domicílio, a intenção é reduzir custos, subcontratando para fora. O crescimento das formas informais de terceirização na confecção, em momentos de crescimento da demanda, pode continuar presente. Mas há algo a mais, porque a própria sazonalidade e a dinâmica do mercado da moda, que está cobrando uma diversificação cada vez maior, exigem mudanças muito freqüentes no tipo de roupa, de tecidos e de modelos. Assim, em nome da flexibilidade, passa-se a reutilizar a terceirização e a informalidade no setor.

Tem-se uma informalidade e uma flexibilidade tradicional, que é o fato de poder aumentar a demanda, usando o trabalho faccionado e a domicílio, só que se amplia a flexibilidade para incorporar determinadas inovações, que vem da exigência da diversificação da moda. Por isso, a ocorrência do crescimento do trabalho subcontratado, não só na atividade tradicional central (costura), mas na lavagem do jeans e em todas as demais formas de individualização desse produto (raspagem, pinturas, bordado, etc). A terceirização, a informalidade e a flexibilidade, nesses parâmetros, deixam de ser pensadas nos moldes tradicionais e passam a ser utilizadas como aspectos de modernidade dessas empresas. Principalmente as pequenas

empresas, se modernizam na medida em que são capazes de diversificar a produção, lançarem novos modelos. E só são capazes de fazer isso através da terceirização, isto é, da subcontratação de trabalhadoras qualificadas (como as tradicionais costureiras domiciliares mostradas na pesquisa de Araújo e Amorim, que fazem peças inteiras).

A generalização do uso das palavras terceirização e informalidade estão relacionadas com um movimento mais amplo de reestruturação. A prática cada vez mais constante da primeira leva a ampliação do número de trabalhadores na segunda. Em conjunto, representam estratégias “flexíveis” de diminuição de gastos e formas pretéritas da produção utilizadas pelo setor da confecção.

Como explicitam Filgueiras, Druck e Amaral (2004: 5), na década de 1990, o processo de globalização e de reestruturação produtiva em curso tem resultado em altas taxas de desemprego nos países centrais e periféricos, além de um aumento da precarização do trabalho e do emprego, com o crescimento das atividades não regulamentadas - "economia subterrânea"- e do trabalho por conta própria. No caso dos EUA, os estudos têm constatado um rebaixamento do nível salarial e uma maior desigualdade dos salários, menores taxas de desemprego, porém um crescimento maior do emprego precário (parcial, tempo determinado, não registrado, etc). Na Europa, verificam-se maiores taxas de desemprego e menor desigualdade salarial, mas também cresce o emprego precário.

Os referidos autores mostram ainda que na América Latina, observa-se uma diminuição relativa do emprego industrial, maior expansão do emprego terciário, ampliação do informal e do emprego não regulamentado e o crescimento das taxas de desemprego, que atingem proporções inéditas. No caso do Brasil, esses processos se reproduziram em condições históricas e conjunturais específicas. Na década de 1990, constataram-se as maiores taxas de desemprego na história do país e uma grande expansão do setor terciário (micro e pequenas empresas).

No período 1989-98, o emprego industrial caiu em 8%; decresceu o emprego com carteira assinada em 12%; aumentou o emprego sem carteira em 7% e o emprego por conta própria em 6%. No período 1989-95, houve um acréscimo do número de desempregados de 16% em média a cada ano (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004:

6). Qualquer que seja o fator, aumento da produtividade significa intensificação da exploração capitalista.

Como explica Bertolino;

As máquinas modernas por si só não são capazes de aumentar a produtividade. Elas obrigam os trabalhadores a acelerar a velocidade das operações. Com as novas técnicas de organização do trabalho, muitas vezes, os intervalos de paradas são eliminados. Além da energia muscular, o trabalhador é obrigado a uma concentração maior, o que ocasiona desgaste psicológico. A tensão emocional é constante e as doenças profissionais crescem assustadoramente. São novas formas de exploração assalariada (1997:20).

No pólo de produção de roupas da região estudada vimos que há a combinação de diferentes formas de reorganização do trabalho. Emprega-se inovações tecnológicas, subcontrata-se facções, revitalizando antigas formas, como é o caso do trabalho domiciliar, cooperativo e faccionado. A justificativa de muitos proprietários é conseguir manter-se no mercado, frente ao acirramento da concorrência com produtos nacionais e importados. Desse modo, “a terceirização pode ser considerada como a principal política de gestão e organização do trabalho no interior da reestruturação produtiva” (BORGES; DRUCK, 2002: 112 e113).

Em síntese, podemos dizer que relacionados e reelaborados, os conceitos de informalidade, flexibilidade e terceirização, no contexto da reestruturação produtiva no Brasil, sintetizam juntos realidades aprofundadas de precarização e intensificação do trabalho.

2.3 Influências da Reestruturação Produtiva nas Relações de Gênero

Ocorre que no contexto do capitalismo brasileiro, os fenômenos da informalidade, da flexibilidade e da terceirização, têm classe, cor e sexo. Eles não atingem de forma igualitária a vida dos trabalhadores, suas relações de trabalho, suas organizações e seus direitos. Antes de tudo, trazem conseqüências desiguais, aprofundando as desigualdades já existentes, que não são puramente econômicas.

Importa aqui pensar uma das faces desses fenômenos nas relações de trabalho: o recorte de gênero.

Hirata e Preteceille (2002) discutem os principais modelos teóricos dos estudos sobre a reestruturação econômica na França e as formulações acerca da exclusão, precarização, flexibilização e insegurança no e do trabalho. Nesse país, os autores mostram o crescimento do desemprego e da redução dos postos de trabalho na década de 90, sendo que um dos pontos centrais destacados por eles é a “dupla transformação do trabalho, aparentemente paradoxal”, ou seja, de uma parte, os modelos de organização exigem estabilidade e envolvimento dos indivíduos no processo de trabalho (autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação) e, de outra, os vínculos empregatícios tornam-se cada vez mais precários e instáveis. Os autores (2002) descobrem que atrás desse paradoxo há na verdade uma degradação das condições de trabalho e uma forte intensificação do trabalho que ocasionam sérios problemas de saúde, isso porque o apelo ao subjetivismo e ao envolvimento do trabalhador não o poupa de sofrer.

Seus estudos apontam ainda que a fragilidade e a insegurança no emprego determinam uma atitude de distanciamento frente à ação coletiva e às lutas sindicais, incentivam a busca por soluções individuais, dificultando, mas não impedindo, a ação dos sindicatos. Outro aspecto tratado por Hirata e Preteceille (2002), mas não menos importante, são os grupos sociais mais atingidos pela precarização, dentre os quais se destacam as mulheres, os jovens, os idosos e os imigrantes. Não deixam de apontar também que há uma generalização da precariedade, que atinge globalmente todos aqueles que vivem do trabalho, não ficando de fora os gerentes, os executivos e os especialistas de nível superior. Na mesma linha de pensamento de Hirata e Preteceille (2002), as pesquisas de Franco (2002) mostram que a crescente precarização das condições de trabalho decorre do excesso de trabalho. Suas atenções se voltam, sobretudo, às pesquisas sobre o Karoshi (morte súbita por excesso de trabalho) no Japão.

Como argumentou Hirata (2001/02: 143), “os efeitos da globalização, complexos e contraditórios, afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino nos anos 90”. Segundo ela, se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a

liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por conseqüência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, com a exceção da África Sub-sahariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América.

A globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as mulheres trabalhadoras. As desigualdades sociais nas relações de trabalho e saúde, por exemplo, parecem ter piorado sob o impacto das políticas de flexibilização (HIRATA, 2001/02). A autora comenta que se trata de um dos paradoxos da globalização, esse aumento do emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes. Pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e de saúde não diminuíram e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente a despeito de um maior envolvimento nas responsabilidades profissionais por parte das mulheres.

Para Hirata (2001/02: 29) as conseqüências dessa evolução da atividade feminina são múltiplas, mas pode-se dizer que uma das mais importantes consiste no fato de que esse modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível prefigura um regime de assalariamento masculino e feminino, pois “é de acordo com o sexo de seus assalariados efetivos que a empresa elabora e aplica sua política de gestão da mão-de-obra”.

Vulneráveis, menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, “as trabalhadoras podem ser vistas como ‘cobaias’ para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então” (HIRATA, 2001/02: 144). No debate dessas contradições, lembramos também as contribuições de Bruschini e Lombardi (2001/02), quando chamam a atenção para a ocorrência de tendências inovadoras, que apontam para a conquista, por parte de mulheres mais escolarizadas, de bons empregos, embora mantendo a concentração (acima já debatida) em “guetos femininos”.

Alguns dados da pesquisa das autoras (2001/02) nos auxiliam a compreender outros fatores inclusos nas mudanças do trabalho feminino, no final da década de 90 no Brasil.

[...] prossegue o aumento do percentual de famílias chefiadas por mulheres, que, em 1998, chega a 26% do total das famílias brasileiras. Essas famílias estão mais bem representadas nos estratos mais pobres da população. Em 1998, 45% das chefes de famílias brasileiras eram pretas e pardas, e nessa mesma data, 14% tinham rendimentos inferiores a um salário mínimo (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001/02: 163).

É das mesmas autoras, a constatação de que a distribuição dos rendimentos de brasileiros e brasileiras na década de 90 denota os baixos níveis de ganhos da população como um todo e das mulheres em particular. Para Bruschini e Lombardi (2001/02), se na distribuição dos rendimentos dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras considerarmos também a influência da raça/cor, poderá se perceber, a situação desfavorável das mulheres negras. Num contínuo decrescente de rendimentos, os homens brancos vêm em primeiro lugar, seguidos das mulheres brancas, dos homens negros e, finalmente, das mulheres negras. Elas mostraram também alterações no perfil da mão-de-obra feminina no período.

As trabalhadoras que até o final dos anos setenta, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir dos anos oitenta. Na década seguinte, a atividade feminina aumenta, principalmente nas faixas etárias mais elevadas. Em 1998, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada em mulheres de 30 a 39 anos e cerca de 63% das de 40 e 49 anos também são ativas. [...], entretanto, com a recuperação da indústria nos anos seguintes, especialmente no começo de 2000, elas começam a perder espaço para as mais jovens, numa demonstração da associação existente entre idade e inserção no mercado de trabalho, no caso das mulheres (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001/02: 163).

Mas, quanto às responsabilidades domésticas não tem havido significativas mudanças;

Em primeiro lugar, elas continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Em segundo lugar a presença de filhos pequenos

continua sendo um fator que dificulta a ocupação feminina. [...] A maternidade é um dos fatores que mais interferem no trabalho feminino, quando os filhos são pequenos (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001/02: 164).

As referidas autoras (2001/02) observam que o crescimento do trabalho das casadas e mães poderia ser tomado, de um lado, como um indício da pressão econômica, que estaria forçando mulheres com essas características a procurar o mercado de trabalho. A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, segundo as mesmas, fariam parte desse processo. Revelam que esse aumento também é fruto “de um intenso processo de modernização e de mudança cultural observados no Brasil a partir dos anos setenta, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001/02: 166).

Os resultados dos estudos de Bruschini e Lombardi (2001/02: 185) nos auxiliam a verificar uma espécie de balanço da década de 90, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, quando relatam que “as mulheres continuaram a ganhar menos que os homens, independente do setor de atividade econômica em que trabalham, do tamanho da sua jornada de trabalho, do número de anos de estudo ou da sua posição na ocupação, mas as diferenças entre os seus ganhos e os masculinos diminuiram.” Abramo (2001: 80) faz afirmação similar quando comenta que a intensa afluência das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. Segundo ela, “em nenhum país latino-americano os rendimentos de homens e mulheres com o mesmo nível de instrução são equivalentes” (idem, p. 60).

Abramo e Abreu (1998) afirmam que o processo de precarização presente nas cadeias de subcontratação, que se constituem a partir de uma assimetria de poder entre as empresas e de uma lógica de redução de custos, está fortemente marcado por uma variável de gênero. Essa constatação também é feita por Araújo e Amorim (2001/02). Para as autoras, as mulheres são encontradas em maior número, principalmente nas empresas subcontratadas das pontas inferiores da cadeia produtiva,

nas quais predominam o trabalho taylorizado, as piores condições de trabalho e vínculos empregatícios precários (2001/02: 275 e 276).

Araújo, Amorim e Ferreira (2004) demonstram algumas continuidades e mudanças importantes de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Segundo elas, por um lado, mudanças econômicas, demográficas, culturais, de valores, de intensificação dos intercâmbios internacionais, impulsionadas pelas lutas feministas desde os anos 70 e pela atuação crescente das mulheres nos espaços públicos, levaram ao crescimento da sua participação no mercado extra-doméstico, na expansão da escolaridade e às transformações no perfil da força de trabalho desse sexo. Mas, embora haja mudanças quanto à inserção da mulher no mercado de trabalho - sua presença em posições mais qualificadas e em profissões de nível superior; crescente inserção na área jurídica; a partir dos anos 80 em ocupações técnicas; e incorporação crescente das mais pobres no mercado de trabalho – estas continuam ocupando funções definidas como tradicionalmente “femininas”. “Na indústria, os setores que concentram a força de trabalho das mulheres desde o começo do século XX são principalmente os de confecção, têxtil, de alimentação e de bebidas” (ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA, 2004: 7). Como bem mostram as autoras (2004: 11), a segmentação das ocupações por sexo é constantemente recriada ao longo do processo de reestruturação das empresas. Estudos realizados por Posthuma (1990), Rizek e Leite (1998) e Abramo e Abreu (1998) já explicaram também que as mudanças no sistema de produção têm requerido das mulheres uma série de habilidades que, adquiridas através de seu processo de socialização no espaço privado, apelam para o reforço de comportamentos culturalmente definidos como femininos.

Todos esses fatores nos ajudam a compreender porque as indústrias têxteis e do vestuário, ramos que perderam dinamismo interno e o comando sobre o crescimento da indústria, a partir de 1950, por muitas décadas, constituíram uma das poucas possibilidades de emprego fora do lar para as mulheres menos qualificadas profissionalmente. Aliás, as peculiaridades e a persistência do trabalho domiciliar das mulheres, no setor têxtil-vestuário, atravessam a história (GAZZONA, 1997).

Há interligações entre as esferas de produção e de reprodução, segundo Kergoat (1982) quando se trata do trabalho exercido por mulheres. Ela argumenta que

as habilidades que tornam as mulheres adequadas a determinados empregos como na indústria eletrônica, não são adquiridas pelos mesmos canais usados pelo homem – formação profissional, aprendizagem, experiência *on the job* no trabalho industrial, mas são obtidas antes de entrarem no mundo do trabalho remunerado, por meio do treinamento no trabalho doméstico, na costura e em outras “artes domésticas”. Para ela, as mulheres são bem treinadas para o trabalho reprodutivo, em qualificações que ocorrem fora do sistema de produção, mas que não podem ser medidas pelas empresas.

Do mesmo modo, no Brasil, as trabalhadoras externas tiveram grande importância no desenvolvimento do setor de confecções, onde as técnicas tayloristas ainda imperam. E a prática de subcontratação parece ser algo que acompanha o processo de produção no setor¹⁶. Como mostra Amorim (2003), a predominância de mulheres nesse tipo de trabalho deve-se à dificuldade de acesso aos empregos estáveis a partir de uma determinada faixa etária, ao viés de gênero presente nas definições dos postos de trabalho e à divisão sexual do trabalho que requer delas o cumprimento das tarefas domésticas. Grande parte dessas trabalhadoras não é registrada, está exposta a um processo de fragmentação e individualização, com capacidade de resistência enfraquecida e sem acesso à representação sindical, “características que evidenciam porque a terceirização é também uma estratégia política para as empresas” (2003: 65). O estado civil, a idade e o fato de ser mãe são condições relevantes na (sub)contratação das trabalhadoras nesse setor. Em geral, há preferência por mulheres de meia idade, casadas e com filhos, na medida em que constituem um grupo qualificado e com experiência, mas com poucas chances de ser empregado formalmente e, por isso, disposto a aceitar o pagamento por peça e a baixa remuneração imposta (ARAÚJO e AMORIM, 2001/02: 281).

Todos esses fatores contribuem para a permanência do trabalho domiciliar e faccionado, exercido em geral por mulheres, ao longo da trajetória de desenvolvimento desse segmento produtivo. Em São Paulo, por exemplo, a indústria do vestuário historicamente utilizou-se do sistema *work out* ou *putting out* – forma de organização de

¹⁶ Só para termos uma idéia, Abreu (1986) comenta que “para cada pessoa ocupada na indústria, no Brasil, nas empresas de confecção em 1920, haviam treze externas”.

produção nas quais etapas do processo de transformação de mercadorias são realizadas fora da planta industrial, por pequenas firmas ou oficinas subcontratadas que na indústria do vestuário se denominam “facção” (AMORIM, 2003). A presença do trabalho domiciliar e faccionado nesse setor se altera, em parte como resultado de um aprofundamento da divisão sexual do trabalho¹⁷ pelo processo de reestruturação produtiva e de globalização, que atinge diferentemente as mulheres, também em muitos outros setores e atividades econômicas.

2.4 A Fusão Precária entre Terceirização e Informalidade na Produção de Roupas no Brasil: A Persistência do Trabalho das Mulheres nas Facções

A facção no setor da confecção de roupas no Brasil, como já dito acima, tem predominantemente uma face feminina.

Colli¹⁸ (1997: 60) define facção como “uma empresa que presta serviço a confecções, ou seja, que cuida da produção sem os riscos da comercialização, mediante encomendas detalhadas”, onde quem a subcontrata elimina os riscos maiores com os custos da produção. Ela acrescenta ainda que a facção constitui “uma forma de terceirização no setor têxtil, já muito antigo, relacionado originalmente à proliferação de pequenas empresas domiciliares que aos poucos se autonomizaram ou não” (Idem: p. 31). O que ela chama de antigo façonismo é apenas uma forma de diferenciar esse processo das novas determinações que do atual façonismo devidas ao movimento de reestruturação produtiva no setor.

Para essa autora, a facção também se caracteriza por não possuir uma organização planejada na fabricação de seus produtos, não dispõe de costureiras para a substituição, caso haja necessidade. O aumento desmedido da jornada de trabalho também está presente nessa forma de trabalho. O contrato entre as empresas

¹⁷ Para compreender a divisão sexual do trabalho é preciso ter em conta a questão da qualificação profissional como uma construção social e o mundo do trabalho, como uma esfera onde a subjetividade e as identidades são produzidas, mas também reproduzidas de acordo com as relações sociais de classe e gênero (GAZZONA, 1997: 92).

¹⁸ A autora usa o termo fação no lugar de facção.

faccionistas e as contratantes, muitas vezes está baseado na informalidade, com base na confiança, em que os critérios são: “entrega da produção nos prazos estipulados, boa qualidade na produção e cumprimento dos acordos estabelecidos entre ambas as empresa envolvidas na produção”.

Abreu (1986: 154) comenta que o termo faccionista no setor de confecção geralmente é utilizado para se referir “a proprietários de oficinas especializadas em apenas algumas fases da produção, empregando para isso trabalho assalariado, mas que na maior parte das vezes está envolvido pessoalmente no processo produtivo”.

Como já mostrou Druck (1999) há diversos tipos de “externalização da produção” que assumem diferenciadas formas: contrato domiciliar, contrato de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros (empresas e indivíduos) e também contratos de empresas, cuja força de trabalho realiza serviços nas plantas das empresas contratantes¹⁹.

Na definição de Sampaio e Mello (1988), a facção pode ocorrer em três casos distintos, mas que podem ser correlatos. O primeiro quando uma empresa, de qualquer porte, não tem como suprir seus pedidos e recorre à facção como auxílio, sendo o mesmo por tempo determinado ou não. O segundo caso quando as empresas fazem somente o processo de criação até o corte e o processo de fabricação, inclusive o acabamento, fica a cargo das facções. Em um terceiro exemplo, a empresa necessita de uma facção devido ao tipo de peça que ela produz, assim a facção pode se especializar na produção de alguns artigos do interesse da empresa que a subcontrata.

Além das obras de Abreu (1986) e de Amorim (2003), nos artigos “Reestruturação e realocação produtiva da indústria do vestuário no Brasil” de Cruz-Moreira e Fleury (1999) e “Reestruturação produtiva na indústria do vestuário no município de Brusque – SC”, de Corrêa e Pimenta (2006), na definição de facção aparecem as duas categorias: “facção industrial” e “facção domiciliar”. Mas os dois primeiros autores colocam como sinônimos os termos “facção domiciliar” e “costureiras

¹⁹ Como já detectado por Amorim (2003), em geral, Druck (1999) denomina “autônomos” os trabalhadores que realizam trabalhos domiciliares. De maneira diferente conceberemos as trabalhadoras domiciliares em Cianorte.

domiciliares”, o que entendemos como tipos de produção e agrupamento diferenciados²⁰.

Para Abreu (1986), as facções industriais prestam serviços, ou seja, atuam como subcontratadas para empresas confeccionistas. Ruas (1993) apresenta explicações similares sobre a “facção domiciliar” e destaca que esses tipos de subcontratações aparecem essencialmente sob forma de encomendas por parte das empresas.

A função das “facções industriais”, no parecer de Naveira (2002), consiste na sistemática prestação de serviços, ou seja, uma subcontratada para outra indústria confeccionista, recebendo todos os aviamentos e os tecidos cortados na justa medida sendo, portanto responsáveis pela montagem das peças do vestuário. No setor de vestuário, são denominados faccionistas os proprietários de oficinas especializadas em apenas algumas fases do processo produtivo, e que contam, para isto, com uma mão-de-obra assalariada.

Mas, como relata Naveira (2002: 74), a “facção industrial” pode ser considerada de três tipos: economia, especialização ou de capacidade. A “facção industrial de economia” ocorre quando seu objetivo é a redução de custos com a contratada, terminando esta por concordar com uma menor margem de lucro em relação à empresa contratante. Nesse caso, elimina-se a possível colaboração entre as partes, sendo provável que a empresa contratante não forneça assistência à subcontratada, dificultando a transferência de conhecimento e a difusão de inovações.

Denomina-se “facção industrial de especialização” quando a contratante busca um especialista, seja pessoa física ou jurídica, dispondo de conhecimentos e de equipamentos adequados para melhorar os resultados da produção ou dos serviços. A contratante, por razões estratégicas, ou por não considerar suas instalações suficientes, utiliza-se desse tipo de subcontratação. Dessa forma, considera-se que a empresa contratante ganha em especialização, podendo concentrar mais investimentos em outras áreas estratégicas (NAVEIRA, 2002:74).

²⁰ No próximo capítulo, ao descrevermos os tipos de facções encontradas nesse município, explicaremos o que entendemos pelos conceitos de: “facção industrial” e “facção domiciliar” com as especificidades da realidade estudada.

O mesmo autor (2002:74) demonstra que a “facção industrial de capacidade” acontece nos casos em que, embora a empresa contratante esteja equipada para realizar determinado trabalho, precisa recorrer a outra empresa, de forma ocasional ou sistematicamente, para atender a sobrecarga de pedidos ou por algum acidente técnico. Esse tipo de subcontratação evita ampliar a capacidade instalada da empresa contratante, satisfazendo assim sua demanda de mercado, ao mesmo tempo em que pode repassar para terceiros alguns custos operacionais.

Segundo Naveira (2002), raramente a interatividade entre esses três tipos de protagonistas leva a relações mais estáveis e de confiança, pois está associada a uma condição “precária”, com predominância da concorrência de preços. A subcontratada torna-se vulnerável a oscilações conjunturais, pois executa a mesma atividade da contratante.

Já a “facção domiciliar”, na perspectiva de Naveira (2002: 75), refere-se ao trabalho a domicílio e diz respeito ao trabalho terceirizado exercido no próprio domicílio do trabalhador. Os trabalhos, geralmente realizados de forma manual atingem normalmente as mulheres que estão fora do mercado formal. “Via de regra trata-se de um trabalho clandestino, envolvendo toda a família. A vantagem para a empresa é que esse tipo de relação, na maior parte das vezes, libera-a dos custos trabalhistas generalizados. Os trabalhos são realizados quase sempre em condições precárias, sem qualquer direito ou garantia legal, em um sistema de metas pré-estabelecidas, cujos preços são extremamente baixos”.

Entendemos que hoje a justificativa para contratar uma facção, seja ela “domiciliar ou industrial”, é sempre a redução de custos. Nem os consultores em Moda se inibem ao afirmar claramente esta tendência. Segundo uma especialista na área:

A subcontratação acontece quando o seu objetivo maior é a redução dos custos. A subcontratação é de especialização, quando a empresa contratante busca um especialista, o qual dispõe de conhecimentos e de equipamentos adequados para efetuar a produção ou serviços que ela própria não pode ou não deseja executar, por razões de estratégia, ou ainda porque considera suas instalações insuficientes ou não competitivas para tal atividade. É quando também a empresa contratante embora equipada para efetuar determinado trabalho, busca outra empresa, para atender a sobrecarga de pedidos ou algum incidente técnico. Para melhor entender a dinâmica do processo de produção industrial engendrado no setor do vestuário, vamos dividi-lo em

categorias: produção interna, facção domiciliar e facção industrial. A Facção industrial também é conhecida por sistema de terceirização ou *Private Label*. A facção domiciliar se refere a um trabalhador a domicílio, ou seja, que trabalha na sua própria casa. A facção industrial é a prestação de serviços, ou seja, uma subcontratada, para outra indústria confeccionista. Os faccionistas recebem todos os aviamentos e os tecidos cortados na justa medida e são responsáveis pela montagem da peça do vestuário. Ao lado das confecções já consolidadas surgirão as prestadoras de serviços, executando apenas uma fase do processo da produção (FERRAZ, 2007: 1).

Druck (1999), analisando a terceirização empregada em diferentes ramos produtivos, conceitua o trabalho domiciliar como as atividades produtivas realizadas no espaço domiciliar, em geral por trabalhadoras subcontratadas e subordinadas a um ou mais contratantes, especialmente dos ramos industriais de base técnica tradicional (calçados, têxtil, confecção). Contudo, nos últimos anos, passou a ser praticado por outros setores, envolvendo trabalhadores da informática, do jornalismo e do setor eletroeletrônico. Em Ruas (1993: 27) “a noção de trabalho a domicílio abrange toda atividade realizada de forma remunerada no ambiente domiciliar. Esse conceito se caracteriza também por uma subordinação técnica e/ou econômica, tendo em vista que a(o) trabalhadora(r) se encontra em uma situação de dependência em relação a um ou mais contratantes [...]”.

De acordo com Colli (1997), o façonista no setor têxtil se caracteriza como um proprietário de algum tear operando em casa ou em barracão alugado e em condições inferiores a de uma empresa estabelecida. Mantém a dependência de outra empresa e não tem capital de giro.

Em geral, o trabalho domiciliar encontra-se inserido nas pontas das cadeias produtivas, algumas de extensão internacional, envolvendo grandes empresas que buscam, conforme Lavinias e Sorj (2000, p. 235) já disseram, tirar "proveito, seja das competências de trabalhadores em diferentes regiões do mundo, seja de menores níveis de remuneração".

A reestruturação produtiva, ao utilizar-se da informalidade, está expandindo o trabalho domiciliar. Embora este fenômeno possa parecer paradoxal, ele é coerente

com as novas tendências de gestão do trabalho pautadas pela flexibilidade e pela precariedade (NEVES e PEDROSA, 2006).

É importante lembrar que a indústria de confecção, desde sua origem, caracterizou-se como um ramo de atividade que agregou a produção realizada no trabalho domiciliar, nas oficinas de costura e nas fábricas. Estes não só perduraram até hoje, como são revitalizados constantemente e parecem ganhar um novo vigor a cada período de crise econômica (AMORIM, 2003). Diferente de outros ramos produtivos que passaram por grandes alterações ao longo do processo histórico (SILVA, 1991), setor de confecções, a produção fabril coexistiu com o trabalho domiciliar, mesmo com a criação, em 1846, da máquina de costura industrial, pois o preço relativamente baixo desse novo maquinário tornava-a acessível a uma parcela de trabalhadoras domiciliares. Conseqüentemente, muitas dessas mulheres continuaram conciliando as suas atividades produtivas com os afazeres domésticos, sem se transferirem para as fábricas. Aliás, o trabalho por facção não é contínuo e se realiza simultaneamente com o doméstico.

Nesse sentido, enfatizamos que “embora a confecção e a produção têxtil pertençam à mesma cadeia e façam uso de formas de subcontratação; enquanto, na têxtil, houve uma modernização tecnológica acompanhada pela introdução de novas práticas de gestão de produção, como os programas de qualidade; na confecção, essa inovação técnica foi pontual e lenta, uma vez que priorizou uma produção baseada no trabalho intensivo” (AMORIM, 2003: 61).

Nesse contexto, de acordo com Márcia Leite (2004), de um lado encontra-se o empregador que busca flexibilidade, redução de custos e transferência de riscos, em um ambiente de elevada competitividade. De outro estão as costureiras, mulheres, mães e esposas, que acumulam a dupla função da exclusividade dos cuidados dos afazeres do lar e da contribuição para o seu sustento. Assim, a indústria de confecção, segundo ela, reforça as condições históricas de subordinação da mulher na sociedade, mantendo intacto seu papel de principal responsável pelas tarefas domésticas, ainda que isso lhe custe um trabalho remunerado precário. O papel, culturalmente construído, que a mulher representa na sociedade permite no âmbito dos processos de reestruturação produtiva, as velhas formas de discriminação e exploração do trabalho.

Um momento histórico importante para o processo de revitalização das facções de costura no Brasil ocorreu em meados dos anos 90, com a importação dos produtos asiáticos e a queda da exportação das roupas nacionais, acompanhada da redução de empresas e dos empregos formais no setor. Nesse período de recessão e crise econômica, as facções ressurgiram com toda força, mas em um misto que congrega características centenárias, como a intensificação do trabalho feminino com novas exigências ditadas pela globalização. O modo como as trabalhadoras são obrigadas a lidar com o elemento ‘tempo’, marca bastante esse processo de revitalização das facções. Essa análise já foi organizada por Eline Jonas (2003).

As costureiras que trabalham em seu domicílio, que sempre recriaram seu próprio tempo, agora o fazem conduzidas pelas pressões da reestruturação produtiva, no contexto do trabalho flexibilizado. Se por um lado esse tipo de organização lhes permite ser ‘donas’ do próprio tempo, tornando-as autônomas e independentes, sem patrão e sem cartão de ponto, sobretudo para as que gerenciam suas próprias facções, por outro lado o preço dessa “liberdade” é ainda muito caro.

A maioria das trabalhadoras domiciliares consegue alcançar alguma independência econômica, mas o alargamento do seu tempo de trabalho, tão próprio do trabalho flexibilizado, intervém no seu cotidiano e na construção de sua subjetividade. O espaço econômico de produção das peças no próprio domicílio muitas vezes se mistura com o espaço da intimidade, mexe com a sociabilidade dessas mulheres, com a privacidade e a autonomia dos filhos, que crescem tendo que dividir a casa entre roupas, atendimento de clientes, de entregadores e de vizinhos. Mais do que isso, tendo que dividir também seu tempo entre as atividades próprias da infância e da adolescência, com o ‘ser ajudante da mãe’ na produção das roupas.

Mesmo que os homens estejam no exercício das mesmas funções dentro das casas, às vezes até como última opção para aqueles que não encontraram emprego em outros setores formais dessa cadeia produtiva, a situação da mulher como trabalhadora, ainda fica colocada em um patamar secundário. No âmbito da sociedade e da família, a função de costureira ainda é considerada como tarefa própria “de seu sexo”. Para Eline Jonas (2003), esse tipo de trabalho facilita o cumprimento, na perspectiva de algumas mulheres, dos papéis lhes foram designados em nossa

sociedade: mãe, esposa e dona-de-casa. Assim, embora busquem sua independência, elas se vêem como únicas responsáveis por essas tarefas.

Segundo a referida autora, “tudo isso, portanto, sugere que as mulheres estão condicionadas à estrutura social e a todos os seus componentes: a cultura, a ideologia e as formas de trabalhar e de viver no cotidiano, bem como o ambiente em que vivem, além das características históricas que delineiam o perfil de suas vidas e demarcam tanto os seus projetos como as possibilidades de realizá-los socialmente” (JONAS, 2003: 3).

Esses aspectos reforçam a ideologia da mulher cuidadora e responsável pelo trabalho doméstico, naturalizado como sua tarefa “normal”. O mesmo ocorre com algumas trabalhadoras que estão submetidas à realização de dupla ou tripla jornada, mas “principalmente por ganharem pouco e não poderem pagar a uma empregada doméstica, admitem, de forma naturalizada, a sua própria situação de classe” (JONAS, 2003: 3). As costureiras faccionistas que realizam dupla ou tripla jornada acabam tendo que organizar milimetricamente seu tempo dentro e fora de casa, usufruí-lo racionalmente e economicamente de um modo cada vez mais veloz, assim ficam quase sem possibilidades de vivenciarem as relações afetivas familiares. Aos poucos passam a viver “as relações afetivas familiares e a sua intimidade a partir do tempo que lhes sobra do trabalho que realizam”, tido como prioritário.

No parecer da autora (2003: 4), “a capacidade de cada pessoa de organizar e viver o seu tempo próprio depende das circunstâncias impostas pela sociedade e da sua capacidade em superar os desafios da própria sobrevivência para construir sua autonomia”. E no caso das mulheres costureiras, estas “organizam e articulam seu tempo em função do trabalho que realizam no seu próprio domicílio, somando-o ao seu tempo de trabalho doméstico”.

Para realizar sua independência econômica e conciliar atividades econômicas com as chamadas “funções de mãe e esposa”, muitas mulheres se vêem escravas da organização do próprio tempo, conferindo, a si próprias a responsabilidade pelos danos quando, ao terem que se dedicar em demasia a uma atividade precisa deixar outras tarefas a descoberto. Em um contexto econômico doméstico, onde a produção é diária e o *just in time* inevitável, se vêem incapazes de gerir este tempo que,

em alguns momentos é ilusoriamente percebido como um elemento controlado por elas mesmas. Sem contar que na mesma direção, vão perdendo o “tempo livre, elemento condicionante para a construção de sua própria autonomia” (JONAS, 2003: 4). Suas relações de amizade e horas de descanso são reduzidas. São também muitas as suas perdas no plano dos direitos sociais, além de terem sua saúde afetada. “São cada vez mais precárias as condições que enfrentam para exercer seu direito à cidadania e à construção de sua identidade” (2003: 5).

À guisa de conclusão, lembramos que a realocização da produção, que continua ocorrendo na cadeia do vestuário e que afeta sobretudo o setor de confecção, entendido como o mais intensivo em mão-de-obra, especialmente feminina no Brasil, deve ser compreendido no bojo do contexto da abertura econômica e da reestruturação produtiva.

Também é importante recordar que fenômenos como a terceirização e a informalidade, que ampliaram e redimensionaram a rede de subcontratação de trabalho no país, afetam de modo diferenciado o trabalho de homens e de mulheres.

No caso da confecção, o trabalho feminino persiste nas facções de costura, ou seja, em uma das pontas mais precárias da cadeia de produção de roupas no país. O termo facção, que será utilizado ao longo da tese, será apoiado nas análises dos autores discutidos nesse capítulo, prioritariamente Abreu (1986), Amorim (2003), Naveira (2002) e Ruas (1993).

Não menos precárias despontam-se, nas franjas das relações informais de trabalho, outras unidades de produção no setor de confecções de roupas no Brasil e, especialmente no município e região pesquisados, como é o exemplo das “facções masculinas” e das “pseudo-cooperativas” de bordado e de costura, que analisaremos nos capítulos subseqüentes.

CAPÍTULO 02

A PRODUÇÃO DE ROUPAS EM CIANORTE E REGIÃO: INTERFACES ENTRE A HISTÓRIA E A REALIDADE DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Para compreender o perfil das trabalhadoras e dos trabalhadores da confecção de jeans e de modinha, vimos como relevante analisar algumas imbricações entre a realidade atual e o início do processo de industrialização dessa atividade na região.

3.1 Do “Fio Do Novelo” às Crises da Década de 1990

A história do município de Cianorte²¹, que transformou a mão-de-obra de bóias-frias que colhiam café e algodão em operários da indústria, está inteiramente ligada à trajetória de vida de um filho de libaneses que veio para o Brasil em 1953, Chebli Mitri Abou Nabhan, conhecido na cidade como “Fio do novelo²²”.

Levando-se em consideração a influência marcante desse empresário no início da industrialização do município, essa denominação, sinônimo de “precursor da confecção de roupas na região” (ora referida à sua pessoa, ora referida à primeira empresa), pode ser freqüentemente ouvida ainda hoje entre as costureiras, sobretudo as mais idosas, os lojistas, os empresários, os alunos do Curso de Moda e inclusive entre as pessoas não diretamente envolvidas com o segmento da confecção.

²¹ Com distâncias de: 730 km de São Paulo, 510 Km de Curitiba, 70 Km de Maringá e 150 Km de Londrina, o município está localizado a noroeste do Estado do Paraná, na região sul do Brasil. Limita-se ao norte com o município de São Tomé; ao sul com os municípios de Tuneiras do Oeste e Araruna; a leste com os de Jussara e Araruna; a oeste com os municípios de Indianópolis, Tapejara e Tuneiras do Oeste. A cidade foi fundada a 26 de julho de 1953, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, na região designada Norte Novíssimo, no vale do Rio Ivaí. Cianorte foi elevado a município em 13 de julho de 1955. Seu nome originou-se da sigla da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que a adotou para facilitar as comunicações e como endereço telegráfico.

²² Os pais de Chebli, Mitre e Sada Nabhan deixaram Zahle, na Região do Vale do Bekaa, Líbano, em meados da década de 1940. No Norte do Paraná, trilharam o mesmo caminho de boa parte dos imigrantes de origem sírio-libanesa que chegaram ao Brasil: a atividade de mascate. O capital acumulado na venda ambulante foi empregado na abertura da primeira loja de confecção.

Chebli Mitri Abou Nabhan, juntamente com o pai, abriu um armazém de “Secos e Molhados” em Cianorte e ali trabalhou até 1977, quando fundou em 10 de outubro do mesmo ano, com seis máquinas de costura, a Cheina Indústria de Confecção de Roupas, junto com seu primo Nabi. O nome da indústria vem das iniciais dos sócios. Isso ocorreu “quando a cidade começava a se esvaziar pelo fim da cultura do café²³” (CARRIS, 1997: 32).

Dias sintetiza melhor a influência da família libanesa na história de industrialização do município.

As duas primeiras indústrias do ramo de confecções em Cianorte iniciaram suas atividades nos anos de 1977 e 1978 respectivamente, sendo que os seus proprietários pertenciam à mesma família, de origem libanesa, instalada em Cianorte desde 1955, quando abriram uma pequena loja de armarinhos. Uma das empresas voltou-se exclusivamente para o mercado nacional; a outra especializou-se em jeans e investiu no mercado externo. Esta última, atuando como subcontratada, passou a prestar serviço para grandes empresas detentoras de *griffes* reconhecidas no país. A mesma fechou um contrato há muitos anos, previsto até 2005, com uma grande empresa de jeans americana, almejando fornecer-lhe 100 mil peças por mês (1998: 79 e 80).

A industrialização em Cianorte²⁴ é um processo recente, data de 1977. O destaque de algumas indústrias de confecções “em termos de competitividade frente às demais da região, o que estimulou a abertura de inúmeras outras empresas no ramo, ocorre a partir de 1989²⁵” (MAIA, 1995: 148). O maior crescimento no número de

²³ A prefeitura de Cianorte, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU), obteve atualmente, junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a concessão do antigo barracão do Instituto Brasileiro de Café (IBC), o qual abriga empresas da Incubadora, geridas pela prefeitura. As empresas incubadoras usufruem do local em sistema de comodato por 15 anos. A ocupação do IBC pelas costureiras marca definitivamente a transferência das atividades agrícolas pelas industriais em Cianorte em um prazo de pouco mais de 20 anos (IPARDES, 2004: 59).

²⁴ Cianorte constitui parte do projeto de colonização particular praticado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTNP), depois chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), e sua evolução posterior foi influenciada pelos processos que marcaram a atuação dessas empresas em todo o norte do estado.

²⁵ A política de incentivo para abertura de novas empresas do ramo de confecção (inclusive com doação de terrenos às indústrias do segmento de vestuário) continua existindo no município de Cianorte, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, voltada à promoção do arranjo produtivo local. Atualmente, a prefeitura mantém, ainda, por meio da Secretaria da Educação do Município, o Programa “Estação de Ofício”, o qual oferece cursos profissionalizantes em convênio com

empresas em geral acontece na década de 1990. De 1985 a 1989 havia no município 241 empresas. Esse número salta para 750 a partir de 1995.

A crise da monocultura do café²⁶ causou forte impacto nessa época a vários municípios paranaenses, dependentes economicamente desse produto. Especialmente para Cianorte, essa crise marcou o advento da industrialização e a vocação do município, forçada pelas necessidades socioeconômicas da população, para a fabricação de um produto que até então pertencia ao domínio doméstico das mulheres²⁷.

O êxodo rural e a crise da cultura do café marcaram, na década de 1970, o advento da indústria do vestuário no município e essa indústria continuou sendo potencializada por uma utilização intensiva de mão-de-obra barata, advinda ainda da lavoura²⁸, substituída pelo plantio da cana-de-açúcar, do algodão e do arroz. No parecer de Carris (1997: 62), no início, 70% dos funcionários da confecção vinham do sítio, pela falta de trabalho nas lavouras; em 1997 este número já era de 30%. Os empresários entrevistados pela autora mostraram sua preferência pelos trabalhadores oriundos da zona rural, com a justificativa de que produziam mais.

Se ainda hoje a qualificação e formação tecnológica da costureira não é uma prática recorrente no município, podemos imaginar que na década de 1970 a carência pela mão-de-obra mais qualificada era grande. Assim, muitas “escolas de costura” de Cianorte funcionavam, nessa época, nas próprias casas das costureiras, nas facções ou no chão da fábrica. A maioria das mulheres aprendia o ofício em casa e o

empresas locais, entre eles, o de costura, com seis meses de curso e três meses de estágio em empresa (IPARDES, 2004: 58 e 59).

²⁶ A geada e a erradicação dos cafezais constituem apenas um elemento dessa crise. Outro fator está relacionado ao fato dessa localidade possuir solos pobres (decorrentes do arenito Caiuá), que ocorrem em grandes extensões em toda a Mesorregião Noroeste Paranaense e que apresentam sinais de saturação muito rapidamente.

²⁷ Em 2000, na região de Umuarama-Cianorte, dominava também a atividade agropecuária de plantação de cana-de-açúcar e mandioca, assim como o trabalho com a bovinocultura de corte. A plantação de cana-de-açúcar (ocupando 12,50% da mão-de-obra regional) era a segunda economia preponderante, seguida pelo beneficiamento de arroz (com 4,02% da mão-de-obra). Mas, na região, o segmento predominante em termos de VA (valor agregado) era o açúcar e o álcool, com 39,90% do total do VA da região, seguido pelo vestuário, com 14,40% (IPARDES, 2003).

²⁸ Em 2000 a região de Umuarama-Cianorte possuía o maior parque sucroalcooleiro do estado, reunindo usinas de açúcar e destilarias de álcool, compondo o segundo segmento maior empregador da região (representando 39,90 do VA). A região era também a maior produtora de cana-de-açúcar do Paraná, com 5,9 milhões t/ano (IPARDES, 2003: 60 e 61).

aprimorava na empresa. Este fenômeno também se relaciona, diretamente, com um traço cultural da divisão sexual do trabalho que compreende ser desnecessária a qualificação do trabalho das mulheres, por se tratar de capacidades femininas dadas naturalmente (HIRATA, 2002).

A origem dos capitais empregados em Cianorte, depois da atuação histórica da família libanesa, está ligada também às atividades desempenhadas pela pequena burguesia urbana, pelos profissionais liberais, pelos servidores públicos e pelos aposentados, que, com um pequeno investimento de capital, iniciaram suas atividades através da compra de algumas máquinas de costura, geralmente aquelas mais comuns e básicas para a indústria de confecções (máquina de costura industrial reta, *overlock*, *interlock*, máquina para corte) e a contratação de costureiras que atuavam como trabalhadoras no domicílio (GONÇALVES, 2005: 107).

Na década de 1980 duas crises marcaram a industrialização no setor. A primeira crise sazonal data de 1983 e 1984. Na segunda crise, em 1986, Chebli demitiu 700 funcionárias e funcionários. Justificando a necessidade de diversificar a produção, a “fação nesse ano passou a responder por 20%, a exportação por 15%, a produção local por 20% e a venda nas lojas da empresa por 25%” (CARRIS, 1997: 35).

De acordo com dados obtidos por Carris (1997), pode-se afirmar que o empreendimento dessa família libanesa, em 1997, já significava a posse de fábricas espalhadas pela região: Pérola, Japurá, Nova Olímpia e Tapejara e a construção de um shopping próprio, com 104 lojas.

Em 1993, a cidade²⁹ já recebia uma média de 20 ônibus de excursões por dia. Eram pessoas interessadas na compra de roupas para revendas, os denominados “sacoleiros³⁰”, vindos principalmente das cidades gaúchas. Os pontos de venda³¹ mais

²⁹ O Slogan “Cianorte: Capital do Vestuário” surgiu entre os anos de 1983 e 1988, na gestão do prefeito que propiciou muitos incentivos ao setor e passou a fazer um intensivo trabalho de divulgação da indústria local, em diversos estados, juntamente com empresários da região. No final da década de 80, havia no município, de acordo com Carris (1997: 36) “26 empresas de confecções cadastradas junto a SIC/PR”.

³⁰ As excursões de compra e o recrutamento de guias, vigentes até hoje no município, foram inicialmente incentivadas em Cianorte pelos empresários da Cheina. Vendo a movimentação criada por sacoleiras em outras cidades, criou-se um grupo dentro da empresa, para organizar as excursões de compra. Esse sistema funcionava com o pagamento de uma taxa que, na época, era de 7% para quem organizava as excursões de compra. O guia recebia esse percentual de tudo que os compradores por ele trazidos

visitados estavam nas lojas instaladas nos principais shoppings atacadistas, muitos deles construídos praticamente numa mesma rua, a Rua da Moda. Estes comercializavam (e ainda comercializam) principalmente: moda praia e *fitness*, moda íntima, moda maior (tamanho GG), moda masculina, gestante, feminina, modinha, jovem *teen*, infantil, bebê e, sobretudo, *jeans wear*³².

“Em 1998, a indústria do vestuário ocupava o segundo lugar na arrecadação municipal de ICMS, cedendo espaço apenas ao setor de produtos alimentícios” (DIAS, 1998: 77). Ao longo da sua trajetória essa indústria foi atraindo outras empresas para Cianorte e a própria população local passou a investir na produção de materiais e de atividades paralelas: embalagens, bijuterias, aviamentos comerciais, artesanatos, entre outros³³.

Também no final da década de 1990, impulsionado pela entrada constante de empresas do ramo, cresce o número de empregos, principalmente o emprego feminino indireto, sobretudo nas facções, como parte da proposta reestruturante das médias e das grandes empresas locais. A terceirização continua sendo mola propulsora desse mercado de mão-de-obra. Segundo Carris, no final da década de 1990 “a indústria de confecção de Cianorte era responsável por 8.000 empregos diretos e calcula-se que gerava, aproximadamente, 9.000 empregos indiretos” (1997: 60).

Esses empregos diretos, em 2006, estavam concentrados, em grande parte, em empresas de pequeno e micro porte, pois a partir de 1995 eram 658

adquiriam. Assim, começou a fama de Cianorte com as sacoleiras e a venda direta, prática que se generalizou nessa localidade (CARRIS, 1997: 34).

³¹ Sistema de Compras ASAMODA: 1º - Guias enviam, via fax, lista dos clientes com CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) para ASAMODA; 2º. – ASAMODA emite o cartão garantia após consulta ao SEBRAE e Banco Central; 3º. – ASAMODA controla o limite de compras com o cartão-garantia e cobre em caso de inadimplência; 4º. Clientes realizam compras com cheques pré-datados no limite do cartão (IPARDES, 2004: 52). Esse sistema ainda encontra-se em vigor.

³² A associação possui uma estrutura física para atender os clientes: 2 micro-ônibus para o transporte dos mesmos entre os shoppings associados; um corpo funcional direto formado por 22 empregados; veículos de divulgação (catálogo de lojas com nome fantasia das empresas, tipo de confecções e telefone, revista Bi-anuário da Indústria do Vestuário, com páginas publicitárias das empresas associadas, informativos para os associados, demonstrativos financeiros e estatísticos das operações da associação; uma base de operações com uma rede de computadores, com fibra ótica, interligando *on line* todas as lojas associadas à central na sede da entidade) (IPARDES, 2004: 51 e 52). Tal estrutura continua sendo oferecida aos compradores externos e aos atacadistas do município.

³³ Cianorte e os municípios vizinhos, que formam a região Umuarama-Cianorte, receberam recentemente a denominação de Arranjo Produtivo Local da Confecção (APL), nomenclatura dada aos agrupamentos geograficamente delimitados de indústrias dedicadas a uma mesma atividade.

estabelecimentos sediados em Cianorte que possuíam entre 1 e 9 pessoas ocupadas, taxa esta que representou significativa alta em relação ao período de 1990 a 1994. Até 1989 esse número era de 377 empresas (REDESIST, 2006).

Porém, outras duas crises atingiram, na década de 1990, o setor de confecções de roupas do município. A crise inicial, nos dois primeiros anos da década de 1990, refere-se à instituição do Plano Collor. Como os capitais envolvidos nas indústrias do município eram de origem local, este sentiu fortemente os impactos da implementação desse plano econômico. Uma das saídas encontradas pelos empresários locais foi submeterem-se a empréstimos bancários com o intuito de aumentar o capital de giro. “Esses empréstimos foram usados para aumentar a capacidade produtiva das empresas, na compra de máquinas mais modernas, no aumento das plantas industriais, na finalidade de criar espaço para o comércio, sobretudo atacadista” (GONÇALVES, 2005: 96).

A segunda crise corresponde ao período que vai de 1995 a 1996 quando, logo após a instituição do Plano Real, a liberação para a entrada de tecidos e confecções vindas do sudeste asiático a preços extremamente competitivos para a produção local, provocou uma retração dos investimentos no ramo, e especificamente no caso de Cianorte, a falência de inúmeras empresas confeccionistas³⁴ (GONÇALVES, 2005).

Parte significativa das trabalhadoras e dos trabalhadores do vestuário de Cianorte e região sempre estiveram nas facções de costura. Esse é um dado que podemos recuperar na própria história da industrialização do município. A primeira grande empresa (Cheina) prestava serviço como facionista para *griffes* nacionais e internacionais e no município contratava mão-de-obra de facções domiciliares e de costureiras auxiliares. Mas foi durante o período da crise de 1995 e 1996 que a contratação dessas facções foi potencializada pelas empresas do setor. “Nesse

³⁴ Depois da crise de 1995, o Sr. Chebli diversificou novamente seu ramo de produção. O empresário abriu a Lavenorte, lavanderia industrial que atende às empresas da região de Cianorte. Em 2007 empregava aproximadamente mil trabalhadores diretos e 500 trabalhadores indiretos. Seu filho passou a ser o diretor de outra grande empresa de confecção de jeans, hoje localizada no município de Londrina: a Pura Mania.

momento uma capacidade produtiva instalada em termos técnicos e de mão-de-obra, que estava subutilizada, acabou sendo redirecionada para a facção” (FRESCA, 2004).

Reforçando dados já mostrados por Lupatini (2004), Fresca (2004) deixa claro que o início da industrialização em Cianorte advém do processo de reorganização e realocação na cadeia têxtil-vestuário, já prevalecente no Brasil no final da década de 1970.

O início do esquema produtivo na cidade deve ser entendido como a busca, por parte das empresas industriais paulistas e paulistanas, de reduzir seus custos produtivos, principalmente o de mão-de-obra, num período de recessão. Assim, transferia-se a produção propriamente dita das roupas para outros locais onde os custos de mão-de-obra fossem menores, enquanto o controle e gestão da produção eram realizados junto à sede das empresas (FRESCA, 2004: 333).

Mas, é a partir de meados da década de 1990, segundo Gonçalves (2005), período de grave crise para o setor, que as indústrias de confecções de Cianorte passaram a se inserir na lógica de uma produção flexível, com repercussões para a produção, sobretudo no sentido do barateamento de custos.

Com a competição externa, a taxa de câmbio e os preços dos produtos asiáticos, a indústria de confecção de roupas de Cianorte e região foi fortemente afetada, retrato do que ocorria em todo país, salvo, é claro, sua especificidade local.

[...] o conjunto da indústria de confecções de Cianorte, que contava com aproximadamente duzentas fábricas e seis mil trabalhadores, enfrenta dificuldades devido às medidas anticonsumo adotadas pelo governo federal. Entre os meses de janeiro e abril de 1995, foram demitidos seiscentos empregados, representando um número de demissões 20% maior que o encontrado no mesmo período do ano anterior. A maior indústria de confecções do município de Cianorte foi atingida pela nova situação econômica do país e pediu concordata. Em razão da defasagem cambial, a empresa [...] chegou a registrar um prejuízo de 11% ao mês (DIAS, 1998: 82).

Carris, ao analisar as indústrias de confecção de Cianorte, cadastradas por ano na SIC/PR (Secretaria da Indústria e do Comércio do Estado do Paraná), até dezembro de 1995, mostra que houve um aumento de alvarás expedidos na primeira metade dessa década. De 108 alvarás expedidos em 1993, passou-se para 132 em

1994. Houve uma queda considerada alta em 1995 (29 alvarás expedidos). “Em 1993 havia 349 empresas de confecções em Cianorte. Esse número saltou para 450 em 1994. No ano seguinte 170 empresas foram fechadas” (CARRIS, 1997: 43).

A situação tornou-se mais desconfortável em 1995 com o lançamento do Plano Real. Os dados revelam uma conjuntura mais grave para a economia do município, indicando que o parque industrial do vestuário atravessava situação crítica decorrente da redução da demanda, associada à maior concorrência externa. Os dados dão conta de uma “queda de 56% no número de empresas e de 28% no contingente empregado no período de dezoito meses” (DIAS, 1998: 82). Assim, os impactos da abertura podem ser visualizados em outros percentuais;

[...] desapareceram de 1994 a 1996, 61,3% das indústrias de confecções. Em 1995 tinham 16 shoppingcenters, com 550 lojas. Em 1996, caiu para 06 shoppings, reduzindo para 201 lojas. [...] O Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas de Cianorte registra, em 1996, 440 demissões. Muitas empresas, em situação difícil, tentaram fazer o pagamento de seus funcionários em mercadorias (CARRIS, 1997: 43 e 58).

A abertura trouxe repercussões principalmente para uma grande porcentagem de trabalhadoras desse ramo que produziam em casa. Quando uma parte expressiva das empresas fechou, com a entrada dos tecidos asiáticos no início da década de 1990, muitas(os) desempregadas(os), por empresas de pequeno e médio porte, principalmente depois de 1995, instalaram-se nas facções de costura. Por isso, com a reestruturação de algumas empresas e com os novos mecanismos de produção utilizados, o número de facções voltou a crescer. Por outro lado, como já dito por Fresca e Gonçalves, esse trabalho terceirizado, agora potencializado, passou a ser uma opção para produzir mais a baixos custos.

Além da concorrência com o mercado externo, no período descrito, as empresas do município sofreram a concorrência com as cidades vizinhas de porte

maior, que foram paulatinamente expandindo sua produção no ramo de confecções, como Maringá, Umuarama e Londrina³⁵.

Alguns fatores potencializaram a produção do *jeans* nessa localidade. Primeiro, a influência dos empresários locais, que aplicaram “recursos no circuito comercial, através de *griffes* próprias” (GONÇALVES, 2005: 101). O segundo fator foi a organização desses empresários na construção de shoppings de atacado e nas iniciativas comerciais cooperativistas. Dentro dessa proposta, cria-se no município, nos anos 2000, a Associação dos Shoppings Atacadistas³⁶.

Entre as estratégias para sair das crises³⁷ mencionadas, papel de destaque foi exercido pela ação direta dos industriais de confecções que juntaram forças, a fim de atingir seus objetivos enquanto grupo social e econômico, dando origem a um esquema de “cooperação-competitiva”, em torno do desenvolvimento e manutenção da indústria de roupas atuando no sentido de reproduzir seu próprio *status quo* de elite local (GONÇALVES, 2005: 24).

Além de subcontratar cooperativas, facções domiciliares, facções empresariais e trabalhadoras domiciliares, as empresas detentoras das principais marcas, no processo de industrialização do *jeans* no município, ao longo da reestruturação produtiva, se desmembraram, diminuíram o número de empregados, distribuíram *griffes* em unidades diferentes e diversificaram as suas estruturas físicas. Assim houve uma diminuição de grandes empresas e, em contraposição, o aumento de micro e pequenas, como dois movimentos relacionados entre si, ou seja, a existência das primeiras garantia o crescimento das últimas.

O ressurgimento de pequenas empresas na região é facilitado após a implantação do Regime Tributário Simplificado, introduzido pela Lei nº 9.317/96

³⁵ Descrevem melhor esses dados dois documentos: EMÍLIA, *apóia criação do Pólo*. Folha de Londrina. 23 de agosto de 1995. Caderno Economia, p. 2; KASTER, Jaime. *Londrina lidera criação de empresas no Paraná*. Indústria e Comércio, Curitiba, 11 setembro de 1995. Caderno Negócios, p. 12.

³⁶ A ASAMODA mantém até hoje uma estrutura de guias de moda espalhados pelo país. Cada shopping possui pessoas especializadas na área de relações públicas da ASAMODA *Tur* e uma estrutura de alojamento gratuito, com aproximadamente 40 leitos e refeitório para receber os compradores.

³⁷ Outra saída foi a criação das feiras, a exemplo da EXPOVEST, e a participação em eventos do setor, ou seja, uma estratégia de marketing que se constituiu em um instrumento de valorização da produção local e é um meio de lucrarem nas etapas de distribuição/circulação das mercadorias ali produzidas.

(publicada no Caderno Atualização Legislativa nº 51/96). O regime consiste, basicamente, na possibilidade de a pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, optar pelo recolhimento mensal unificado de tributos e contribuições, mediante inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples)³⁸. Essa estratégia, utilizada por algumas empresas do ramo, também ajudou a enfraquecer a organização, a mobilização, a comunicação e a filiação dos trabalhadores ao sindicato.

As respostas dadas pelas empresas à crise econômica foram diferentes, dependendo do tipo de produto fabricado e seu porte, mas a maioria delas seguiu a lógica de redução de custos pelas vias da subcontratação, que se estendeu para além dos limites municipais de Cianorte, envolvendo pessoas de uma série de cidades adjacentes, numa cadeia composta por redes desiguais. A incorporação de novas tecnologias concentrou-se mais na comercialização do que na produção das roupas. Na produção, o desenvolvimento tecnológico foi absorvido mais pelas médias e grandes empresas. Mas, muitas destas aumentaram sua produtividade com a mesma quantidade de máquinas (porém, mais modernas) e de pessoal, ou seja, cresceram e mantiveram a terceirização, através de contratos precários de trabalho.

Em 2005 o setor de confecções de roupas de Cianorte e de Maringá passa por uma nova crise, em função da baixa do dólar, da entrada de produtos asiáticos e da queda na lavoura. “O movimento nas lojas de Cianorte caiu 40% em 2005. [...] em Maringá, a Associação Comercial e Empresarial (ACIM) estimou uma queda acima de

³⁸ Somente pode optar pelo regime, a pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, cuja receita bruta anual não ultrapasse a R\$ 120.000,00 ou R\$ 1.200.000,00, respectivamente, e desde que não pratique nenhuma das atividades impeditivas, e que esteja em situação regular para com a Fazenda Nacional e INSS (Imposto de Contribuição à Previdência Social). A média empresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00, fica excluída do Simples nessa condição, podendo, mediante alteração cadastral, com a apresentação da FCPJ (Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica) inscrever-se na condição de Microempresa para Empresa de Pequeno Porte.

10% nas vendas do comércio. R\$ 500 milhões deixaram de circular na região nesse ano também devido à quebra na lavoura³⁹” (Gazeta do Povo, 24/10/05: 1).

Uma das maiores preocupações do setor agora é a concorrência com os produtos importados, especialmente os vindos da China e que passam a afetar a produção local. Segundo a VESTPAR (Associação Paranaense da Indústria Têxtil e do Vestuário, Associações e Sindicatos), “a região Noroeste, grande produtora de confecções, já está sentindo os efeitos. O reflexo já apareceu, por exemplo, em cima da mão-de-obra [...] o setor ainda não vem enfrentando demissões, “mas desde o início do ano, a situação está muito difícil. O grande problema é a defasagem cambial. Com o dólar baixo, ficou interessante para as grandes redes importarem [...] Na China, a roupa é mais barata. Ao invés de produzir roupas no Brasil, muitos estão preferindo trazer prontas da China. Até dezembro do ano passado, a importação e a exportação eram regidas por cotas, “agora, o fator cota já não existe mais e o fator câmbio está fazendo com que fique interessante importar” (MIRRIONE, 11/6/2006: 1).

Algumas iniciativas passaram a ser organizadas em conjunto pelos prefeitos de Maringá e de Cianorte para tentar superar a crise de 2005. Uma das tentativas foi a formação de cooperativas entre os empresários da confecção das duas cidades, para tentarem comprar a matéria-prima (como o denim)⁴⁰ em quantidades maiores e com menor preço, podendo inclusive serem beneficiados no transporte desses produtos.

A nova crise gerada, sobretudo pela concorrência com os produtos chineses não se restringiu ao setor de confecção de roupas, mas a vários mercados mundiais. A

³⁹ Separadas por 60 quilômetros, Maringá e Cianorte possuíam juntas, aproximadamente, em 2005, 3,2 mil fábricas do setor. Não há números exatos, mas a estimativa é de que haja 1,2 mil fábricas e 600 lojas em Maringá, com 30 mil funcionários, num complexo com cinco shoppings atacadistas com 570 lojas e 1,3 mil funcionários (Evento “Paraná Fashion”, que emprega 1,5 mil pessoas). (Gazeta do Povo, 24/10/05:1).

⁴⁰ De acordo com os dados oficiais da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) o Brasil é o segundo maior produtor de denim do mundo, perdendo apenas para a China. Denim é o tecido pesado de algodão cru ou com fios de urdume tintos em índigo e fios de trama brancos usado para produção de *jeans*. Atualmente, a produção mensal brasileira de denim é de 45 milhões de metros, dos quais 10 milhões são exportados. Segundo a Abit, é impossível mensurar o total de produtos *jeans* feitos no país, pois os itens são muito diversificados - vestidos, camisas, saias, calças, jaquetas etc. As empresas também não têm dados precisos. Contudo, a ABIT estima que foram fabricadas 204.207.000 calças jeans no país em 2004. O maior pólo de produção de todo o segmento é o Estado de São Paulo. Os estados de Pernambuco (Toritama), Ceará (Fortaleza e municípios próximos da capital, como Horizontina), Goiás (Goiânia) e Paraná (Maringá e Londrina) são outros pólos industriais de destaque. Algumas empresas produtoras se especializaram na prestação de serviços de terceirização ou sistema de Private Label, desenvolvendo produtos próprios com etiquetas de clientes renomados (MIRRIONE Henriete, Paraná *On line*, 11/6/2006).

economia européia voltou a impor restrições para controlar o fluxo de produtos chineses. A título de ilustração, “o Brasil, por exemplo, que sempre foi exportador de sapatos, agora passou a importar sapatos chineses” (MIRRIONE, 11/6/2006: 1).

Apesar das crises e do acirramento da quantidade de estabelecimentos informais abertos nos últimos anos, utilizando-se, sobretudo de trabalho subcontratado e precarizado, essa indústria continuou, em 2004, concentrando a maior proporção de trabalhadoras(es) registradas(os) em carteira na região. Dos 6.986 empregos formais gerados pela indústria têxtil nos 14 municípios que compõem o APL (Arranjo Produtivo Local) do vestuário de Umuarama/Cianorte, mais da metade (3.655) estavam vinculados às empresas do segmento instaladas no município em 2004.

TABELA 01: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA TÊXTEL E DE CONFECÇÕES NO APL – 2004

MUNICÍPIO	Indústria		Indústria têxtil e confecções	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
SÃO MANOEL DO PARANÁ	6	118	2	67
TUNEIRAS DO OESTE	15	224	5	200
GUAPOREMA	7	95	5	74
NOVA OLÍMPIA	12	322	2	264
TAPIRA	12	63	1	16
INDINÓPOLIS	14	303	3	125
SÃO TOMÉ	17	1.236	4	90
JUSSARA	18	427	8	162
CIDADE GAÚCHA	19	506	4	47
RONDON	19	831	5	240
TAPEJARA	45	2.776	11	383
JAPURÁ	47	800	25	567
TERRA BOA	71	1.724	30	1.096
CIANORTE	615	6.158	439	3.655
TOTAL	917	15.583	544	6.986

FONTE: (REDE APL, 2007: 1)

3.2 Sazonalidade e Diversificação das Roupas Produzidas em Cianorte

Abreu (1986) lembra que a produção de roupas possui uma estrutura industrial muito heterogênea, sendo influenciada pelo tipo de produto fabricado, na qual predominam as pequenas unidades de produção e uma competição acirrada entre as

unidades, devido à fugacidade da moda e os ciclos sazonais de produção. Além disso, sua fabricação possibilita tarefas altamente divisíveis, ou seja, é possível separá-la em uma enorme gama de pequenas tarefas. Para Spindel (1983: 90), não se tratando de produtos estocáveis, dadas as necessidades de acompanhar as flutuações da moda, “o ciclo de capital nesse ramo é limitado pela duração da estação”.

A partir do momento que as empresas de confecção vão se solidificando, como mostra Gonçalves (2005), partem para duas situações: diversificar a produção, através da implantação de novas linhas de produção, como peças de esporte fino e *jeans*; ou especializar-se na produção de artigos específicos. No caso de Cianorte, o município tem se especializado na produção dos mais variados artigos de *jeans*.

O clima também interfere nas possibilidades de se completar favoravelmente o ciclo do capital e nas decisões de investir. Somam-se a todas essas dificuldades, “a penetração e expansão do capital no setor, o fato de o ramo dispor de um mercado altamente elástico de oferta de mão-de-obra feminina, com grandes proporções de menores *trabalhando* e a manutenção dos baixos salários” (SPINDEL, 1983: 91).

Gazzona (1997: 94) diz que “a diversidade dos produtos fabricados pela indústria do vestuário de acordo com o sexo, idade, mercado consumidor, tipo de tecido utilizado e as diferentes finalidades de uma vestimenta, bem como a tecnologia barata”, no caso das máquinas de costura, não impõe grandes barreiras para que novas empresas entrem no mercado.

Em relação a Cianorte, de um lado as empresas maiores são aquelas que trabalham com uma padronização maior dos produtos. As empresas que se dedicaram à produção e comercialização desse produto sobreviveram desde meados dos anos 1970 na região. Nessas grandes empresas, hoje descentralizadas e com diferentes CNPJs, por muito tempo trabalhou-se com modificações secundárias em torno de características comuns de um único produto: a calça *jeans*.

Outras empresas, que trabalhavam apenas com “modinha⁴¹” tiveram que se adaptar às constantes transformações impostas pela reestruturação produtiva e pela constante sazonalidade dos produtos. Mas é fato também, que muitas empresas

⁴¹ Termo utilizado para designar o tipo de roupa feminina (adulta, juvenil e infantil) que acompanha as oscilações e exigências da moda; pode nomear tanto uma “blusinha”, quanto uma saia ou outro acessório feminino (definição do IPARDES, 2004).

produziam e ainda produzem modinha em Cianorte estão com a produção e a exportação em alta. Nem todas elas, de modo geral pequenas e microempresas, investiram significativamente em tecnologia e qualificação de seus profissionais, mas sim em diversificação e personificação dos produtos, estratégia para atrair os compradores em tempos de globalização, o que alia o emprego maciço de mão-de-obra barata e especializada, recrutada nas facções de costura dos municípios e cidades circunvizinhas, com o barateamento dos produtos e a flexibilização da produção. Por outro lado, essa diversificação as auxilia a responder aos picos de demanda.

Para expandir, diversificar e melhorar sua produtividade, poucas empresas buscaram reorganizar internamente e tecnologicamente o trabalho com vistas a inovar todo o processo produtivo e melhorar das condições de trabalho. O fator de produtividade tem se baseado, em grande medida mesmo na redução de custos. Assim, pensamos que a questão da “diversificação produtiva” precisa ser vista sob dois ângulos. O primeiro refere-se ao fato das empresas não produzirem um produto “padrão”, com as mesmas características. Segundo, ao fato delas não se especializarem num único produto.

No caso de Cianorte, cabe destacar que “a terceirização de atividades complementares e/ou correlatas, tais como bordado e serviços de lavanderia, tão peculiares à fabricação de *jeans*”, são utilizadas em tamanho grau pelas empresas, que se torna difícil hoje falarmos em padronização do *jeans* ou da “modinha” na produção local (IPARDES, 2004: 26). É também marcante nesse pólo produtivo a presença de instituições de apoio, ou seja, “um elevado número de empresas correlatas instaladas no município e em seu entorno, a saber: lavanderias, empresas de serigrafias e pinturas, aviamentos, facções de acabamento, fábricas de etiquetas, manequins e embalagens, além da disponibilidade local de serviços de conserto de máquinas e equipamentos (IPARDES, 2006: 12).

Há aproximadamente sete anos também aumentou em Cianorte a busca pelas atividades artesanais que podem ser agregadas ao *jeans* e à modinha. Com a revalorização dessa atividade, que antes centrava-se mais no ambiente doméstico, houve a ampliação do número de lojas de acessórios na cidade e região e, sobretudo na Rua da Moda. Cresceu em seu entorno o número de costureiras e bordadeiras

subcontratadas para personalizarem diferentes peças do vestuário, em especial as calças *jeans*.

A presença de lojas de acessórios, vendendo miçangas, pedrarias, retalhos de couro, enfeites, lantejoulas e outros pequenos artigos que podem ser agregados às roupas, também pôde ser visualizada, a partir dos últimos quatro anos, nos bairros mais afastados da Rua da Moda.

Não destoando do que ocorre com outros ramos do comércio, tem se ampliado nesses ambientes a informalização das vendas. Presenciamos o trabalho de algumas “sacoleiras de acessórios” que buscavam as peças em Londrina, Maringá e principalmente em São Paulo e depois as revendiam para as pequenas lojas e ainda algumas costureiras e bordadeiras domiciliares que utilizavam os produtos no acabamento de peças de *jeans* e modinha.

Vemos pelo gráfico abaixo que a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos do município de Cianorte era a mais representativa em termos de geração de empregos em 2006. O comércio varejista apresentava a maior quantidade de estabelecimentos e o segundo lugar em número de empregos, sendo seguido pelo setor de serviços de alojamento, alimentos, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão, também importante para o desenvolvimento dessas atividades no município⁴².

⁴² Além de pólo do vestuário, Cianorte possui no parque industrial empresas atuando em vários outros ramos, tais como metalúrgicas, indústrias de barbantes, estopas, embalagens plásticas, móveis, artigos em madeira e, “principalmente, uma gama de indústrias alimentícias que empregam aproximadamente mil funcionários” (IPARDES, 2006: 6).

TABELA 02: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – MUNICÍPIO DE CIANORTE (2006)

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
Indústria de extração de minerais	1	-
Indústria de produtos minerais não metálicos	7	35
Indústria metalúrgica	22	186
Indústria mecânica	9	57
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	3	77
Indústria de materiais de transporte	5	33
Indústria da madeira e do mobiliário	34	210
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	12	180
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim.e ind.diversa	13	55
Indústria química, prod.farmac.,veterin.,perf.,sabões,velas e mat.plást.	19	185
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	481	4.755
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	53	1.375
Construção civil	128	577
Comércio varejista	610	2.571
Comércio atacadista	160	416
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	24	180
Administradoras de imóveis, valores mobil.,serv.téc.n.profis.,aux.ativ.econ.	117	508
Transporte e comunicações	45	336
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut.,radiodifusão e televisão	165	1.415
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	102	319
Ensino	25	355
Administração pública direta e indireta	8	1.220
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	300	428
TOTAL	2.343	15.473

Fonte: MTE – RAIS - NOTA: Posição em 31 de dezembro de 2006. (Grifo nosso)

A matriz industrial do noroeste do estado é fortemente condicionada por dois grupos-chaves. O primeiro grupo, de confecções, que com a expansão da indústria do vestuário forma um pólo com referência. O segundo, da agroindústria que tem na base agrícola local a matéria-prima principal para suas atividades, isto é, empresas que industrializam cana-de-açúcar, bovinos, aves, mandioca e laranja⁴³ (IPARDES, 2006). O segmento de confecções é responsável pelo crescimento no número e diversificação de empregos em outros setores da malha produtiva, “proporcionando o aparecimento de inúmeros estabelecimentos pulverizados pelos municípios da APL de Cianorte e do

⁴³ Invertemos a seqüência em relação aos grupos apresentados pelo IPARDES em 2006, sem alterar os dados, apenas com a finalidade de melhorar a visualização.

entorno” (IPARDES, 2004: 6). Os municípios que compõem o arranjo também compartilham essas características, possuindo um setor comercial bastante diversificado. “A atividade rural representa apenas 8% do PIB do município; o restante divide-se entre os setores da indústria e de serviços, na proporção de 25% e 67%, respectivamente”.

3.3 Panorama Recente das Facções e Empresas de Confecção de Roupas de Cianorte

Como dissemos na introdução, foi por meio dos empresários que tentamos fazer os primeiros contatos com os trabalhadores de Cianorte, mas as visitas às empresas e às facções industriais foram dificultadas pela indisfarçável resistência. Por isso buscamos outra estratégia e procuramos o auxílio das(os) professoras(es) da rede de educação básica da região. Juntamente com os questionários endereçados às(aos) trabalhadoras(es) entregamos os questionários “para os(as) donos(as) de empresas do setor de confecção de roupas”.

Do mesmo modo que já descrevemos em relação ao material de pesquisa destinado às(aos) trabalhadoras(es), apenas no primeiro semestre de 2007, de duzentos questionários entregues desde março do ano anterior, três retornaram. Além desses três, um deles chegou até as mãos das(os) empresárias(os) por meio das(os) coordenadoras(es) do curso de Moda da UEM (Universidade Estadual de Maringá) e outros dois pelo SINVESTE (Sindicato das Indústrias de Confecção e Vestuário de Cianorte)⁴⁴.

O percurso para chegar até as(os) donas(os) de facções foi bastante similar. Os questionários denominados “para as(os) donas(os) de facções do setor de confecção de roupas” tramitaram nos mesmos ambientes e só pudemos reunir quatorze deles no segundo semestre de 2006.

⁴⁴ Nesses dois últimos ambientes, havíamos deixado mais de 50 questionários desde agosto de 2006.

Com roteiros semi-estruturados, visitamos algumas pessoas que deixaram registros de localização nos questionários, a fim de colhermos mais detalhes em torno das questões propostas. Dentre todas(os) as(os) donas(os) de facções e de empresas que deixaram endereços poucas(os) permitiram esse acesso. No grupo representado pelas cinco empresas, três deixaram endereços, mas pudemos visitar apenas a empresa E (maior delas), com um acesso restrito a pouquíssimos departamentos internos e a empresa A (segunda menor), mas também bastante cerceadas quanto ao que podíamos observar. Da empresa C (pequena empresa) fomos praticamente expulsas. O dono nos acompanhou até o portão de saída, anotou a placa do carro que ocupávamos e prometeu ser bastante ofensivo se ousássemos retornar. Desse modo, os relatos da pesquisa se restringiram ao que nos informaram nos questionários e aos poucos ambientes que puderam ser visualizados.

No grupo de quatorze pessoas, donas(os) de facções (6 mulheres e 4 homens), que preencheram os questionários, oito deixaram endereços dos locais de funcionamento. Tentamos visitar as oito. Dessas, apenas cinco empresárias nos receberam umas com mais tranqüilidade, outras com mais receio, mas o suficiente para que pudéssemos conhecer os espaços de instalação das facções.

Desde o início, nossa maior intenção era obter, por meio das(os) empresárias(os), mais dados a respeito da realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores. Mas, no caso das facções domiciliares, percebemos que algumas mulheres, proprietárias desses estabelecimentos, também costureiras, possuíam uma rotina de trabalho tão árdua quanto às funcionárias que com ela trabalhavam.

Nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2009 retornamos a Cianorte, visitamos as alfaiatarias, duas facções domiciliares de lixadores de calça *jeans*, denominadas pelas(os) moradoras(es) e trabalhadoras(es) de “facções masculinas”, e dialogamos com algumas(uns) das(os) mesmas(os) entrevistadas(os) que preencheram os questionários de 2006 e 2007. Desse modo, além dos resultados dos questionários, no texto que se segue deixamos algumas impressões dos campos visitados, descritas após essas novas viagens.

3.3.1 As Facções Domiciliares e Industriais

Interessou-nos nessa seção demonstrar quem eram as quatorze pessoas proprietárias das facções de costura de Cianorte e região e que semelhanças e diferenças havia entre elas, tomando como variáveis: o gênero; o produto com o qual trabalhavam e a quantidade de peças/dia produzidas pelas(os) trabalhadoras(os); o tempo de existência da facção; a propriedade das máquinas de costura; a quantidade de trabalhadores; o local de funcionamento; a quantidade de empresas e de facções para as quais prestavam seus serviços.

Levando em consideração esses critérios, classificamo-las em facções domiciliares e industriais. Mas antes de apresentá-las, precisamos mostrar os aspectos que as distinguiram, unindo as definições das(os) estudiosas(os) sobre o tema acerca das especificidades vislumbradas no âmbito das relações de trabalho locais. Desse modo, após ter analisado os dados dos questionários e ter mantido contato com as(os) entrevistadas(os) por meio das visitas realizadas desde 2006, podemos dizer que, por “facção industrial”, compreendemos uma organização de porte pequeno ou médio, porém maior do que as facções domiciliares, que presta serviço a outras empresas ou a outras facções maiores, separadamente ou concomitantemente, que possui geralmente mais de dez funcionários, nem sempre registrados e que funciona em estabelecimentos alugados, geralmente fora das dependências domésticas de sua(eu) proprietária(o). Nesse primeiro caso, a definição não destoa muito dos conceitos já trabalhados por Abreu (1986), Ruas (1993), Druck (1999), Amorim (2003), Colli (2000) e Sampaio e Mello (1988), descritos no capítulo anterior. Se relembrarmos as tipificações de facções industriais de Naveira, podíamos afirmar que as facções catalogadas se aproximariam mais do que o autor denominou de “facção industrial de economia”, que ocorre quando seu objetivo é a redução de custos com a contratada” (2002: 74).

Por “facção domiciliar”, entendemos uma pequena confecção informal que não tem marca própria, estilista, desenhista ou loja. É também uma organização familiar, pequena, que produz a roupa integralmente ou peças específicas parceladamente e que, às vezes insere nela a marca do produto da empresa ou das empresas contratantes. Em Cianorte esse tipo de estabelecimento é responsável pela

maior parte do trabalho subcontratado no setor de confecção. Geralmente são ocupadas por aproximadamente cinco mulheres, de idades variadas, com filhos, às vezes com netos, membros da família, vizinhas ou pessoas próximas que executam operações manuais no próprio domicílio. Não costumam registrar as(os) funcionárias(os). Nelas podemos encontrar mão-de-obra qualificada, mesmo com trabalhadoras(es) que detem pouca escolaridade.

Apenas um detalhe as diferencia das definições já trazidas por Abreu (1986), Ruas (1993), Druck (1999), Colli (2000) e Naveira (2002). É que geralmente essas facções funcionam no espaço doméstico, mas nem sempre isso se restringe às residências das(os) proprietárias(os), podendo também ser instaladas, como observamos, em espaços alugados próximos às suas casas.

Em um contexto de alta rotatividade, nos dois casos, trabalhadores são admitidas(os) e demitidas(os) durante todo o ano, mas os contratos se acirram em período de pico de produção. Sob regime temporário de trabalho, valem-se dos serviços de outras facções ou de costureiras(os) domiciliares que trabalham geralmente sozinhas(os) em suas casas. Ambas podem ser entendidas como parte de um sistema de *work out* ou *putting out*, ou seja, uma organização de produção nas quais as etapas do processo de transformação de mercadorias são realizadas fora da planta industrial (AMORIM, 2003).

O que encontramos em Cianorte é muito próximo ao que Araújo e Amorim (2001/02) encontraram na região de Campinas, ou seja, as pequenas empresas, como têm dificuldades de dar um salto tecnológico e qualitativo, que exige delas grande investimentos financeiros, diversificam a produção subcontratando. Predominam processos nos quais a estruturação das cadeias de subcontratação (ou a “terceirização” de serviços e/ou atividades) obedece basicamente a uma estratégia de externalização de custos e de responsabilidades sociais em relação ao trabalho.

A realidade das facções de Cianorte, as relações das empresas com as subcontratadas, a terceirização do trabalho da mulher e o ambiente de extrema informalidade nas relações de trabalho não as distinguem muito também de outras realidades de trabalhadoras faccionistas já estudadas em Americana por Colli (1997) no ramo da tecelagem, e analisadas por Amorim (2003) no setor da confecção. O mesmo

pode ser dito sobre as análises feitas por Holzmann (2000) no RGS, por Jacob Lima (2006) no Ceará e Jinkings e Amorim (2006) em Santa Catarina. Porém, há elementos que despontam como novos, especialmente quando nos referimos às facções domiciliares. Nesse caso, incluímos principalmente as chamadas “facções masculinas” que vem crescendo nos últimos cinco anos, o que descreveremos mais abaixo.

Diante dessa classificação, sete entre as quatorze facções pesquisadas foram catalogadas como domiciliares e todas gerenciadas por mulheres e entre as facções industriais somente uma delas era de propriedade feminina⁴⁵.

Todas as facções catalogadas surgiram a partir de 1996, após a abertura econômica no período do governo Collor. A facção mais antiga (H) surgiu em 1998. Entre os estabelecimentos mais recentes imperaram as facções domiciliares. Esse dado confirmou uma tendência já pesquisada pelo IPARDES (2004) sobre a rotatividade no ciclo de vida dessas organizações de pequeno porte, mais vulneráveis às oscilações das crises econômicas e das demandas do mundo da moda (Ver Quadro 01, em Anexo A).

Entre as facções domiciliares, percebemos que a maioria funcionava nas residências das proprietárias, mas duas delas declararam ser instaladas em espaços alugados não domésticos, porém próximos às suas moradias. Entre as facções empresariais, vimos que todas funcionavam em espaços alugados, ora no bairro industrial e no antigo IBC, ora ainda em barracões próximos às suas residências, pertencentes às(aos) próprias(os) proprietárias(os).

Em relação aos espaços de instalação das facções visitadas (A, B, D, J, K), características como falta de ambiente de trabalho apropriado, pouca iluminação e pouca ventilação podem ser identificadas em todas. Mas as facções do tipo domiciliar, que funcionavam nas próprias casas das proprietárias (A, J e K), exibiam estruturas parecidas e mais precárias, com alguns detalhes diferenciados.

A facção de Rosa (A), por exemplo, foi instalada em um cômodo, construído exclusivamente para esse fim nas partes do fundo da casa, mas acoplado à cozinha, o que gerava um ambiente de trabalho extremamente quente em algumas partes do dia.

⁴⁵ Os resultados da pesquisa com as quatorze facções estão nos quadros 01, 02 e 03, nos Anexos A, B e C desse trabalho.

Rosa veio da zona rural há dois anos, de onde seu esposo foi demitido do corte da cana-de-açúcar. Como já tinham o terreno na cidade, construíram a casa a “toque de caixa” e compraram três máquinas de costura reta usadas, planejando dedicarem-se a facção de roupas. Como ela indicou no questionário em 2006, a família toda, com exceção do filho mais novo, trabalhava na costura da modinha, inclusive o marido que se encontrava ainda desempregado. Eram duas filhas, uma de nove e outra de quinze anos e um filho pequeno de três anos de idade. Nos intervalos da produção dos lotes de encomendas, faziam consertos de roupas para dois lojistas e alguns particulares. Rosa não havia indicado as filhas e o marido como funcionários da facção no questionário.

As duas funcionárias a que se referiu eram as tias solteiras, com mais de quarenta anos que residiam nas proximidades. Chegamos na casa de Rosa na hora do almoço. Pudemos permanecer pouco tempo porque sentimos que estávamos atrapalhando o andamento do trabalho, diante de tamanha correria da trabalhadora, que se dividia em vários papéis simultaneamente dentro da casa, entre a mamadeira do filho, o arroz que secava no fogão, as tias que perguntavam algo relacionado à costura no “puxado” e as filhas que arrematavam a roupa e limpavam a casa, no mesmo ritmo de trabalho da mãe. Outro dado nos fez acelerar a visita: o esposo de Rosa permaneceu o tempo todo dentro do quarto, intimidado com a nossa presença.

As facções de Violeta (J) e de Gardênia (K) funcionavam literalmente dentro das suas casas. Na casa de Violeta duas máquinas dividiam espaço com a máquina de lavar na área de serviço e outras duas ocupavam quase toda a apertada sala de estar. Não perguntamos a idade das(os) proprietárias(os) das facções e nem de Violeta durante a visita, mas ela aparentava ser bastante jovem. Violeta disse estar grávida do primeiro filho e comentou que os enjôos a obrigara a dividir a costura com mais uma pessoa (uma vizinha). Por isso, no momento permanecia mais de pé no acabamento, cortando linha, atendendo os fornecedores ou dobrando as peças. Disse não poder “se dar ao luxo de ficar parada, já que o esposo ganhava pouco como pedreiro e ela deveria ajudar na renda da casa” (Entrevista, out/2006).

As funcionárias (uma irmã, uma cunhada, uma amiga e a vizinha) aparentavam uma sensação de bastante cansaço aquele dia. No final da tarde, Violeta

(Entrevista, out/2006) narrou que costuraram um grande lote de blusinhas femininas e trabalharam à noite para terminá-lo, dado o compromisso assumido com a contratante. “Minha amiga teve que ir embora, mas eu e minha irmã permanecemos trabalhando até quase dez horas da noite para fechar essa encomenda e não perder o fornecedor. Estamos exaustas!” (Entrevista, out/2006).

A situação mostrava-se bem similar na residência de Gardênia (K). A costureira com idade já bem avançada e aparentes dores na coluna (pelo modo como gemia ao segurar as costas) nos recebeu na varanda onde funcionavam as instalações da facção. Dividida ao meio por um tecido comprido, a varanda abrigava duas máquinas *overloques*. Perguntamos onde as demais costureiras trabalhavam. Gardênia mostrou uma no quarto e outras três mulheres costurando em um espaço arranjado no canto da sala. Disse-nos que durante os momentos de maior demanda alugava mais máquinas de costura e contratava trabalhadoras domiciliares para dar conta das encomendas, ou ainda levava as peças nas casas dessas mulheres para serem produzidas. Naquele momento elas costuravam calças compridas femininas, mas disseram também trabalhar com modinha em alguns períodos do ano, especialmente nos meses que antecediam a EXPOVEST.

Ainda em relação ao espaço de funcionamento das facções, lembramos que a facção (B), de Girassol, também funcionava em um espaço doméstico, porém em uma casa alugada, na mesma rua, unicamente para este fim. A casa que ficava nos fundos do terreno, bem escondida aos olhos de quem passava pela rua, era de madeira, com telhado de amianto, bastante quente e com pouca ventilação. As seis costureiras, inclusive uma senhora com mais de sessenta anos, que bordava modinha para uma loja, dividiam dois cômodos apertados, uma pequena varanda, uma cozinha e um banheiro nove horas por dia, “em dezembro dez horas diárias”, como ela narrou (Entrevista, nov/2006).

Girassol, que informou ter 50 anos de idade e ensino fundamental incompleto tinha sido demitida há oito anos de uma empresa de confecção de *jeans* localizada em Japurá. Desde então prestava serviços para essa empresa como faccionista, inclusive a maior parte de suas máquinas era emprestada da contratante. Aquela era a quarta facção, que instalava, sempre em lugares diferentes, ora alugando um imóvel, ora

instalando-a na residência de uma das companheiras de trabalho, mas sem romper os contratos com a antiga contratante. O esposo de Girassol, funcionário público aposentado, não aceitava que ela trouxesse a facção para a casa, alegando perda de intimidade. Por outro lado reclamava muito pelo fato de permanecer sozinha a maior parte do dia. Ela disse tê-lo convidado várias vezes para auxiliar na facção, mas o mesmo sempre se recusava.

Na maioria das vezes a remuneração mensal de todas as trabalhadoras, inclusive de Girassol, ficava abaixo do piso da categoria. De forma distinta de outras facções que observamos ali o aluguel, a conta de luz, de água e os custos gerados com a quebra das máquinas era todo dividido entre as funcionárias. Não pudemos entrevistá-las, mas Girassol disse que a divisão dos gastos tinha sido combinada e que todas concordavam.

Em 2006, tivemos também a oportunidade de conhecer o espaço de instalação da facção de Crisântemo (D), que completava dois anos de abertura, em uma casa alugada (de meia água), próxima à Rua da Moda. O questionário chegou até suas mãos por meio de uma graduanda do Curso de Moda da UNIPAR, onde a costureira, jovem, recém casada e sem filhos, era também aluna.

Antes de abrir a facção naquele endereço, Crisântemo, ainda solteira, trabalhava com a sogra e outras três vizinhas na casa da mãe, que deixou de ser faccionista por um problema grave na coluna. Ela, a irmã, a sogra (com 51 anos de idade) e outras duas costureiras, recebiam o equivalente ao piso salarial da categoria, na costura da modinha e de calças *jeans*. Além das quatro funcionárias, Crisântemo havia recém contratado um rapaz, segundo ela, “com grande habilidade para o bordado e a costura”. O funcionário, de 22 anos, antes desempregado, residia próximo a sua casa. Ele fazia também o serviço de transporte e de consertos mais simples nas suas seis máquinas de costura (2 próprias e 4 emprestadas: 4 de costura reta, uma casadeira e uma botoneira).

Além do contrato com uma pequena empresa onde buscava as peças de calças *jeans* já cortadas, ela, a tia e o rapaz bordavam barras de calça e aplicavam materiais artesanais em blusas femininas sob encomenda para uma loja local. Naquele

momento específico colocavam lantejoulas coloridas nos bolsos traseiros. Parecia um trabalho bastante delicado, demorado e minucioso.

A faccionista estava tentando registrar as(os) funcionárias(os);

Estou registrando-os, mas aos poucos porque é muito difícil pagar os encargos trabalhistas, que eu sei ser de direito dos trabalhadores. O duro é ter que arcar com esses gastos em determinados períodos do ano, quando falta serviço até para eu mesma e ter que pagar horas extras quando chegam lotes grandes de peças. Até agora só registrei uma funcionária, que é minha sogra, se não ela demorará mais ainda para se aposentar (Crisântemo, entrevista, dez/2006).

Em um período de trabalho mais escasso, Crisântemo chegou a demitir algumas funcionárias e trabalhar por duas vezes consecutivas na facção contratante, sem fechar a sua própria organização. Mesmo assim, enxergava a sua facção como permanente. Perguntamos por que havia uma rotatividade tão alta de trabalhadores nas facções e ela argumentou que na maioria das vezes as empresárias das facções são obrigadas a demitirem as costureiras por falta de serviço. A mesma comentou:

É um trabalho bem instável para quem não consegue emprego formal na cidade. As costureiras perambulam pelas facções caseiras de acordo com o fechamento dos grandes lotes de roupas. Algumas chegam e vão embora como se vão também as encomendas das peças. Todo dia tem gente aqui na porta perguntando se tem serviço. E são em geral mulheres, mas de todas as idades que você pode imaginar. Outro dia tinha uma jovem de 13 anos pedindo serviço para minha sogra (Crisântemo, entrevista, dez/2006).

Como nos leva a pensar o relato de Lírio, as pontas precárias dessa cadeia produtiva também podem esconder dados relativos à exploração do trabalho infantil, fator que se torna mais difícil ainda de ser medido em um contexto marcado pela subcontratação e pela informalidade crescentes. A região de Cianorte é a terceira região no Paraná com o maior número de crianças e adolescentes em situação de trabalho, conforme o mapa do trabalho infanto-juvenil elaborado pelo IPARDES (Bem Paraná, 18/08/08: 1).

Nesse contexto, a quantidade de pessoas que trabalham nas facções domiciliares pode ser maior, se contarmos a quantidade de crianças e de adolescentes

que acompanham as mães, cortando linhas, dobrando, empilhando roupas ou fazendo qualquer outro tipo de trabalho auxiliar. Nossa afirmação baseia-se apenas nas visitas realizadas a estas unidades produtivas, por isso a dificuldade em mensurar rigorosamente a extensão do trabalho infantil nessas facções. Sentimos inclusive enorme dificuldade em localizar as costureiras faccionistas em Cianorte, algo que se complexifica ainda mais quando agregamos o fato de que suas facções se transferem de endereço com muita rapidez.

Em relação às facções industriais, tentamos, em vão, entrar nas facções F e H. O proprietário da facção F, mostrando-se bastante irritado com a nossa presença, nos recebeu na primeira vez com a seguinte resposta: “Eu já disse o que eu podia falar naquele questionário...” (nov/2006). Visitamos por três vezes consecutivas a facção H. Um funcionário na portaria dizia sempre que o proprietário não estava e que havia deixado ordens para não deixar ninguém entrar.

Apenas no barracão de Margarida (facção N), localizado no Parque Industrial do município de Cianorte, pudemos entrar em 2006. A costureira e também proprietária da facção, aberta há oito anos, disse estar passando naquele período por uma “das piores ondas de baixa produção”. No questionário ela havia indicado que sua facção mantinha alta produção de *jeans* o ano inteiro. Ocorre que, segundo ela, estava enfrentando um problema técnico com uma das principais contratantes de fora do estado, problema este que ela fez questão de não nos revelar.

A facção que tinha mais de 60 funcionárias(os), registradas(os), e que segundo nos relatou “permaneciam com ela até a aposentadoria”. Apresentava ter menos de 40 pessoas trabalhando (todas mulheres) e muitas máquinas estavam vazias. Margarida disse que as(os) demais gozavam de férias coletivas por falta de serviço.

Mas nossa visita teve que ser bem rápida, pois a trabalhadora, além de se mostrar bastante irritada com os problemas que comentara, parecia ser de “pouca conversa”, respondia tudo com “meias palavras”, como que desconfiando da nossa visita. Perguntou-nos repetidas vezes sobre a utilidade de nosso trabalho e disse que uma pesquisa como a nossa não mudaria em nada a situação de trabalho delas. Ao solicitarmos o diálogo com uma das funcionárias, o pedido foi imediatamente recusado.

Desconfiamos sobre a declaração da entrevistada ao afirmar que todos as(os) trabalhadoras(es) eram registradas(os), mas não pudemos voltar para averiguar a informação.

Outros dados, em relação ao perfil dessas organizações podem ser visualizados nos quadros 01, 02 e 03, dos Anexos A, B e C. No processo de recrutamento das facções industriais pelas contratantes, imperava, com maior frequência, medidas que avaliavam os critérios de qualidade do serviço prestado, como teste da peça piloto e entrevista. De modo diferenciado, nas facções domiciliares que prestavam serviços principalmente para lojistas e micro empresas, a relação passava pelas negociações sobre o preço unitário cobrado pelas peças bordadas ou costuradas.

Facções industriais e domiciliares demonstraram oferecer uma variedade grande de serviços, além da costura do produto principal, no caso de ambas: calça *jeans* feminina e masculina adulta e peças de modinha. Nas domiciliares os relatos indicaram serviços de acabamento, arremate e consertos. Nas organizações maiores do tipo industrial, prevaleceram serviços complementares de corte e etiquetagem dos produtos. A diversificação maior de funções foi encontrada nas facções domiciliares. Nestas, as(os) trabalhadoras(es) exerciam várias funções auxiliares, independente dos períodos de maior ou menor demanda de produção.

Como dissemos no capítulo anterior, há uma diversificação bastante grande na produção de roupas nessa região. Por isso, os números oferecidos sobre o montante produzido por dia por cada trabalhador variam muito, dependendo do tipo de roupa que se costura, do público a que se destina, da estação, do clima, do período do ano que se produz, do tamanho da facção e da estrutura física que ela detém, como relataram entrevistadas(os) das facções F e G. Majoritariamente foram indicados por faccionistas domiciliares e industriais os meses que antecedem o final do ano como o período de pico de produção. Apenas duas proprietárias mencionaram que o trabalho era mais intensivo durante o período da EXPOVEST, independente do mês e semestre que a Feira ocorresse.

As facções do tipo industrial trabalhavam geralmente com a costura de calças *jeans*, mas muitas lidavam também com as peças de modinha. Duas delas, que costuravam modinha, trabalhavam para médias e pequenas empresas ao mesmo

tempo, uma inclusive prestava serviço para uma grande empresa localizada fora do Paraná. As facções D (domiciliar) e M (industrial) prestavam serviço para outras facções maiores, simultaneamente ou alternadamente, dependendo do período do ano em que eram requisitadas. Das quatorze facções, três do tipo industrial, eram responsáveis pela compra da matéria-prima (tecidos e acessórios) utilizada na fabricação das peças e as outras onze (quatro industriais e sete domiciliares) adquiriam todos os produtos com as contratantes.

Verificamos, por outro lado, que em muitas facções domiciliares as(os) funcionária(os) permanecem ociosas(os) em alguns períodos do ano, o que passava a ser justificativa para muitos deles não efetuarem o registro das(os) trabalhadoras(es). Dentre as respostas que justificaram o não registro das(os) funcionárias(os), destacamos: “Sou autônomo, não tem como registrar” (2 respostas); “O serviço não é garantido”; “Não há produção suficiente” (3 respostas); “É oneroso, estou registrando-as aos poucos”; “A produção da modinha oscila demais durante o ano”; “Ficamos muitos meses paradas” (2 respostas).

Todas as faccionistas domiciliares mostraram ter laços de parentesco com pelo menos uma das trabalhadoras. Talvez por manterem esse tipo de relações de trabalho, entre elas imperaram como critérios de recrutamento dos funcionários a confiança, o conhecimento da pessoa e a recomendação de pessoas próximas. Imperou também em suas respostas a incidência da maior quantidade de pessoas que enxergavam a facção como transitória.

Sobre as motivações que levaram as(os) proprietárias(os) a iniciarem seus trabalhos no setor de confecções de roupas na região, nas facções industriais destacou-se a facilidade na abertura da facção, propiciada pelo mercado produtor local e a quantidade/qualidade da mão-de-obra especializada no setor, “que pode ser encontrada, sobretudo entre as mulheres”, como afirmou o entrevistado da facção F. Nas domiciliares, imperaram as justificativas indicando a necessidade e a falta de opções em outros empregos.

O número de máquinas de costura⁴⁶ deu uma dimensão relativa do tamanho de cada estabelecimento. Todas as facções domiciliares possuíam até oito máquinas de costura. Dentre estas últimas, muitas comentaram alugar alguns de seus equipamentos. Poucos informaram sobre o estado dos equipamentos (máquinas de costura) das facções. Mas foi possível verificar que a maioria das máquinas das facções industriais eram de propriedade das(os) faccionistas. Dentre os cinco (facções F, H, I) que mencionaram o estado dessas máquinas, despontou a resposta “bom” e em dois casos (facções N e M): “excelentes”. “Bom” foi a resposta fornecida por três facções domiciliares (K, L, B). Ainda entre os relatos das faccionistas domiciliares, duas facções (A, C) indicaram “Regular e Ruim”.

O tamanho das facções também pôde ser dimensionado pelo número de trabalhadoras(es) contratadas(os). As facções domiciliares detinham a menor quantidade de funcionárias(os). Mas, um entrevistado de facção industrial (M), informou, no questionário possuir mais de cinqüenta funcionárias(os), vinte delas(es) no chão da fábrica, algumas(uns) com registro em carteira e aproximadamente outras trinta trabalhadoras independentes (costureiras domiciliares), contratadas durante todo o ano. “Na verdade, não sei contar quantas trabalham para mim, pois as pessoas que vêm buscar costura aqui acabam contratando outras conhecidas”, escreveu, justificando sua resposta. O mesmo informou possuir trinta máquinas de costura. Como não tivemos acesso ao entrevistado, ficou difícil saber se ele alugava as máquinas para as costureiras domiciliares ou contratava-as para trabalhar na facção durante alguns períodos do ano.

O proprietário (facção M) foi um dos poucos que deixou informações na nota de sugestões aberta no rodapé do questionário, acrescentando: “busco trabalho terceirizado pelo alto custo pago com os encargos trabalhistas e sociais aos trabalhadores registrados, cujos valores ultrapassam a folha de pagamento”. Vemos que esse tipo de descentralização mostrou ser o mais rentável instrumento de competitividade local nos últimos anos, não só para as empresas, mas também para as facções que detêm melhor estrutura financeira.

⁴⁶ Relatividade referendada principalmente pelo fato de não perguntarmos sobre a posse de outros equipamentos.

Praticamente todos os questionários retornaram com informações indicando que muitas(os) funcionárias(os) se encontravam desempregadas(os) na época em que ingressaram nas facções. Um proprietário de facção industrial (M) escreveu que “a maioria das trabalhadoras estavam sem emprego quando ingressaram na facção, mesmo que viessem de outras facções, naquele momento exato estavam sem trabalho”. Pelas respostas percebemos a alta rotatividade, principalmente das costureiras, entre as facções do tipo domiciliar.

Notamos alta taxa de rotatividade entre as(os) trabalhadoras(es). O mesmo foi relatado pelas(os) empresárias(os) de facções. A maioria das(os) empregadas(os), segundo relataram, permanece no trabalho de três meses a um ano aproximadamente. Na análise dos dados fornecidos por elas(es), a rotatividade maior foi percebida entre as facções domiciliares.

Em relação ao nível de escolaridade das(os) funcionárias(os) das facções empresariais e domiciliares, prevaleceu, nos dois tipos de facções, o Ensino Fundamental completo e o Ensino Fundamental incompleto, destacando que nas facções industriais há registros de uma quantidade maior de pessoas com níveis mais altos de escolaridade.

Questionamos as(os) proprietárias(os) a respeito do nível de satisfação das(os) funcionárias(os) e suas expectativas em relação à função que exerciam naquele momento no interior da facção. As respostas mostraram que uma quantidade representativa de trabalhadoras(os), “se pudessem arranjariam outro trabalho, fora da facção, com carteira assinada”. Registraram também indicações de cansaço e reclamações por parte das(os) funcionárias(os) principalmente por exercerem serviços bastante pesados e monótonos.

Muitas proprietárias, especialmente as donas das facções domiciliares, tinham renda equivalente, e em alguns casos, menor do que a de suas(eus) funcionárias(os), dadas as dificuldades estruturais enfrentadas por essas unidades produtivas menores. Uma das proprietárias de facção domiciliar (B), disse que também se encontrava desempregada no momento em que abriu a facção, afirmando que “o investimento usado para dar início ao primeiro negócio só foi possível graças ao acerto da fábrica, ao empréstimo das máquinas e ao auxílio financeiro de algumas vizinhas e

de uns parentes”, se constituindo, segundo ela, “em quase que uma cooperativa de trabalho, no início do processo de produção. Mas nunca consegui ganhar mais o mesmo que eu ganhava lá na fábrica” (Girassol, dez/2006).

No caso das facções, especialmente as domiciliares, as(os) proprietárias(os) são também trabalhadoras(es), pessoas que além da responsabilidade pelo gerenciamento, acumulam várias outras funções no ambiente dessas organizações e não conseguem manter nelas uma estrutura de gestão e organização do trabalho como nas médias e grandes empresas já consolidadas do setor.

Também solicitamos às(aos) proprietárias(os) que descrevessem a rotina de um dia de trabalho nas facções. As descrições de vida e de trabalho demonstraram que algumas(uns) proprietárias(os) das facções domiciliares, por exemplo, tinham uma rotina diária muito semelhante a das trabalhadoras por elas(es) contratadas(os).

Chego à facção 7h da manhã, vejo o que vai entrar na produção e se está faltando alguma coisa e depois vou atrás dos meus clientes para deixar outros serviços preparados para abastecer a produção (Joana, junho/2006).

De manhã, logo após acordar venho para a facção. Além disso, faço contato com clientes, negocio preços e coordeno mais serviços. Resolvo problemas e dúvidas das encarregadas, vou atrás de novos serviços de novo (Maria, junho/2006).

Levanto às 6 horas da manhã, começo a trabalhar às 7h. Em casa tento dar atenção ao meu filho, vemos TV e depois, se não tiver serviço, vamos dormir (Rosana, junho/2006).

Tem dia que não tem serviços. Quando tem, trabalha-se o dia e a noite toda até cansar. Mas se fazem horas extras, recebem a mais”; “Levanto às 5h da manhã, arrumo a casa, tomo o ônibus e só paro na hora de dormir, costuro e coordeno tudo (Renata, junho/2006).

Com a costura, construí um bom lugar para trabalhar, comprei casa, carro e todas as minhas máquinas, que hoje já são cinco, mas costuro ate sábado a noite (Márcia, junho/2006).

Quanto à relação com os sindicatos, observamos que das quatorze proprietárias(os), três eram afiliadas ao Sindicato dos Empresários (SINVEST), mas elas disseram não participar das atividades sindicais, nem das assembléias. Nossa hipótese era de que as(os) proprietárias(os) das pequenas facções domiciliares talvez

não se reconhecessem como patroas(ões) e nem como empregadas(os), ou que se sentissem exercendo as duas funções simultaneamente. Em parte esta suposição ficou confirmada quando lemos suas justificativas, indicando: “de que categoria você fala?” Uma proprietária de pequena facção acrescentou “não me sinto uma coisa e nem outra, nem patroa e nem funcionária e é difícil se sentir as duas ao mesmo tempo”.

3.3.1.1 As Facções Domiciliares: Três Anos Depois

Nos dias 03 e 04 de fevereiro de 2009 voltamos a Cianorte para tentar restabelecer contatos com as faccionistas que entrevistamos no final de 2006 e no início de 2007. Procurávamos detectar alternâncias e/ou permanências sobre os aspectos relacionados às suas condições de trabalho.

No dia 03/02/09 chegamos à casa de Rosa (facção A). Sua facção não existia mais. O marido arranhou emprego na usina de destilaria de álcool da região e ela vendeu duas máquinas de costura reta, comprou uma overloque e passou a ser costureira domiciliar, prestando serviço a uma facção industrial localizada no antigo IBC. A filha mais velha, que passou a estudar a noite para ajudar a mãe, estava ocupando uma das máquinas no dia em que chegamos. “Antes de ir para a destilaria de álcool ele ficou trabalhando um ano em uma dessas ‘facções masculinas’ que tem na cidade, mas sempre ficava parado entre um lote e outro de calça para perfurar e tingir, por isso teve que procurar emprego certo”, descreveu Rosa.

Mesmo afirmando ainda ganhar menos ou o equivalente ao piso salarial da costureira⁴⁷, Rosa disse que a situação financeira melhorou desde que a visitamos em 2006, justificando os gastos com energia, consertos de peças, pagamento do salário das tias e outros custos e responsabilidades que a facção lhe obrigava anteriormente. Disse se sentir mais aliviada, podendo responder somente pelo seu trabalho. Mas,

⁴⁷ Na Convenção Coletiva de Trabalho de 2007/2008, os itens agregados à função de operadores de máquinas (costura reta, overloque, interloque, galoneira, caseadeira, travete, botoneira, outros operadores de máquinas e auxiliar de corte), aparecem com a remuneração mensal de R\$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais).

contou-nos que às vezes pega um lote grande de blusinhas para costurar, da mesma pequena empresa para a qual prestava serviços antes e chama uma das tias, que agora estão desempregadas, para ajudar a dar conta do serviço (Entrevista, 04/02/09).

Visitamos também Girassol (facção B), atualmente com 53 anos de idade. Fomos direto ao endereço da facção que havíamos observado em 2006, mas a casa estava ocupada por moradores, que nos informaram a localização da residência da antiga ocupante.

Ela nos recebeu contente, como da primeira vez. A facção passou a funcionar no interior de sua própria casa, mesmo contrariando a vontade do cônjuge. Obrigada a desocupar a antiga casa onde trabalhava, por ter atrasado muito o pagamento do aluguel e principalmente por ter que arcar com as despesas de um processo trabalhista aberto por uma das antigas funcionárias de trabalho, Girassol reclamou longamente da falta de solidariedade das companheiras que apoiaram a referida ação. A costureira mediu as palavras para nos contar sobre o tipo de ação trabalhista que respondia, informando apenas que “uma das funcionárias, que ela pensou ser sua amiga, pediu demissão e exigiu dela algo diferente do que haviam combinado durante o serviço” (Girassol, Entrevista, 03/02/09).

Agora com quatro costureiras e de posse somente das máquinas emprestadas da contratante, instaladas em um dos quarto da casa, a costureira parecia mais descontente. O lugar também não se mostrava confortável para o trabalho. Os fios das máquinas, ligados por extensões manuais, atravessavam a única janela e obrigava-as a permanecerem quase que justapostas em um canto do cômodo, também pouco iluminado.

A última facção domiciliar a que tivemos acesso novamente em 2009, dentre as já visitadas em 2006, foi a de Crisântemo (D), que continuava instalada no mesmo lugar. A costureira, agora *designer* em Moda, passou a ter uma facção maior, mas o marido foi quem passou a tomar conta do negócio na maior parte do tempo. Ela tinha sido contratada por uma média empresa de confecção do município, conforme nos relatou uma das funcionárias (sua prima), passando a permanecer na facção somente aos sábados. Crisântemo contratou mais três costureiras, comprou uma máquina, alugou outra e conseguiu registrar somente mais duas funcionárias da facção. O rapaz

continuava trabalhando com ela, mas agora apenas como motorista. O funcionário “tornou-se uma espécie de assessor que dialogava com os fornecedores, não quis mais ajudar na costura e no bordado, pois os amigos o incomodavam muito por trabalhar em uma ‘facção feminina’”, narrou a sogra de Lírio. Chegamos a retornar às facções industriais (F, H e N), mas o acesso foi-nos negado outra vez.

3.3.2 As “Facções Masculinas”

Entre os moradores, principalmente nos últimos dois anos, convencionou-se distinguir entre “facções femininas” e “facções masculinas” para nos indicar a localização das facções em Cianorte. As nomenclaturas valem tanto para as facções domiciliares quanto para as facções industriais, mas são geralmente utilizadas para designar o trabalho realizado por esses homens nas facções menores, do tipo domiciliar. São chamadas de “facções femininas” as unidades produtivas domiciliares onde se costura e borda, especialmente a modinha, e que são ocupadas e dirigidas por mulheres. A denominação “facções masculinas” é dada às facções ocupadas e dirigidas por homens. Estes exercem as funções de lixadores, estampadores, pintores e rasgadores de calça *jeans* na região.

Se levarmos em consideração a distinção usada pelos cianortenses, podemos utilizar com essas facções a mesma tipologia empregada para classificar as facções de costureiras, ou seja, distingui-las entre “facções domiciliares masculinas” e “facções industriais masculinas”. Com exceção da especificação de gênero, as explicações para a conceituação dos dois termos seriam idênticas às já utilizadas por Abreu (1986), Ruas (1993), Druck (1999), Amorim (2003), Colli (1997), Sampaio e Mello (1988) e Naveira (2002).

A maioria delas (domiciliares e industriais) não registra os funcionários. Contratam mais funcionários nos picos de produção e demitem em momentos de baixa produtividade. Elas acompanham todas as oscilações de produção que ocorrem nas empresas e facções. Distinguem-se pelo fato de empregarem homens que possuem

rotinas de trabalho um pouco diferenciadas. Eles geralmente não levam serviços extras para casa, como fazem as bordadeiras das “facções femininas”; não precisam enfrentar a rotina de trabalho doméstico em casa, como é o caso da maioria das costureiras. Alguns desses trabalhadores administram duas jornadas diárias de trabalho, às vezes na fábrica e na facção, como é o caso de Dênis⁴⁸ de uma facção domiciliar, que denominaremos de facção P.

Nas “facções masculinas” ocorre, com menor frequência, a utilização de trabalho de crianças e de adolescentes, geralmente filhos dos trabalhadores. É menos comum, mais elas podem ser vistas auxiliando os pais no trato das tintas, no manuseio dos instrumentos de trabalho e na dobra das calças, como vimos na facção P. O filho de Dênis, com 12 anos de idade, manuseava as tintas quando adentramos a facção. O pai tomou rapidamente os instrumentos de trabalho de suas mãos quando chegamos. Disse-nos que o filho não trabalha na facção, apenas fica em volta dele durante algumas horas do dia, quando sai da escola, “mais por diversão”.

As denominações (facções femininas e facções masculinas) podem corresponder a uma divisão sexual do trabalho que naturaliza os postos e as qualificações identificados como masculinos e femininos, por meio do uso de técnicas e equipamentos.

Conforme Hirata e Kergoat (2007: 599):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Ainda conforme as autoras, este conceito abarca a existência da separação e da hierarquização entre os trabalhos de homens e mulheres, nas mais diferentes atividades, inclusive no trabalho industrial. Todavia, Hirata e Kergoat (2007: 600)

⁴⁸ Nome fictício, combinado e sugerido pelo entrevistado. Entrevista em 04 de fevereiro de 2009. O trabalhador, com 37 anos, com ensino médio incompleto, foi entrevistado em sua facção, do tipo domiciliar em um conjunto habitacional, próximo ao bairro industrial em Cianorte.

defendem a necessidade imperativa de destacar a “incrível plasticidade” da divisão sexual do trabalho. Isto nos permite melhor apreender, por exemplo, a dinâmica da divisão sexual do trabalho em contextos de precarização e flexibilização do emprego, tal como retratam as facções.

As distinções existentes entre as “facções masculinas” e as “facções femininas” representam também diferentes modos de articular a esfera profissional (público) e a esfera doméstica (privado), entre outros aspectos. Enquanto a experiência feminina nas facções tende a associar o público e o privado, a dinâmica das “facções masculinas” tende à separação mais rigorosa entre essas duas esferas. Assim, as “facções femininas” estão mais associadas ao doméstico enquanto as “facções masculinas” estão mais associadas ao público e profissional. Isto se deve às responsabilidades das mulheres e à desobrigação dos homens em relação ao trabalho doméstico. “Constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATA e KERGOAT, 2007: 600).

De acordo com Helena Hirata (2002: 200), pesquisas realizadas a respeito das “relações entre as técnicas e os equipamentos e a divisão sexual do trabalho” demonstram a existência de diferenciação entre os equipamentos confiados a homens e a mulheres, a diferença entre as qualidades requeridas de homens e de mulheres e a nítida “clivagem entre as tarefas masculinas e femininas”.

Como detalharemos no capítulo 03, a profissão desses trabalhadores das “facções masculinas” passou a ser amparada pela Convenção Coletiva de Trabalho de 2007/2008. O documento enfatiza as funções de: lixador, pincelador, puídor, grampeador, prensador e esponjador.

As chamadas “facções masculinas” prestam serviços para lavanderias, facções maiores de costura, lojas e fábricas de confeccionistas locais e regionais. Estas contratantes externalizam para essas organizações o que elas denominam de “customização, personalização, individualização e diversificação das peças”.

No caso de grandes lavanderias da região, às vezes ocorre o mesmo processo que vimos entre as mulheres faccionistas de modinha e de *jeans*. A(o) empresária(o) demite os empregados (especialmente os que apresentam mais idade) e

incentivam a instalação da facção que é montada com as máquinas emprestadas da empresa e essa facção passa a oferecer o serviço para a lavanderia, agora sem custos trabalhistas e por preços mais baixos. Assim como ocorre com as trabalhadoras, esses homens também sofrem a pressão das empresas e lavanderias para baixar ao máximo o preço do serviço. O valor cobrado por peça é o critério que impera no momento da contratação da facção. Além da perda do direito ao registro em carteira, perdem também porque ficam isolados e com sua organização comprometida. Eles estão como as costureiras domiciliares, nas pontas mais precárias da cadeia de produção de *jeans* na região.

Há um número crescente dessas unidades em Cianorte, localizadas majoritariamente nos bairros mais afastados da cidade. Essas facções são estabelecidas nos fundos dos quintais das casas, abertas e fechadas muito rapidamente.

De maneira geral, as observações da pesquisa nos permitem afirmar que o trabalho desses homens é bastante artesanal, apesar dos objetos visualmente grosseiros que utilizam, como: furadeiras elétricas, pedras, bexigas infláveis, esponjas e tintas com forte odor. “Não é fácil fazer os furos nas calças, prefiro trabalhar com as tintas. Se furar um centímetro a mais ou a menos, corre-se o risco de perder a peça. Ainda temos que suportar a humilhação quando a contratante devolve alguma mercadoria com defeito, que tem de ser corrigido. Ainda bem que isso ocorre raramente”, nos contou Denis.

A facção de Denis foi instalada em um cômodo apertado que antes abrigava um bar. Tudo é improvisado. As fiações, que são muitas, ficam soltas sobre os trabalhadores, que manuseiam as furadeiras em vários lugares do cubículo. O trabalhador é responsável também por buscar as peças na contratante. Assim ele reúne mais esta função: a de motorista. “A empresa prefere que busquemos as peças. Sabe, muitas empresas fazem isso por aqui. Elas não gostam de serem vistas em oficinas como as nossas. Na verdade, não querem ser reconhecidas quando levam as peças com carros contendo os slogan da empresa. Às vezes até vêm com os carros dos próprios funcionários da empresa para não serem reconhecidas. Tem muito aluno de Moda estudando esses assuntos aqui, igual você, e eles não gostam” (Entrevista,

04/02/09). Vê-se que o apelo a multifuncionalidade do trabalhador é ainda maior no processo de trabalho subcontratado.

Como para as costureiras, os homens recebem uma peça piloto que deve ser minuciosamente copiada. Dos detalhes trabalhados, depende a qualidade do produto. Ao mesmo tempo em que o trabalho é bastante artesanal e delicado, à primeira vista parece ser também bastante “grosseiro”. Alguns faccionistas dizem que “estão destruindo a calça”. Segundo Denis um funcionário que trabalha com ele comentou “ter dó de estragar as peças novas daquele jeito”.

Em partes, é o tipo do modelo da calça sugerido pela empresa que impulsiona ou não as “facções masculinas” a contratarem o serviço de trabalhadores domiciliares, pois no caso específico do trabalho que realizam, o modelo vai ditar o tipo de equipamento a ser usado pelo trabalhador em casa. A contratação desse auxiliar, que nem sempre é um profissional especializado, é rigorosamente recomendada, como detalhou Rui⁴⁹, funcionário sem registro da facção R.

É mais fácil estragar a peça nessa etapa da produção, do que no momento da costura e nesse caso a responsabilização recai sobre a facção que redistribuiu os serviços. Corremos risco de todos os lados, para cima e para baixo. Para cima se a empresa parar de exigir calças surradas, furadas, desbotadas e rasgadas. Dizem que os artigos desbotados, surrados e ligeiramente desfiados nas barras atingem diferentes idades e gênero, mas as peças furadas com certo excesso atingem um grupo mais específico de homens e mulheres, quase que exclusivamente de jovens. Espero que ela continue na moda por muito tempo, assim teremos serviço. Digo, para baixo, se os nossos parceiros estragarem alguma peça e aí temos que pagar por isso (Entrevista, 04/02/09).

Sem vínculo empregatício, esses faccionistas se tornam então patrões de outros trabalhadores domiciliares, reproduzindo e ampliando a precarização das relações de trabalho. “A reestruturação produtiva, ao utilizar-se da informalidade, está expandindo o trabalho domiciliar, cuja desintegração se processou com o advento da

⁴⁹ Trata-se de um trabalhador de 44 anos, casado, com um filho adolescente que o auxilia na facção depois que chega da escola, no período da tarde. O trabalhador possui ensino médio completo e é morador de uma cidade próxima a Cianorte. O trabalhador sai de casa todos os dias às 5 horas da manhã para chegar ao serviço às 7 horas e volta para a casa geralmente às 9 horas da noite. Nome fictício, combinado e sugerido pelo entrevistado.

indústria moderna, mas que retorna na atualidade. Embora este fenômeno possa parecer paradoxal, ele encontra-se coerente com as novas tendências de gestão de trabalho pautadas pela flexibilidade e precariedade”, como observam Neves e Pedrosa (2006:18).

Uma das razões que tem levado à intensificação do trabalho domiciliar, segundo Lorena H. Silva, é a ausência do reconhecimento do vínculo empregatício;

Esta modalidade de trabalho tem sido caracterizada por: a) sonegação dos benefícios e direitos assegurados pela legislação aos trabalhadores; b) intensificação do trabalho e extensão da jornada para que possam cumprir os prazos contratados; d) irregularidade dos rendimentos devido à demanda variável de trabalho; e) pequena ou nula capacidade de negociação com os contratantes em decorrência da dispersão e inexistência de contatos entre os trabalhadores contratados, tornando difícil ou inviável qualquer forma de organização e atuação coletiva; f) difícil registro fidedigno de sua magnitude devido a seu caráter oculto ou invisível; g) utilização predominantemente de mão-de-obra feminina (SILVA, 2001: 276).

Uma das “facções domiciliares masculinas” (facção P) que visitamos concentra o processo completo de individualização das peças. A outra (facção R, também domiciliar) terceiriza uma das fases da produção para outra facção que possui os instrumentos próprios para o trabalho. Essa segunda funciona como uma prestadora de serviço, responsável pela qualidade e pela destinação do produto acabado para a empresa contratante. Com estrutura um pouco mais adequada, a facção R funciona nos fundos da casa de Jerônimo. Ela abrange dois cômodos de madeira, um banheiro e uma pequena varanda, há instalações de bancadas nos três ambientes. O que impressionou à primeira vista foi a quantidade de lixo (vários tipos de papéis, pedaços de tecidos, restos de linhas, caixas de papelão usadas, etc) jogados pela varanda e no quintal que dá acesso à facção. Quem passa na rua não consegue perceber a facção nos fundos de sua casa. As árvores encobrem boa parte da varanda, inviabilizando a identificação.

Chamou a atenção o ritmo alucinado com que trabalham os homens nessas unidades produtivas. Nas duas facções ficamos impressionadas com o número de calças que manipulam por minuto. Dependendo do tipo de trabalho que realizam, chegam a customizar mais de 500 calças por dia, explicou Jerônimo. “Se o serviço é

apenas rasgar e raspar os bolsos dá para fazer mais de 500 calças. Só que se o serviço é mais simples, o preço por peça é bem menor, assim temos mesmo que fazer muitas para compensar o preço. Se o serviço é só de bolso envelhecido, por exemplo, eles pagam 25 centavos por peça. Customizar a calça inteira é mais complicado, mas chegam a nos pagar 2 reais por peça, além de ser mais difícil e demorado também” (Entrevista, 04/02/09).

Nas narrações de Jerônimo⁵⁰ (facção R), visualizamos um recorte do que é a cadeia de produção de *jeans* e como ela chega até as suas mãos. Vemos pela extensão do processo de criação, costura, acabamento e personalização das peças, detalhado pelo entrevistado, o que Borges e Druck (2002) já afirmaram, ou seja, a reestruturação industrial, pelo menos no setor de confecção, tem se pautado mais por novos processos organizacionais do que por inovações tecnológicas.

A pequena empresa, onde Jerônimo adquire as peças, é responsável pela criação da coleção de um produto, no caso a calça jeans masculina para adulto. A empresa faz o corte das peças. A empresa corta uma peça piloto e encaminha o tecido para uma “facção masculina” responsável apenas pelo corte, instalada em um município circunvizinho. Depois de cortadas, na justa medida, seja na fábrica ou na facção, dois funcionários conferem as peças, as reúnem e transportam para três facções onde novamente são conferidas por uma modelista e transportadas para duas lavanderias (nesse caso duas empresas formais). Quando voltam das lavanderias, as peças são conferidas, a qualidade é mensurada outra vez e só assim podem seguir caminho para as “facções masculinas” efetuarem o serviço de raspagem, tinturaria, etc. Só depois que as peças retornam das “facções masculinas” e passam pela verificação da qualidade é que são comercializadas. Lembrando que no caso da facção R, ela também subcontrata parte de sua produção para costureiras domiciliares, ou seja, é mais um caminho percorrido pelo produto antes de chegar à comercialização⁵¹.

⁵⁰ Nome fictício, combinado e sugerido pelo entrevistado, que é um senhor de 48 anos, com ensino fundamental incompleto, casado, negro, com dois filhos adolescentes, morador há mais de 26 anos em Cianorte.

⁵¹ Reproduzimos o relato do entrevistado, colhido em 04 de fevereiro de 2009, utilizando as denominações usadas por ele: “facções femininas” e “facções masculinas”.

Como afirmado por Jacob Lima, o trabalho a domicílio é sinônimo de precarização.

Não existe alteração substancial dentro do novo paradigma produtivo. Continua respondendo às necessidades de rebaixamento de custo, mantendo a precariedade do trabalho como característica básica. A novidade - até certo ponto - está na insistência do discurso da qualidade, as costureiras sendo avaliadas pelo nível de retrabalho das peças entregues e, talvez, no perfil das costureiras com maior escolarização. Todavia, o novo aparentemente está somente no discurso. A prática é a mesma, desde as primeiras fábricas: acabamento de produtos em casa, pagamento por peças, máquinas próprias ou das fábricas (LIMA, 1999: 128).

Quando as calças *jeans* voltam das facções de costura, como detalhou Jerônimo, a modelista faz a verificação da qualidade das peças por amostragem. Uma funcionária, contratada como manequim⁵², faz a prova de algumas roupas para avaliação da modelista. Além disso, uma costureira pilotista verifica o trabalho específico da costura dos pontos. Jerônimo disse conhecer bem o processo porque sua esposa trabalha na referida empresa como costureira.

Essas facções de corte de tecido, no caso o *índigo blue*, também são consideradas “facções masculinas”, pois são basicamente ocupadas por trabalhadores do sexo masculino. Jerônimo nos relatou que o pó emitido pelos tecidos no corte é altamente prejudicial à saúde dos trabalhadores, que nem sempre trabalham de máscaras. “Não são todas as empresas e lavanderias que disponibilizam equipamentos de segurança para os trabalhadores. A maioria delas externalizam a produção e pronto. Os trabalhadores é que têm que comprar essas máscaras. Mas, como ganham pouco, não se preocupam muito com isso não” (Jerônimo, entrevista, 04/02/09).

Se o trabalho com a máquina de costura já coloca risco para a trabalhadora ou trabalhador devido ao uso de objetos pontiagudos, como a agulha, o trabalho desenvolvido por esses homens nas “facções masculinas” aparenta ser ainda mais perigoso. Além da agulha, manuseiam furadeiras, tintas tóxicas, lixas, pincéis, escovas duras, giletes, grampeadores, prensas, esponjas e objetos cortantes. Se não são

⁵² Essas manequins são geralmente mulheres e homens, contendo entre 18 e 25 anos, com medidas corporais bem padronizadas. Para garantir o emprego devem cuidar rigorosamente do peso. Às vezes prestam serviço para até três empresas da região.

registrados, “como ocorre em mais de 80% dos casos”, como afirmou Jerônimo, ficam desprotegidos pela lei em caso de acidentes causados pelas condições de trabalho.

Algumas “facções masculinas” têm como contratantes diretos as empresas que criam os produtos ou que se responsabilizam apenas pela sua confecção. Outras têm como contratantes diretos as lavadeiras, que se responsabilizam pelo processo da lavagem e da individualização das peças. As lavanderias também são empresas ocupadas majoritariamente por homens em Cianorte. Elas se dividem em empresas informais do tipo domiciliar e industrial na região.

Em todos esses elos da cadeia, com exceção da fábrica e da lavanderia formal, a remuneração das trabalhadoras e dos trabalhadores é muito baixa e baseada na quantidade de peças produzidas, o que leva a intensificação do trabalho. Conforme descemos os degraus da cadeia produtiva, os preços pagos pelas peças vão diminuindo, refletindo diretamente nos seus salários.

Os menores níveis de remuneração estão entre os trabalhadores informais. Muitas vezes as diferentes contratantes nem se conhecem e nem buscam se informar sobre os preços praticados pelas demais subcontratadas no momento de solicitarem os serviços das pequenas facções e dos trabalhadores domiciliares, porque é como se cada elo fosse dependente e independente no que diz respeito aos custos. A responsabilidade da empresa contratante vai diminuindo sucessivamente.

Essas relações trabalhistas, geralmente sem registros, são também sem controle, facilitando a exploração pelo capital organizado, do trabalhador desamparado na informalidade. Se de um lado a externalização das roupas buscou, sob o ponto de vista dos empresários, solucionar os problemas de gargalo na produção, por outro ela criou problemas bem mais sérios para as(os) faccionistas. A parcela dos encargos sociais inerentes à folha de pagamento foi transferida da empresa para as trabalhadoras e trabalhadores informais e junto com ela todos os riscos presentes nesse tipo de produção.

Na Convenção Coletiva de Trabalho de 2007/2008, há uma cláusula, intitulada “terceirização” que compromete as empresas de confecções de Cianorte, responsabilizando-as pelos riscos nas contratações externas que praticam;

As empresas que terceirizarem seus serviços serão obrigadas exigirem da empresas terceirizadas o cumprimento na íntegra das cláusulas aqui convenionadas, inclusive, exigirem a comprovação de pagamento dos pisos salariais aqui esculpados, bem como, da comprovação do recolhimento de todas contribuições sociais relativas aos empregados, inclusive dos recolhimentos dos depósitos fundiários, sob pena de responder pelos débitos que forem verificados em relação à inobservância da presente cláusula (Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2008, Cláusula 64^a: 1).

Mas a pesquisa de campo mostrou que raras são as empresas que se mostram preocupadas em respeitar a Convenção. A postura da contratante é geralmente a de buscar ganhos imediatos, sem se preocupar com os tipos de relações que vão se gestando nas “barras da cadeia produtiva”. A maior preocupação é com o preço pago por peça - e por uma peça de qualidade - em qualquer elo da produção. A contratante consegue tirar vantagem inclusive da verificação da qualidade de seus produtos, pois até isso ela externaliza quando compromete as(os) trabalhadoras(os) terceirizados com a fiscalização da qualidade, sob o risco de romperem os laços de “parceria”.

As “facções masculinas”, assim como as “facções femininas” estão expostas aos ditames da concorrência desleal, devido ao grande número de empresas informais nessa condição na região, amparadas por empresas de confecções que trabalham sonegando impostos e acabam por incentivar esses faccionistas a atuarem nos mesmos moldes. Isso faz com que os preços oferecidos pelas empresas contratantes sejam baixos, por vezes inferiores ao custo operacional de uma empresa formal que trabalha de acordo com a lei.

Pelas observações, compreendemos que as nomenclaturas lixado, pincelado, puído, grampeado, prensado e esponjado, trazidas pela Convenção Coletiva de 2007/2008, provavelmente tenham que ser expandidas para garantir os direitos dos trabalhadores pela diversificação de trabalhos realizados por eles nas facções, pois as mudanças rápidas da moda exigem a cada ano novos tipos de acabamento que poderão ir além dessas nomenclaturas. Mais importante que expandir as nomenclaturas, é exigir que a 64^a cláusula da referida Convenção seja cumprida pelas contratantes.

3.3.3 As Empresas de Confecção de Roupas

Em Cianorte, há a concentração geográfica e setorial de firmas, numa estrutura bastante heterogênea, com predominância de micro, pequenas e poucas médias empresas intensivas em mão-de-obra. “De acordo com a classificação do SEBRAE e da RAIS de 2004, das 439 empresas formais existentes no município ligadas ao ramo de confecções, 395 enquadram-se na categoria de microempresas, 735 são empresas de pequeno porte, nove são de médio porte e nenhuma é enquadrada como grande empresa”. Observa-se, entretanto, que “parte das empresas do APL utiliza-se da subdivisão jurídica destas em diversos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs), com razões sociais distintas, mantendo uma estrutura empresarial composta de vários estabelecimentos industriais, as quais, quando analisadas de forma agregada, podem ser enquadradas como empresas de médio e de grande porte” (IPARDES, 2006: 12). Destas 439 microempresas, “69% possuem de um a quatro empregados. Embora a produção de marcas próprias seja predominante entre as médias e grandes empresas do arranjo, há um número reduzido delas que executam a etapa de montagem e lavagem das peças, prestando serviços de facção para grandes empresas de fora do APL (IPARDES, 2006: 12).

Os números apresentados pelo IPARDES em relação à quantidade de empregados nessas empresas é muito similar ao que ocorre no âmbito do estado como um todo. Em 2000, o Sistema FIEP e SEBRAE/PR realizaram o Diagnóstico Setorial da Indústria do Vestuário do Estado do Paraná⁵³, por amostragem, abrangendo 500 empresas, cerca de 16% do universo total das existentes no estado. Na tabela 03, apresentamos um resumo do relatório final desse diagnóstico, organizado pelo SINVESPAR. O porte das empresas foi definido a partir das faixas relativas ao número de funcionários e apresentou a seguinte distribuição.

⁵³ Os questionários foram aplicados em cidades das regiões de Curitiba, Londrina, Cascavel, Maringá e Pato Branco. O objetivo do trabalho foi o de elaborar um estudo visando diagnosticar o atual panorama, mapear e registrar a situação das indústrias no Estado que norteou o Planejamento Estratégico do setor.

TABELA 3: PORTE DAS EMPRESAS⁵⁴

Porte	Nº de Empregados da Indústria	Em %	Nº Médio de Funcionários
Micro	Até 19	50,5	9,3
Pequena	De 20 a 99	39,0	42,3
Média	De 100 a 499	6,0	156,2
Grande	Acima de 500	0,6	898,5
Não resposta	Não respondeu	3,9	-

FONTE: SINVESPAR (2007: 1)

Como explicamos anteriormente, depois de seis meses do período em que distribuimos os questionários destinados às(aos) empresárias(os) do setor de confecções, em maio de 2007, recebemos cinco preenchidos.

De posse dos dados fornecidos pelos questionários e tomando por base a classificação do SINVESPAR (Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná) sobre o porte das firmas, segundo quantidade de empregados, catalogamos as empresas em: uma microempresa (B); três pequenas empresas (A, C, D) e uma média empresa (E). Todas as empresas tinham o seu próprio produto.

Na tabela 04 compilamos algumas características sobre o perfil das(os) entrevistadas(os):

⁵⁴ A proporção de empresas de micro e pequeno porte representa 90% da amostra. A média geral, que caracteriza o total da amostra, é de 53 empregados devido ao equilíbrio entre o número de micro e pequenas empresas.

QUADRO 04: PERFIL DAS(OS) EMPRESÁRIAS(OS)

CARACTERÍSTICAS	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	EMPRESA E
Sexo dos proprietários	homem	mulher	mulher	homem	mulher
Relação anterior com o setor de confecção	Nunca tinha trabalhado com confecções antes	Era funcionária de outra empresa de confecções na mesma região	Era proprietária de uma facção domiciliar	Nunca tinha trabalhado com confecções antes	Era empresária do ramo de confecções
Motivação para abrir a empresa no município	A intensidade da propaganda	A expansão do mercado local na produção de <i>jeans</i>	Ter nascido e ter sido criada em Cianorte	A expansão do mercado local na produção de <i>jeans</i>	Por nascer em Cianorte e pela estrutura aqui existente na área da confecção
Maiores dificuldades enfrentadas	As constantes crises financeiras nacionais	Cheques devolvidos e as oscilações do mercado nacional	Pouco capital de giro e a falta de mão-de-obra qualificada	Crises nacionais e concorrência com a entrada de roupas da China	Falta de mão-de-obra qualificada
Possui relação de parentesco com algum funcionário	Sim. Primos e cunhados	Sim (tia)	Sim (irmã)	Sim	Não respondeu

Quatro empresárias(os) possuíam alguma relação de parentesco com alguma(um) funcionária(o). Há ainda que se considerar a preponderância do caráter familiar em grande parte das empresas locais. “Aproximadamente a metade dos empresários do ramo, ao iniciarem suas atividades, passa a trabalhar na linha de produção quando já possui experiência prévia na lida com a atividade, e praticamente a totalidade deles desempenha alguma função dentro da empresa, sobretudo na organização administrativa”. Esse caráter familiar estende-se ao comércio atacadista, pois a maioria das(os) empresárias(os) utiliza-se de mão-de-obra familiar e de conhecidas(os) próximas(os) para administrar suas vendas, sobretudo na abertura do seu empreendimento (GONÇALVES, 2005: 107).

O perfil das(os) proprietárias(os) parece muito similar ao perfil das(os) donas(os) de facções industriais, como mostramos acima. São pessoas que nasceram na cidade ou são filhas(os) de pioneiras(os). Abriram a empresa pelo incentivo

municipal e pelas facilidades em encontrar mão-de-obra excedente e qualificada na região. Abaixo apresentamos alguns dados que nos auxiliaram a traçar o perfil das cinco empresas.

QUADRO 05: PERFIL DAS EMPRESAS

CARACTERÍSTICAS	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	EMPRESA E
ANO DE ABERTURA	1994	2000	1985-1990 - Reabriu em 1998	1993	1995
QUANTIDADE DE MÁQUINAS	04	10	25	35	400
ANO EM QUE PASSOU A CONTRATAR FACÇÕES E TRABALHADORES DOMICILIARES	2000	2001	2000	2000	Não informou
PRINCIPAIS PRODUTOS	Calça <i>jeans</i> e Modinha	Calça <i>jeans</i>	Calça <i>jeans</i>	Calça <i>jeans</i> e modinha	Camisa, Calça <i>jeans</i> e modinha
QUANTO PRODUZEM	15 ou 16 mil peças por ano	8 mil peças por ano	280 peças por dia	Não informou	Oito peças por hora
EXPORTAM	Não	Não	Não no momento, mas exportava antes de 1993	Não	Sim

A empresa C surgiu em 1985, mas faliu em 1993, reabrindo apenas em 1998. A entrevistada comentou: “tive que fechar as portas durante a época do governo Collor, as roupas vindas de fora eram bem mais baratas, eu não conseguia negociar por aquele preço, [...] teve um período que eu até exportava algumas peças. Depois de alguns anos resolvi abrir de novo, mas trago conseqüências financeiras desse período até hoje.”

Ao indicar que a empresa possuía apenas quatro máquinas de costura, mas vinte e dois funcionárias(os), com uma produção de quinze ou dezesseis mil peças por ano, o proprietário da Empresa A acabou por informar que a grande maioria de suas(eus) funcionárias(os) na verdade trabalhavam como terceirizadas(os). Além das

facções de costura e de bordados para os produtos da modinha, a empresa em questão contratava facções de cortadores-passadores e de lixadores de calça compridas, estabelecimentos hoje bastante comuns em Cianorte e que são compostos basicamente pelo trabalho masculino. O empresário passou a contratar o serviço de facções domiciliares para a costura porque, segundo ele, “é um serviço onde encontramos pessoas mais responsáveis e há mais senhoras trabalhando desse modo aqui em Cianorte.”

Pela tabela vê-se que as empresas passaram a contratar os serviços de faccionistas a partir de 2000. A proprietária da empresa B disse preferir o serviço de facção “para diminuir as despesas com funcionários, sem precisar criar vínculos empregatícios”. E, na divisão sexual do trabalho organizada pela empresa, segundo informou, “os homens fazem os serviços do setor financeiro e as três mulheres é que lidam com a costura.”

Segundo registrou a proprietária da Empresa D, de modo inverso, a empresa passou a ser faccionista para não parar a produção, pois só o seu próprio produto “não supria o trabalho das costureiras.”

Para a região de Cianorte, segundo pesquisa do IPARDES (2004: 26), em uma amostra de 2004, 16% das empresas informantes declararam contratar serviços de costureiras a domicílio da região, 9% informaram contratar serviços de microempresas, 6% de pequenas e 4% de empresas médias também da região, e apenas 2% declararam contratar serviços de pequenas empresas de outras regiões; as demais (67%) declararam não utilizar esse tipo de serviço⁵⁵.

Em Cianorte, uma empresa de médio porte e várias empresas de pequeno porte articulam-se em redes de subcontratação, que, ao longo da cadeia produtiva, incluem desde empresas formais, com um desenvolvimento próximo ao da “empresa-mãe”, passando por empresas informais menos desenvolvidas e com menor estrutura tecnológica, até chegar às formas de trabalho em domicílio.

O que predomina em Cianorte é muito aproximado ao que já foi percebido por Abramo (2001), em seus estudos sobre as cadeias produtivas na América Latina.

⁵⁵ Podemos interrogar se nesse universo de 67% podem existir as empresas que prestam serviços em vez de contratar.

Ou seja, não são “redes” de empresas no sentido mais horizontal, mas uma cadeia produtiva verticalizada, cujas principais características seriam a grande assimetria de poder existente na relação entre as empresas (assim como entre empresárias(os) e trabalhadoras(es) e a ausência (ou fragilidade) da regulação dessas relações (em especial as de subcontratação).

As fábricas do Arranjo Produtivo de Cianorte “produzem em torno de 500 grifes (marcas próprias) e algumas delas, ainda, prestam serviços para grifes como Forum, Zoomp e Ellus, atuando como subcontratadas” (IPARDES, 2006: 13). Mas, como já dissemos repetidas vezes, é bastante comum as empresas contratarem o serviço de faccionistas. Segundo o Instituto;

Não há um dado quantitativo preciso ou uma boa estimativa que revele a intensidade das relações de subcontratação em Cianorte. Contudo, os trabalhos consultados constataam que as relações de facção internas à região ocorrem principalmente entre microempresas e costureiras a domicílio e as demais empresas, enquanto as relações externas à região se dão mais entre as médias e grandes empresas locais e as empresas de fora do APL, visto que grandes empresas, detentoras de famosas *grifes* nacionais e internacionais de *jeans*, têm seus produtos fabricados no município. Ainda sobre as atividades de subcontratação que as empresas do APL costumam realizar, a etapa da costura é, sem dúvida, a mais solicitada; seguida da etapa de acabamento, ambas contratadas na própria região. Contudo, para a etapa de criação do produto, especialmente a de *design*, é comum as empresas de grande e de médio porte contratarem os serviços de profissionais de outros estados da federação, especialmente de São Paulo (IPARDES, 2006:13).

Não detectamos entre os cinco empresárias(os) e nem mesmo nos relatos das(os) trabalhadoras(es) formais, registros de preocupações sobre a implantação ou a participação das(os) funcionárias(os) em programas ISO e de outros relativos à qualidade. Apenas a entrevistada da Empresa E, única que declarou exportar suas peças naquele momento, mostrou preocupações relativas à qualidade do produto.

Uma facção é contratada por nós a partir do envio de algumas peças para teste. No retorno o controle de qualidade avalia a aprovação ou rejeição da mesma. Aqui os critérios de qualidade devem ser seguidos com mais rigor (sic) quando se trata de confecção de produtos direcionados para o mercado externo, pois os estrangeiros são muito mais exigentes. Os funcionários realizam cursos de treinamento profissional oferecidos pela nossa empresa e se conscientizam sobre

sua responsabilidade pela qualidade (Dados colhidos em questionário, maio/2007).

Segundo Monteiro (2007), existem incentivos por parte do pólo de confecções para que as empresas busquem as certificações ISO 9000 e também a qualificação de suas(eus) funcionárias(os), porém, ainda faltam na região, profissionais para a capacitação da mão-de-obra e implantação dos referidos programas de qualidade. As empresas, em grande medida, continuam bastante familiares. Encontram-se apenas propostas de implantação dos programas de certificação, mas raros casos de instalação deles nas empresas⁵⁶.

No que se refere à comercialização dos produtos, observa-se que a maioria das empresas do APL vende-os exclusivamente por atacado, como é o caso daquelas de micro e de pequeno portes. Uma minoria delas vende apenas por representação comercial e a varejo. Muitas empresas, especialmente as de médio e de grande portes,⁵⁷ contudo, utilizam-se dessas três modalidades, simultaneamente, além de estarem inseridas, discretamente, no mercado externo⁵⁸ (IPARDES, 2006: 14).

Há poucas informações sobre as empresas do setor que exportam. Segundo informações da AEN (2004), apenas a empresa *Be Eight* que produz a marca *La Rossi*, a empresa Morena Rosa, a empresa Pura Mania e a empresa Lúcia Figueiredo exportavam nesse período.

Na ânsia para tornar a exportação menos tímida, as(os) empresárias(os) organizadas(os), com o auxílio do SENAI, estão criando o selo “Made in Cianorte” que, segundo eles, facilitará a comercialização no exterior aos que atingirem o

⁵⁶ Itaborahy e Silva são exemplos de especialistas que pesquisam o assunto na região. Os dois pesquisadores mostram os danos ambientais provocados pelas lavanderias que se utilizam de tratamentos químicos e que trabalham com o acabamento do *jeans* na região e expõem a necessidade das empresas adotarem o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado nas Normas ISO 14000. Segundo relatam, a lavagem industrial é a fase da produção das roupas que mais impacta o ambiente, principalmente pela alta emissão de efluentes contaminados nos cursos d’água da região. Por isso a necessidade de implementarem um conjunto inter-relacionado de políticas, práticas e procedimentos organizacionais, técnicos e administrativos para reduzir os impactos ambientais (ITABORAHY e SILVA, 2006).

⁵⁷ Levando em consideração o uso de diferentes CNPs pelo mesmo grupo de empresários, segundo já constatou o IPARDES (2006).

⁵⁸ Em 2004 a empresa Lucía Figueiredo exportava modinha para os Estados Unidos, a Dinamarca, a Noruega, o Japão, Portugal e Itália (AEN, 2004).

reconhecimento de qualidade. Se levarmos em consideração os resultados da pesquisa de Monteiro (2008), podemos afirmar que não será um processo fácil para esse APL;

O que ocorre neste caso é que a maioria dos empresários dessa cidade não possui formação superior, alguns sequer o ensino médio. Muitos deles saíram do campo ou eram funcionários das empresas pioneiras e, portanto, começaram e administraram suas empresas de forma empírica, durante muitos anos, e são muito resistentes a algum tipo de mudança (MONTEIRO, 2007: 97).

O modelo básico de venda no APL de Cianorte é de pequenas empresas que vendem vestuário de tecido plano, ou *jeans* com marca própria para lojistas de pequenos estabelecimentos de confecções e vendedores a domicílio (sacoleiras). A comercialização do produto final é primordialmente feita por pronta-entrega mediante os cinco *shoppings* atacadistas: Univep, Dallas Moda, Unishopping, Nabhan, VestSul, além da Rua da Moda e dois *shoppings* varejistas: o Cianorte Center e o Shopping Urbano⁵⁹ (IPARDES, 2006: 14).

A relação das empresas com fornecedores, sobretudo aqueles de fora do APL, tem sido apontada como um fator limitador ao desenvolvimento do arranjo. Dado que o APL do Vestuário faz parte da última etapa da cadeia de produção da indústria têxtil, “há nítidas desvantagens nas negociações junto às empresas fornecedoras de matéria-prima (especialmente o *jeans*), cujo mercado é oligopolista” (IPARDES, 2006: 16). Ressalte-se que o APL de Cianorte não possui uma central de compras de matéria-prima, ou seja, uma ação conjunta que beneficiaria as empresas do arranjo, uma vez que, isoladamente, estas não têm poder para negociar melhores preços (CAMPOS, 2004).

Embora a ASAMODA esteja permanentemente desenvolvendo estratégias de atração de clientes, o movimento de vendas dos *shoppings* atacadistas de Cianorte vem diminuindo nos últimos anos, de acordo com as(os) empresárias(os) locais, resultando na mudança de perfil das(os) clientes. Há alguns anos, as(os) clientes eram,

⁵⁹ A principal instituição a gerenciar o comércio atacadista local é a ASAMODA (Associação dos Lojistas Atacadistas de Moda de Cianorte).

em sua grande maioria, representadas(os) por lojistas, mas “atualmente 70% da clientela é de ‘sacoleiros’”.

Na terceira tabela, mostramos alguns itens da relação das(os) empresárias(os) com as(os) trabalhadoras(es) das empresas pesquisadas, conforme as respostas aos questionários.

QUADRO 06: RELAÇÃO DAS(OS) EMPRESÁRIAS(OS) COM AS(OS) TRABALHADORAS(ES)

CARACTERÍSTICAS	EMPRESA A	EMPRESA B	EMPRESA C	EMPRESA D	EMPRESA E
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	22	5	20	97	400
NÚMERO DE MULHERES	17	3	15	73	300
NÚMERO DE HOMENS	5	2	5	24	100
IDADE DAS MULHERES	Entre 20 e 50 anos	Entre 35 e 40 anos	Entre 30 e 40 anos	35 anos	25 anos
ESCOLARIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	Ensino fundamental incompleto e completo	Ensino fundamental incompleto e completo	Ensino fundamental incompleto e completo	Ensino fundamental completo e ensino médio incompleto	Ensino fundamental incompleto. Alguns com ensino médio completo. Poucos com ensino superior
REMUNERAÇÃO MENSAL	igual ao piso da categoria	mais que piso da categoria	igual ao piso da categoria	mais que piso da categoria	mais que piso da categoria
ORIGEM DOS TRABALHADORES	Mercado formal	Mercado formal	Mercado formal e muitos da zona rural	Mercado formal e muitos da zona rural	Mercado informal e muitos da zona rural
TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA	De 01 a 03 anos	De 01 a 03 anos	De 01 a 03 anos	De 01 a 02 anos	De 01 a 02 anos
PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS	Sim	Não. Trabalha com Banco de horas	Não. Trabalha com Banco de horas	Sim	Sim

Nas cinco empresas imperou o trabalho exercido pelas mulheres, sobretudo na costura. A proprietária da empresa E disse ter contratado aproximadamente 100 homens, mas apenas 20 deles exerciam o trabalho como costureiros. Na Empresa D três homens costuravam, os demais vinte e um funcionários desempenhavam as funções de motoristas, passadores e ajudantes de corte. Na empresa A apenas as

mulheres exerciam o cargo de costureiras. Na maioria das empresas, destinava-se aos homens as funções de: revisadores, ajudantes de corte, cortadores, cronoalistas e passadores.

Em relação à divisão sexual do trabalho nas demais empresas, poucos dados foram captados. A entrevistada da Empresa E informou que três funcionários do sexo masculino, formados em Moda nas universidades locais, exerciam as funções de *designer* e auxiliares de modelistas na empresa, com remuneração superior a das costureiras.

Verifica-se uma alta rotatividade das(os) trabalhadoras(es) das cinco empresas, e ao que tudo indica esta se apresenta ainda maior entre as empresas com o número menor de funcionárias(os). A rotatividade, que se amplia nos períodos de baixa demanda da produção, pode se configurar, na lógica da subcontratação crescente, em uma estratégia para evitar que se estabeleça uma relação mais estável de trabalho.

3.3.3.1 As Empresas de Confecção após 2006

Apesar das propagandas sempre muito otimistas e todo esforço coletivo que se gerou em torno da divulgação do município como “Capital do Vestuário”, principalmente por parte das(os) empresárias(os) atacadistas concentradas(os) na ASAMODA, no final de 2008 e no início de 2009 tornou-se perceptível a queda no volume de sacoleiras(os) que visitam a Rua da Moda.

Para fins da elaboração da tese, visitamos rotineiramente o município desde 2004, em dias alternados da semana. Ao longo desses quatro anos vimos o volume de ônibus de sacoleiras(os) diminuírem progressivamente na Rua da Moda, assim como esvaziarem-se lentamente o volume de pessoas que freqüentam as lojas de atacado nos *shoppings*.

No início de 2009, contamos 14 lojas fechadas só na parte externa da Rua da Moda. Em março de 2004, quando visitamos a cidade pela primeira vez, essas mesmas lojas estavam não só abertas como com grande movimento. As(os)

compradoras(es) eram munícipes vizinhas(os), sacoleiras(os) de cidades próximas e de outros estados e em menor proporção moradores locais. Permanecem abertas lojas como, por exemplo: a Osmoze, a Eventual, a Megadose a Macksson, a Osmary Nicolau, a Be Eight, mas com visíveis quedas na quantidade de freqüentadoras(es).

O maior problema enfrentado pelas(os) empresárias(os) desse APL diz respeito “à inadimplência gerada pelos cheques sustados pelos compradores” (IPARDES, 2006: 14), como mostra sua pesquisa:

De acordo com o relato de fontes locais, muitos empresários cianortenses passam por problemas financeiros, estão endividados em agências de intermediação financeiras locais ou com agiotas, que chegam a cobrar juros em torno de 6% ao mês. Ressalte-se que o número de agentes financeiros formais (*factorings*) e informais (agiotas) tem crescido vertiginosamente no município, “detendo mais de 80% das operações financeiras realizadas no APL. Agentes locais estimam que deve haver atualmente no APL aproximadamente 15 empresas de intermediação financeira formais e mais ou menos 50 informais, sendo que muitas dessas caracterizam-se pela prática de agiotagem” (IPARDES, 2006: 18).

Mas, desde 2004 também tem sido uma tarefa bastante complicada conseguir informações das(os) moradoras(es), lojistas, atendentes e empresárias(os) locais sobre esse processo de queda das vendas de roupas. Ao longo desses quatro anos os diálogos apenas se desenvolviam de fato quando nos dirigíamos às(aos) sacoleiras(os), que confirmavam nossa hipótese de decréscimo das vendas e também de preço alto das peças vendidas na Rua da Moda.

Venho buscar roupa para uma loja de Santa Catarina desde 2000 aqui em Cianorte. Desse ano para cá mudou muita coisa. Antes não tínhamos onde estacionar o carro de tanta gente que freqüentava esse lugar. Não sei mais se compensa vir. Disseram-me que há cidades aqui próximo que vendem pelo mesmo preço. A vantagem continua sendo que tenho crédito pré-aprovado⁶⁰ e posso comprar a prazo aqui. Mas veja que muitas lojas faliram. Um shopping ficou quase abandonado, fechado, por muito tempo também. Dentro dos shoppings há muitas lojas fechadas.

⁶⁰ As(os) empresárias(os) organizadas(os) do setor de Cianorte criaram recentemente um sistema integrado de vendas no atacado entre os shoppings e a Rua da Moda por meio de um cartão magnético, gerenciado e monitorado pelas centrais Asamoda, Nabhan e Agnus. Ele é entregue às(aos) compradoras(es) cadastradas(os) (previamente avaliados) com crédito pré-aprovado.

Deve ser os problemas no comércio mundial e a instabilidade econômica, que atinge todo mundo, não sei. Outra vantagem é que a loja que me pede as encomendas gosta dos produtos daqui (Relatos de um informante Thiago, 04/02/2009).

Boa parte das(os) moradoras(es) com as(os) quais conversamos nas ruas nega qualquer informação que, segundo eles, “possa soar como especulação para denegrir a imagem de capital estadual do vestuário”, repetindo o que os *slogans* da EXPOVEST divulgam, como “o aumento de 30% nas vendas na 21^a. Edição da Feira em 2008 e a construção, no mesmo ano, de um novo shopping na Avenida Paraíba com 40 lojas a serem inauguradas” (Relatos de informantes, 04/02/2009).

Em 2009 vemos que as lojas dos shoppings e da Rua da Moda não abrem mais aos sábados e nem depois das 18 horas nos dias úteis. Para a ASAMODA, são apenas negociações realizadas entre as(os) empresárias(os). Para nós é uma das demonstrações de fragilidade pela qual atravessa o cluster: “não têm cliente suficiente que compense mantê-las abertas nesses períodos” (Relatos de informantes, 04/02/2009).

As empresas de porte menor sofrem as conseqüências da dependência dos guias para efetuar suas vendas. Não têm liberdade suficiente para negociarem fora dos acordos exigidos pela ASAMODA;

Uma grande preocupação dos empresários é a diminuição de compradores que vem de outras localidades, isto ocorre por vários fatores, e um dos principais é a mudança de perfil dos clientes e a falta de interesse dos guias em conseguir mais compradores. Os empresários também estão descontentes com a dependência das empresas em relação aos guias (MONTEIRO, 2007: 65).

Para as(os) empresárias(os) de grandes e médios estabelecimentos comerciais e fábricas, as(os) guias ou sacoleiras(os), já não são mais tão necessários;

Alguns empresários [...] seus produtos já são conhecidos em todo o Brasil. Suas vendas ocorrem por representação, fazendo com que os produtos cheguem mais facilmente ao ponto de venda, não necessitando mais que um lojista ou uma sacoleira vá até a cidade para adquiri-los. Dessa forma, percebe-se que as grandes marcas não possuem mais suas lojas na cidade (MONTEIRO, 2007: 97).

A região sempre foi um das principais fornecedoras de *jeans* para marcas de terceiros, como Ellus, Fórum e Zoomp, mesmo tendo marcas próprias como a Pura Mania, fábrica de *jeans* que surgiu em Maringá e a Titus *Jeans*, de Apucarana. Qualquer problema econômico mais representativo ocorrido no início da cadeia produtiva, produz reflexos em cascata, que são sentidos nas facções. Sem contar o monopólio comercial exercido ainda hoje pela antiga família de libaneses que iniciaram o processo de industrialização do *jeans* no município desde a década de 70. “Hoje os parentes de Nabhan tocam diferentes empresas em Cianorte” (LIMA, 2007: 1). Além de serem proprietários das maiores empresas do setor na região, como indicou Marli Lima, gerenciam a ASAMODA, o Sindicato das Indústrias de Confecção e Vestuário de Cianorte, a Secretaria Municipal da Indústria e Turismo, os maiores shoppings atacadistas, a maior lavanderia, a empresa de *software* específico para a confecção e quase todas as instâncias de poder e decisão sobre essa cadeia produtiva. Campos (2005), Gonçalves (2005) e Maia (2004) já haviam indicado esse domínio em suas pesquisas.

Se por um lado é opaca a participação do Sindicato dos Trabalhadores e do poder público sobre a dinâmica da indústria confeccionista do município, por outro, como observa Gonçalves, a Associação dos Atacadistas, o sindicato dos empresários locais ligados ao ramo, “bem como alguns atores privilegiados, geralmente os maiores empresários, passaram a comandar, sobretudo, a partir da década de 1990, parte das determinações que vêm influenciando sobre esta dinâmica” (2005: 99).

Por detrás de um processo rigoroso de interação e cooperação entre empresárias(os), que facilita a negociação dos preços das peças, a comercialização e as relações estabelecidas com as(os) compradoras(es) pela ASAMODA, “há uma competição velada. Trata-se do acesso diferenciado aos espaços mais privilegiados para a localização das unidades de distribuição da produção (espaço nos shoppings de atacado)” (GONÇALVES, 2005: 106).

Alimentada por diferentes graus de subordinação, a expansão do setor na região dá-se principalmente pela via da subcontratação, muito mais do que pela introdução de processos de modernização tecnológica. As grandes transformações

inovativas atingem algumas raras empresas, especialmente as grandes e as redes de comercialização, visualizadas nos shoppings atacadistas de roupas de Cianorte.

3.4 As Alfaiatarias

Em entrevista com a presidente do SINDCOST, descobrimos que em Cianorte há atualmente apenas seis alfaiates. São trabalhadores que apesar de serem representados pelo Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas de Cianorte, não são filiados a eles. São homens de idade avançada que atendem a um público muito específico de clientes, também do sexo masculino, geralmente na mesma faixa etária.

É um serviço muito caro e muito raro na cidade hoje, se eles fossem filiados ao nosso sindicato hoje, se enquadrariam mais na condição de empresários, talvez seriam filiados ao sindicato dos empregadores. Os alfaiates de Cianorte não têm mais empregados, nem aprendizes. Os seus funcionários é que poderiam ser filiados ao Sindicato dos Trabalhadores, mas esses empregados não existem mais. Que jovem sonha em ser alfaiate agora? As lojas fazem quase todos os ajustes das roupas, por isso o trabalho deles passou a ser bem menos procurado (EL, Entrevista, 04/02/09).

Com base dos dados oferecidos por EL, tentamos encontrar um desses profissionais na cidade. Encontramos Sr. Cido, com mais de sessenta anos, profissional da área desde os vinte e seis anos, com sua alfaiataria instalada em um bairro próximo ao centro.

Assim como o seu estabelecimento, as alfaiatarias ficaram tão descaracterizadas, com a proliferação das roupas industrializadas e com a concorrência de empresas que produzem roupas em grande escala por preços bem baratos, que ficou quase impossível reconhecê-las na teia urbana. Descaracterizadas, sobretudo pelas diferentes atividades que foram obrigadas a agregar com a desvalorização crescente de seu ofício.

Sr. Cido, por exemplo, há mais de dez anos passou a fazer consertos de roupas masculinas. Disse-nos que há aproximadamente seis anos arruma apenas camisas e calças sociais compridas masculinas, ternos, coletes e até gravatas, mas que hoje, “com a crise de serviços”, arruma também calça *jeans*, camisetas, qualquer roupa que trouxeram, “mesmo roupas femininas se for o caso”. Às vezes conserta até sapatos masculinos, para aumentar a baixa renda que obtêm atualmente com seus serviços (Entrevista, 04/02/09).

O alfaiate vem de uma família dedicada à costura. O pai era alfaiate⁶¹, a mãe e as irmãs eram costureiras, em um período “em que ter esse ofício entre os homens era questão de orgulho”, como nos contou. Os filhos tomaram rumos diferentes na profissão, foram para a área médica, “não quiseram seguir os caminhos profissionais do pai e do avô (Entrevista, 04/02/09).

Ao resgatar no tempo as características dessa profissão, Ferraz comenta que;

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, no final do século XIX, os alfaiates passaram a utilizar o trabalho dos emigrantes, especialmente os judeus.⁶² Depois as mulheres passaram de simples operárias a aprendizes de alfaiates em número cada vez maior, [...], porém ambos contratados como trabalhadores temporários e semiqualeificados [...] Por volta de 1898 e 1910, a indústria do vestuário, principalmente na Inglaterra, expandiu-se, no entanto sem causar a falência das lojas de alfaiates, assim como das ‘costureiras a dias’. Pelo contrário, este sistema aumentou o trabalho a domicílio. [...] A modernização de todos os processos industriais continuou, introduzindo o planejamento computadorizado, o corte a laser e o desenvolvimento, pelos japoneses, de máquinas que bordam até em tecidos muito delicados. Hoje até a alfaiataria de fábrica por encomenda utiliza pontos feitos à máquina que imitam os aspectos do ponto feito à mão (2007:2).

Em que pese o salto histórico, vale lembrar que com a reestruturação produtiva, ocorrido no setor com mais impulso a partir do início da década de 1990, as

⁶¹ No século XVII, na Europa, as lojas de alfaiates eram compostas por comerciantes estabelecidos que tinham capital suficiente para alugarem uma loja numa zona chique das cidades, para terem estoque de tecidos caros e oferecer crédito ilimitado às pessoas da sociedade que formavam sua clientela. O comércio era sazonal e os trabalhadores das alfaiatarias eram contratados e despedidos conforme as necessidades (FERRAZ, 2007).

⁶² Os trabalhadores judeus, em muitos casos, já eram reconhecidos como alfaiates qualificados.

alfaiatarias também não desapareceram, se readequaram à lógica da flexibilização do trabalho e dos direitos do trabalhador.

O profissional reclama do *status* que perdeu junto à sociedade cianortense com a proliferação de lojas e indústrias do setor, segundo ele, “expandindo-se muito rápido, às vezes até com roupas e tecidos de baixa qualidade”. De um profissional que “atendia à um público fiel, sofisticado e restrito, mas que pagava bem pelos serviços, passei a me ver como um trabalhador instável. Cheguei a costurar para donos de grandes indústrias de *jeans* aqui, que só usavam roupas sociais finas. Alguns ainda procuram os serviços, mas são poucos, como são poucos os que ainda utilizam o trabalho de barbeiros e sapateiros. Tenho um amigo que é cliente há 45 anos. A mulher dele é costureira, mas sou eu quem arrumo as suas roupas. Na alfaiataria se sente em casa. Tudo é feito do jeito que ele pede” (Sr. Cido, Entrevista, 04/02/09).

Para quem já chegou a ter três funcionários no passado, hoje, quando costura uma peça inteira, o alfaiate entrevistado faz todo o serviço sozinho - desde o conserto das duas máquinas de costura reta, bastante antigas, que possui no estabelecimento de pouquíssimos metros quadrados, acoplado a uma casa de madeira - até o acabamento da peça.

No início de fevereiro de 2009 entrevistamos o Sr. José⁶³, alfaiate desde 1967 em Cianorte, que nos contou como aprendeu a profissão.

Aprendi a costurar com outros alfaiates, na verdade com um senhor de São Paulo, que sabia e me ensinou. Entrei na alfaiataria como ajudante e aprendiz. Lá eu fazia arremates, pregava botões, arrumava barras de calças compridas masculinas, caseava e assim eu fui aprendendo. Eu era muito jovem, morava no sítio e como em casa tinham muitos filhos homens, minha mãe me botou para aprender a profissão. Ele era vizinho da gente no sítio (Entrevista, 10/02/09).

Sr. José trabalha em uma sala alugada, no centro de Cianorte, com a esposa, que administra o negócio da família e dois filhos. Seus filhos, atendentes, ajudam também na organização do estabelecimento, mas “não seguiram os rumos do

⁶³ Usamos nome fictício para preservar a identidade do entrevistado. A entrevista foi realizada por telefone, às 16 horas, do dia 10 de fevereiro de 2009.

pai na escolha da profissão”. Um deles se formou em Administração de Empresas e atende o balcão⁶⁴. A filha, formada em Biologia e com Mestrado, recentemente passou a trabalhar em uma empresa do setor financeiro.

O alfaiate possui ainda dois outros funcionários, um inclusive com 82 anos de idade, que veio de Minas Gerais e que está com eles há muitos anos. O “amigo de longa data e companheiro de trabalho” veio para Cianorte viajando como alfaiate. “Naquela época, os alfaiates viajavam demais, saiam de uma região onde a venda e a confecção de roupas estava fraca para procurar outra com demanda melhor, afinal se ganhava e ainda se ganha por peça” (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

Sobre as alternâncias no perfil dos clientes, Sr. José nos relatou;

No começo a maioria de meus clientes era da zona rural. As roupas que eles encomendavam para eu desenhar, cortar e confeccionar eram também para trabalhar na roça. Eu costurava para os senhores que lidavam com o café nessa região. Eles tinham muito dinheiro na época. O que mudou é que esse pessoal não existe mais. Tem uma quantidade muito pequena de pessoas na roça atualmente e os que ficaram estão com problemas financeiros. Esse é para mim o motivo da mudança do perfil dos meus clientes: a questão do êxodo rural (10/02/2009).

O alfaiate entrevistado chegou a ter vinte funcionários na empresa. Mas disse-nos que o número de funcionários sempre variou muito: “já tive vinte pessoas trabalhando comigo, como já tive quinze, três e dez funcionários. Atualmente trabalhamos aqui em seis pessoas. Isso muda muito”.

Ao narrar a respeito das mudanças pelas quais passou sua profissão e suas condições de trabalho, Sr. José enfatizou;

Muitas alfaiatarias deixaram de existir porque o alfaiate permaneceu fazendo aquele mesmo serviço, sem mudar com o tempo. Na década de 1970 em Cianorte, havia mais de vinte e uma alfaiatarias. A cidade era dominada pelos alfaiates. Atualmente temos seis ou sete profissionais destes por aqui. São pessoas com mais idade. Agora minha alfaiataria é mais parecida com uma loja, sou alfaiate e comerciante também. Meu sistema de trabalho é diferenciado. Viver só de “paletozinho profissional”, ou seja, só de mão-de-obra, não dá mais.

⁶⁴ Ele não informou sobre o terceiro filho, no caso, o que também trabalha na alfaiataria.

Não dá para ficar esperando o cliente chegar e pedir a encomenda de uma roupa, temos que mostrar as roupas para ele, oferecê-las, sofisticar o serviço e o atendimento, oferecer créditos aos clientes, ou seja, produtos de qualidade. Com isso já estou há 33 anos pagando meu INSS (10/02/2009).

Segundo comentários do alfaiate, sua empresa se transformou “em uma loja diferenciada e que atende a um público bem específico e diferenciado também”. Agora, nas vitrines da “loja/alfaiataria” ele expõe ternos, paletós, calças compridas, camisas finas e outros produtos masculinos desenhados, cortados e costurados por ele mesmo. De acordo com o entrevistado, “são produtos personalizados e com alta durabilidade, o que destoa em grande medida das chamadas roupas masculinas industrializadas” (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

Seus serviços são ainda bastante procurados pelos homens da cidade, “de meia idade e principalmente com idade mais avançada”. Mas o seu público mais consistente se concentra entre os vários viajantes e vendedores que freqüentam a cidade ainda hoje. O cliente escolhe uma roupa na vitrine e Sr. João a ajusta conforme as necessidades e gostos do comprador, que pode retornar à loja quantas vezes quiserem para fazer arremates, penças, qualquer outro reparo ou acréscimo na peça. Foi a forma encontrada pelo alfaiate para se manter “nesse mercado local bastante competitivo, flexível e tomado por cursos de especialização na área da confecção”, como comentou (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

Para Sr. João essas pessoas que trabalham se deslocando rapidamente de uma cidade para outra, “geralmente chegam desinformadas no município, não conhecem ninguém e acabam procurando-o para pedir informações, fazer ajustes de roupas para eventos rápidos. E são pessoas que têm pressa, aliás cada dia têm mais pressa para tudo” (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

Porém, afirma que só faz consertos das roupas costuradas por ele próprio.

O conserto é algo muito demorado, e não se pode cobrar muito por ele. O cliente pensa que é fácil consertar uma peça, porque ele não entende o processo. Não sabe que a roupa forrada e a bainha invisível dá muito trabalho. É um serviço trabalhoso, delicado, complexo e que leva tempo demais. Confeccionar a peça inteira, como paletó e calça comprida rende mais (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

No parecer de Sr. João a maioria dos estudantes de Moda de Cianorte acaba se especializando no *designer* de roupas femininas, a chamada ‘modinha’ e têm poucos profissionais especializados na confecção de roupas sociais masculinas.

Se cria muitos modelos de modinha nessa cidade, para atender ao público feminino que é muito diferente do cliente masculino. As mulheres vestem roupas diferenciadas, com aplicação de muitos produtos e variedades, uma modinha diferente por semana. O homem veste uma roupa padrão, não gosta muito de detalhes chamativos nas peças, roupa de homem é mais padronizada até hoje [...]. Os homens mais jovens não vestem mais ternos e paletós, nem vão mais às festas trajados assim. Eles não têm mais o hábito de mandar fazer roupas sob medida. Não têm essa visão que nós tínhamos. Eles só imaginam a roupa quando estão dentro dela, não conseguem prever e imaginar a construção de uma peça, comprar um tecido e idealizar uma peça diferenciada. Os jovens não planejam as roupas mais. Raramente usam uma peça dessas em uma formatura. Eu faço no capricho, no tamanho e nas medidas exatas do corpo. Nas lojas podem até ser mais baratos, mas são diferentes. Vejo na rua pessoas com roupas de tamanhos diferentes de seus corpos, sobrando manga, com costura erradas, pontos largos, faltando tecido é a chamada roupa industrializada e padronizada para todos (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

Mas o alfaiate mostra também o que ele compreende como as vantagens dessas transformações sociais: “a aquisição, por parte dos clientes, de mais informações sobre suas medidas e sobre a moda e a capacidade de escolha quanto ao seu estilo, tipo de uso e de tecido para as roupas. Antes não era assim. Era muito difícil porque os homens pediam a roupa e deixava tudo sob minha responsabilidade. Eu conhecia bem os clientes, mas tinha que ficar fazendo muitos ajustes” (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

A alfaiataria de Sr. João passou por mudanças significativas ao longo desses quarenta e dois anos de existência, mas ele preferiu não alterar muito seu estilo de atendimento.

Antes era tudo diferente. Só para você ter uma idéia: a gente comprava o algodão grosso, fervia a vapor, botava para secar, para só depois poder riscar, cortar e fazer um paletó. Hoje colamos feltro a vapor, fica impecável, lisinho, fácil de passar. Antigamente saía uma moda diferente em São Paulo e demorava dois anos para chegar aqui em Cianorte. Hoje é tudo tão rápido, chega numa velocidade impressionante! Aliás, produzimos moda aqui! As pessoas que vêm de fora querem roupa

rápida. Deixo tudo no jeito. Se precisar fazer alguma alteração é em uma barra e só (Sr. José, Entrevista, 10/02/09).

Em Maringá, município próximo a Cianorte, também Aníbal Verri, 65 anos, há 51 anos como alfaiate, é um desses profissionais que viveram o auge da alfaiataria e resistiram na profissão. Mas para se manter também foi obrigado a diversificar sua área de atendimento, no caso dele passando a produzir roupas para locação.

Na década de 1960 existiam aproximadamente 30 alfaiatarias em Maringá, cada uma delas tinha uns 30 funcionários. Hoje não temos nem a metade disso. [...] o perfil do cliente mudou muito. Atendemos clientes 'especiais', a maioria, gordinhos ou baixinhos, que não encontra nas lojas roupas que respeitem as suas medidas e por isso nas procuram. A qualidade da roupa produzida por um alfaiate também é diferente. É possível personalizar tudo. Fazemos tudo com o melhor material, do jeito que o cliente quer [...] Tenho um cliente que nunca vi. Ele mora em Vilhena, Rondônia. Me envia as medidas dele pelo correio, depois deposita o dinheiro na minha conta e eu mando a roupa. Atendo ele há mais de dez anos e não tenho nem idéia de como ele é [...]. (apud LANDIM, 2006: 1)

Em cidades como Londrina, Maringá, Curitiba, entre outras no estado ainda encontramos “alfaiatarias ateliês” requintadas, que cobram caro pelos serviços bastante especializados e personalizados, conforme os “gostos e o poder aquisitivo do cliente”. Às vezes esses estabelecimentos, como em Londrina, reúnem em um mesmo espaço e para atender a um único cliente, geralmente do sexo masculino: costureiras, alfaiates, modelistas, *designer*, entre outros profissionais da moda. Em Londrina há também alfaiates que não possuem mais funcionários no próprio estabelecimento. Eles passaram a fazer roupas sociais masculinas e entregaram a responsabilidade das vendas para os chamados “ambulantes”. São vendedores da própria família, que percorrem de carro os municípios vizinhos e reencontram, geralmente na zona rural, filhos de seus antigos clientes, que no auge da comercialização do café acostumavam freqüentar as lojas⁶⁵.

Referindo-nos mais a Cianorte, foco da pesquisa, podemos dizer que as condições de trabalho desses profissionais também sofreram as transformações

⁶⁵ Dados de um informante de uma das alfaiatarias visitadas em Cianorte.

causadas pela reestruturação produtiva e pela avalanche de facções de roupas que se proliferaram na cidade por conta da busca incessante das(os) empresárias(os) pelo aumento da produção a baixíssimos custos. Seu trabalho especializado, dedicado quase que exclusivamente ao público masculino, foi agora redimensionado e revitalizado pela flexibilização e informalização crescente na produção local de *jeans* e modinha, tornando-se quase que tão precário quanto o trabalho das costureiras faccionistas e domiciliares.

3.5 Divisão Sexual do Trabalho nas Facções, Alfaiatarias e nas Empresas de Cianorte

A divisão sexual do trabalho, como já demonstrado por Amorim (2003: 24), é uma forma de organização do trabalho, resultante das relações sociais e tem como fundamento uma visão hierárquica e assimétrica em relação ao papel desempenhado pelas mulheres e pelos homens na esfera produtiva e reprodutiva.

Em contraposição à valorização do trabalho masculino, o feminino é avaliado com base em estereótipos sexistas, que atribuem o lugar das mulheres na estrutura hierárquica das empresas ou a permanência delas no trabalho doméstico, ao ‘destino biológico’ do seu sexo, naturalizando, com isso, a condição desigual das mulheres na sociedade (AMORIM, 2003: 24).

Na indústria de confecções de Cianorte, o trabalho nas facções domiciliares, segundo Gonçalves (2005: 132), é “um trabalho sexuado”. O autor enfatiza que a mão-de-obra empregada nas facções é quase que 100% feminina, “salvo casos em que um homem da própria família (filho, sobrinho ou mesmo esposo), passa a contribuir executando qualquer tarefa que exija pouca especialização.”

Na região há uma predominância muito forte da força de trabalho feminino, subcontratada e domiciliar, em todo o complexo produtivo local, especialmente utilizado pelas pequenas e médias empresas do setor de confecção de jeans. Nas empresas de médio e de grande portes, raras em Cianorte, dado o crescimento constante da

descentralização e da terceirização, realizam-se uma inter-relação desigual entre diferentes formas de organização da produção, ou seja, a combinação da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, com a flexibilização da produção através da subcontratação.

Nas grandes empresas a força de trabalho predominante é a feminina. A divisão sexual do trabalho é mais nítida em outros elos da cadeia produtiva, como no corte por exemplo. Dias já havia verificado essa questão;

[...] devido às particularidades que permeiam a indústria de confecções, parcela majoritária do número de empregos criados pelo setor é formada por mão-de-obra feminina. [...] Nesse sentido, as trabalhadoras a domicílio de Cianorte possuem um papel importante na indústria de confecções da cidade, enquanto mão-de-obra especializada subcontratada, contribuindo para o aumento da produção e elevação do nível de qualidade dos produtos (1998: 84).

Importante lembrar também, como já fizeram Araújo e Amorim (2001/02), que além da facilidade do transporte do maquinário, a externalização de tarefas produtivas envolvendo as mulheres é facilitada nesse ramo de produção pelo fato de algumas habilidades serem adquiridas por elas através do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico. Mas, o grande estímulo para a subcontratação de tarefas, realizadas predominantemente pela força de trabalho feminina, está no fato de que “as empresas podem se beneficiar dos salários mais baixos que são pagos às trabalhadoras nas pequenas e microempresas e no trabalho a domicílio” (2001/02: 276).

Como acrescenta Gazzona:

[...] qualidades e habilidades consideradas naturais à mulher como a docilidade, a menor combatividade, a maior sensibilidade aos problemas da família ou o desempenho de algumas atividades como a costura, são produto de educação e de formação, nem sempre adquiridas por vias formais e sim, por exemplo, como parte das atribuições de uma dona-de-casa (1997: 90).

Mas, o aprendizado da costura, como mais uma das atividades domésticas, a fim de suprir suas necessidades, do esposo e dos filhos, permitiu a muitas mulheres

buscar ofício de costureira a domicílio, usufruindo do ganho derivado dessa habilidade, sem precisar se ausentar do espaço doméstico.

Mesmo levando em consideração as permanências em relação à tradicional inserção da mulher na costura, podem ser visualizadas em Cianorte, paulatinamente, algumas alterações desse perfil, como o rompimento com a idéia de que a função de costureira pertence culturalmente à mulher. Essa mudança ocorre também por ocasião da abertura de novas oportunidades profissionais em etapas anteriores à fase da costura, particularmente para as trabalhadoras que tiveram a possibilidade de ingressarem nos programas de formação e puderam dar continuidade aos estudos, inserindo-se em outros postos como: *designs*, modelagem e outras funções ligadas às atividades imateriais desse setor. Mas, outras mulheres conseguem apenas empregos temporários durante a preparação da EXPOVEST, no final do ano ou próximo às datas comemorativas, períodos de pico de produção, no contexto da sazonalidade dos produtos fabricados na região.

Como a indústria de confecção, no final da década de 1990, já era a principal empregadora da cidade, segundo Dias (1998), encontrava-se em curso uma participação maior dos homens em atividades produtivas antes exclusivamente ocupadas por mulheres, tais como: cortar, costurar, dobrar e passar roupas nas indústrias e lavanderias. A inserção dos homens, de acordo com o referido autor, ainda pouco expressiva numericamente nesse tipo de atividade, dava-se em razão da falta de outras opções de emprego em Cianorte⁶⁶. “Tal fenômeno, contudo, não revelou um aumento do rendimento dos trabalhadores do setor de uma maneira geral, cujo salário médio, em maio de 1997, estava em torno de 230 reais” (1998: 84).

A masculinização da produção de roupas, mesmo no âmbito doméstico, não pode ser vista apenas sob o aspecto da precarização para muitos trabalhadoras(es) que antes cortavam cana ou se dedicavam ao trabalho em lavouras pertencentes a outras(os) proprietárias(os). Por isso, o termo precariedade é relacional. Esse fator pode significar até um processo de melhoria das condições de vida desses sujeitos e o trabalho faccionado, que em muitos casos antecede a entrada na empresa formal, pode

⁶⁶ A inserção dos homens na produção de roupas está ligada também à situação econômica vivenciada no período de abertura do governo Collor. Sobre esta questão ver: *HOMENS invadem o corte e costura*. O Estado do Paraná. Curitiba, 18 maio de 1997. p. 8.

representar uma espécie de atalho para a qualificação desta mão-de-obra. É também relacional pela formas como, por vezes, proporciona mais benefícios e a garantia dos direitos trabalhistas básicos.

Mais recentemente, a inserção crescente do trabalho masculino no segmento do vestuário foi confirmada pela pesquisa do IPARDES. De acordo com o Instituto, os trabalhadores que desenvolvem atividade de costura têm, em média, 30 anos de idade, e a maioria é do sexo feminino, como mostra a tradição, mas a tendência indica que inúmeros trabalhadores do sexo masculino estão ingressando nessa atividade. Os trabalhadores que desempenham as atividades de desenho e corte tem por volta de 29 anos de idade e são de ambos os sexos. Nessas atividades, em que ocorreram os maiores avanços tecnológicos do segmento do vestuário, tem havido, sistematicamente, uma redução dos postos de trabalho. “Já os indivíduos que trabalham em atividades complementares são mais jovens, tendo cerca de 23 anos de idade, e a maioria é do sexo masculino” (IPARDES, 2004: 34).

Segundo Gonçalves, antes de iniciar a incorporação do trabalho masculino nas atividades normalmente desempenhadas por mulheres (passar, costurar), ele era empregado em funções que exigiam maior força física. O autor comentou que em 2005 o poder público municipal vinha procurando atrair empresas que gerassem empregos masculinos, uma vez que o mercado de trabalho feminino possuía farta oferta. E, “ainda que a taxa esteja abaixo da média estadual e nacional, isto poderia solucionar o problema do desemprego no município” (2005: 129)⁶⁷.

Observamos, pela análise da Convenção Coletiva de Trabalho de 2005/2006, que algumas profissões são escritas no gênero feminino e que outras são escritas no gênero masculino. Entendemos que essas diferenciações não são acidentais. No feminino aparecem: zeladora, arrematadeira, revisadeira e costureira pilotista. No gênero masculino aparecem: *office boy*, embalador, passador de acabamento, cortadores, encarregado de acabamento, encarregado de costura e corte, operador de

⁶⁷ Hoje a força de trabalho masculina, quando não é empregada diretamente na produção de roupas, se faz presente em atividades complementares à produção propriamente dita, isto é, nos empregos indiretos gerados pelo setor, exemplo: transporte, embalagem, comercialização, mecânica das máquinas de costura, etc.

bordadeira automática júnior, sênior e máster. Restam para ambos os gêneros: operadores de máquinas e modelista.

Outra situação pode ser visualizada em Cianorte: em algumas empresas os homens estão, paulatinamente, substituindo as mulheres nos postos de trabalho mais modernizados. Apesar da presença destes ainda ser muito pequena nos cursos de bacharelado e de tecnólogos em Moda nas universidades de Cianorte, segundo relatos de professores da UNIPAR, muitos vêm de universidades de outras cidades do Estado, atraídos por salários mais altos. “É o emprego da mão-de-obra qualificada masculina que vai sendo inserido aos poucos, e de forma processual, nas empresas de confecção do município” (MA e CL, Relatos de Entrevista, jan/2005).

Vê-se que mesmo depois de “profundas mudanças verificadas nas pautas de comportamento e nos valores relacionados com os papéis das mulheres na sociedade, dentre elas as que afetam a queda da fecundidade, a expansão da escolaridade, o acesso das mulheres à universidade e as mudanças nas pautas de consumo”, a história de vida das trabalhadoras informais de facções domiciliares de Cianorte mostra que algumas delas parecem “estar conformadas pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva [...], reforçando a submissão e a opressão de gênero”, como já destacado por Eline Jonas (2003: 3). Percebemos que para algumas delas, “trabalhar como faccionista no domicílio foi a forma encontrada de conciliar o trabalho profissional remunerado ao trabalho doméstico não-remunerado, estabelecido socialmente como ‘papel social das mulheres’” (Idem, 2003: 4).

Quanto ao auxílio dos cônjuges no trabalho realizado no ambiente doméstico, essa inserção ocorre quando os homens encontram-se desempregados ou quando sua remuneração é inferior ao que poderia ganhar agregando sua força de trabalho a já executada pela esposa ou filhas em casa, como é o caso do trabalho deles nas lavouras de mandioca ou de cana de açúcar, especialmente para os trabalhadores não registrados pela Usina e Destilaria de Álcool local.

Mesmo quando toda a facção é gerenciada por mulheres, alguns homens se auto-denominam ‘chefes’ dessas unidades produtivas. Parece um misto entre mostrar poder frente ao trabalho da esposa, na organização do empreendimento, todo permeado pelo trabalho da mulher, ou esconder-se atrás da máquina, como que

estranhando à atividade de uma função que, em sua visão, não pode ser exercida por ele. São situações de submissão percebidas em algumas casas, principalmente onde os maridos permanecem decidindo sobre as vidas dessas trabalhadoras.

Encontrando sustentação em uma sociedade baseada em relações desiguais de poder, as relações de trabalho se perpetuam e se flexibilizam no setor do vestuário, ou seja, as desigualdades fundamentadas no gênero permanecem e às vezes são até acentuadas por estas relações de poder⁶⁸.

Quando visitamos algumas lavanderias de roupas da região de Cianorte, em setembro de 2005 e em junho de 2006, percebemos o quão ainda é forte a percepção, por parte de alguns homens, de que as funções de passar e lavar são trabalhos tipicamente femininos. Muitos trabalhadores escondiam os rostos para não serem vistos, outros murmuravam para os colegas, com risos e gestos demonstrando inibição pelo trabalho que executavam. Interessante perceber que eles se ocupavam de um espaço extra-domicílio, empresarial, alguns com salários triplicados se comparados à remuneração recebida por algumas costureiras faccionistas.

A pré-montagem ou estágio que precede a costura representa uma fase fundamental na elaboração da calça *jeans*. Esses postos de trabalho são mais bem pagos e geralmente também ocupados por homens. É o caso da criação dos modelos, da elaboração dos esboços e do corte de tecidos. Todas essas etapas passaram a ser realizadas pelos computadores, com a introdução de sistemas informatizados, reduzindo tempo e desperdícios.

A divisão sexual do trabalho mantém-se no interior das oficinas de costura e no trabalho domiciliar. Muitas mulheres não conseguem mais diferenciar sua identidade de trabalhadora, de seus papéis de mães, esposas, cozinheiras, domésticas, entre outras funções que geralmente acumulam. Na verdade, como já afirmou Amorim (2003: 65), “a capacidade flexível das mulheres de realizar ao mesmo tempo diferentes serviços domésticos (como lavar, cozinhar e cuidar dos filhos) e que hoje é valorizada pelas empresas como uma forma de se obter maior produtividade, sempre foi

⁶⁸ Como já mencionou Saffiotti e Muñoz (1994) no termo gênero, como categoria histórica e analítica, está implícito o caráter social que qualifica as relações estabelecidas entre os sexos. É uma relação que transpõe a esfera econômica e precisa ser compreendida como parte de um processo de dominação-exploração.

apropriada pelas empresas de confecção ao subcontratarem trabalhadoras domiciliares”.

Mesmo quando a costura é particular e domiciliar, a divisão sexual do trabalho se mantém, como é o caso dos alfaiates. Seu aprendizado é visto como profissão, não como habilidade de “dona de casa”, como acontece com as mulheres. Seu *status* é diferenciado e superior. Não é por menos que o sindicato dos trabalhadores mantém uma nomenclatura só para eles. Não são chamados de costureiros, mas de alfaiates.

As mulheres, diferente dos homens, trabalhando em suas casas, isoladas uma das outras e sob uma relação desigual com o contratante, têm que resolver sozinhas os problemas envolvidos no processo produtivo. Sua resistência torna-se enfraquecida. Aliás, a terceirização constitui uma estratégia política eficaz nessa desmobilização. O trabalho domiciliar possui, portanto um caráter flexível e representa o revigorar de antigas formas de ocupação, propiciando incorporar o trabalho de membros da família e prolongar as horas de trabalho das costureiras para além da carga horária prevista em lei, incluindo além de horário noturno, finais de semana e feriados.

CAPÍTULO 03

TRABALHADORAS E TRABALHADORES FORMAIS, INFORMAIS E DESEMPREGADAS(OS): PERFIL E TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

Nesse capítulo nossa intenção é entender o perfil e a trajetória ocupacional das trabalhadoras e dos trabalhadores formais, informais e desempregadas(os) no município de Cianorte e região, ligados diretamente com as facções e as empresas do setor de confecções de *jeans* e de “modinha”.

A pesquisa de campo envolveu: 14 proprietários de facções domiciliares e industriais (6 mulheres e 4 homens); 92 trabalhadores informais (87 mulheres e 5 homens), não registrados pelas facções; 171 trabalhadores formais de empresas de confecção (149 mulheres e 22 homens); e 84 trabalhadores que se encontravam na condição de desempregados (62 mulheres e 22 homens). Todos os questionários foram aplicados no município de Cianorte e em cidades circunvizinhas durante o ano de 2006. Depois, com roteiros semi-estruturados, visitamos algumas(uns) entrevistadas(os) que deixaram registros de endereços residenciais nos questionários, a fim de colhemos mais detalhes em torno das questões elaboradas. Entendemos que a amostra foi suficiente para analisar os aspectos propostos, que desenvolveremos ao longo dos subtítulos desse capítulo.

Prevemos como um dos recortes de pesquisa entrevistar pessoas desses três tipos de vínculos em Cianorte porque acreditávamos que haviam especificidades locais e regionais que realmente justificavam um estudo mais detalhado sobre o perfil, a trajetória ocupacional e a qualificação profissional dessas(es) trabalhadoras(os), sobretudo das trabalhadoras, mesmo sabendo que várias características relacionadas às situações por elas(es) vivenciadas(os) na cadeia produtiva de roupas, ainda são compartilhadas com trabalhadoras(es) de outros setores e regiões do Brasil.

Os dados trazidos pelo Observatório Social dão a dimensão desse contexto.

O Brasil possuía 23 milhões de pessoas com inserção extremamente precária no mercado de trabalho em 2004, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Isso equivale a 26,9% da população economicamente ativa [...] A situação das mulheres é ainda mais grave. Pouco mais de um terço da força de trabalho feminina está em situação de extrema precariedade no trabalho. O desemprego responde por apenas 36% da precariedade, enquanto a vinculação a atividades com baixa ou nenhuma remuneração, ou com insuficiência em horas trabalhadas, representa quase 2/3 do nosso déficit de trabalho decente. Em síntese, possuímos uma combinação de alto desemprego com elevada proporção de trabalhadores informais e subempregados (Observatório Social, 2006: 29).

Ao nos determos especificamente ao estudo da cadeia produtiva de *jeans* e de “modinha” desse município e região, notamos que a partir dos últimos anos tem ocorrido um redimensionamento no processo de produção, com conseqüências perversas para as trabalhadoras e os trabalhadores. Na mesma proporção em que as empresas adotam medidas de flexibilização, intensificam o processo de terceirização, aumentando o desemprego e colocando na informalidade inúmeros trabalhadores, sobretudo as mulheres. Moderniza-se, sem deixar de utilizar, aliás, passando-se a potencializar, formas homogêneas e até arcaicas (como uso do trabalho a domicílio e as *facções*) na confecção dessas peças de vestuário.

Ao emprestar de Nadya Araújo Guimarães (2002) a categoria de hibridação⁶⁹ nas relações de trabalho, conseguimos visualizar como essa contratendência vem ocorrendo nesse setor, o que parece promover uma espécie de diferenciação no modo de produzir, acabar e customizar roupas na região.

Significa dizer ainda que, se por um lado, vemos em Cianorte um processo de homogeneização causado pela intensificação da informalidade e da flexibilização, que se espalha rapidamente nessa cadeia de subcontratação, por outro vê-se despontar um processo de hibridização, ou seja, um movimento de diferenciação e de especificidade no modo como essa informalidade e essa flexibilização se concretizam na dinâmica dessa cadeia produtiva, organizada em torno dos ditames da moda e da busca pela maior produtividade, a baixos custos. Prova disso são as “*facções masculinas*” analisadas no capítulo 02 e as “*pseudo-cooperativas*” de produção que se

⁶⁹ Nesse processo de hibridação, “[...] as normas e as instituições que se difundem num contexto globalizado interagem com as especificidades (nacionais e setoriais) características dos contextos sociais em que essa difusão se verifica, e onde o seu enraizamento se faz necessário” (GUIMARÃES, 2002: 2).

disseminaram na localidade, a partir das transformações mais atuais provocadas pela reestruturação produtiva.

E foi justamente em busca dessas especificidades setoriais e locais que chegamos à pesquisa nesse município e região. É possível afirmar então que nesse campo, fruto desse processo de homogeneização, sob o signo da globalização produtiva, alteraram-se as formas de inserção, reinserção aos postos de trabalho, desemprego e o perfil das(os) empregadas(os) e desempregadas(os) ligadas(os) à produção de roupas principalmente nos últimos quinze anos.

Por tudo isso, persiste nessa localidade uma rede de subcontratação, processo este que combina diferentes formas de trabalho, organização e gestão, atingindo, desde o início, sobretudo a mão-de-obra das mulheres⁷⁰.

Mas, como já dito, a extensão da informalidade impede que se quantifique o número exato de trabalhadores envolvidos na produção de roupas nessa localidade, ou seja, não existem estatísticas confiáveis que dêem conta desse percentual. Por outro lado, muitos empresários ainda encobrem, por questões trabalhistas, uma enorme rede de subcontratação de mão-de-obra que se ali se mantém. Desse modo, os dados obtidos por meio da análise dos questionários não podem ser generalizados, apenas proporcionam um olhar um pouco mais apurado sobre as condições e as relações de trabalho que envolvem as(os) trabalhadoras(es) dessa localidade e nos permitem, de forma aproximada, identificá-las(os).

4.1 Perfil das Trabalhadoras e dos Trabalhadores

Em nossa pesquisa, os dados revelam que as fábricas que oferecem empregos formais têm preferido mulheres e homens mais jovens e têm demitido trabalhadoras e trabalhadores com mais idade.

⁷⁰ Por isso, para os três recortes (trabalho formal, informal e desemprego), escolhemos avaliar separadamente os dados das trabalhadoras, dando destaques, em alguns itens, às informações fornecidas pelo grupo masculino.

Para melhor visualização desses dados, considera-se para análise das porcentagens apresentadas nas tabelas abaixo, a quantidade de entrevistados em cada grupo: 22 homens do setor formal, 05 homens do setor informal e 22 desempregados. Em relação ao grupo feminino, entrevistamos 149 mulheres com vínculos formais, 87 trabalhadoras do setor informal e 62 desempregadas.

TABELA 4: IDADE POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE OS TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Idade	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
15/18-20 anos 13,3%	Formal	6,1	13,6	8,4	16,8	8,1
	Informal	2,0	20,0	2,3	8,0	2,3
	Desempregada(o)	8,2	18,2	2,0	9,7	2,9
21-25 anos 15,9%	Formal	14,3	31,8	10,7	21,5	11,2
	Informal	2,0	20,0	2,7	9,2	2,6
	Desempregada(o)	4,1	9,1	1,7	8,1	2,0
26-30 anos 13,5%	Formal	8,2	18,2	9,1	18,1	8,9
	Informal	0,0	0,0	3,0	10,3	2,6
	Desempregada(o)	4,1	9,1	1,7	8,1	2,0
31-35 anos 19,9%	Formal	4,1	9,1	14,8	29,5	13,3
	Informal	0,0	0,0	4,0	13,8	3,5
	Desempregada(o)	2,0	4,5	3,4	16,1	3,2
36-40 anos 13,0%	Formal	0,0	0,0	3,4	6,7	2,9
	Informal	0,0	0,0	5,4	18,4	4,6
	Desempregada(o)	8,2	18,2	5,0	24,2	5,5
41-45 anos 14,7%	Formal	6,1	13,6	2,3	4,7	2,9
	Informal	4,1	40,0	8,7	29,9	8,1
	Desempregada(o)	4,1	9,1	3,7	17,7	3,7
46-50 anos 6,1%	Formal	4,1	9,1	1,0	2,0	1,4
	Informal	2,0	20,0	2,0	6,9	2,0
	Desempregada(o)	6,1	13,6	2,0	9,7	2,6
mais de 50 anos 3,7%	Formal	2,0	4,5	0,3	0,7	0,6
	Informal	0,0	0,0	1,0	3,4	0,9
	Desempregada(o)	8,2	18,2	1,3	6,5	2,3
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem sobre o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Entre as trabalhadoras formais predominava a faixa etária de 26 a 35 anos (47,6%), mas não deixa de ser significativa a presença de jovens de 15 a 25 anos (38,3%). Já as entre as trabalhadoras informais 29,9% tinham entre 41 e 45 anos de idade, enquanto 32,2% possuía entre 31 e 40 anos. Dentre as desempregadas, a maior parte (40,3%) tinha entre 31 e 40 anos, enquanto 33,9% estava na faixa dos 41 anos ou mais.

Nos questionários das trabalhadoras e trabalhadores informais como nos das(os) desempregadas(os), surgiu uma parcela considerável de jovens com idade entre 15 e 20 anos. Não é raro ver adolescentes trabalhando nas facções, sobretudo nas organizações de tipo domiciliar, mas em se tratando das pessoas desempregadas, especialmente com menos de 18 anos, devemos lembrar que esse dado talvez se refira a busca pelo primeiro emprego.

No que tange ao grupo representado pelos 22 homens do setor formal, 63,6% deles tinham até 30 anos de idade e 27,2% estavam na faixa etária entre 36 e 50 anos ou mais, mostrando a preferência das empresas formalizadas (geralmente fábricas de pequeno porte) em contratar jovens. Entre os trabalhadores informais, no total de cinco entrevistados, uma parcela tinha entre 15 e 25 anos (40%) e outra parcela de 41 a 50 anos (60%).

Entre os vinte e dois homens desempregados, estão nesta condição principalmente os mais jovens (na faixa etária de 15 a 20 anos), ou seja, 18,2% e os que têm mais de 40 anos (40,9%). No grupo representado pelas sessenta e duas mulheres, entretanto, predominam as que têm entre 31 e 45 anos (58%). Em relação ao estado civil, a maior porcentagem das trabalhadoras tanto empregadas quanto desempregadas, eram casadas (56,7%). No entanto, percebe-se que há uma porcentagem maior de casadas entre as informais e as desempregadas do que entre as empregadas no setor formal. Nesse último, a presença significativa de trabalhadoras solteiras indica o interesse das empresas formais pela contratação de jovens, o que pode ser verificado na tabela 5.

TABELA 5: ESTADO CIVIL POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE OS TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFEÇÃO DE CIANORTE

Estado civil	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Casada(o) 55,0%	Formal	22,4	50,0	24,5	49,0	24,2
	Informal	8,2	80,0	19,1	65,5	17,6
	Desempregada(o)	14,3	31,8	13,1	62,9	13,3
Solteira(o) 32,3%	Formal	16,3	36,4	19,1	38,3	18,7
	Informal	2,0	20,0	6,4	21,8	5,8
	Desempregada(o)	26,5	59,1	4,7	22,6	7,8
Divorciada(o) 9,8%	Formal	6,1	13,6	5,0	10,1	5,2
	Informal	0,0	0,0	2,3	8,0	2,0
	Desempregada(o)	4,1	9,1	2,3	11,3	2,6
Viúva(o) 2,9%	Formal	0,0	0,0	1,3	2,7	1,2
	Informal	0,0	0,0	1,3	4,6	1,2
	Desempregada(o)	0,0	0,0	0,7	3,2	0,6
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Os dados referentes ao grupo masculino constantes da tabela 5, mostram que há certo equilíbrio entre casados (44,9%) e os solteiros (44,8%). Contudo, a maioria dos desempregados (59,1%) são solteiros, enquanto os casados predominam entre os empregados com vínculos formais (50%) ou informais (80%).

Quando relacionamos o estado civil de homens e de mulheres com a situação de desemprego, vemos a quantidade maior de homens solteiros e de mulheres casadas nessa condição.

A tabela 6 mostra nitidamente que as solteiras estão em maioria entre as jovens, mas estão também em porcentagem considerável (27%) entre as que têm de 26 e 34 anos. No que refere às trabalhadoras desempregadas mais jovens, a relação se confirma: no grupo representado pelas que tem entre 15 e 25 anos, 91% são solteiras. O que chama a atenção para a dificuldade de inserção das jovens também no mercado de trabalho dessa região. O maior número de casadas, nesse grupo, está concentrado na faixa etária acima dos 35 anos (83%).

TABELA 6: ESTADO CIVIL, POR TIPO DE VÍNCULO E POR IDADE ENTRE AS TRABALHADORAS DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Vínculos	Desempregadas			Informais			Formais		
	Idade	15-25	26-34	35+	15-25	26-34	35+	15-25	26-34
Solteira	91%	27%	0%	67%	19%	10%	50%	31%	25%
Casada	0%	60%	83%	27%	67%	76%	44%	60%	40%
Divorciada	9%	13%	11%	7%	14%	6%	6%	8%	20%
Viúva	0%	0%	6%	0%	0%	8%	0%	1%	15%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Com base nos dados fornecidos pelas casadas, divorciadas e viúvas, percebemos, na tabela 7 que boa parte das trabalhadoras dos três grupos (formais, informais e desempregadas) possuía um filho. De modo geral, constata-se uma preferência por esse perfil de mulheres na empresa e também nas facções, ou seja, casadas e mães.

Como já demonstrou Araújo e Amorim, além da idade, o fato de serem casadas e terem filhos, faz com que essas mulheres se constituam-se em “um grupo qualificado e com experiência, mas com poucas chances de ser empregado formalmente e, por isso, disposto a aceitar o pagamento por peça e a baixa remuneração imposta” (2001/02: 281).

TABELA 7 - QUANTIDADE DE FILHOS, POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE OS TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Filhos	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Sem Filho 30,0%	Formal	12,2	27,3	18,1	36,2	17,3
	Informal	2,0	20,0	7,4	25,3	6,6
	Desempregada(o)	20,4	45,5	3,7	17,7	6,1
Um Filho 23,9%	Formal	12,2	27,3	9,7	19,5	10,1
	Informal	2,0	20,0	11,1	37,9	9,8
	Desempregada(o)	8,2	18,2	3,4	16,1	4,0
Dois Filhos 30,3%	Formal	18,4	40,9	14,4	28,9	15,0
	Informal	6,1	60,0	6,4	21,8	6,3
	Desempregada(o)	2,0	4,5	10,1	48,4	8,9
Mais de Dois Filhos 15,0%	Formal	2,0	4,5	7,7	15,4	6,9
	Informal	0,0	0,0	4,0	13,8	3,5
	Desempregada(o)	12,2	27,3	3,4	16,1	4,6
Não Respondeu 0,9%	Formal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Informal	0,0	0,0	0,3	1,1	0,3
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,3	1,6	0,6
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem sobre o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Pela tabela 7, vê-se que entre os trabalhadores com vínculos formais, 72,7% tinham filhos, 80% entre os homens do setor informal eram pais e no grupo dos homens catalogados na condição de desemprego, percebemos que 50% deles também tinham filhos.

TABELA 8: LOCAL DE MORADIA POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE OS TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Local de moradia	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Morou na Zona Rural 51,9%	Formal	26,5	59,1	23,2	46,3	23,6
	Informal	6,1	60,0	15,8	54,0	14,4
	Desempregada(o)	24,5	54,5	12,1	58,1	13,8
Sempre Morou na Zona Urbana 40,9%	Formal	16,3	36,4	23,8	47,7	22,8
	Informal	2,0	20,0	11,4	39,1	10,1
	Desempregada(o)	14,3	31,8	7,0	33,9	8,1
Mora Atualmente na Zona Rural 5,2%	Formal	2,0	4,5	1,7	3,4	1,7
	Informal	2,0	20,0	1,3	4,6	1,4
	Desempregada(o)	4,1	9,1	1,7	8,1	2,0
Não Respondeu 2,0%	Formal	0,0	0,0	1,3	2,7	1,2
	Informal	0,0	0,0	0,7	2,3	0,6
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,0	0,0	0,3
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem sobre o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Parte importante das trabalhadoras e dos trabalhadores com vínculos formais, por algum momento já residiram no meio rural. Os dados provam a relação dessas(os) trabalhadoras(os) com a origem rural do município e o tempo que o APL de confecções de roupas foi instalado, como já demonstrado no capítulo 02 dessa tese. Por isso, vê-se que boa parte das trabalhadoras e dos trabalhadores dos três tipos de vínculos pesquisados (40,9%) sempre residiu na cidade e se empregou no setor e outra parte (57,1%) veio mais recentemente da zona rural, mora atualmente ou residiu nela em algum momento da sua vida.

No grupo de trabalhadoras do setor formal com idades entre 18 e 20 anos, vê-se, na tabela 8, que 69% sempre residiram na zona urbana. A mesma situação se confirma no grupo de trabalhadoras com vínculos formais que tinham entre 21 e 30 anos de idade, ou seja, 61% delas sempre moraram na zona urbana. Vê-se que cerca de 22% dessas mulheres, nos dois primeiros grupos de idades (de 18 a 30 anos) vieram da zona rural de 10 anos e 1 mês a 20 anos.

A tabela 9 mostra que entre as mais velhas (mulheres com mais de 30 anos), a porcentagem de pessoas que sempre residiram na zona urbana diminui

consideravelmente (14%). Vale destacar também que 73% dessas entrevistadas (com mais de 30 anos), vieram da zona rural em um período de tempo que varia entre cinco e mais de 20 anos.

TABELA 9: TRABALHADORAS FORMAIS

HÁ QUANTO TEMPO VIERAM PARA ZONA URBANA	DE 18 A 20 ANOS	DE 21 A 30 ANOS	MAIS DE 30 ANOS
De 1 mês a 1 ano	6%	8%	2%
De 1 ano e 1 mês a 5 anos	6%	7%	5%
De 5 anos e 1 mês a 10 anos	6%	7%	17%
De 10 anos e 1 mês a 20 anos	10%	12%	38%
Mais de 20 anos e 1 mês	1%	2%	18%
Moram na Zona Rural	2%	3%	6%
Sempre morou na zona urbana	69%	61%	14%
TOTAL	100%	100%	100%

Como já mostrou Gonçalves (2005), Cianorte é uma das poucas cidades do Noroeste do Paraná, cujo incremento anual da população excede o número de indivíduos que deixam a área rural municipal, evidenciando taxa de urbanização positiva. Esse crescimento populacional se acentua a partir da década de 1990, tornando-se mais evidente a partir de 1996, com o aumento do número de unidades industriais do setor de confecções (2005: 92). “A indústria do vestuário é a grande responsável pela expansão urbana nos últimos anos” (ASAMODA, 2007: 2).

Recordamos que no parecer de Carris (1997: 62), no início do processo de industrialização do município, “70% dos funcionários da confecção vinham da zona rural”, atraídos principalmente pelo trabalho nas empresas de confecção e obrigados pela falta de trabalho nas lavouras. “Em 1997 esse número já era de 30%”. Os empresários que entrevistamos também mostraram suas preferências pelos trabalhadores oriundos da zona rural, com a justificativa de que produziam mais.

Pelo censo demográfico de 2000, nas tabelas 10 e 11, podemos visualizar a concentração populacional do município de Cianorte na zona urbana e a projeção do crescimento populacional para 2005.

TABELA 10: CIANORTE – INFORMAÇÕES POPULACIONAIS RURAL/URBANO EM 2000

ITENS	URBANA	RURAL	TOTAL
DOMICÍLIOS	15.444	2.680	18.124
POPULAÇÃO	49.644	7.757	57.401
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)	25.891	4.013	29.904

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

Ainda em relação às informações populacionais, o município de Cianorte projeta crescimento do número de pessoas.

TABELA 11: POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL SEGUNDO LOCALIZAÇÃO: 2000/2005⁷¹

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL EM 2000	POPULAÇÃO TOTAL EM 2005	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)
CIANORTE	57.401	62.136	1,60
TUNEIRAS DO OESTE	9.013	7.480	-3,66

FONTE: IPARDES (2006:7)

Os dados da tabela 10 e 11 mostram que é marcante nesse município a origem rural de parte dos trabalhadores e das trabalhadoras.

4.2 Trajetória Ocupacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Setor da Confecção

Pela tabela 12, vê-se que a parcela mais representativa de trabalhadoras do setor formal (53,6%) e do setor informal (47,1%), manteve vínculos empregatícios com o setor formal, com carteira assinada, antes de ingressarem no atual emprego. No grupo das trabalhadoras em situação de desemprego, 54,8% em uma amostra de 62 entrevistadas, trabalharam com carteira assinada no setor formal antes de se tornarem desempregadas.

⁷¹ Nota-se que os dados para o ano de 2000 são censitários, e para os demais anos são estimativas.

TABELA 12⁷²: OCUPAÇÃO ANTERIOR POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE AS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Ocupação	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Setor Informal (sem carteira assinada) 33,7%	Formal	22,4	50,0	15,4	30,9	16,4
	Informal	6,1	60,0	9,1	31,0	8,6
	Desempregada(o)	24,5	54,5	6,0	29,0	8,6
Setor Formal (com carteira assinada) 46,4%	Formal	16,3	36,4	26,2	52,3	24,8
	Informal	2,0	20,0	12,1	41,4	10,7
	Desempregada(o)	10,2	22,7	11,1	53,2	11,0
Setor Informal (com carteira assinada) 1,7%	Formal	0,0	0,0	1,0	2,0	0,9
	Informal	0,0	0,0	0,7	2,3	0,6
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,0	0,0	0,3
Setor Formal (sem carteira assinada) 2,6%	Formal	0,0	0,0	0,7	1,3	0,6
	Informal	0,0	0,0	1,7	5,7	1,4
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,3	1,6	0,6
Estava Desempregada(o) 12,1%	Formal	6,1	13,6	6,4	12,8	6,3
	Informal	2,0	20,0	4,4	14,9	4,0
	Desempregada(o)	6,1	13,6	1,0	4,8	1,7
Não respondeu 3,5%	Formal	0,0	0,0	0,3	0,7	0,3
	Informal	0,0	0,0	1,3	4,6	1,2
	Desempregada(o)	0,0	0,0	2,3	11,3	2,0
		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem sobre a quantidade de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Os homens dos três tipos de vínculos entrevistados, ao contrário, majoritariamente vieram do setor informal, sem registro em carteira (50% dos formais; 60% dos informais; e 54,5 dos desempregados). O dado colabora com as informações já trazidas pelas pesquisas do IPARDES (2006) em relação à inclusão da mão-de-obra masculina mais no setor de confecções como uma das poucas oportunidades de emprego nessa região.

⁷² Considera-se para análise das porcentagens apresentadas na tabela abaixo, a quantidade de entrevistados em cada grupo. Foram entrevistados 22 homens do setor formal, 05 homens do setor informal e 22 desempregados. Em relação ao grupo feminino, entrevistamos 149 mulheres com vínculos formais, 87 trabalhadoras do setor informal e 62 desempregadas.

Chama a atenção, na tabela 13, o fato da grande maioria das trabalhadoras entrevistadas nos três grupos já ter trabalhado no setor de confecções de roupas no município ou na região (65,8% das formais; 75,9% das informais; 64,5% das desempregadas).

Entre os homens de todos os vínculos que responderam os questionários, a maioria (53,1%) e também informou ter mantido vínculos empregatícios anteriores com o setor da confecção. O número é mais significativo entre os trabalhadores informais (80%) e os do setor formal (54,5%).

TABELA 13: CONTATO ANTERIOR COM A ÁREA, POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE OS TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Vínculos anteriores com confecção	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Já Trabalhou no Setor 66,3%	Formal	24,5	54,5	32,9	65,8	31,7
	Informal	8,2	80,0	22,1	75,9	20,2
	Desempregada(o)	20,4	45,5	13,4	64,5	14,4
Não Trabalhou no Setor 32,0%	Formal	18,4	40,9	16,4	32,9	16,7
	Informal	0,0	0,0	7,0	24,1	6,1
	Desempregada(o)	20,4	45,5	7,4	35,5	9,2
Não Respondeu 1,7%	Formal	2,0	4,5	0,7	1,3	0,9
	Informal	2,0	20,0	0,0	0,0	0,3
	Desempregada(o)	4,1	9,1	0,0	0,0	0,6
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem sobre a quantidade do total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Notamos alta taxa de rotatividade entre as(os) trabalhadoras(es) do setor. Nas entrevistas qualitativas realizadas com algumas trabalhadoras formais fomos informados de que muitas saem de uma empresa, onde ganham menos e vão para outra empresa com possibilidades melhores de remuneração salarial. Isso se torna compreensível pela demanda significativa de trabalhadoras qualificadas que há nesse setor no município, o que pode facilitar essas permutas.

Em Cianorte e região há bem mais homens do que mulheres em condição de desemprego. No entanto, pelas razões já explicadas na introdução dessa tese, nessa condição entrevistamos um número bem maior de mulheres.

A maior proporção de mulheres se encontrava desempregada de sete meses a um ano, mostrando que faltam menos empregos para elas na região. Entre os homens a maioria estava desempregada de um a três anos. Todos ficaram desempregados pelo menos uma vez a partir de 1993. Essa data marca o período em que as fábricas do setor sofreram as maiores quedas, principalmente pela recessão e pela entrada dos produtos asiáticos no Brasil. Foi nesse período também, como já mostramos anteriormente, que os empregos formais no setor sofreram grandes baixas, com a intensificação do enxugamento das empresas.

Muitas trabalhadoras do setor informal (33 delas) e uma parcela de 56 trabalhadoras com vínculos formais, afirmaram terem ficado seis meses ou mais desempregadas antes de ingressarem no atual emprego (facção ou empresa).

No caso das que estavam em situação de desemprego, como pode ser visto gráfico 01, 31% não trabalharam em empresa ou facção do setor de confecção e outras (27% delas) trabalharam em apenas uma empresa antes de se tornarem desempregadas, com ou sem registro em carteira. Também é representativo o fato de 13% delas terem trabalhado, ao longo de sua trajetória ocupacional, em duas facções do setor.

**GRÁFICO 01: MULHERES DESEMPREGADAS:
NÚMERO DE EMPRESAS/FACÇÕES DE CONFECÇÃO ONDE TRABALHOU**



Pelos dados colhidos com informantes e pelos relatos de algumas entrevistadas sem registro em carteira, percebemos que a rotatividade nesse tipo de contrato é menor quando se trata de facções domiciliares e mais expressivas quando se trata de facções industriais. Conhecemos uma costureira, com menos de 45 anos de idade que já havia trabalhado em cinco facções de costura diferentes nos últimos dez anos. Destaca-se também que há maior oferta de emprego nas pontas mais precárias dessa rede produtiva, mesmo porque elas oferecem menores benefícios às trabalhadoras e aos trabalhadores.

Quanto aos homens, doze dos desempregados, três do setor informal e oito do setor formal, em algum momento de sua trajetória ocupacional, permaneceram pelo menos de um a três anos sem emprego.

TABELA 14: HOMENS: QUANTO TEMPO DESEMPREGADOS

QUANTO TEMPO DESEMPREGADOS	DESEMPREGADOS	INFORMAIS	FORMAIS
De 4 a 6 meses	1	0	10
De 7 meses a 1 ano	1	1	2
De 1 ano a 3 anos	12	3	8
Mais de 3 anos	5	1	2
Sempre desempregados	3	0	0
TOTAL	22	5	2

A pesquisa realizada pelo IPARDES em 2004 mostra que muitos dados colhidos por Carris continuam vigentes. Por exemplo, nesse ano constatou-se que a maioria dos trabalhadores do setor de vestuário já tinha trabalhado anteriormente em outra empresa do segmento. Especificamente, 26% das empresas declararam que todos os seus trabalhadores tinham trabalhado anteriormente em outras empresas do ramo; 24% dos empregados vieram de outras empresas; e 12% delas afirmaram que 70% deles vieram de outras fábricas (IPARDES, 2004: 36).

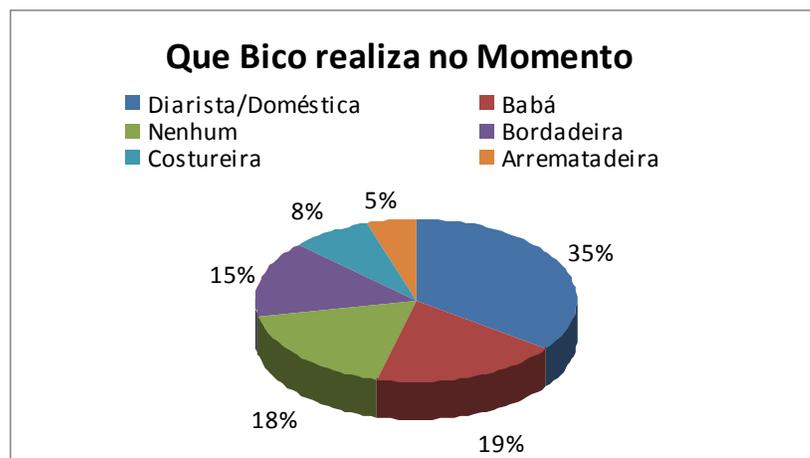
Pelos questionários, algumas mulheres com vínculos formais (13 delas) e informais (11 delas) registraram já terem trabalhado em cooperativas do setor de confecções. Em relação às cooperativas, o dado possibilita duas interpretações.

Primeiro, confirma uma informação fornecida por uma diretora do Sindicato dos Trabalhadores, que em entrevista dada em dez de 2008, comentou que “nos últimos cinco ou seis anos abrem e fecham muitas cooperativas de costura e de bordado em Cianorte e região, numa velocidade incrível, mas a maioria não pode ser chamada de cooperativa. É uma espécie de falsa cooperativa, só para não ter que se responsabilizar pelos direitos dos trabalhadores”. Segundo, fomos informados de que muitas(os) trabalhadoras(es) intitulam as facções como oficinas ou como cooperativas de costura.

No grupo dos homens que se encontravam desempregados um deles disse ter trabalhado nas chamadas “facções masculinas”, rasgando, tingindo ou raspando calças jeans. Outros três trabalhadores desempenharam outras funções, também informais, como: pedreiros, carpinteiros e lavadores de carro ao longo de sua trajetória ocupacional.

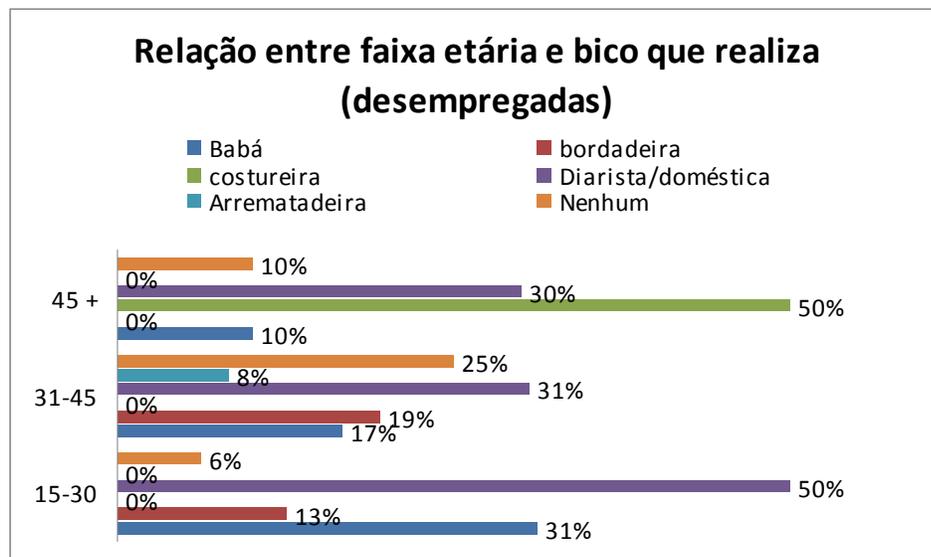
Mesmo se auto-intitulando ‘desempregadas(os)’, alguns homens e algumas mulheres disseram que tipo de ‘bico’ estavam realizando no momento da entrevista. ‘Diarista, doméstica e babá’ foram as respostas de 54% das mulheres. Outras funções exercidas informalmente por elas podem ser visualizadas no gráfico 02. Bóia-fria e outros serviços realizados no campo, de modo informal, foi o que prevaleceu nas respostas dos homens.

GRÁFICO 02



Se compararmos as variáveis ‘idade e tipo de bico’ que as mulheres desempregadas realizavam, vemos que as mais jovens, com idades que variam entre 15 e 30 anos, desempenham mais as funções domésticas como babá e diarista, enquanto as mais velhas, com idades acima de 31 anos, realizavam esta mesma função e também a atividade de costureiras. Pelo gráfico 03, percebe-se que em relação a essa última função, vemos uma concentração grande na faixa etária acima dos 45 anos de idade.

GRÁFICO 03



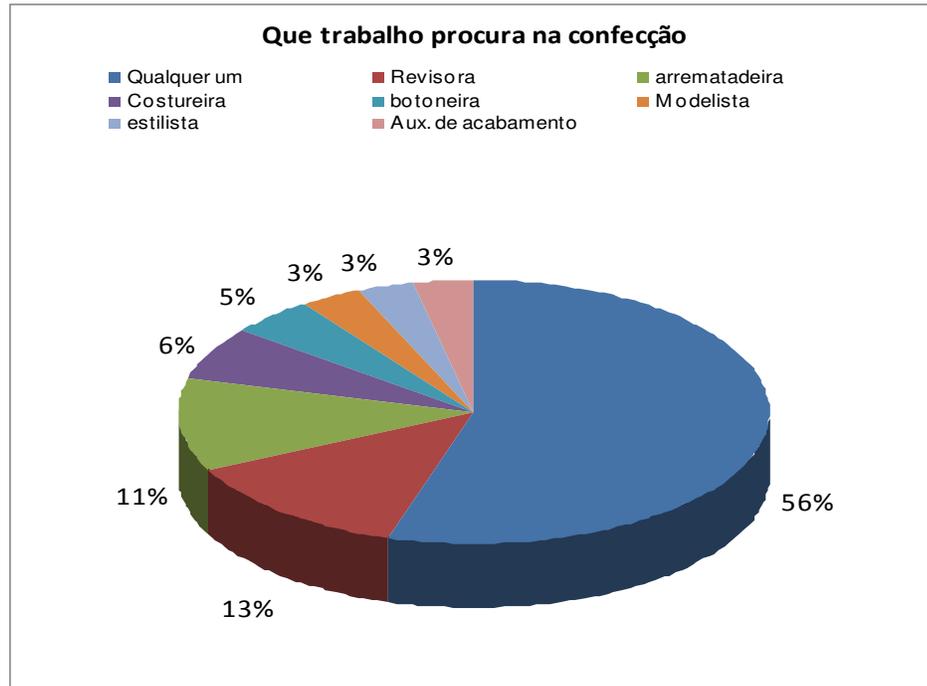
Quando perguntadas sobre a especialidade de cada uma no ramo da confecção, dezenove mulheres desempregadas assinalaram o item “nenhuma especialidade”, mas a profissão de costureira foi o que prevaleceu nas suas respostas (24 entrevistadas). Uma pluralidade de outras funções é desempenhada por elas: bordadeira, arrematadeira, botoneira, cronoanalista, revisora e auxiliar de acabamento.

Nas respostas dadas pelos homens, a maior parte (12 entrevistados) afirmou não ter qualquer especialidade no ramo. Os demais disseram exercer as funções de passador, auxiliar de corte e costureiro, em menor proporção.

Quanto ao tipo de trabalho que cada entrevistada(o) procurava no momento dentro do setor da confecção, ‘qualquer tipo de trabalho’ na área foi a resposta dada pela maioria das mulheres e dos homens. As funções de arrematadeira, revisora,

costureira e botoneira, modelista, estilista e auxiliar de acabamento surgiram nas demais respostas oferecidas pelas mulheres.

GRÁFICO 04: TRABALHADORAS DESEMPREGADAS

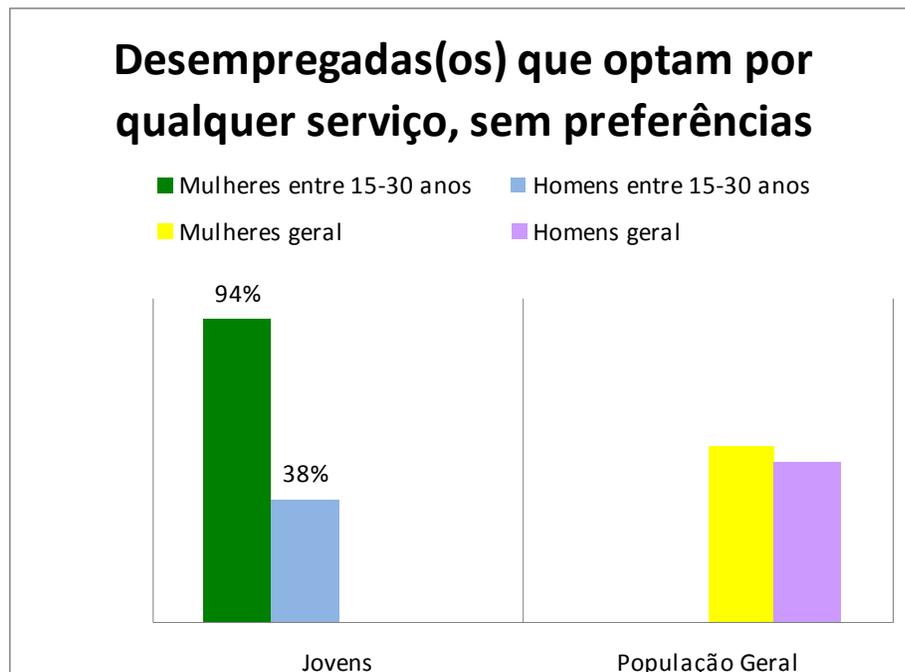


Em relação ao serviço que procura na confecção, entre os homens destacaram-se os serviços de técnico de montagem de calça jeans e ajudante de jateador. Os homens mais novos, com idades entre 15 e 30 anos, demarcam a função de ajudante de jateador, depois da opção ‘qualquer função’.

Os termos “qualquer tipo de trabalho” ou “nenhuma especialidade” ilustram a baixa qualificação profissional dos homens e, em menor proporção, das mulheres que se encontravam desempregadas. Não é difícil ser contratado no setor informal da confecção nesse município e região, mas a falta de uma especialidade faz com que muitas trabalhadoras e trabalhadores permaneçam mais tempo sem emprego. A inserção delas(es), sob essas condições, torna-se ainda mais complicada no setor formal.

GRÁFICO 05 - TRABALHADORES DESEMPREGADOS

Percebe-se, pelo gráfico 06, que entre as desempregadas e os desempregados que procuram 'qualquer profissão' dentro do setor de confecções, prevalece a presença das mulheres mais jovens, tendo entre 15 e 30 anos.

GRÁFICO 06

Algumas mulheres, na condição de desemprego, mesmo destacando 'qualquer função' na área de confecção, elencaram outras atividades que procuravam no momento: manicure e cabeleireira (2 respostas); babá (3 respostas); cuidadora de idoso (2 respostas); doméstica (2 respostas); zeladora (2 respostas); e auxiliar de

escritório (1 resposta). Nos questionários respondidos pelos homens apareceram registros das seguintes funções, além das buscadas na área da confecção: motorista, mecânico de carros, pedreiro, auxiliar de escritório e zelador.

Dada a importância que os moradores da cidade conferem ao papel trabalho desempenhado pela família de libaneses que iniciou o processo de industrialização de roupas no município e a insistência dos comentários sobre a questão, especialmente entre as pessoas das facções, nas entrevistas pedimos informações sobre os vínculos das trabalhadoras e dos trabalhadores com a primeira empresa de confecção de jeans instalada no município⁷³.

Fizemos a mesma pergunta para as oitenta e sete mulheres empregadas nas facções. Vimos que em algum momento de sua trajetória ocupacional, trabalharam na “Primeira Cheina”, empresa que também formou boa parte das costureiras do município no início da industrialização. Desse montante, 23 entrevistadas mencionaram ter trabalhado nessa empresa, iniciando como costureiras, sendo ainda bastante jovens: seis mulheres passaram a trabalhar tendo entre 13 e 16 anos; treze mulheres foram contratadas com idade entre 17 e 21 anos; e apenas seis delas ingressaram com mais de 21 anos na empresa⁷⁴. Informação relevante a ser agregada diz respeito à proporção de mulheres que eram contratadas por essa empresa pioneira, e nessa faixa etária, na condição de aprendizes no final da década de 70 e início da década de 1980⁷⁵.

A antiga empresa abrigava uma escola de costura que priorizava a entrada das jovens. Destaca-se que no grupo das trabalhadoras com vínculos informais, seis delas informaram ter aprendido a costurar na ‘Escola da Cheina’. Já entre os homens do setor formal, apenas seis disseram ter trabalhado nessa primeira empresa. Entre os cinco trabalhadores informais, dois estabeleceram vínculos empregatícios com a ‘Primeira Cheina’, exercendo as funções de motorista e auxiliar de corte.

⁷³ Não fizemos a pergunta sobre a ‘Primeira Cheina’ aos trabalhadores do setor formal e aos trabalhadores que se encontravam desempregados.

⁷⁴ As respostas devem ser relativizadas, porque a pergunta pressupunha que as pessoas conheciam o processo de industrialização e sabiam distinguir entre a chamada ‘Primeira Cheina’ e a atual Cheina.

⁷⁵ Por outro lado, as respostas sobre o ingresso dessas trabalhadoras na ‘Primeira Cheina’, nos mostram que sabiam fazer a distinção entre as duas empresas, visto que as empresas formais, como é o caso da atual Cheina, raramente contratam trabalhadoras com idade entre 14 e 16 anos.

4.3 Aprendizado para a Costura

A máquina de costura não é um instrumento barato, em relação aos ganhos mensais das costureiras. Mesmo com todas as mudanças que se processaram nos últimos anos, esse equipamento de trabalho ainda está bastante relacionado à educação feminina. Julgamos que se não é mais tão forte a cobrança cultural para que as mulheres aprendam a costurar, nesse município, com fortes tradições no setor, essas exigências mostraram ainda persistir. Junto com a habilidade feminina de costurar, à elas, muitas vezes, se relacionam os “dotes” de mãe e de esposa. Guiadas por estas hipóteses, questionamos as entrevistadas e os entrevistados sobre a aquisição da máquina de costura.

Dentre as 149 trabalhadoras com vínculos formais 46,3% possuíam uma máquina de costura em casa ou disseram já ter possuído no passado. A proporção é maior entre as trabalhadoras informais, ou seja, 58,6%. Mas o dado curioso, na tabela 15, é que 40% dos trabalhadores informais também afirmaram ter uma máquina de costura em casa, ou tiveram o equipamento, o que pode indicar a sua vinculação com facções domiciliares.

TABELA 15: POSSE DE MÁQUINA POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE AS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Máquina de costura em casa	Tipo de Vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Possui máquina de costura em casa 40,9%	Formal	12,2	27,3	20,1	40,3	19,0
	Informal	4,1	40,0	16,4	56,3	14,7
	Desempregada(o)	12,2	27,3	6,4	30,6	7,2
Não possui máquina de costura em casa 50,2%	Formal	32,7	72,7	26,5	53,0	27,4
	Informal	6,1	60,0	11,7	40,2	11,0
	Desempregada(o)	28,6	63,6	11,4	54,8	13,8
Possuía máquina e não possui mais 4,9%	Formal	0,0	0,0	3,0	6,0	2,6
	Informal	0,0	0,0	0,7	2,3	0,6
	Desempregada(o)	0,0	0,0	2,0	9,7	1,7
Não Respondeu 2,0%	Formal	0,0	0,0	0,3	0,7	0,3
	Informal	0,0	0,0	0,3	1,1	0,3
	Desempregada(o)	4,1	9,1	1,0	4,8	1,4
TOTAL		100,0		100,0		100,0

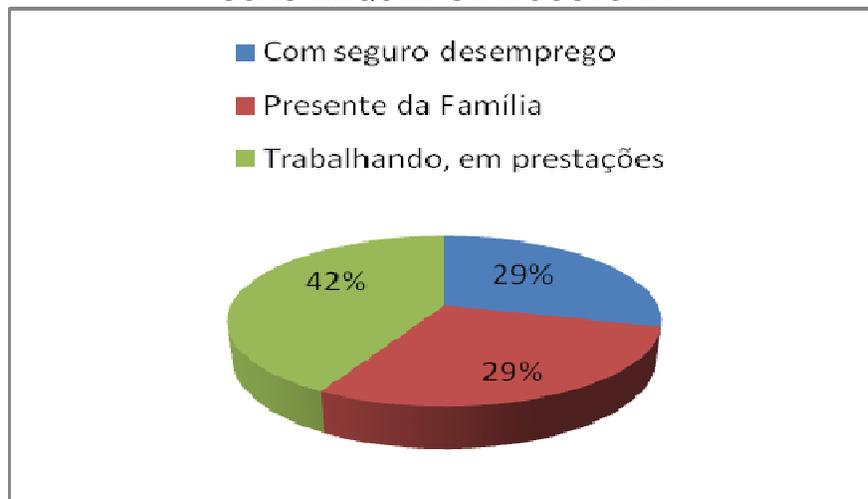
* Percentagem sobre o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Percentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Destaca-se que a maior proporção de trabalhadoras que possuíam máquinas de costura em casa, tanto as informais quanto as com vínculos formais, tinham mantido relações de trabalho, com ou sem registro em carteira, com o setor da confecção⁷⁶.

Grande parte das trabalhadoras informais (71%) informou ter adquirido o equipamento com o próprio trabalho. Destaca-se, no gráfico 07, que elas fizeram questão de indicar que pagaram a máquina de costura em prestações com recursos de seu trabalho ou por meio do seguro desemprego. Enquanto 29% delas disseram ter recebido as máquinas como presentes de algum membro da família. As próprias entrevistadas acrescentaram o item 'em prestações' e a maior parte delas o item 'em muitas prestações' nos questionários que preencheram.

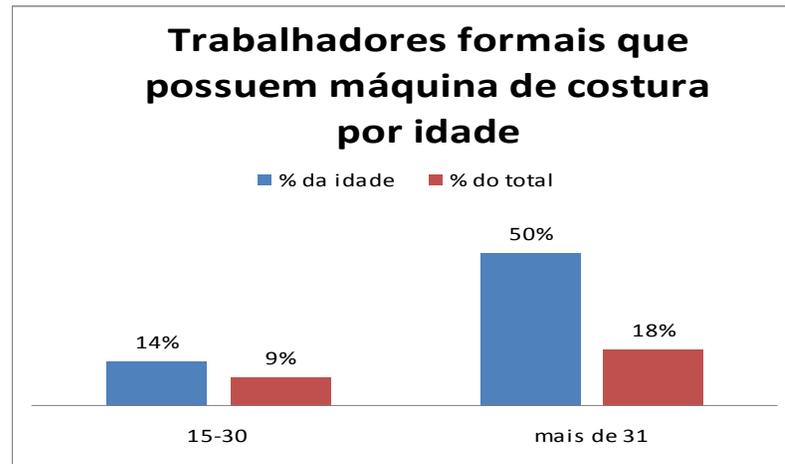
GRÁFICO 07: COMO AS TRABALHADORAS INFORMAIS ADQUIRIRAM SUAS MÁQUINAS DE COSTURA



Pela pesquisa compreendemos que a aquisição desse equipamento pode ser mais facilmente encontrado entre as trabalhadoras e trabalhadores com mais idade, como é o caso dos que possuem vínculos formais com idades iguais ou acima de 31 anos.

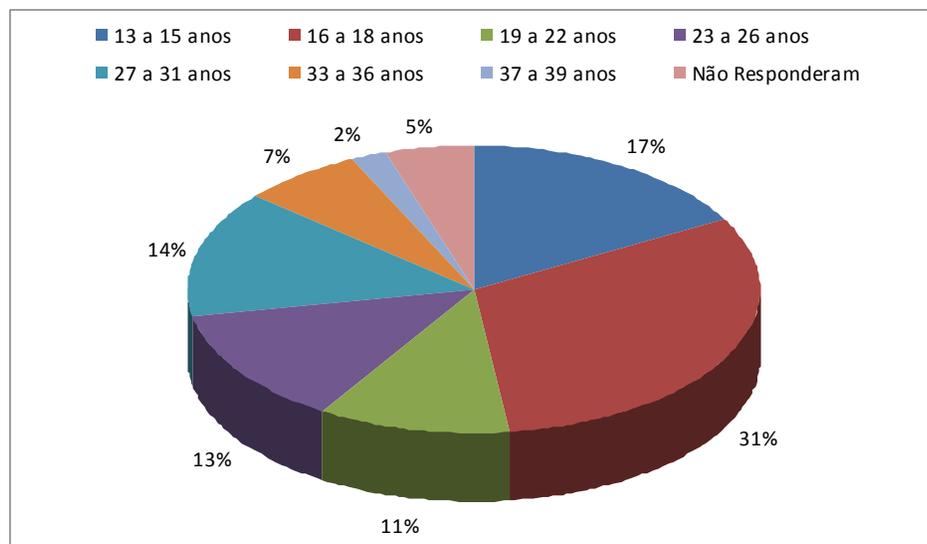
⁷⁶ A mesma afirmação pode ser destinada aos homens do setor formal e informal que adquiriram estes equipamentos.

GRÁFICO 08



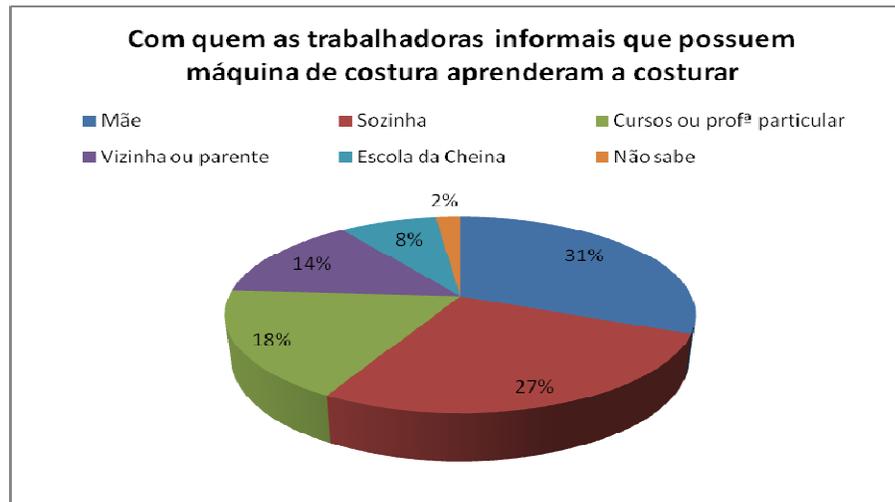
Boa parte das trabalhadoras de facções (86%) passou a costurar bem cedo, ou seja, tendo entre 13 e 31 anos de idade.

GRÁFICO 09: IDADE EM QUE AS TRABALHADORAS INFORMAIS APRENDERAM A COSTURAR



Grande parte das trabalhadoras de facções aprendeu o ofício de costureira com as próprias mães (31%), sozinhas (27%) ou com algum vizinha (14%), e/ou parente, indicando a relevância desse aprendizado no ambiente doméstico. Mas, não é desprezível a porcentagem dessas trabalhadoras que aprenderam a costurar em cursos de qualificação na área da confecção (18%), como pode ser notado no gráfico 10.

GRÁFICO 10



Outros dados confirmaram o que já mostramos sobre as relações mantidas por algumas trabalhadoras com a 'Primeira Cheina'. Muitas trabalhadoras informais, que já tiveram vínculos com a empresa, afirmaram ter aprendido a costurar entre os 13 e os 18 anos de idade. O fato de muitas mulheres escreverem ter aprendido a profissão com as mães demonstra o perfil de um aprendizado mais doméstico do que profissional dessas trabalhadoras. Outros dois dados confirmam essa hipótese. Muitas aprenderam a profissão com pessoas muito próximas, ou seja, com algum parente ou com os próprios vizinhos. A respeito da idade e do modo como as mulheres aprenderam a costurar, preponderam mais as justificativas econômicas do que os aspectos culturais, demonstrando a necessidade de trabalharem desde muito jovens em um dos poucos setores que oferecem oportunidades de emprego.

Como mostramos acima, mesmo trabalhando nas fábricas, boa parte das trabalhadoras tem máquina de costura em casa. Elas conciliam trabalho doméstico com o trabalho da fábrica e com a costura em casa para complementar a renda da família. Desse modo, a maioria dessas trabalhadoras continua a jornada de trabalho, depois do expediente, na lida com o mesmo ofício, mas as outras também ampliam sua jornada, mesmo sem remuneração, trabalhando para os familiares e para o uso próprio.

No grupo dos 22 homens do setor formal, apenas seis escreveram possuir uma máquina de costura em casa. Um deles complementou afirmando tê-la adquirido

com o seguro-desemprego. Dos cinco homens com vínculos informais, dois disseram ter o equipamento em casa, mas não mencionaram o modo como o adquiriram.

4.4 Escolaridade, Qualificação Profissional e Recrutamento

Apesar de uma parcela representativa de trabalhadoras e de trabalhadores dos três vínculos, terem apenas o Ensino Fundamental completo (28,2%), o número de mulheres com o maior nível de escolaridade prevaleceu no grupo do setor formal: 42,9% tendo do Ensino Médio completo ao Ensino Superior completo. O dado da tabela 16, pode ser relacionado aos critérios de seleção das empresas formais que exigem maior nível de instrução formal.

TABELA 16: ESCOLARIDADE POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE AS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Escolaridade	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Analfabeta(o) 0,9%	Formal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Informal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Desempregada(o)	0,0	0,0	1,0	4,8	0,9
Ensino Fundamental Incompleto 21,9%	Formal	6,1	13,6	7,7	15,4	7,5
	Informal	6,1	60,0	9,7	33,3	9,2
	Desempregada(o)	18,4	40,9	3,0	14,5	5,2
Ensino Fundamental Completo 28,2%	Formal	22,4	50,0	12,4	24,8	13,8
	Informal	0,0	0,0	7,7	26,4	6,6
	Desempregada(o)	12,2	27,3	7,0	33,9	7,8
Ensino Médio Incompleto 17,3%	Formal	4,1	9,1	8,4	16,8	7,8
	Informal	4,1	40,0	5,4	18,4	5,2
	Desempregada(o)	6,1	13,6	4,0	19,4	4,3
Ensino Médio completo 23,6%	Formal	10,2	22,7	18,1	36,2	17,0
	Informal	0,0	0,0	4,0	13,8	3,5
	Desempregada(o)	4,1	9,1	3,0	14,5	3,2
Ensino Superior Incompleto 5,8%	Formal	2,0	4,5	2,0	4,0	2,0
	Informal	0,0	0,0	2,0	6,9	1,7
	Desempregada(o)	2,0	4,5	2,0	9,7	2,0
Ensino Superior Completo 2,3%	Formal	0,0	0,0	1,3	2,7	1,2
	Informal	0,0	0,0	0,3	1,1	0,3
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,7	3,2	0,9
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

As trabalhadoras com ensino superior completo ocupavam os cargos de *designers*, modelistas e encarregadas de setor. Já no grupo das trabalhadoras com ensino fundamental incompleto, imperou a presença das costureiras. Entre as mulheres desempregadas preponderou o Ensino Fundamental completo (21 entrevistadas). Apenas entre elas apareceu referência ao analfabetismo (4,8%). Essa última parcela de mulheres tinha mais de 40 anos de idade⁷⁷.

Ao manipular os primeiros dados referentes a questão, a diretora de uma das escolas que fez a distribuição dos questionários comentou que os índices de analfabetismo entre as mulheres desempregadas e as que atuam nas facções domiciliares podem ser bem maiores, pois “é possível percebê-los pela maneira como as mães demonstram dificuldade no acompanhamento das tarefas escolares dos filhos, além dos relatos confirmando esses dados, colhidos entre as próprias crianças na instituição” (Entrevista, maio/2008). Também, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, é nessa faixa etária, que varia de 40 a 49 e de 50 e mais, que se encontrava o maior contingente de pessoas analfabetas no município, ou seja, 29%.

Dentre as trabalhadoras informais que terminaram o Ensino Fundamental, quinze o concluíram em Curso Supletivo, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). A única que declarou ter concluído o Ensino Superior era formada no curso de Pedagogia. Mas, se compararmos a idade com a escolaridade, vemos que no grupo das trabalhadoras formais mais jovens é relevante o patamar de escolarização. Este dado pode ser visto na tabela seguinte que mostra a maioria dessas mulheres com Ensino Médio completo na faixa etária que vai dos 18 aos 20 anos de idade.

A tabela 16 mostra que tanto entre os homens quanto entre as mulheres as porcentagens dos que estão na informalidade e em situações de desemprego são maiores nos graus mais baixos de escolaridade. Entre os homens, 60% dos informais e 41% dos desempregados têm o ensino fundamental incompleto. Entre as mulheres,

⁷⁷ Pelo modo como seus questionários, foram respondidos, com verbos e pronomes indicados na terceira pessoa do singular, percebe-se que foram preenchidos pelas(os) filhas(os) ou por outro membro da família.

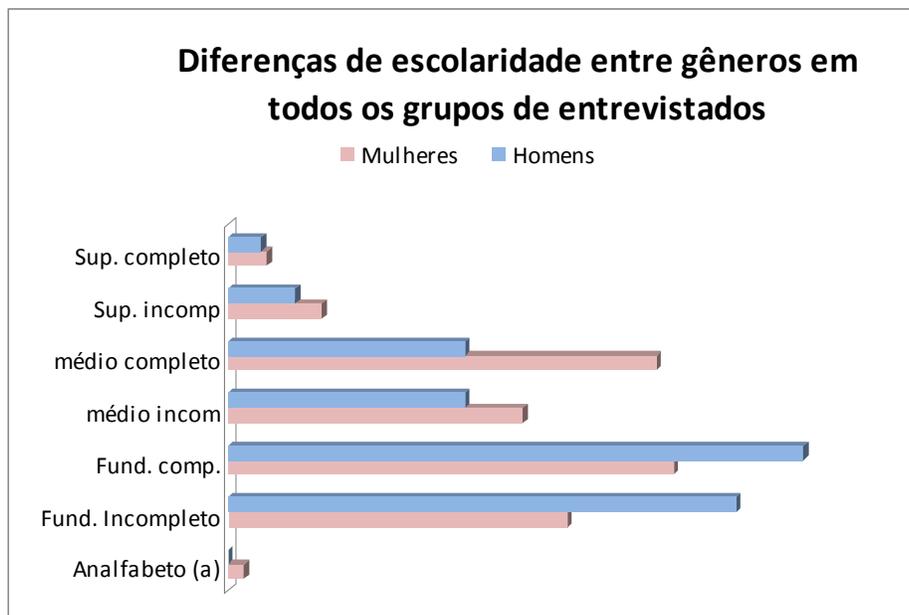
33% das informais têm também o fundamental incompleto e 53% das desempregadas têm o fundamental completo ou menos.

Esses dados sobre escolaridade e tipo de vínculo permitem perceber a desigualdade de gênero presente no setor de confecções em Cianorte, pois enquanto 50% dos homens que têm contrato formal de trabalho possuem o ensino fundamental completo, 24,8% das mulheres estão nessa mesma condição, sendo que 43% delas têm o ensino médio completo ou mais.

As trabalhadoras com níveis mais baixos de escolaridade estão em maioria entre as desempregadas ou entre as com vínculo informal, isto é, 60% delas possuem o ensino fundamental completo ou menos.

Cruzando os dados de escolaridade com sexo, podemos afirmar que as mulheres estudam mais do que os homens nesse setor, pois tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Superior é entre elas que prevalece o maior índice de escolaridade, mesmo sendo a maioria delas costureiras, função esta que exige pouca escolarização. Mesmo que estas porcentagens já tenham sido mostradas na tabela 13, as imagens do gráfico 11 auxiliam a visualizar essas diferenças.

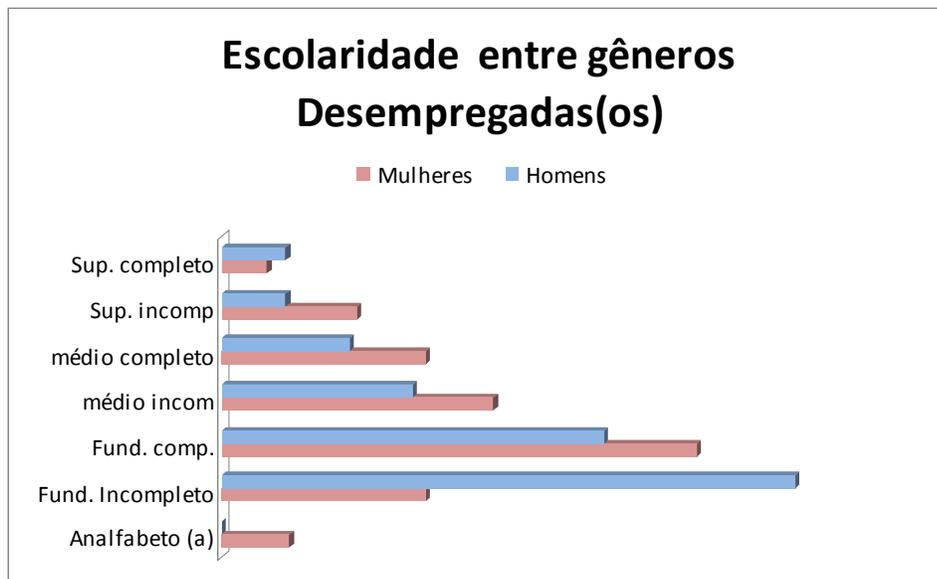
GRÁFICO 11



A prevalência de maior escolaridade das mulheres também surge nos grupos de pessoas que se encontravam na situação de desemprego.

A respeito da escolaridade das trabalhadoras e dos trabalhadores na condição de desemprego, como também já demonstrado na tabela 16, o gráfico 12 ajuda a visualizar que, se comparado às mulheres, a maior parte dos homens possui menor escolaridade, mesmo que na condição de analfabetas(os) tenhamos apenas representantes do sexo feminino.

GRÁFICO 12



Lembramos que dados do IPARDES de 2004, para a região de Umuarama-Cianorte, mostraram que “entre os trabalhadores das empresas da amostra, 36% completaram o Ensino Fundamental, 17% tinham o Ensino Médio e apenas 2% possuíam o Ensino Superior”. Através dessas informações, os pesquisadores do instituto mostraram que “a maioria das atividades desenvolvidas no segmento do vestuário não exigia elevado grau de escolaridade” (2004: 35). Em 2006, outras fontes mostravam que a maioria dos trabalhadores de Cianorte possuía também baixa escolaridade, isto é, “47,12% das pessoas ocupadas na indústria de transformação tinham Ensino Fundamental incompleto” (REDESIST, 2006).

TABELA 17: TRABALHADORAS FORMAIS: ESCOLARIDADE

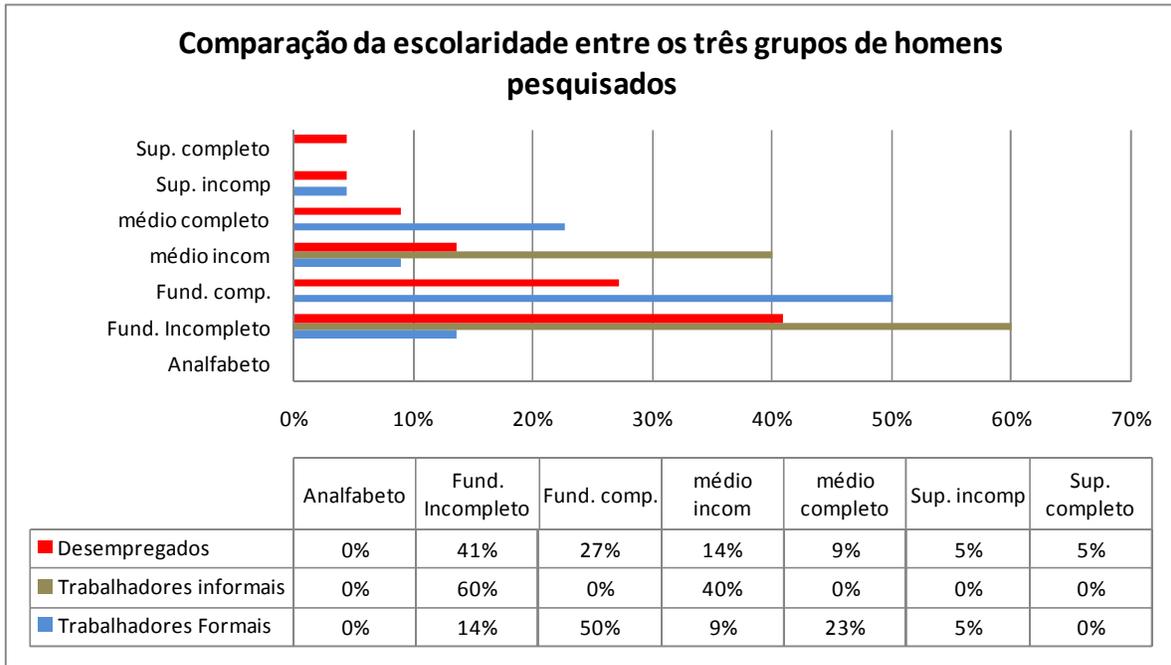
ESCOLARIDADE	ENTRE 18 E 20 ANOS	ENTRE 21 A 30 ANOS
Fundamental Incompleto	1%	2%
Fundamental Completo	8%	24%
Médio Incompleto	13%	12%
Médio Completo	69%	51%
Superior Incompleto	9%	5%
Superior Completo	0%	6%
TOTAL	100%	100%

Na parcela de mulheres com vínculos formais com idades entre 21 e 30 anos esse percentual é também muito significativo, aliás continua apontando para uma escolaridade maior, se comparada aos números relativos às trabalhadoras informais e desempregadas.

Entre os homens que se encontravam desempregados se destacou, numa parcela representada por nove deles, o Ensino Fundamental incompleto. Porém, se tomarmos como comparação a idade e a escolaridade desses trabalhadores percebemos que o maior nível de escolaridade concentrava-se entre os mais jovens. Boa parte dos homens desempregados, com idades entre 15 e 30 anos, havia concluído o Ensino Fundamental.

No gráfico 13 comparamos a escolaridade entre os três grupos de entrevistados e percebemos que entre os trabalhadores empregados nas empresas o nível de escolaridade se destaca consideravelmente.

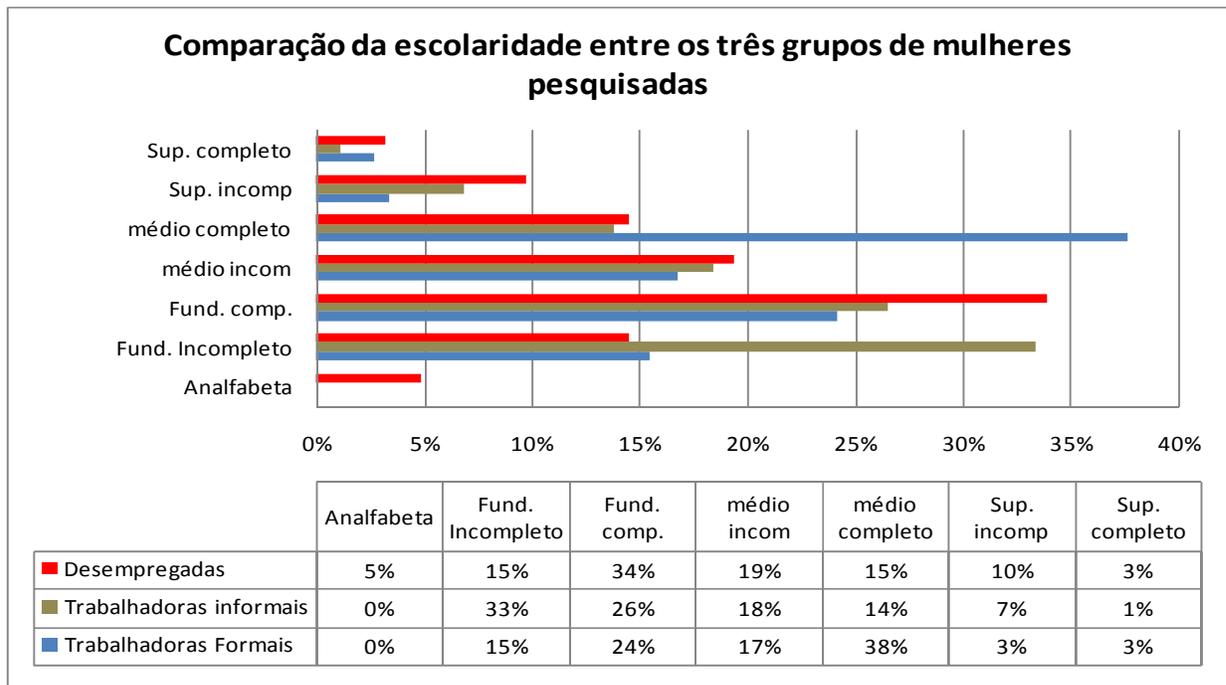
GRÁFICO 13



Dados das porcentagens por aproximação.

Comparando os dados relativos à escolaridade das mulheres, notamos que entre as que concluíram o Ensino Médio se destaca o grupo das trabalhadoras com vínculos formais. Mas, também há uma porcentagem não desprezível de trabalhadoras desempregadas com nível superior completo e incompleto. Levando em consideração que a maioria delas fez ou faz curso superior fora da área da confecção e que a cidade oferece mais oportunidades de emprego justamente nesse setor, o dado fica melhor compreendido.

GRÁFICO 14



Dados das porcentagens por aproximação.

No grupo das trabalhadoras formais, informais e das mulheres desempregadas, entre os cursos superiores citados, relataram: Moda; Design; Economia; Ciências Contábeis; Pedagogia⁷⁸. Por vários fatores, sobretudo socioeconômicos, apenas uma minoria dos trabalhadores tem acesso aos cursos de graduação em Moda nas universidades locais. Assim, a qualificação é adquirida, quando não na própria empresa, em cursos de curta duração organizados pelos órgãos que esporadicamente a fomentam, como: SENAI, Associação Comercial, Agência do Trabalhador, o SINDCOST e SINVEST. Nos cursos de Moda de Cianorte, tanto na UEM

⁷⁸ Foram por elas mencionados os cursos oferecidos pelas duas universidades locais: UEM (pública) e UNIPAR (privada). A UEM abriu campus regional no município em 1985 e oferece quatro cursos de graduação: Ciências Contábeis, Design, Moda e Pedagogia. Todos são ofertados no período noturno. A UNIPAR possui os cursos de: Ciências Biológicas, Tecnologia em Desenvolvimento de Software, Tecnologia em Design de Moda, Tecnologia em Gestão Estratégica de Organizações, Tecnologia em Moda e Estilo, Tecnologia em Processos Gerenciais, Direito, Educação Física, Enfermagem e Letras. Apenas Ciências Biológicas é um curso oferecido também no período matutino. Todas as demais graduações são ofertadas somente no período noturno.

quanto na UNIPAR, há uma presença maior de mulheres (média de 90 a 95% nas duas universidades)⁷⁹.

Hoje, estamos com aproximadamente 180 acadêmicos podendo dizer que destes 90% são mulheres e 10% são homens. Geralmente começam com uma turma de 75 a 80 e terminam entre 55 a 60 formandos. O perfil dos acadêmicos que freqüentam o curso de Tecnologia em Moda e Estilo é bastante diversificado, tenho alunos que acabaram de sair do ensino médio e também senhoras de até cinqüenta anos, jovens que sonham com o mundo da moda, pensando no glamour, proprietárias de Confecções ou suas filhas, além de diversas pessoas que já trabalham nas indústrias de confecções em diferentes áreas e buscam obter um diploma de nível superior, além de aperfeiçoamento em suas atividades. Com relação à situação econômica, acontecem várias situações, algumas empresas arcam com uma parte do custo da mensalidade para os seus funcionários. Tenho acadêmicos que contam com o FIES - Financiamento estudantil, e a bolsa do Governo Pró-Uni. Com relação ao seu questionamento de onde vieram? Tenho aluna da Bahia, São Paulo e de Cianorte e região (MA, Entrevista, 01/03/2007).

O coordenador do curso de Moda da UEM comentou a procedência das alunas e dos alunos e as principais barreiras enfrentadas pelo curso;

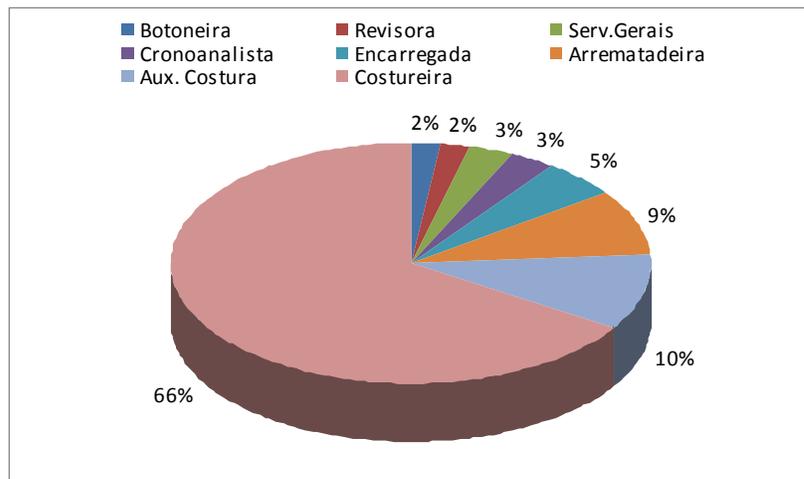
De 147 acadêmicos, 142 são mulheres e 05 são homens⁸⁰; entre as principais barreiras que enfrentamos no curso de Moda da UEM está a falta de professores efetivos e colaboradores, o reconhecimento do curso, pois o projeto foi enviado desde 2006 e até o momento o MEC não veio para fazer a avaliação, a falta de contratação de profissionais, como técnicos em informática, técnicos em confecção industrial, profissionais para as oficinas de Moda, ou seja, há um departamento inexistente no CRC (Campus Regional de Cianorte) (RO, Entrevista, 01/03/2007).

⁷⁹ “O curso de Moda da Universidade Estadual de Maringá começou em 2002. Em 2005 tinha quatro turmas, com 124 alunos, sendo que 90% eram de outros estados. Segundo Vasques, coordenador do curso, dos 22 alunos que estavam se graduando na primeira turma, 13 já atuavam nas empresas da cidade” (Gazeta do Povo, 24/10/05). O reconhecimento do Curso de Moda foi publicado no Diário Oficial do Estado apenas no mês de agosto de 2007. O bacharelado em Moda, com habilitação em Modelagem e Desenvolvimento de Produto disponibiliza hoje 40 vagas anuais, apenas no período noturno. Até 2007 o Curso havia formado duas turmas com 54 alunos no total.

⁸⁰ O entrevistado se refere a: 60% dos alunos vindos de SP, 30% advindos do Paraná e 10% deles de outras regiões e estados.

Ele ainda nos disse que aproximadamente 70% das(os) alunas(os) conseguem emprego na confecção (desenvolvimento de produto, criação, modelagem e PCP – Planejamento e Controle de Produção); 10% nas lavandeirias; 10% nas estamparias; 10% em outros, como bordados, lojas de atacados de confecções e comércio varejista⁸¹. Contudo, a maioria que não têm acesso aos cursos superiores, como é o caso de 139 mulheres com vínculos formais, estas exercem, em grande medida, a profissão de costureiras dentro das empresas desse setor industrial, como pode ser visto no gráfico 15.

GRÁFICO 15: DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES EXERCIDAS NA EMPRESA ENTRE O TOTAL DAS TRABALHADORAS FORMAIS



⁸¹ Como mais um elemento de fomento às transformações tecnológicas, atrelado ao desenvolvimento estimulado pelas universidades locais, em 2006 a indústria do vestuário de Cianorte e região ganhou muito espaço na mídia nacional com a construção da chamada “calça jeans gigante”. A calça gigante foi modelada pela acadêmica da UEM, Ana Paula Passarelli. Esta comentou que a peça recebeu visual fashion, moderno, com bordados, aviamentos especiais e acompanha as tendências do verão 2006/07 [...] Depois disso, a peça ficou exposta no portal que foi construído na entrada da cidade de Cianorte, região noroeste do Paraná. [...] O projeto contou com o apoio do Sindicato das Indústrias de Confecção e Vestuário de Cianorte (SINDIVEST), Associação das Indústrias de Confecção de Vestuário de Cianorte (ASCOVEST), Associação dos Shoppings Atacadistas (ASAMODA) e Prefeitura Municipal de Maringá (Mais Moda, 31/05/2006: 1). A Santana Têxtil do Brasil, em parceria com os professores e alunos do Curso de Moda da UEM, confeccionaram e costuraram uma calça jeans de 12 metros de altura. Inscrita no Guinness Book, a peça passou a ser levada aos principais eventos de moda brasileiros (Mais Moda, 31/05/2006: 1). O projeto ajudou a expandir e fortalecer o curso na região.

Recordemos que “dos quase quarenta cursos superiores de Moda existentes no Brasil, até 2006, dez eram oferecidos pelas faculdades localizadas no Paraná, responsáveis por boa parte da qualificação profissional nas áreas de criação, gerenciamento do produto, engenharia têxtil, estilo e design” (Universo da Mulher, 2003: 1). Porém, raros ainda são os trabalhadores que possuem condições financeiras para freqüentar esses cursos. Esse aspecto, que alia salários baixos e jornadas extensas de trabalho, influi diretamente na procura por cursos de qualificação de curta duração.

Em relação ao modo como foram contratadas, as trabalhadoras informais, em geral, ou foram recomendadas por amigos ou parentes (32 entrevistadas), ou passaram por teste de costura (29 entrevistadas) antes de entrarem nas facções. Outro terceiro grupo bastante representativo mostrou ter ingressado nas facções iniciando os trabalhos como arrematadeiras (7 mulheres)⁸² ou como revisoras (8 mulheres).

Enquanto nas empresas formais predominam critérios de experiência, de qualificação e de conhecimento específico para recrutamento das trabalhadoras, na seleção feita pelas facções domiciliares ainda imperam critérios de indicação por amizade.

Um número expressivo de trabalhadoras formais (69%) e de mulheres do setor informal (56%) declarou não ter feito cursos de qualificação profissional na área de confecção. O mesmo pode ser observado, pela tabela 18, entre os homens nesses dois tipos de vínculo.

⁸² Lembramos que arrematando, as trabalhadoras também estão exercendo a função de costureiras. Ser costureiras para elas significa, em muitas respostas, fazer direto o produto todo ou parte dele.

TABELA 18: CURSOS NA ÁREA POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE AS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

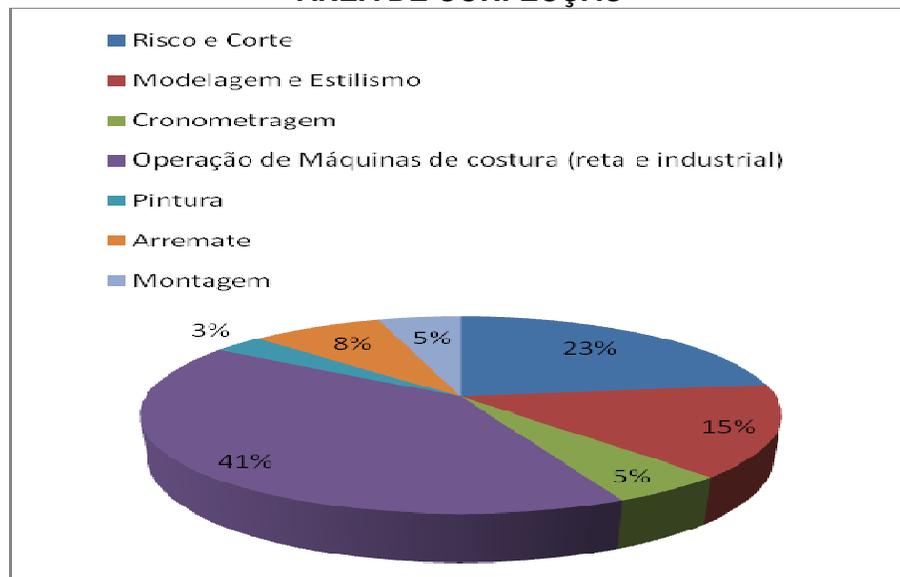
Cursos na área de confecção	Tipo de Vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Já fez algum curso 34,0%	Formal	18,4	40,9	15,4	30,9	15,9
	Informal	2,0	20,0	12,4	42,5	11,0
	Desempregada(o)	18,4	40,9	5,4	25,8	7,2
Não fez curso 62,3%	Formal	22,4	50,0	34,6	69,1	32,9
	Informal	6,1	60,0	16,4	56,3	15,0
	Desempregada(o)	26,5	59,1	12,4	59,7	14,4
Não respondeu 3,7%	Formal	4,1	9,1	0,0	0,0	0,6
	Informal	2,0	20,0	0,3	1,1	0,6
	Desempregada(o)	0,0	0,0	3,0	14,5	2,6
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Do grupo das entrevistadas com vínculos informais que fizeram os cursos, a maior parte, ou seja, 41% delas o concluíram na função de 'operadora de máquina' de costura reta ou industrial. Outro montante significativo delas (23%) realizou o curso de risco e corte. Outro montante significativo delas (23%) realizou o curso de risco e corte. Outro montante significativo delas (23%) realizou o curso de risco e corte. Outro montante significativo delas (23%) realizou o curso de risco e corte.

GRÁFICO 16: TRABALHADORAS INFORMAIS: TIPOS DE CURSOS REALIZADOS NA ÁREA DE CONFECÇÃO



A maioria desses cursos de qualificação profissional foi realizado pelas trabalhadoras informais na Estação do Ofício; na Escola da Fábrica, no SENAI ou na UNIPAR. Nesses órgãos de fomento, o curso mais procurado pelas trabalhadoras das facções era também, em 2006, o de operadora de máquina.

Pela tabela 19, vê-se a existência de um grupo diversificado de instituições de fomento, voltado para a qualificação e/ou formação das trabalhadoras locais, com maior destaque, contudo, para os treinamentos oferecidos pelas próprias empresas às trabalhadoras com vínculos formais.

TABELA 19: ÓRGÃOS DE FOMENTO POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE AS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Onde fez o curso da área de confecção	Tipo de Vinculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Estação do Ofício 16,4%	Formal	8,2	18,2	6,7	13,4	6,9
	Informal	2,0	20,0	7,4	25,3	6,6
	Desempregada(o)	4,1	9,1	2,7	12,9	2,9
Agência do Trabalhador 6,9%	Formal	4,1	9,1	4,0	8,1	4,0
	Informal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Desempregada(o)	8,2	18,2	2,0	9,7	2,9
SENAI 4,0%	Formal	2,0	4,5	2,3	4,7	2,3
	Informal	0,0	0,0	1,3	4,6	1,2
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,3	1,6	0,6
Escola da Fábrica 4,6%	Formal	4,1	9,1	2,3	4,7	2,6
	Informal	0,0	0,0	1,7	5,7	1,4
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,3	1,6	0,6
UNIPAR 2,0%	Formal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Informal	0,0	0,0	2,0	6,9	1,7
	Desempregada(o)	2,0	4,5	0,0	0,0	0,3
Não fez curso 62,2%	Formal	22,4	50,0	34,6	69,1	32,9
	Informal	6,1	60,0	16,4	56,3	15,0
	Desempregada(o)	26,5	59,1	12,4	59,7	14,4
Não respondeu 3,7%	Formal	4,1	9,1	0,0	0,0	0,6
	Informal	2,0	20,0	0,3	1,1	0,6
	Desempregada(o)	0,0	0,0	3,0	14,5	2,6
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

Mas, as trabalhadoras das facções acabam buscando a profissionalização por conta própria, arcando com os custos dos cursos de treinamentos. Boa parte delas foi treinada pela Estação do Ofício. Já a Escola da Fábrica, surgida em 2005 em Cianorte, faz parte de um projeto estadual da “Escola Fábrica do SENAI”. O projeto foi instalado no município a partir da necessidade levantada durante o Encontro de Planejamento Compartilhado, organizado pelo Sistema FIEP em abril de 2005 pelos empresários do setor de confecções, segundo eles, um plano estratégico diante de um dos principais entraves para o setor que é a carência de mão-de-obra qualificada.

Existem muitas parcerias entre esses órgãos, que nem sempre são percebidas pelas trabalhadoras. É o caso de cursos oferecidos pela prefeitura em parceria com a Agência do Trabalhador, mas ministrados nas dependências da Estação do Ofício.

Depois que se tornaram empregadas, algumas trabalhadoras formais receberam treinamentos por conta da empresa, isto é, 42% das mulheres em uma amostra de 149 entrevistadas. O mesmo dado pôde ser confirmado entre os 41% dos homens do setor formal que mencionaram a participação nesse tipo de treinamento. Para o grupo de trabalhadoras, com vínculos formais, que realizaram os treinamentos nas empresas, os principais conteúdos por elas mencionados foram;

“Como mexer com a máquina” (14 respostas); “Noções de primeiros socorros e de segurança no trabalho”; (14 respostas); “Os funcionários mais antigos treinam os novos” (11 respostas); “Participo de cursos e palestras sempre” (11 respostas); “Aprendi como trabalhar em equipe” (11 respostas); “Teve encontros entre líderes para melhorar a interação”; (7 respostas); “Só fiz cursos nos três meses probatórios”; (7 respostas); “Me ensinaram a costurar” (6 respostas); “Participo de exercícios físicos pela manhã”; (6 respostas); “Aprendi a ter agilidade, atenção e fazer manutenção de máquina” (6 respostas); “Quando ocorrem mudanças de equipamentos”; (6 respostas); “Fiz curso de desenho (*Corel Draw*)”; (5 respostas); “Me ensinaram só as normas da empresa”; (4 respostas); (Entrevista, junho/2006)⁸³

⁸³ Sobre os treinamentos recebidos nas empresas, destacamos dados da mesma entrevista, realizada com trabalhadoras do setor formal, que em junho de 2006, apareceram com menor frequência: “Cronometragem e noções de recursos humanos”; “A manusear todos os equipamentos adquiridos pela empresa”; “As normas da empresa e o sistema de informática”; (3 respostas); “Aprendi a mexer no programa computadorizado de modelagem”; “Deram noções de corte e administração”; “Ensinam como dividir as operações, como alcançar a meta”; “Fizeram várias reuniões para me ensinarem a trabalhar”; “A empresa oferece cursos a cada dois anos sobre recursos humanos”; “Ensinam detalhes específicos da

No grupo representado pelos homens do setor formal, surgiram relatos⁸⁴ de:

“Como mexer com as máquinas” (4 respostas); “Me ensinaram as normas da empresa” (3 respostas); “As normas da empresa e o sistema de informática”; (2 respostas); “Aprendi como trabalhar em equipe”; (2 respostas) “Aprendi a passar roupa”. (2 respostas); (Entrevista, junho/2006)⁸⁵.

No treinamento mencionado pelas mulheres destacaram-se os conhecimentos oferecidos pelas empresas no manuseio das máquinas e nas noções de trabalho em equipe. Para os homens, além desses dois primeiros, apareceram mais menções ao aprendizado das normas da empresa. Nas respostas das mulheres foi bastante enfatizado também o aprendizado de noções de primeiros socorros e de segurança no trabalho. Destaca-se ainda o fato dos recém contratados serem treinados pelos funcionários mais antigos e experientes.

Já entre as mulheres e os homens em situação de desemprego, a procura pelos cursos de qualificação centralizou-se mais na Estação do Ofício e na Agência do Trabalhador. Na verdade entre as mulheres desempregadas que responderam as entrevistas, poucas haviam realizado algum curso de qualificação profissional na área da confecção. No grupo dos homens desempregados a quantidade apresentada foi ainda menor.

Gonçalves (2005: 131) também já havia constatado que “cerca de 50% dos empresários acabam treinando parte de seus funcionários para desempenhar certas funções na empresa para as quais não são ofertados cursos pelas instituições locais.”

profissão, fazendo com que o funcionário trabalhe no ritmo da empresa”; “Vivem falando o que a empresa espera de nós, exemplo, como ser um bom líder”; “Só tem cursos para encarregados”; “São treinamentos com palestrantes com mais experiência no ramo”; “Na área de relacionamento pessoal”. Contamos o número de vezes que as respostas apareceram nos questionários, lembrando que uma mesma trabalhadora deu mais de uma resposta para a questão.

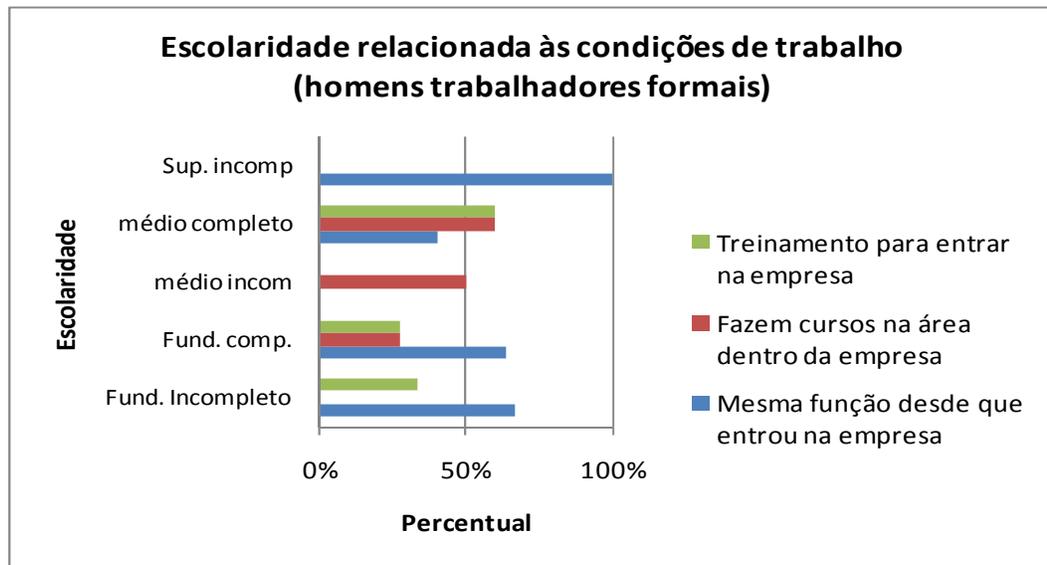
⁸⁴ A contagem das respostas extrapola o número de sete entrevistados porque colocamos todas as respostas que foram dadas por eles, e a maioria colocou vários itens, que na citação foram agregados.

⁸⁵ Ainda a respeito dos treinamentos recebidos nas empresas, pelos homens do setor formal, outros relatos, em menor quantidade de vezes, surgiram entre as entrevistas: “Aprendi a ter agilidade, atenção e fazer manutenção de máquina” (1 resposta); “Cronometragem e noções de recursos humanos”; “Me ensinaram a costurar” (1 resposta); “Aprendi a mexer no programa computadorizado de corte”; “Deram noções de corte e administração”;

Sobre o treinamento da mão-de-obra, as informações obtidas pelo IPARDES em 2004, mostraram que a maioria dos trabalhadores (63%) é treinada na própria empresa; 2% deles eram treinados no SENAI; 4% na prefeitura do seu município; e 4% em outros cursos profissionalizantes da região (IPARDES, 2004: 35).

Muitos trabalhadores fazem treinamentos para tentar conseguir relocação no mercado de trabalho. No gráfico abaixo cruzamos os dados relacionados à escolaridade, com os cursos realizados pelos trabalhadores formais na área da confecção e a permanência na mesma função. Concluímos que os homens com maior nível de escolaridade permanecem mais tempo na função que desempenham na empresa, porém outro contingente representativo deles, com o Ensino Fundamental completo ou incompleto, também são mantidos por muito tempo na mesma função, mas são os de maior escolaridade que têm acesso aos cursos e treinamentos oferecidos nas empresas.

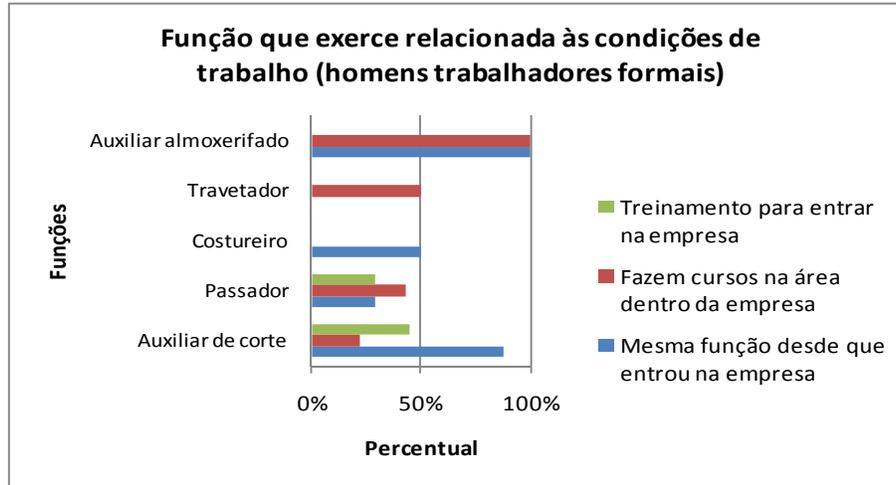
GRÁFICO 17



O gráfico 17 mostra que grande parte dos trabalhadores formais que possuem o ensino superior completo permanecem mais tempo na mesma função dentro da empresa e este dado também é relevante onde estão concentrados a maioria deles, como visto acima na tabela 18, ou seja, com ensino fundamental incompleto ou completo. No caso dos trabalhadores com maior escolaridade e que permanecem mais

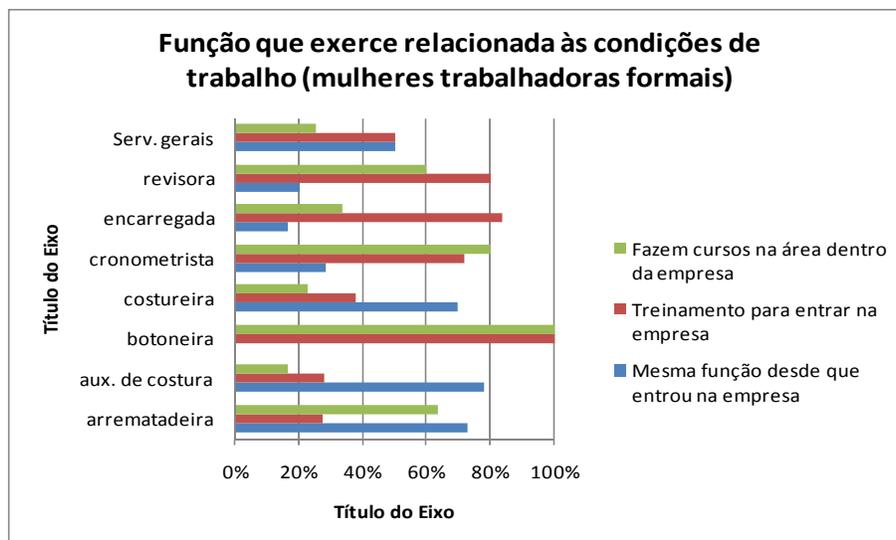
tempo na mesma função destaca-se os que ocupam o cargo de auxiliares de almoxarifado.

GRÁFICO 18



Cabe apenas ressaltar que os cargos com maior nível de remuneração são ocupados pelos trabalhadores com maior qualificação e escolaridade, que é o caso dos que exercem a profissão de travetador⁸⁶, por exemplo.

GRÁFICO 19



⁸⁶ Profissional especializado em trabalhar com a máquina de costura industrial travete. A máquina, manuseada por este profissional faz geralmente o trabalho de travetar o bolso e a lapela do bolso traseiro, dianteiro ou lateral das calças cumpridas feitas em jeans. Com ela é possível ainda travetar passantes, braguilha

Para muitos trabalhadores, em Cianorte, com exceção do acesso aos cursos fornecidos pela Estação do Ofício, que atende preferencialmente pessoas de baixa renda e desempregadas, torna-se muito difícil arcar com os custos de cursos profissionalizantes. O projeto Estação do Ofício é coordenado pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social de Cianorte, que com turmas no período vespertino e noturno, prioriza o atendimento às famílias de baixa renda, baixa escolaridade e em situações de risco. Mesmo sendo um curso gratuito, ele é pouco procurado pelas trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda, devido a necessidade de custear o transporte. Por esse mesmo motivo muitos que iniciam os cursos possuem dificuldade para concluí-los. Como relatou Ana, integrante do projeto na Estação do Ofício, “a evasão é ainda muito grande, sobretudo entre os homens. E muitos deles prestam serviços auxiliares e como terceiros para facções a fim de terem condições de pagar o transporte e participar dos cursos” (Entrevista, Julho/2006).

Segundo relatos da coordenadora do Projeto;

Nesse projeto são oferecidos cursos mais longos: de 80 horas e 120 horas, para a aprendizagem de: utilização de máquinas de costura (*interlock*, galoneira, reta, *overlock*), modelagem e desenho de estilo, passador industrial, informática, entre outros. O Projeto já atendeu até agora uma média de mil trabalhadores do município, oferecendo, ao longo de oito anos consecutivos, trinta e cinco cursos de qualificação, sobretudo na área de confecções. Hoje a presença dos homens nos cursos da área de confecção chega a 30%, especialmente a noite. Com idade entre 16 e 25 anos, são homens jovens que não encontraram trabalho em outros setores da indústria local. A cidade não oferece muitas oportunidades de emprego fora da confecção. No setor da confecção atuam principalmente como passadores, mas já há muitos costureiros entre eles. As mulheres que freqüentam os cursos no período da tarde geralmente estão desempregadas. Em geral, a maior parte de nossos alunos está desempregada (AN, Relatos de Entrevista, julho/2006).

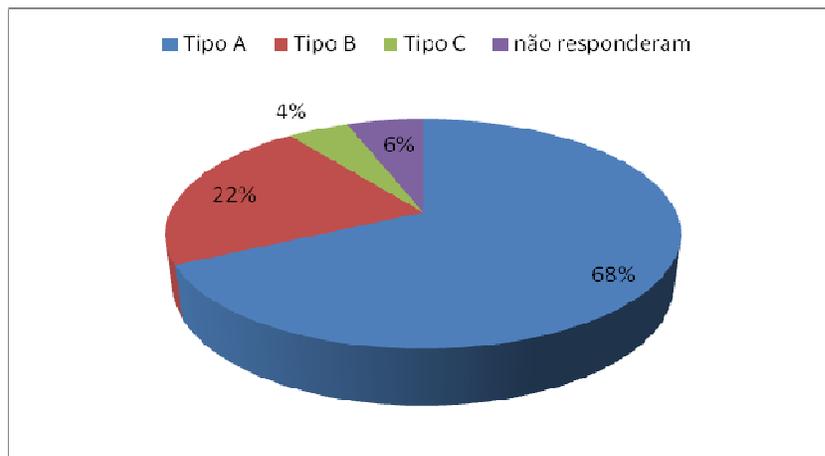
É recorrente em Cianorte e região, segundo informantes dessa pesquisa, uma espécie de “classificação e auto-classificação utilizada principalmente para e pelas mulheres costureiras do setor informal”, para qualificar o tipo de trabalho realizado por elas. Entre outras explicações, dadas pelas próprias costureiras, a auto-classificação, está relacionada ao seu nível de qualificação profissional. Os homens não são enquadrados nessas tipificações, mesmo aqueles que exercem a função de costureiros

nas empresas ou nas facções. Segundo uma das informantes entrevistada, “conseguiu ganhar mais de três salários mínimos em Cianorte, apenas a costureira considerada ‘Tipo A’, mesmo que com baixa escolaridade” (Junho/2005).

Em 2006 e 2007 também notamos que havia certa insistência no uso desses termos entre as costureiras domiciliares, faccionistas e contratadas formalmente. Nos relatos das trabalhadoras informais, ora a denominação “Costureira Tipo A” era direcionada exclusivamente à costureira pilotista⁸⁷, ora (na maioria dos casos) era utilizada como adjetivo, para qualificar a trabalhadora que realizava uma “costura completa e perfeita”.

No gráfico vemos como essas oitenta e sete trabalhadoras se auto-classificavam dentro das facções de costura. Dada a classificação de cada uma, pedimos que justificassem suas respostas.

GRÁFICO 20: AUTO-CLASSIFICAÇÃO DAS COSTUREIRAS INFORMAIS



Percebemos que as tipificações também eram influenciadas por determinantes comportamentais, tais como mostrar ter prazer pelo que faz; exercer a função com capricho ou ser rápida na costura. São qualidades favoráveis às organizações produtivas, que buscam incessantemente produzir mais em menor tempo e com a menor quantidade de trabalhadoras.

⁸⁷ Pilotista são as costureiras que fazem peças “pilotos”, ou seja, os moldes que depois serão copiados e costurados pelas demais costureiras, geralmente são mais qualificadas para a função.

A maioria das trabalhadoras⁸⁸ das facções, ou seja, 41 delas, se auto-classificava como “Costureiras Tipo A”. As respostas dessas trabalhadoras, que se auto-intitularam ‘Costureiras Tipo A’, esclarecem como elas definem esta classificação;

“pela qualidade do serviço que realizo”;
 “porque adoro o que faço e quando faço um corte com 200 peças, faço cada um como se fosse único”;
 “porque confecciono a peça inteira”;
 “porque já passei pela peneira da seleção várias vezes”;
 “porque gosto do que faço”;
 “tudo que faço na facção, faço com muito amor”;
 “porque todos gostam de minha costura”;
 “porque mostro bom desempenho na costura”;
 “porque sei fazer tudo na costura”;
 “faço qualquer tipo de roupa”;
 “porque os donos da facção dizem isso”;
 “tenho recebido vários elogios como costureira”;
 “sou caprichosa com meus serviços”;
 “porque costuro bem e sou uma boa funcionária”;
 “sou rápida, aliás porque é preciso ser”;
 “faço peça piloto e não são todas as costureiras que fazem”;
 “pela qualidade do meu serviço e por fazer a peça inteira”
 (Entrevistas, 17 mulheres, junho/2006).

Entre as que se auto-intitularam costureiras ‘Tipo B’ (11 delas), quatro se justificaram⁸⁹;

“Porque procuro fazer o melhor que eu posso, mas sei que falta alguma coisa”; “porque não sei tudo, tenho muito que aprender na costura”;
 “porque não faço a peça inteira na facção, na verdade só arremato roupa”; “fiquei muito tempo parada” (Entrevista, junho/06).

Sobre essa auto-classificação não fizemos uma pesquisa mais aprofundada com os empresários do setor, mas pelas informações fornecidas pelas trabalhadoras foi possível perceber que, além das caracterizações comportamentais, as tipificações usadas por elas estavam também relacionadas aos índices de produtividade apresentados nas facções e nas empresas, mesmo que nenhuma delas tenha

⁸⁸ O uso da palavra “trabalhadora”, no feminino e não “trabalhador”, foi um detalhe importante, visto ter sido assim escrito por todos os proprietários de facções ao responder essa pergunta.

⁸⁹ As quatro trabalhadoras que disseram serem costureiras “Tipo C” não justificaram suas respostas.

mencionado esses números. Prova disso é que ouvimos de muitas costureiras, consideradas “Tipo A”, o fato de receberem premiações dentro das fações, em produtos ou em dinheiro por terem alcançado tal classificação. A respeito desse dado recordamos também uma afirmação de Amorim (2003), que também percebeu estas qualificações entre as costureiras na região de Campinas;

à medida que a costureira aumentava o seu índice de produtividade ela era distinguida de acordo com três categoriais – “A” (mínimo de 75%); “B” (acima de 85%), “Padrão” (acima de 90%), sobre as quais, inclusive, pautavam-se os prêmios de produtividade. [...] esta distinção reforçada pela concessão de prêmios, reflete-se no comportamento das trabalhadoras em relação à empresa e às colegas de trabalho. [...] O valor extra recebido pela produção individual levava muitas delas a acreditarem estar sendo remuneradas devidamente por seu trabalho, graças a postura justa da empresa em pagar distintamente aquelas que se empenhavam. Porém, com essa visão, não percebiam a idéia subjacente ao prêmio concedido, ou seja, além dele não ser um direito assegurado igualmente (independente da produtividade), mas uma concessão realizada conforme interesses da empresa era também um instrumento de diferenciação das trabalhadoras, capaz de levá-las a adotar posturas individualistas e competitivas (2003: 109).

Do mesmo modo como foi apresentado por Amorim (2003), também em Cianorte, essas distinções individuais, que premiam postura e empenho na produção, sem se tornarem garantias de direito permanente, não passam de concessões que acirram a competição entre as trabalhadoras.

4.5 Algumas Considerações

A subcontratação do trabalho na cadeia de produção de jeans e de “modinha” na região, mais especificamente em Cianorte, têm provocado impactos nas relações e nas condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores com vínculos formais, informais e em situação de desemprego. Os reflexos podem ser sentidos na análise sobre o perfil de trabalhadores preferido pelas empresas e pelas fações do setor e pelas características relacionadas à sua trajetória ocupacional.

Sintetizando esse perfil, em relação à faixa etária, os resultados da pesquisa demonstraram que entre as trabalhadoras formais predominava as idades entre 26 e 35 anos (47,6%), dentre as desempregadas a maior parte (40,3%) tinha entre 31 e 40 anos. Tanto entre as porcentagens das trabalhadoras e dos trabalhadores informais, como nos dados trazidos pelas(os) desempregadas(os), surgiu uma parcela considerável de jovens com idade entre 15 e 20 anos.

Em relação ao estado civil, podemos dizer que os desempregados (59,1%) eram solteiros, enquanto os casados predominaram entre os empregados com vínculos formais (50%) ou informais (80%). No grupo das mulheres, as solteiras estão em maioria entre as jovens, mas estão também em porcentagem considerável (27%) entre as que têm de 26 a 34 anos.

Outro aspecto a ser considerado na trajetória dessas(es) trabalhadoras(es) é que parte importante das mulheres e dos homens de todos os vínculos, por algum momento já residiram no meio rural, mas também é bastante significativa a porcentagem de trabalhadoras e de trabalhadores, dos três tipos de vínculos pesquisados (40,9%) que sempre residiu na cidade e se empregou no setor de confecções.

Enquanto a parte mais significativa de mulheres veio do setor formal, com carteira assinada, os homens dos três tipos de vínculos, ao contrário, vieram majoritariamente do setor informal, sem registro em carteira (50% dos formais; 60% dos informais; e 54,5% dos desempregados).

É fato que a grande maioria das trabalhadoras entrevistadas nos três grupos já trabalhou no setor de confecções de roupas no município ou na região (65,8% das formais; 75,9% das informais; 64,5% das desempregadas). Entre os homens de todos os vínculos que responderam os questionários, a maioria (53,1%) também informou ter mantido vínculos empregatícios anteriores com o setor de confecção.

Vemos que faltam menos empregos para as mulheres nesse município. Em geral as trabalhadoras permaneceram aproximadamente de sete meses a um ano desempregadas, já os homens declararam ficar mais tempo nessa situação, ou seja, de 1 a 3 anos.

No grupo de desempregados, a maior proporção deles afirmou não ter qualquer especialidade no ramo de confecção, mesmo levando em consideração que muitos disseram já ter mantido vínculos com o setor em algum momento de sua trajetória ocupacional.

Destaca-se que parte considerável das trabalhadoras de empresas e de facções possui máquinas de costuras em casa, demonstrando ter adquirido-as com o próprio trabalho. Isso ajuda a explicar que muitas mulheres continuam a jornada de trabalho, depois do expediente, na lida com o mesmo ofício em seus domicílios.

Boa parte das trabalhadoras de facções (73 mulheres) passou a costurar bem cedo, ou seja, tendo entre 13 e 26 anos de idade e uma quantia consideravelmente grande delas aprendeu o ofício de costureira com as próprias mães (31%) ou sozinhas (27%).

Cruzando os dados de escolaridade com sexo, podemos afirmar que nesse setor, as mulheres estudam mais do que os homens. Vimos também que tanto entre os homens quanto entre as mulheres as porcentagens dos que estão na informalidade e em situações de desemprego são maiores nos graus mais baixos de escolaridade. As trabalhadoras com níveis mais baixos de escolaridade estão em maioria entre as desempregadas ou entre as que possuem vínculos informais de trabalho.

Um número expressivo de trabalhadoras formais (69%) e de mulheres do setor informal (56%) declarou não ter feito cursos de qualificação profissional na área de confecção. O mesmo pode ser observado entre os homens nesses dois tipos de vínculo.

Do grupo das entrevistadas com vínculos informais que fizeram os cursos, a maior parte, ou seja, 41% delas o concluíram na função de 'operadora de máquina' de costura reta ou industrial. Outro montante significativo delas (23%) realizou o curso de risco e corte.

A maioria desses cursos de qualificação profissional foi realizado pelas trabalhadoras informais, as mulheres e os homens em situação de desemprego na Estação do Ofício. Percebemos que mesmo que poucas trabalhadoras formais tenham feito esses cursos de qualificação profissional, a maior proporção delas, ou seja, 41 entre as 62 entrevistadas, se auto-classificava como "Costureiras Tipo A".

Podemos dizer que na cadeia produtiva de jeans e de “modinha” de Cianorte imperam o trabalho precarizado, realizado, sobretudo por mulheres, com baixa escolaridade e baixa qualificação profissional.

Quando essa qualificação ocorre, ela é realizada em grande parte nos poucos órgãos de fomento existentes no município (Ex: Estação do Ofício e agências do Sistema S), sob a responsabilidade das(os) próprias(os) trabalhadoras(es) informais, em períodos de curta duração, sem contar ainda que uma parcela representativa delas que aprendeu a costurar ainda bem jovem na “Escolinha de Costura da Cheina”, empresa pioneira na produção de jeans, com a qual muitas das mulheres tiveram algum contato no início de suas vidas produtivas.

No caso das trabalhadoras formais, em certa medida as empresas se comprometem com alguns cursos de qualificação profissional, mas quando o fazem centram grande importância em treinamentos de curto prazo, em torno de orientações comportamentais. Além dos conhecimentos formais e explícitos objetivados pelo diplomas das universidades locais e das agências do Sistema S, os relatos das trabalhadoras e dos trabalhadores mostram que delas(es) são cobradas(os) habilidades e o desenvolvimento de competências, tais como: iniciativa, responsabilidade, autonomia, criatividade, cooperação, liderança e flexibilidade, para lidar com tarefas cada vez mais complexas na confecção, sem a contrapartida da melhoria de suas condições de trabalho e de renda.

O mais agravante, que descreveremos no capítulo 4, é quando essas orientações são preparadas para inculcar nas(os) trabalhadoras(os) as responsabilidades pelas doenças adquiridas pelas condições de trabalho. Significa afirmar que, nesse novo rearranjo no modo de produzir e customizar roupas, exige-se a iniciativa da trabalhadora e do trabalhador para assumir as responsabilidades perante o processo produtivo, inclusive pelos seus danos.

Segundo analisam as autoras (SETTIMI et al., 2001:19), as transformações desencadearam mudanças no mercado de trabalho, como a complexificação de postos de trabalho, demandando cada vez mais especialização e aperfeiçoamento da mão-de-obra; aumento nas exigências de qualidade e produtividade; novas demandas de gestão sobre a produção colocadas pelos novos sistemas produtivos. A esses fatores,

agregam-se os baixos salários, o receio de demissão e do desemprego, concorrendo para que, cada vez mais, expandam-se as jornadas de trabalho, as pressões por produtividade, ritmos e controles das atividades o esforço e a repetitividade.

No modelo atual, baseado na terceirização da produção, entendida enquanto modernização, alteram-se as estratégias de competição das empresas e as suas políticas de recursos humanos, impondo sobre as(os) próprias(os) trabalhadoras(es) a necessidade de apresentarem maior escolaridade, qualificação profissional, entre outros requisitos que as(os) tornem “empregáveis” nessa seletiva cadeia produtiva. Ou seja, nesse contexto de vasta informalidade, na mesma direção dos processos de flexibilização e de diversificação na produção de roupas, caminham a ampliação da individualização e da precarização das relações e das condições de trabalho das(os) trabalhadoras(es) inseridos direta e indiretamente nesse setor. Os resultados da pesquisa demonstram que no setor de confecções de Cianorte, especialmente após a reestruturação produtiva, convivem lado a lado o ingresso de novas tecnologias na produção de roupas com um processo de subcontratação predatória de homens e de mulheres em direção aos elos inferiores dessa cadeia.

CAPÍTULO 04

TRABALHADORAS E TRABALHADORES FORMAIS, INFORMAIS E DESEMPREGADAS(OS): JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Além de analisar os dados referentes ao perfil das trabalhadoras e dos trabalhadores com vínculos formais, informais e em situação de desemprego, nos propomos a pensar as suas condições de trabalho nas facções e empresas do setor de confecções.

De antemão podemos afirmar que são essas(es) trabalhadoras(es), em especial as(os) que atuam nas facções ou estão sem vínculos empregatícios no momento, obrigadas(os) a se manterem fazendo ‘bicos’ nas pontas mas precárias da cadeia produtiva de jeans e de modinha, que sofrem as maiores conseqüências da informalidade e da terceirização, ampliadas no município e região a partir da reestruturação produtiva. Essas pessoas são as principais vítimas de um processo competitivo de industrialização de roupas que busca o aumento da produtividade a baixos custos.

No entanto, sabe-se que a competitividade não depende apenas dos custos do trabalho, mas da relação entre este e a produtividade, bem como de outros fatores, micro e macroeconômicos, como já demonstraram Laís Abramo e Rosalba Todaro (2005). Para desmistificar a idéia de que o custo do trabalho feminino sai mais caro às empresas por conta de direitos como a licença maternidade, atenção médica durante a gravidez e o parto, estabilidade após a licença, horário de latência, creche e direito a licença em caso de doença da criança. As autoras realizaram uma pesquisa, nos anos de 2001 e 2002, em cinco países latinoamericanos (Argentina, México, Uruguai, Chile e Brasil). “É muito freqüente a idéia de que os custos da mão-de-obra feminina são superiores aos custos da mão-de-obra masculina, apesar de as remunerações das mulheres serem em média bastante inferiores às dos homens. Essa idéia constitui uma importante barreira para as possibilidades de acesso das mulheres a mais e melhores empregos” (ABRAMO, TODARO, 2005: 22).

Segundo Abramo e Todaro;

Esse custo supostamente mais elevado associado ao trabalho feminino também justificaria a desigualdade recorrente das remunerações das mulheres em comparação com as dos homens. Afirma-se em muitos círculos que os menores salários das mulheres não se deveriam à existência de qualquer tipo de discriminação, mas sim estariam relacionados à necessidade que as empresas teriam de compensar esse custo supostamente maior de contratação, decorrente das normas especiais que protegem o seu trabalho (especialmente a maternidade) e dos "transtornos" causados pelas responsabilidades familiares (2005: 22).

E ainda, no parecer dessas autoras;

A partir dos anos 80, aprofundam-se os processos de globalização [...] questão dos custos não-salariais entra fortemente no debate, ao mesmo tempo em que o Estado do Bem-Estar entra em crise. Diversos serviços estatais e benefícios trabalhistas, que até então eram considerados quase que garantidos, inclusive por parte dos empregadores, passam a ser questionados como limitadores do desenvolvimento eficiente das economias. Foram questionados não apenas os benefícios trabalhistas a cargo das empresas, como também os financiados pelo Estado, uma vez que a diminuição da carga tributária e a redução do gasto fiscal ganham importância nas políticas econômicas (ABRAMO e TODARO, 2005: 19).

Os resultados da pesquisa das autoras (2005: 26), indicam que os custos monetários diretos para o empregador associados à proteção da maternidade e ao cuidado infantil são muito reduzidos: “equivalem a menos de 2% da remuneração bruta mensal das mulheres”. Não se justifica, portanto, atribuir a esses custos a persistência de uma série de desigualdades que continuam marcando a situação das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho. Entre elas, podemos citar a falta de oportunidades iguais de acesso ao emprego, à capacitação e aos postos de maior responsabilidade e hierarquia, e as diferenças de rendimentos, que continuam sendo significativas, especialmente nos níveis superiores de escolaridade. Em relação ao Brasil, Abramo e Todaro (2005: 28) concluíram que “os custos diretos para o empregador no Brasil não passam de 1,2% da remuneração bruta mensal da

trabalhadora”, um percentual ínfimo, que não justifica a desvantagem na hora da contratação ou a política salarial diferenciada para homens e mulheres⁹⁰.

Outra questão importante em relação ao Brasil, como demonstrado pela pesquisa do Observatório Social (2006) é que a partir dos anos noventa, a taxa de informalidade elevou-se a patamares muito altos.

Os empregos mais dinâmicos na década foram os sem carteira, seguidos do trabalho doméstico e dos autônomos. O Brasil não chegou a fazer uma reforma trabalhista, como outros países latino-americanos, tendo estabelecido algumas poucas novidades contratuais. Porém, uma reforma precarizadora foi feita na prática pelo mercado que passou a terceirizar, desassalariar e dessindicalizar parte crescente da força de trabalho, mesmo nos setores mais dinâmicos e de maior produtividade. Um excedente expressivo de força de trabalho, associado à fúria redutora de custos por parte das empresas oprimidas pelos juros e pela concorrência estrangeira, fez com que os trabalhadores se tornassem o elo mais frágil deste ciclo de competitividade espúria (Observatório Social, 2006: 28)

Essa questão da informalidade, buscada pelas empresas principalmente para reduzir os custos e a isenção dos direitos, tem preocupado os trabalhadores da confecção. No “II Seminário da Informalidade”, realizado pelos trabalhadores do Grupo do Vestuário na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná (FETIEP) em 20 de fevereiro de 2008, em Curitiba, com o objetivo de “debater a situação do setor no Estado do Paraná, sob o ponto de vista do trabalhador, decidiu-se combater “todas as formas de opressão e exploração do trabalho nas empresas que não cumprem os mínimos direitos trabalhistas e promover políticas de valorização do trabalho nesse segmento.

Conforme o documento redigido pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, por ocasião desse “II Seminário da Informalidade”;

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada [...] pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grupo Tecido, Vestuário e Calçados obteve o melhor resultado de toda a série histórica da pesquisa.

⁹⁰ Outro mito apontado pela diretora da OIT é a percepção de que as mulheres continuam a ser uma força de trabalho secundária nas famílias. “Elas já chefiam 25% dos domicílios brasileiros, segundo o IBGE” (ABRAMO E TODARO, 2005: 28).

Isso corresponde a quarta maior participação na taxa global do varejo, que cresceu 10,7 por cento no último ano, em comparação com 2006. [...] por isso a necessidade de motivar os sindicatos, criar projetos de governo para combater a informalidade e olhar com mais atenção para a aposentadoria dos trabalhadores do setor. Isso sem falar nas condições de ergonomia e ventilação, muitas vezes precárias no ambiente de trabalho. [...] 'A partir de uma simples máquina de costura, em casa mesmo, empresários se servem de uma mão-de-obra não especializada para atender às necessidades específicas, sem garantias de qualidade e mesmo de entrega' [...] (FETIEP, 2008: 1).

Também a respeito das condições de trabalho, a Convenção Coletiva de Trabalho 2008/2009, segundo o SIVEPAR (Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado do Paraná), firmado em Matinhos/PR, em dia 19 de Outubro de 2007, estabelece uma série de medidas, em sua cláusula V, que, como relatam, passaram a ser necessárias face as condições especiais de trabalho vivenciadas por essa categoria econômica:

Condições especiais de trabalho: a categoria econômica enfrenta falta de serviços em determinados períodos do ano; as encomendas são solicitadas com prazo de entrega exíguo; a atividade econômica e profissional é sazonal, vale dizer, há encomendas de confecções para as vendas de verão e inverno; no período de efetivo trabalho a categoria econômica dispõe de toda sua estrutura produtiva, necessitando inclusive de labor extraordinário; no período do inverno e verão há drástica diminuição da produção, com lamentável ociosidade da categoria profissional; para a categoria econômica interessa a contratação por prazo determinado; para a categoria profissional interessa o emprego e o salário no curso de todo o ano (Convenção Coletiva de Trabalho 2008/2009: 1).

É importante ressaltar de início que essas condições não ocorrem apenas na cadeia produtiva de jeans e modinha da região. Há no Brasil, muitas experiências negativas de desrespeito aos direitos mais elementares dos trabalhadores, conseguidos ao longo dos anos por árduas lutas trabalhistas. Só para citar um exemplo, lembramos o caso da C&A, demonstrado pelo Observatório Social em 2006.

A empresa holandesa que articula uma grande cadeia global de produção, venda e distribuição de roupas, contrata malharias legalmente instaladas em São Paulo e essas malharias, por sua vez, repassam o trabalho para oficinas clandestinas. Com isso “as roupas vendidas pela C&A entram num círculo vicioso de trabalho precário e ilegalidade” (Observatório Social, 2006: 7). A própria C&A admite não ter controle sobre

a cadeia produtiva das roupas que vende (2006: 8). Na cadeia de produção de sapatos de Franca, em São Paulo, existem problemas muitos parecidos. Segundo o Sindicato dos Sapateiros de Franca, “trata-se de uma estratégia cruel e deliberada para desvalorizar a mão-de-obra e desmobilizar os trabalhadores (idem, p. 18).

As conseqüências maiores, como também demonstraremos em nossa pesquisa, atingem as mulheres. Cruzando os dados de 2004 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, o Observatório Social conclui que, “das 37 milhões de mulheres inseridas no mercado de trabalho no país, 12,7 milhões (34,4%), se encontram em condição de extrema precariedade, trabalhando na informalidade ou vinculadas a atividades com baixa ou nenhuma remuneração, nas casas de família, nas bancas de calçados, nas ruas das grandes cidades, em oficinas de costura, na agricultura” (2006: 20).

As mulheres que estão nas facções de costura sofrem as debilidades mais diretas desse processo de terceirização e de informalidade. A flexibilização, principalmente da mão-de-obra, como já analisou Lima (2000) tem se constituído na principal estratégia de reduzir custos. Segundo ele, para as indústrias do ramo de confecções, a terceirização da produção em cooperativas/associações de produção ou trabalho, com base numa parceria estado/empresa, tem despontado como algo inovador nesse sentido. São estratégias de desregulamentação do trabalho que fragilizam a organização sindical. A total dependência de um mercado altamente volátil tem fragilizado qualquer tentativa de garantia de direitos ou de autonomia na organização da produção. Tudo é decidido pela empresa contratante sem o menor envolvimento das associadas das cooperativas: o controle de qualidade, a quantidade, os prazos, ou seja, implica que a terceirização da produção de confecção persistirá até que se conquiste avanços tecnológicos no processo de costura com a conseqüente eliminação do trabalho manual.

Ao tratar da questão da instalação e da difusão desse processo de interiorização da indústria de confecções nos estados nordestinos, Lima (2000) ressalta ainda que esse modelo permite um dinamismo na produção que é sustentado pelo tripé: baixo custo, peças heterogêneas e contratos de prestação de serviços por encomenda. Com base nesse trabalho pode-se enumerar as seguintes características do modelo da

produção terceirizada da indústria de confecção no Nordeste: a diversidade das relações de emprego possibilita o desenvolvimento da produção por meio de unidades com várias configurações, desde pequenas unidades familiares até grandes unidades fabris; por ser de baixo valor agregado é de fácil instalação, permitindo uma desregulamentação e grande flexibilização do trabalho; permite a subcontratação até em unidades residenciais, de baixo custo de implantação, semelhante ao *putting-out* nos processos de fabricação dos séculos XVI e XVII; por estar baseado na terceirização de uma atividade que tecnologicamente pouco evoluiu - a costura, possibilita a ampliação de um mercado de trabalho de baixa qualificação e preferencialmente de mulheres, estratos historicamente excluídos do mercado de trabalho regional nordestino.

5.1 Remuneração e Jornada de Trabalho

Em Cianorte, dada a proporção de trabalhadoras e de trabalhadores em facções, que trabalham como terceirizadas geralmente para micro, pequenas empresas e outras facções maiores do tipo industrial, a questão do custo do trabalho está sendo colocada de maneira a provar como estão expostas as piores condições de trabalho, sem quaisquer direitos e com baixas remunerações.

A remuneração mensal era a forma de pagamento mais utilizada pelos proprietários de facções em Cianorte. Foi também o que nos afirmaram as trabalhadoras informais entrevistadas. Do total (87 mulheres), apenas quatro disseram receber quinzenalmente e duas semanalmente. Quanto ao valor dessa remuneração nas facções⁹¹, 45% das respostas indicou que as trabalhadoras recebiam o equivalente ao piso salarial da categoria, enquanto 34% disseram receber menos do que este valor, conforme mostrou os dados colhidos a campo.

⁹¹ Levando-se em consideração a especificidade de cada função exercida dentro da facção.

Pela Convenção Coletiva de Trabalho de 2005/2006, podemos ter uma idéia do valor que deveria ser pago aos trabalhadores da confecção, nas principais funções reconhecidas pelo setor naquele momento.

TABELA 20: SALÁRIO NORMATIVO DOS INTEGRANTES DA CATEGORIA PROFISSIONAL (CLÁUSULA QUINTA)

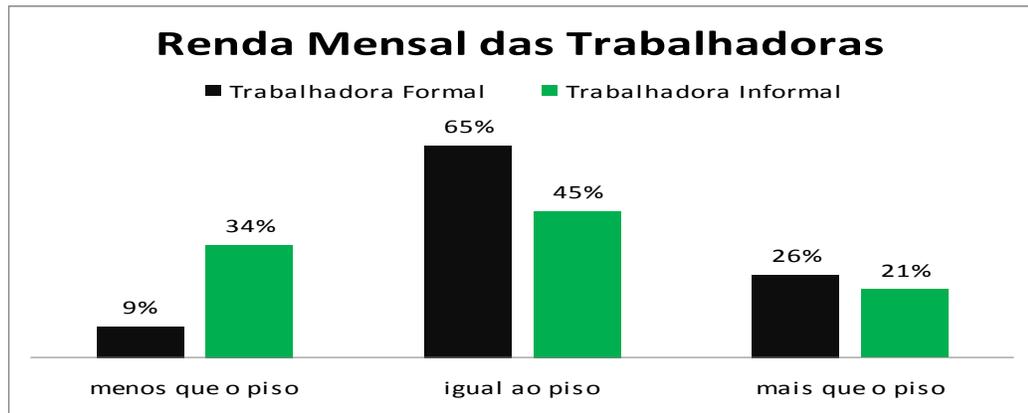
	Funções	Salário de set-2004⁹², com reajuste de 7%
A	Serviços gerais: zeladora e ofice boy	321,00
B	Auxiliares de costura (arrematadeira, revisadeira e embalador)	321,00
C	Passador de acabamento	353,00
D	Operadores de máquinas (costura reta, overloque, interloque, galoneira, caseadeira, travete, botoneira, outros operadores de máquinas e auxiliares de corte)	426,19
E	Costureira pilotista	635,00
F	Cortadores	526,38
G	Encarregado de acabamento	493,93
H	Encarregado de costura e corte	695,73
I	Modelista	824,15
J	Operador de bordadeira automática júnior	352,80
K	Operador de bordadeira automática sênior	426,19
L	Operador de bordadeira automática máster	552,45

Fonte: Convenção Coletiva De Trabalho 2005/2006 do SINDCOST de Cianorte (2006: 7).

A maior proporção das trabalhadoras das empresas de confecção (65% dentre as 149 mulheres entrevistadas) também ganhava o equivalente ao piso da categoria e 26% das mulheres disseram receber valores que ultrapassavam o piso salarial. Contudo, apenas 9% dessas trabalhadoras tinham remuneração menor que o piso salarial.

⁹² A partir do dia 01 de maio de 2004, o salário mínimo passa de R\$240, 00 para R\$260,00.

GRÁFICO 21



Quanto ao modo de pagamento utilizado pelas empresas em que trabalhavam, poucas trabalhadoras formais disseram receber quantia relativa à participação nos lucros e resultados, ou seja, apenas 29 das entrevistadas. Nesses percentuais estavam representadas as trabalhadoras que recebiam mais que o equivalente ao piso salarial das costureiras.

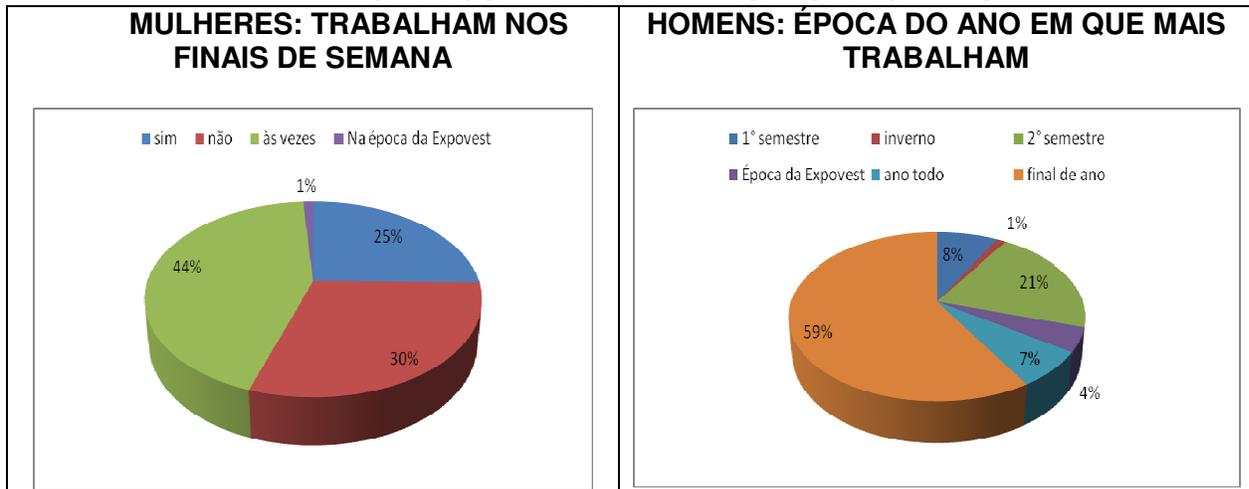
De acordo com os questionários aplicados com empresárias(os) de facções, a maioria das mulheres exercia concomitantemente outros serviços complementares, além da costura de calças jeans e modinha nessas unidades produtivas. Pelos dados em relação ao tipo de atividade realizada, colhidos diretamente entre as trabalhadoras informais, percebemos que grande quantidade delas costurava ou realizava outra função concomitante nas facções, dentre elas destacamos: embalar (4 mulheres); modelar (6 mulheres); revisar (6 mulheres); costurar e limpar (18 mulheres); costurar e consertar (11 mulheres); costurar e embalar (12 mulheres); costurar e auxiliar no escritório (5 mulheres); passar (5 mulheres); costurar e bordar (9 mulheres); costurar e cortar (11 mulheres).

A respeito da jornada de trabalho, muitas mulheres do setor informal (25%) revelaram trabalhar nos finais de semana. A expressão “às vezes”, usada por 44% delas, pode ilustrar a intensificação de trabalho que se dá nos períodos de alta demanda na produção, sobretudo entre os meses de outubro e dezembro.

Muitas trabalhadoras informais enfatizaram que mesmo não sendo registradas, tiravam férias pelos menos uma vez ao ano. Algumas comentaram

“desfrutar de férias entre o Natal e o Ano Novo”. Outras relataram que “tiravam férias em meses em que não haviam muitas roupas para costurar”, isto é, em fases já rotineiras de baixa demanda de produção.

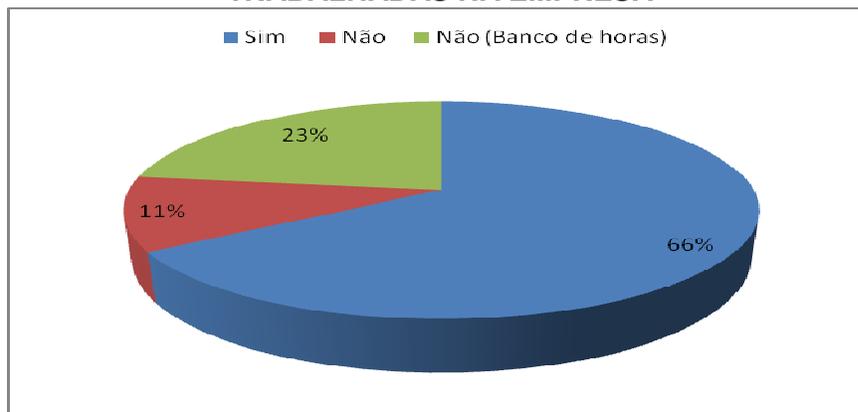
GRÁFICO 22: TRABALHADORES INFORMAIS



No grupo das trabalhadoras informais, a maioria (69%) disse que gostaria de trabalhar numa empresa do setor de confecções em Cianorte, com registro em carteira. As que disseram preferir o trabalho no setor informal eram cerca de 31%. Cabe ressaltar algumas características dessas trabalhadoras: ganhavam mais ou o equivalente ao piso da categoria, mantinham laços de parentesco com as(os) proprietárias(os) das facções, tinham mais de 40 anos de idade, eram casadas e com filhos.

As cento e quarenta e nove trabalhadoras formais entrevistadas perguntamos sobre o recebimento de horas extras. Destacamos que 23% delas afirmaram trabalhar sob o regime de banco de horas. Se adicionarmos as que responderam negativamente, notamos que 34% das trabalhadoras, com carteira assinada, não recebiam pelas horas extras trabalhadas.

GRÁFICO 23: TRABALHADORAS FORMAIS: RECEBIAM PELAS HORAS EXTRAS TRABALHADAS NA EMPRESA



Os números trazidos pelo Observatório Social são esclarecedores sobre este tema das horas extras: “dos cerca de 85 milhões de trabalhadores brasileiros - de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE para o ano de 2004 - mais da metade não concluiu o 1º. grau ou não contribuía com a previdência. Adicionalmente, mais de 1/3 dos ocupados são obrigados a realizar o sobretrabalho, acumulando horas extras e riscos de doenças e acidentes de trabalho, para obter uma renda minimamente aceitável. Um em cada três trabalhadores brasileiros ou recebe uma renda inferior a um salário mínimo ou então se enquadra na categoria de não-remunerados e de ocupados no setor de subsistência” (2006: 28). Segundo dados do Observatório Social, estes números se aproximam, já que a baixa renda e a informalidade levam à não contribuição para previdência, além de dificultar a continuidade dos estudos, forçando muitos dos trabalhadores brasileiros a realizar horas extras ou acumular “bicos” no horário que deveria ser reservado ao lazer.

Considerando a alta rotatividade das trabalhadoras na confecção, procuramos compreender as razões que levaram as mulheres do setor formal a trabalharem na atual empresa e nesse setor de produção de roupas. Algumas justificaram as respostas apontando as seguintes questões;

“O salário” (25 respostas); “A estabilidade que a empresa oferece” (12 respostas); “Minha experiência na área” (11 respostas); “É o ramo que mais oferece empregos na cidade” (9 respostas); “Porque é perto da minha casa” (7 respostas); “Para ajudar nas despesas em casa” (6 respostas); “Falta de outras opções” (5 respostas); “Porque eu gosto e não exige grau de escolaridade” (5 respostas); “Por ser fácil de arrumar

serviço nesse ramo aqui” (4 respostas); “Oportunidade no crescimento profissional” (4 respostas); “Gostar do que faço” (3 respostas); “Pela formação acadêmica” (3 respostas); (Entrevista, junho/2006)⁹³.

Mesmo diante das dificuldades e das especificidades da profissão e, principalmente, das condições de trabalho oferecidas na maioria das empresas locais do setor, segundo relataram as próprias trabalhadoras, as mulheres que conseguem emprego com carteira assinada acabam se vendo numa situação menos desconfortável, se comparadas às condições vivenciadas pelas trabalhadoras das facções. Talvez por isso, no grupo das 149 trabalhadoras com vínculos formais, 72% afirmaram estar satisfeitas com o trabalho, contra 28% delas que deram respostas negativas. Mas, quando interrogamos se as trabalhadoras formais e informais gostariam que suas filhas e filhos se tornassem costureiras(os) futuramente, as respostas foram bem diferentes, como podem ser visualizadas na tabela 20.

TABELA 20: GOSTARIA QUE SUA(EU) FILHA(O) FOSSE COSTUREIRA(O)? CRUZAMENTO POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO (FORMAL E INFORMAL) ENTRE AS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFECÇÃO DE CIANORTE

Respostas	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total	Total (%)
SIM 17,1%	Formal	7,4	9,1	11,4	18,1	29,0	11,0
	Informal	3,7	20,0	6,4	17,2	16,0	6,1
NÃO 50,6%	Formal	51,9	63,6	28,4	45,0	81,0	30,8
	Informal	11,1	60,0	20,8	56,3	52,0	19,8
NÃO TEM FILHOS 31,6%	Formal	22,2	27,3	22,9	36,2	60,0	22,8
	Informal	3,7	20,0	9,3	25,3	23,0	8,7
NÃO RESPONDEU 0,8%	Formal	0,0	0,0	0,4	0,7	1,0	0,4
	Informal	0,0	0,0	0,4	1,1	1,0	0,4
TOTAL		100,0		100,0		263,0	100,0

* Porcentagem sobre o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo nos dois tipos de vínculos

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

⁹³ Outras justificativas das trabalhadoras formais apareceram em menor proporção nos questionários, mas nem por isso deixam de ser relevantes para compreender as razões que as levaram a trabalharem na atual empresa e nesse setor de produção de roupas: “Solidez da empresa”; “Porque achei que era um bom trabalho”; “Porque minha família trabalha com costura”; “Por ser uma empresa nova”; “Empresa bem conceituada na cidade”; “É o que sei fazer”; “Fortalecer o currículo”; “Pela empresa ser uma das maiores da região”; “Minha mãe me influenciou, por estar fazendo faculdade de Moda”; “Promoção de cargo, possibilidade de crescer lá dentro” (4 respostas); “Vagas de trabalho”; (Entrevista, junho/2006).

A rejeição à proposta de que suas(eus) filhas(os) trabalhem no setor de confecção, é maior no grupo das trabalhadoras informais (56,3%). Pensamos que o dado pode ser explicado pelo fato dessas mulheres estarem mais sujeitas às piores condições de trabalho, se comparadas às condições das trabalhadoras com vínculos formais, que responderam por 45%. Notamos que, mesmo sendo um número inferior ao apresentado pelas mulheres do setor informal, estes 45% representam uma proporção significativa de trabalhadoras que, mesmo estando vinculadas às empresas, com carteira assinada, não gostariam que suas(eus) filhas(os) trabalhassem no mesmo setor que elas.

Quanto aos homens, as porcentagens indicando rejeição ao fato de suas(eus) filhas(os) se tornarem costureiras(os) também foram bastante representativas: 63,6% entre os trabalhadores do setor formal e 60% entre os trabalhadores do setor informal. Nesse grupo, a quantidade de pessoas que respondeu negativamente à questão, foi maior entre aqueles que trabalham nas empresas formais.

Estes resultados podem indicar que as mulheres e os homens, tanto do setor formal quanto do setor informal, não estão muito satisfeitas(os) com o seu trabalho. Entre as trabalhadoras das facções que responderam 'sim', algumas justificaram suas respostas. Muitas insistiram em atrelar o ofício da costura à condição feminina.

“É o trabalho que tem aqui na região”; “Já ensinei minhas filhas a costurar”; “Porque é a maneira mais rápida de pegar um emprego aqui”; “Se for da vontade delas, por que não?”; “Para me ajudar na facção aqui em casa”; “Porque é um serviço justo e honesto”; “Todas as minhas filhas já são costureiras há algum tempo”; “É uma boa profissão para Cianorte”; “Porque em Cianorte não falta serviço para mulher”; “Porque em Cianorte o que não falta é loja e fábrica de confecção, só não trabalha a mulher que não quer”; (Entrevista, junho/06).

Algumas mulheres do setor informal que responderam “não” justificaram-no também. Os relatos indicaram a recorrência de problemas de saúde adquiridos pelas condições de trabalho, tema este que trataremos adiante.

“Porque ganha pouco” (7 respostas); “Porque é a profissão mais difícil” (6 respostas); “Trabalhamos sob pressão” (5 respostas); “É muito sofrimento” (5 respostas); “Já tem muita gente nessa categoria aqui” (4 respostas); “Existe profissão melhor” (3 respostas); “Nosso salário anda

muito defasado” (3 respostas); “Porque eu desejo coisa melhor para eles” (2 respostas); “É uma profissão muito cansativa, exige muito da pessoa” (2 respostas); (Entrevista, junho/06)⁹⁴.

Entre as trabalhadoras formais que responderam positivamente a mesma questão (18%), as justificativas foram bastante semelhantes às respostas fornecidas pelas costureiras das facções.

“É a única profissão que tem em maior proporção na cidade”; “É um emprego digno e nós temos nossos direitos”; “Vai da vontade deles de serem costureiros ou não”; “Porque é uma boa profissão e não faltará emprego para ela aqui”; “Porque é o ramo da família”; “Porque elas já sabem costurar”; “É uma profissão fácil de aprender e não exige muitos estudos”; “Não sei se ela terá condições de fazer faculdade e essa função ela já sabe” (Entrevista, junho/2006).

Do grupo das mulheres com vínculos formais que responderam negativamente, destacamos algumas explicações⁹⁵. Do mesmo modo, encontramos várias respostas indicando problemas de saúde gerados pelas condições de trabalho, especificando, sobretudo dores na coluna e estresse.

“Porque quero que ele tenha uma formação superior e melhores condições financeiras” (4 respostas); “Paga salário baixo e é uma profissão cansativa” (4 respostas); “Eu quero que elas estudem e trabalhem em banco, como contadoras ou secretárias”; “Todos os pais sonham que os filhos sejam um médico ou um advogado”; “Porque quero o melhor para meus filhos” (8 respostas); “Costuro para poder dar

⁹⁴ Destacamos outras respostas das trabalhadoras informais que apareceram nos questionários: “Somos muito desprezadas e exploradas. É uma classe muito desvalorizada”; “Não vejo futuro nessa profissão”; “Tem que trabalhar muito para ter boa renda”; “No momento não é mais uma profissão que dê boa renda. Já foi!”; “Porque não gostaria de vê-las atrás de uma máquina o dia todo, estressada como eu”; “Sofremos muito e quando entra é difícil sair desse ramo”; “Porque trabalho para que eles tenham um futuro melhor e não tenham que ser costureiros”; “Gostaria que fizessem faculdade e trabalhassem menos horas por dia”; “Se estudar é um investimento, gostaria que ela crescesse e não sofresse tanto”; “Não tem muito futuro, só dá o mínimo para viver”; “Porque gostaria que meu filho seguisse a vocação que gostasse e não é essa, como eu que fui obrigada pela vida”; “Eu costuro há dezessete anos e tenho problema de coluna, não quero que meus filhos também tenham”; “Porque costurar não é tão bom assim para eu querer o mesmo para meus filhos”; “Ela tem que estudar e ter uma profissão melhor que a minha”; “Quero mais para elas do que a profissão que eu tenho”; “Porque prefiro o melhor para eles, como bancários ou professores, pois assim poderão conhecer pessoas lá fora, viverem mais e na facção você fica presa só em casa”; “Eu gostaria que eles tivessem uma carreira melhor na vida, nessa profissão não dá para montar carreira, nem dá para estudar”; (Entrevista, junho/06).

⁹⁵ Recordemos que os homens, tanto do setor formal quanto do setor informal, não responderam a essa pergunta.

estudos à eles e para fazerem outra coisa”; “Porque para costurar tem que ficar sentado o dia todo” (3 respostas); “Porque é pouco valorizado financeiramente” (6 respostas); “Há muitas costureiras já na cidade” (4 respostas); “Os serviços nas fábricas, em geral, são muito estressantes e pouco valorizados”; “Tenho dois meninos e quero outra profissão para eles. E isso é serviço de mulher”; “Dá muita dor na coluna” (14 respostas) (Entrevista, junho/2006).

5.2 Transformações Tecnológicas, Rotina e Condições de Trabalho

Por meio da análise das transformações tecnológicas pelas quais passaram as empresas e as facções, pudemos identificar outros aspectos que caracterizam as condições de trabalho das costureiras locais. O ponto de partida foi saber das entrevistadas se sempre exerceram as mesmas atividades dentro da empresa e da facção e se ocorreram mudanças nos seus equipamentos de trabalho ao longo dos últimos anos. A fim de colher mais especificidades sobre as condições e barreiras por elas enfrentadas pedimos a elas ainda que descrevessem sua rotina de trabalho.

Sobre as percepções das trabalhadoras com vínculos informais a respeito das inovações tecnológicas que ocorreram nas facções nos últimos dez anos, obtivemos as seguintes respostas;

“A dona da facção comprou mais máquinas” (5 respostas); “Continua sempre a mesma coisa” (4 respostas); “De máquinas manuais passamos a ter máquinas computadorizadas” (3 respostas); “Agora tem máquinas mais modernas, mas eu trabalho mais do que antes” (3 respostas); “Terceirizou a facção, ficando só com acabamento e corte” (2 respostas); “Aumentou maquinaria, infra-estrutura e capacidade de produção de todos os equipamentos” (2 respostas); (Entrevista, junho/06).

As diferenças nesse aspecto em relação às empresas do setor é perceptível nas respostas das trabalhadoras formais. Através delas verificamos que o setor passou por diversas transformações tecnológicas.

“Internet” (22 respostas); “Introdução do computador” (19 respostas); “Sistema de corte automático” (15 respostas); “A roupa de trabalho melhorou” (12 respostas); “Maquinário mais moderno” (11 respostas); “A

segurança melhorou (CIPA)” (11 respostas); “Alarmes contra incêndio” (6 respostas); “Desenho e modelagem no computador” (6 respostas); “Máquinas computadorizadas para fazer desenho, fone de ouvido e cadeiras melhores”; (5 respostas); “Máquinas de costura semi-automáticas” (5 respostas); “Máquinas maiores, mais rápidas, tudo computadorizado” (4 respostas); “Sistema de produção e equipamentos eletrônicos mais avançados” (3 respostas); “Leitor para código de barra” (3 respostas); “Compra de máquinas eletrônicas que faz filigrana e ponto picado” (2 respostas); “Informatização dos métodos manuais como modelagem, riscos e produção (2 respostas); “Ficha técnica”; “Encaixe automatizado”; “Tênis protetor” (2 respostas); (Entrevista, junho/2006)⁹⁶.

Algumas trabalhadoras mencionaram outros aspectos relacionados às mudanças gerenciais nas empresas. Elas disseram que os “patrões ficaram mais solidários”; que a empresa “ampliou o quadro de funcionários e a produção, comprou máquinas específicas para cada operário, levando em conta o aumento da produtividade, acabou com o trabalho mecânico, deu mais segurança aos empregados, por meio de cadeiras, uniformes e espaços mais confortáveis para trabalharem”.

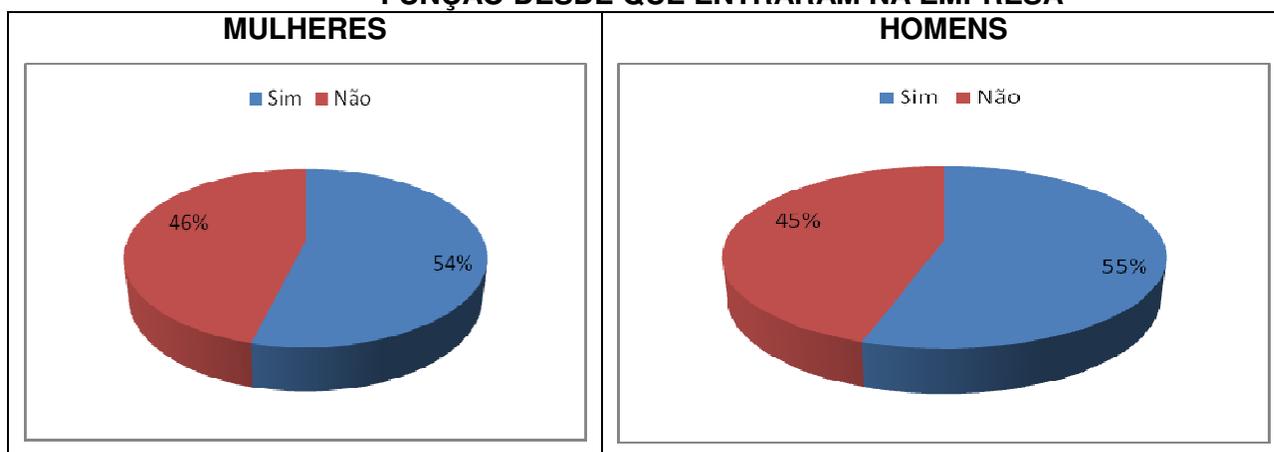
Em relação ao mesmo grupo de entrevistadas, podemos perceber pelos relatos abaixo que algumas criticaram e outras mencionaram a disparidade entre as cobranças pela qualidade/agilidade na produção e as suas condições de trabalho. Os depoimentos das trabalhadoras demonstram que as transformações tecnológicas nem sempre representaram melhorias para as suas condições de trabalho.

“Eu estou há algum tempo nessa empresa, nada mudou ainda”; (4 respostas); “Só troca de aparelhos e sistemas obsoletos por atuais” (3 respostas); “A única modificação foi a troca de encarregados e de gerentes”; “As modificações tecnológicas são as roupas, cada dia são mais bonitas e só”; “Nunca modificou coisa alguma, minha cadeira é dura”; “Exigem mais qualidade, só que muita produção, só isso”; “Desde que entrei nessa empresa continua tudo igual, mas eu passei a ter que produzir mais”; “A mudança foi não levantar a cabeça, trabalhar de cabeça baixa, não conversar”; “Não tenho conhecimento em tecnologia, nas firmas onde trabalhei só melhoraram a máquina de corte, eu continuo trabalhando do mesmo jeito há anos”; (Entrevista, junho/2006).

⁹⁶ Acrescentamos outros relatos que surgiram, mas em menor proporção, nos questionários aplicados com as trabalhadoras formais: “Informatização e implantação de recursos tecnológicos, visando agilidade e qualidade das operações”; “Novos sistemas de modelagem, novos sistemas de desenho”; “Melhoria na área de desenvolvimento de cores, corantes específicos com sistema informatizado, tintas mais modernas para aviamentos”; “Mais tecnologia no desenvolvimento de produto e estilo, utilizando o programa *Audaces Estilo*” (Entrevista, junho/2006).

Apesar das mudanças a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores com vínculos formais afirmou ter exercido as mesmas funções nos seus ambientes de trabalho desde que entraram na empresa.

GRÁFICO 24: TRABALHADORAS(ES) FORMAIS: EXERCEM A MESMA FUNÇÃO DESDE QUE ENTRARAM NA EMPRESA



Pelo estudo das Convenções Coletivas de Trabalho⁹⁷, no item “relação do salário normativo dos integrantes da categoria profissional do vestuário de Cianorte e Região” pudemos perceber que muitas funções foram agregadas ou redimensionadas nos últimos anos. Na Convenção Coletiva de Trabalho de 2003/2004, no item “Auxiliares de Costura” podia-se encontrar as funções de arremateira, revisadeira, embalador e passador. Na Convenção de 2005/2006 a profissão de passador não é

⁹⁷ A referida CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO abrange as categorias econômicas e profissionais constantes do 2º grupo a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, a saber: Trabalhadores nas Indústrias de: a) Calçados, Palmilhas, Solados, Tamancos, Saltos, Formas de Pau, Luvas e Bolsas e Peles de resguardo, Chapéus, Chapéus para Senhora, Guarda-chuvas e Bengalas, Pentes, Botões e Similares, Material de Segurança e Proteção ao Trabalho; b) Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas, incluindo Uniformes Profissionais, Escolares e Esportivos, Bolas de Material Costurável, Bonés, Toucas e Alfaiataria que atuarem na base e extensão territorial do SINDICATO DOS OFICIAIS ALFAIATES, COSTUREIRAS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DE ROUPAS DE CIANORTE, compreendendo os Municípios de Cianorte, Altônia, Alto Piquiri, Araruna, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guaporema, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Ivaté, Jussara, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, Rondon, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Vila Alta e Xambrê.

mais elencada nesse mesmo item. Na nova convenção foi agregada a função de “passador de acabamento”, com remuneração mais alta que as outras profissões agrupadas na categoria “auxiliares de costura” (piso salarial de 321 reais para auxiliares de costura e 353 reais para passadores de acabamento⁹⁸).

Na Convenção de 2007/2008, mudanças também foram percebidas nas funções de “operador de bordadeira automática”. A função “auxiliar de operador de bordadeira automática” foi suprimida na nova Convenção e na função “Operador de bordadeira automática” foram agregadas três derivações (júnior, sênior e máster), cada uma com uma remuneração específica. São conquistas das ações sindicais da categoria que acompanham as mudanças tecnológicas e as modificações na qualificação dos trabalhadores do setor⁹⁹.

Na Convenção Coletiva de Trabalho de 2007/2008, junto com o item “Auxiliares de Costura” pode-se encontrar, com mesma remuneração (405,00 reais) as funções de zeladora *office boy* e operador de máquina de pregar entretela. A profissão de passador de acabamento passou a ter remuneração similar às das auxiliares de costura.

Nas três Convenções de Trabalho permanecem os mesmos itens agregados à função de operadores de máquinas (costura reta, overloque, interloque, galoneira, caseadeira, travete, botoneira, outros operadores de máquinas e auxiliar de corte), em 2008 com remuneração de 485,00 reais, pouco acima do salário mínimo que era na época de R\$430,00. Uma nova função foi incluída na Convenção Coletiva de 2007/2008. Com remuneração R\$457,08 mensais, a função de “lixador, pincelador, puídor, grampeador e prensador, esponjador”, denota bem as inovações pelas quais passaram a cadeia produtiva de roupas da região.

A definição da nova função tentava garantir os direitos trabalhistas básicos aos incontáveis trabalhadores, especialmente do sexo masculino, que atuam em

⁹⁸ A partir do dia 01 de abril de 2003, o salário mínimo passa de R\$200,00 para R\$240,00, vigorando este último valor até 01 de maio de 2004.

⁹⁹ As profissões de serviços gerais (zeladora e *office boy*) também não constavam na Convenção Coletiva de Trabalho de 2003/2004 e aparecem na convenção de 2005/2006, com piso salarial regulamentado.

empresas, mas principalmente, nas facções empresarias e industriais, customizando as peças de *jeans*.

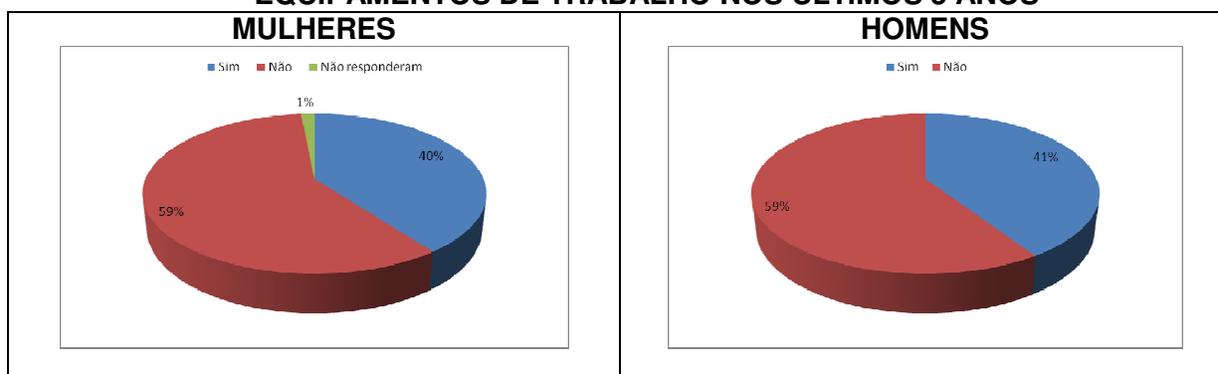
QUADRO 7: CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DE 2003 A 2008

Convenção 2003/2004	Convenção 2005/2006	Convenção 2007/2008
	Serviços gerais: zeladora e <i>office boy</i>	Zeladora <i>Office Boy</i> e Operador de Máquina de pregar entretela, Auxiliares de Costura (Arrematadeira, Revisadeira, e Embalador)
Auxiliares de Costura (Arrematadeira, Revisadeira, Passador e Embalador)	Auxiliares de costura (arrematadeira, revisadeira e embalador)	
	Passador de acabamento	Passador de acabamento
Operadores de Máquinas (Costura Reta, Overloque, Interloque, Galoneira, Caseadeira, Travete, Botoneira, outros Operadores de Máquinas e Auxiliar de Corte)	Operadores de máquinas (costura reta, overloque, interloque, galoneira, caseadeira, travete, botoneira, outros operadores de máquinas e auxiliares de corte)	Operadores de Máquinas (Costura Reta, Overloque, Interloque, Galoneira, Caseadeira, Travete, Botoneira, outros Operadores de Máquinas e Auxiliar de Corte)
Costureira Pilotista	Costureira pilotista	Costureira Pilotista
Cortadores	Cortadores	Cortadores
Encarregado de Acabamento	Encarregado de acabamento	Encarregado de Acabamento
Encarregado de Costura e Corte	Encarregado de costura e corte	Encarregado de Costura e Corte
Modelista	Modelista	Modelista
Auxiliar de Operador de Bordadeira Automática	Operador de bordadeira automática júnior	Auxiliar de Bordadeira Automática Junior
Operador de Bordadeira Automática	Operador de bordadeira automática sênior	Operador de Bordadeira Automática Sênior
	Operador de bordadeira automática máster	Operador de Bordadeira Automática Máster
		Lixador, pincelador, puídor, grampeador e prensador, esponjador

Ainda com relação às transformações tecnológicas relacionadas à rotina do trabalho, perguntamos se nos últimos cinco anos ocorreram mudanças nos instrumentos com os quais as trabalhadoras e os trabalhadores formais operavam. A

maioria estava há aproximadamente três anos na mesma função dentro da empresa (77%) e disse não ter presenciado mudanças tecnológicas importantes nos instrumentos de trabalho que manuseavam.

GRÁFICO 25: TRABALHADORAS(ES) FORMAIS: SE OCORRERAM MUDANÇAS NOS EQUIPAMENTOS DE TRABALHO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS



Muitas mulheres interpretaram a pergunta como troca de equipamentos, por isso várias comentaram que “não ocorreram mudanças, pois continuaram trabalhando com a máquina de costura”. Outros relatos, contudo, indicaram que a máquina de costura que era manual ou semi-automática passou a ser computadorizada. Portanto, os dados dessa questão devem ser relativizados¹⁰⁰.

A maioria das máquinas e equipamentos das empresas do APL é importada, apresentando idade média de uso de aproximadamente oito anos. Grande parte delas é de origem japonesa (Brother, Juki, Yamata, Nissin e Morita) ou norte-americana (Singer, AMFRreece, SunStar, Eastmann e HP), algumas são coreanas (KM, Kansai), espanholas (Investrone) e uma marca Taiwanesa (Siruba), entre outras. Há também marcas nacionais, como Elgin (costura), Hercules/Erbele (para cortar e pregar ilhós) e Vigarelli (casear) (IPARDES, 2006: 15).

¹⁰⁰ Pelos questionários algumas trabalhadoras comentaram essas mudanças: “Alteração de serviços manuais para automatizados” (7 respostas); “Equipamentos passaram a ser eletrônicos” (8 respostas); “Uso do relógio de cronometragem e operações com carrinhos para levar a roupa até as costureiras”; “Agora trabalho com computador” (5 respostas); “Desenhos no Corel Draw” (3 respostas); “Trocaram minha máquina”; (7 respostas) “Da máquina reta para prespontadeira”; “A implantação do sistema Audaces Estilo, antes o trabalho era realizado com a utilização do programa *Corel Draw*, para a criação dos modelos e croquis” (Entrevistas, junho/2006).

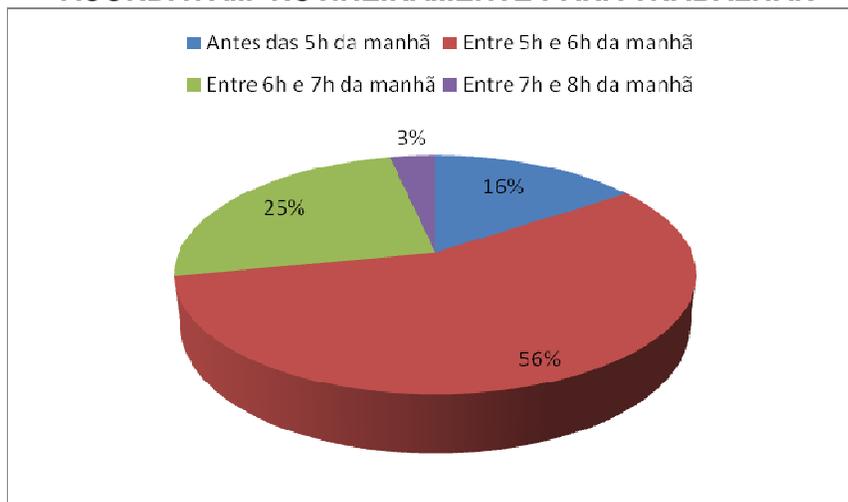
Nos últimos anos, avanços tecnológicos estão sendo apresentados à indústria do vestuário, principalmente com a evolução da informática. A maior evolução aconteceu com a oferta de *Sistemas Computer Aided Design (CAD)* e *Computer Aided Manufacturing (CAM)*, específicos para o vestuário. Estes são os responsáveis, em princípio, por diminuir o tempo de operação nas fases de criação, modelagem, corte, reduzindo o tempo de operação e o desperdício de matéria-prima, além de aumentar a flexibilidade produtiva nessas fases (IPARDES, 2006: 16).

O IPARDES em 2006, assim como Campos (2004), já havia constatado que, no APL de Cianorte, o uso dessas inovações tecnológicas somente ocorre entre os médios e grandes empresários. A maior parte das empresas, que são pequenas e micro, não têm acesso a máquinas de costura mais sofisticadas (eletrônicas), ao emprego do sistema CAD/CAM ou a utilização de modernas máquinas eletrônicas. A grande maioria delas não possui recursos financeiros para a implantação dessas tecnologias. Para as empresas com baixa capacidade de inovação tecnológica esse fato sugere perda de competitividade. A pesquisa do IPARDES (2006), por exemplo, apontou que em grande parte das empresas (76%), o desenvolvimento do produto, da modelagem, do risco e do encaixe eram operações manuais em 2006.

Na nossa pesquisa, para compreender as condições de trabalho nas facções do setor, pedimos que as trabalhadoras informais descrevessem a rotina de um dia de trabalho. Por meio da análise de suas narrações pudemos visualizar melhor como elas dividiam o tempo entre as atividades domésticas e as atividades exercidas nas facções. De antemão, vimos o quanto se mostraram extenuantes as suas jornadas de trabalho.

Depois de compilar os dados de todos os relatos, ou seja, cento e quarenta e nove rotinas muito similares, podemos afirmar que essas trabalhadoras: geralmente acordavam antes das seis horas da manhã; tinham apenas uma hora de almoço, momento que era minuciosamente dividido com a preparação da comida e com o cuidado dos filhos menores; trabalhavam na facção mais de oito horas diárias; levavam serviço para casa ou faziam 'bicos' para ampliar a renda; apresentavam problemas de saúde pelo excesso de trabalho e pelas atividades repetitivas que executavam; e demonstravam estar extremamente cansadas.

GRÁFICO 26: TRABALHADORAS INFORMAIS: HORÁRIO QUE ACORDAVAM ROTINEIRAMENTE PARA TRABALHAR



Muitas reclamaram da dupla jornada e percebiam a discriminação e a desigualdade “sem, no entanto, conseguirem desvincular-se das práticas pessoais que produziam tais contradições” (JONAS, 2003: 5).

“Chego 6h, vou para a escola e volto 10h da noite e só depois é que vou fazer o serviço de casa”;

“Acordo antes das 5h para arrumar a casa, a noite é que lavo roupa”;

“Arrumo meus filhos para a escola, vou para o trabalho as 06h45 da manhã. Descanso uma noite e a outra noite tiro para costurar”;

“Tenho uma hora de almoço, quase não tenho tempo para conversar com minhas filhas e com o meu marido. Depois que entrei na fábrica, nem TV assisto mais”;

“Acordo antes das 6h e vou dormir quase meia noite todo dia, ando cansada”;

“Acordo 6h30, levo o bebê na creche e volto para buscar 18h. A noite dou um pouco de atenção a família e vou dormir cedo, de tanta dor nas costas”;

“Acordo às 3h30 da manhã, começo a trabalhar às 5h e paro às 13h20. No restante do dia é para cuidar da casa, da família, de mim e fazer facção”;

“Adoro o que faço (apesar de ganhar pouco)”;

“Se tiver muito movimento não faço horário de almoço. É tão corrido que há dias não vejo nem os vizinhos”;

“Saio de casa para o serviço 5h45, volto dormindo de cansaço dentro do ônibus”.

“Chego em casa e exerço as atividades de qualquer mulher, minha rotina é puxada. Precisamos da ajuda dos nossos filhos e esposo na lida com as tarefas de casa para vencer essa batalha de costureira” (Entrevistas, junho/2006).

Não é novidade afirmar que a rotina de um dia de trabalho para as mulheres, diferente dos homens, mostrou ser mais extensa e cansativa. O mesmo ocorreu com as trabalhadoras com vínculos formais. Elas também disseram acordar mais cedo que os homens e depois de uma jornada diária de oito horas de trabalho na empresa, assumiram várias outras tarefas domésticas. Para algumas trabalhadoras as ações que conciliavam trabalho e casa já se mostravam naturalizadas, destinadas realmente ao domínio exclusivo das mulheres.

Nesse processo de individualização a que são submetidas as mulheres, muitas ficam sem tempo para a família, para o lazer e algumas dizem até ficarem impossibilitadas de conversarem com os vizinhos. “Nisto se pode identificar o nível de isolamento que o trabalho por facção impôs às mulheres, pela clandestinidade que o caracteriza e pela forma de exclusão do convívio social mais amplo que gera, sob a imposição da necessidade de cumprir os compromissos da produção” (JONAS, 2003: 5).

Abaixo, destacamos alguns trechos dos depoimentos sobre a rotina diária das trabalhadoras formais, colhidas através de questionário;

“Levanto às 7h da manhã [...] saio só às 18h. e às 19h tenho que estar na faculdade”;

“Depois que chego do serviço, costuro até a hora que dá sono”; “Almoço sempre em poucos minutos...”;

“Gasto uns 10m para tomar café a tarde, na facção a gente não pára”;

“Quando chego em casa às 19h, lavo a louça e a roupa, só depois vou ajudar as crianças na tarefa”;

“Levanto às 5h, até às 8h dá tempo de arrumar as crianças e toda a casa”;

“Até às 10 horas da noite é só costura. É um estresse! Para dormir tenho que tomar remédio para dores nas costas”;

“Cuido da casa, da roupa, da comida e de outras obrigações da casa, como pagar as contas, fazer compras. Não é só se sentar na máquina e costurar não”;

“É a noite que faço os trabalhos da casa, mas deixo a máquina ligada, porque se sobrar um tempinho costuro uma peça”;

“É difícil o dia que dá tempo de assistir a novela das 8h ou quando sento no sofá durmo de tão cansada”;

“Quando não estou muito sobrecarregada, faço bordados até altas horas, ou levo o bordado para a escola, para fazer na hora do recreio ou enquanto a professora explica a matéria”;

“Durmo muito tarde e acordo muito cedo. Daqui a pouco fico sem marido, na verdade não sobra horário para nada” (Entrevistas, junho/06).

Quando analisamos as descrições feitas pelas trabalhadoras formais em relação às barreiras enfrentadas na sua rotina do trabalho, percebemos que as principais eram: ausência de transporte; dificuldades em conciliar estudo e trabalho; preocupações com a cobrança pela qualidade e pela produtividade pelo fato destas exigências estarem atreladas ao controle crescente do tempo. Ao mesmo tempo em que relatam tais preocupações, explicitam as doenças geradas pelas condições de trabalho.

“Problema de coluna (17 respostas); “Meta de produção muito alta” (15 respostas); “A não valorização de nosso trabalho” (14 respostas); “Desgaste pessoal e estresse em excesso” (11 respostas); “Conciliar estudo e trabalho (11 respostas); “Falta meio de transporte” (11 respostas); “Desgaste físico e emocional” (9 respostas); “Jornada muito extensa e banco de horas” (6 respostas); “Controle de qualidade que é muito grande” (5 respostas); “Falta de estudo e de tempo para estudar” (4 respostas); “Pouco salário pela cobrança de esforço dentro das fábricas” (3 respostas); “Defasagem salarial, atraso no pagamento” (3 respostas); “Falta preço justo pelo trabalho feito” (3 respostas); “Distância do serviço” (2 respostas); (Entrevista, junho/2006)¹⁰¹.

¹⁰¹ Outras questões foram trazidas pelas trabalhadoras formais em relação às barreiras enfrentadas na sua rotina do trabalho: “Sinto falta do meu estudo para fazer coisa melhor”; “O controle do tempo certo no abastecimento das lojas”; “Ao longo do tempo fiquei com problema de coluna, dor nas mãos, meus

Outras trabalhadoras formais mostraram-se preocupadas com aspectos da gestão da produção e da organização do trabalho, ao citarem problemas relacionados ao treinamento e à terceirização. Pelos questionários verificamos que boa parte dessas respostas era das mulheres que ocupavam cargos de chefia dentro das empresas, sendo encarregadas de algum setor específico da produção.

“Os maquinários são velhos e sempre estragam”; “Roupas trabalhosas para costurar” (2 respostas); “Pouca opção de qualificação na cidade, como cursos na área” (2 respostas); “Falta de treinamento”; “Má organização do serviço” (2 respostas); “Equipes de trabalho não são unidas”; “O jeito bruto de lidar dos patrões”; “Dependência de outros setores”; “Voltar roupa com defeito”; “Falta de serviço em algumas épocas do ano” (3 respostas); “Empresas que fecham os olhos para os funcionários que buscam a qualificação. Não há investimento no funcionário”; “Eles optam por mão de obra externa e acaba dando errado”; “Empresa geralmente quer do funcionário além do que ela investe nele (cursos, palestras, motivação e treinamento)”; “Falta de comunicação entre setores”; “Preços altos das roupas” (3 respostas); “Pouco funcionário, obrigando a gente geralmente a fazer hora-extra” (4 respostas); “A falta de pessoas qualificadas para auxiliar nosso trabalho”; “Produção cumulativa”; “Organização, métodos e planejamentos falhos, o que acarreta acúmulo de trabalho”; “Falta de funcionários no setor”; “Falta de costureiras qualificadas” (3 respostas); “Falta de planejamento dos próprios encarregados” (2 respostas). (Entrevista, junho/2006).

Mesmo que o ritmo intenso do trabalho com a costura, que se prolonga no ambiente doméstico, atinja especialmente as mulheres, muitas entrevistadas do setor formal se mostraram satisfeitas com o seu emprego. Para aquelas que trabalhavam antes como domésticas, zeladoras, lavradoras, ou em outro trabalho com menor remuneração, trabalhar na empresa com carteira assinada significava mais segurança e estabilidade;

“Chega a ser divertido, hoje trabalho no almoxarifado e ganho mais”; “É correria o dia todo para não travar a roupa em nenhum dos setores, vou dormir cansada, mas feliz porque tenho um emprego com carteira”; “Fico trabalhando até mais tarde, mas ganho mais que meu marido e meus

nervos estão gastos. Comecei muito jovem”; “Direitos são poucos na questão da saúde e os descontos são muitos”; (Entrevista, junho/2006).

filhos moços que são homens”; “Antes de ir para a firma tiro leite porque moro no sítio, trabalho na área de desenvolvimento de cores, tingindo aviamentos para modinha. Estou feliz. Estudei para isso”; “Estudei e sou recompensada pelo trabalho que faço na empresa”; (Entrevista, junho/2006).

Muitas trabalhadoras do setor informal destacaram a falta de tempo e de autonomia para geri-lo em meio à rotina diária de trabalho, com dupla e às vezes tripla jornada. Pelos relatos vemos que as entrevistadas trabalhavam em facções que funcionavam fora do seu espaço doméstico, porém na residência da(o) proprietária(o). Esse elemento também é importante para pensar a falta de autonomia vivenciada por essas mulheres no trabalho.

Por meio da análise dos relatos de experiência cotidiana dessas mulheres identificamos uma situação que antes de tudo é coletiva. Isso permite compreender uma rede de significados e de valores que orientam suas vidas e se manifestam em comportamentos culturalmente aprendidos e adaptados.

No caso das trabalhadoras informais, como se ganha por peça, às vezes não interessa quem faz o que, mas a quantidade do que é produzido em um tempo cada dia menor. “Uma colaboradora para pregar pedrarias nas blusinhas que estou bordando, pode ser até uma prima, qualquer parente que chegar para as visitas de final de semana em casa” (Entrevista, junho/2006).

Em menor proporção, mas do mesmo modo como ocorreu com as entrevistadas do setor formal, mesmo diante de uma árdua rotina diária, muitas trabalhadoras informais enxergam seu trabalho na facção como permanente (55% delas). Devido à sua baixa escolaridade e uma qualificação profissional baseada, sobretudo na experiência empírica, é compreensível que muitas mulheres não consigam prever uma mudança significativa no trabalho, por isso não o classificam como transitório.

5.3 Condições de Trabalho e Saúde das(os) Trabalhadoras(es)

A intensificação do ritmo de trabalho, que no caso da facção é ainda maior, repercute sobre as condições de vida e de saúde dos trabalhadores, principalmente para as mulheres. Pela tabela 22 vê-se que entre as trabalhadoras informais, muitas já tiveram algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho.

TABELA 22: PROBLEMAS DE SAÚDE CAUSADOS PELAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, POR SEXO E POR TIPO DE VÍNCULO ENTRE AS(OS) TRABALHADORAS(ES) DO SETOR DE CONFEÇÃO DE CIANORTE

Problemas de saúde pelas condições de trabalho	Tipo de vínculo	Homem* (%)	Homem** (%)	Mulher* (%)	Mulher** (%)	Total (%)
Sim 22,0%	Formal	12,2	27,3	10,4	20,8	10,7
	Informal	2,0	20,0	7,7	26,4	6,9
	Desempregada(o)	8,2	18,2	4,0	19,4	4,6
Não 58,8%	Formal	26,5	59,1	31,9	63,8	31,1
	Informal	4,1	40,0	16,1	55,2	14,4
	Desempregada(o)	16,3	36,4	12,8	61,3	13,3
Não Respondeu 19,0%	Formal	6,1	13,6	7,7	15,4	7,5
	Informal	4,1	40,0	5,4	18,4	5,2
	Desempregada(o)	20,4	45,5	4,0	19,4	6,3
TOTAL		100,0		100,0		100,0

* Porcentagem sobre o total de pessoas entrevistadas do mesmo sexo

**Porcentagem sobre a quantidade de entrevistadas(os) em cada tipo de vínculo

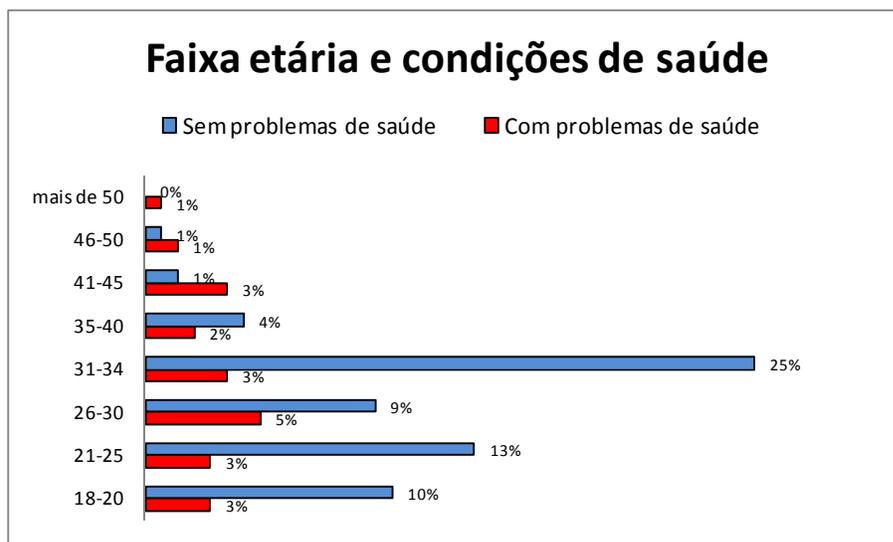
Algumas dessas trabalhadoras detalharam os problemas vivenciados;

“Sinto muitas dores na coluna (31%); “sinto algum tipo de alergia, causada pelo pó da roupa” (25%); “tenho estresse” (19%); “Sinto muita dor na coluna e nos braços” (13%); “Senti por muito tempo dores nas costas e as vistas cansadas e às vezes sinto falta de ar” (12%); (Entrevista, junho/06).

As incidências desse tipo de adoecimento também se mostraram grande no grupo das trabalhadoras com vínculos formais. A faixa etária mais representativa de mulheres que indicaram ter adquirido algum problema de saúde por conta das condições de trabalho está nas idades que variam entre 26 e 30 anos, ou seja, entre as

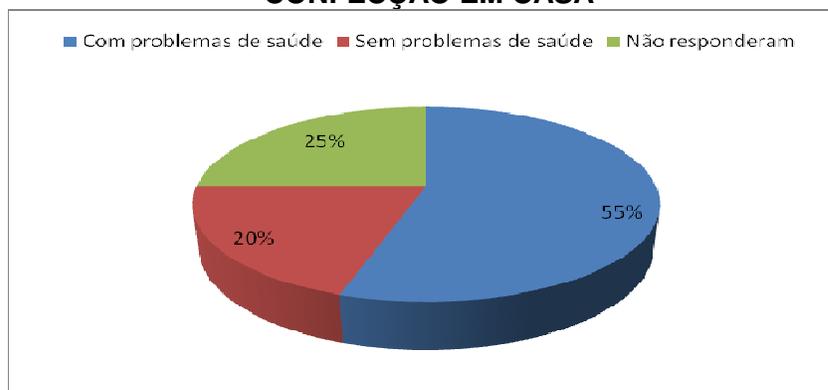
trabalhadoras doentes, existe uma curva em direção às mais jovens do setor formal, mas é igualmente significativa entre as trabalhadoras que têm de 41 a 45 anos.

GRÁFICO 27: TRABALHADORAS FORMAIS



O dado mais relevante é que a maioria das trabalhadoras formais que está ou esteve doente trabalhar com confecção em casa¹⁰². São mulheres que convivem, portanto com uma dupla jornada de trabalho, geralmente exercendo a mesma função, repetitiva e intensiva, em casa e na empresa.

GRÁFICO 28: TRABALHADORAS FORMAIS QUE TRABALHAM COM CONFEÇÃO EM CASA



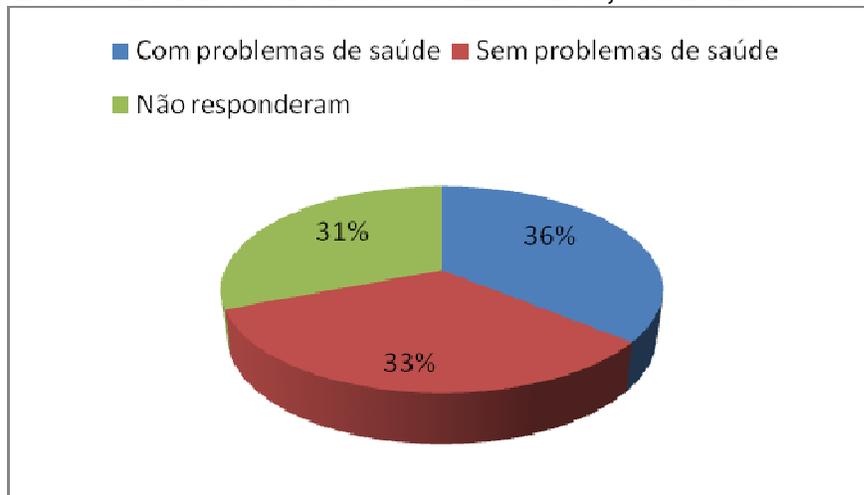
¹⁰² Destaca-se ainda que 86% das mulheres que trabalham nas facções realizam alguma atividade econômica complementar relacionada com a confecção, em casa e dessas mulheres, 75% são mães.

Das mulheres que disseram ter adquirido algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho (20,8%), dezoito delas comentaram ter procurado ajuda médica da empresa para informar sobre seu estado de saúde e reivindicar providências; nove comentaram ter solicitado o auxílio somente do Sindicato dos Trabalhadores. As que informaram a empresa a respeito do seu estado de saúde (18 mulheres) mencionaram os procedimentos adotados por ela a partir do recebimento dessa notificação.

“Mandou procurar o médico e tratar da saúde”; “Teve palestra na firma com médico para sentarmos corretamente”. “Me ensinaram como ter postura para costurar” (8 respostas); “Ninguém deu atenção” (2 respostas); “Me ajudaram o mínimo possível, em alguns casos não foi aceito se quer um atestado médico”; “A empresa onde eu trabalho não está preocupada com isso”; “Nenhum auxílio foi dado, fiz o tratamento particular”; “Me ajudaram no que foi preciso”; “A empresa me levou ao médico”; (2 respostas); “Um pequeno convênio médico da empresa me ajudou bastante” (Entrevista, junho/2006).

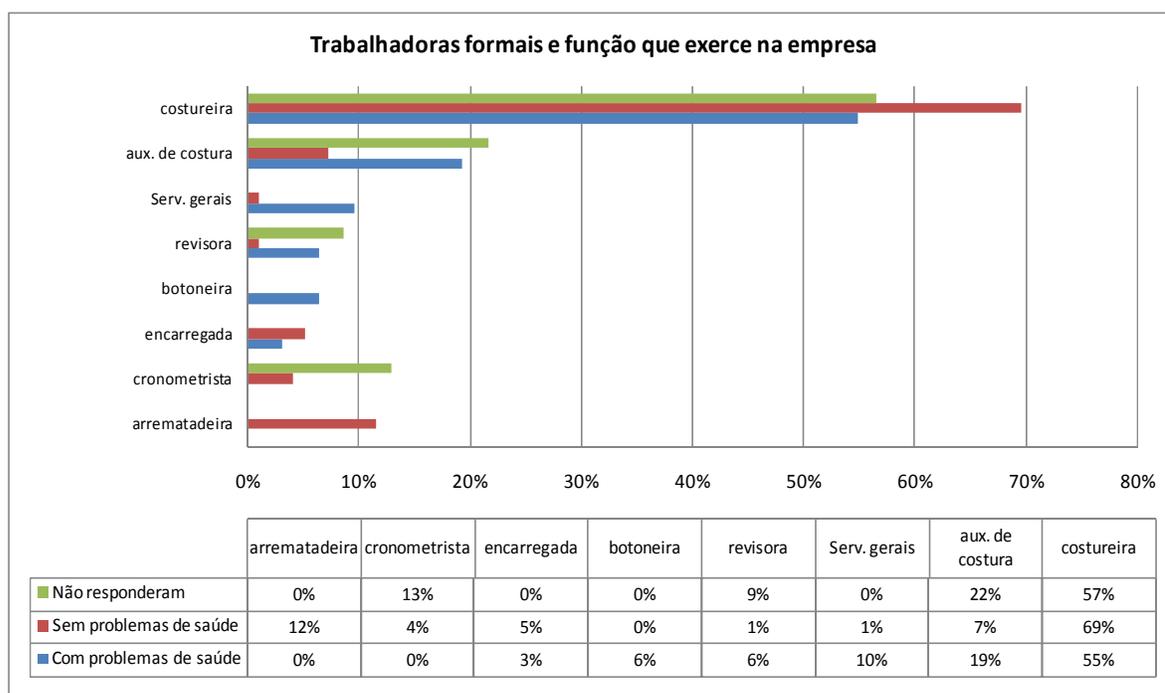
Outro dado relevante é que as trabalhadoras formais que apresentaram problemas de saúde por conta das condições de trabalho estão há mais tempo em funções relacionadas à área de confecção de roupas.

GRÁFICO 29: ANTES DE TRABALHAR NA EMPRESA, TRABALHAVA NA FACÇÃO



Dentre as trabalhadoras formais que apresentaram problemas de saúde percebemos um número maior de costureiras e auxiliares de costura. Uma terceira profissão se destaca dentre as que indicaram adquirir essas doenças: auxiliar geral. São todas funções que as expõem à trabalhos repetitivos, às condições monótonas e cansativas de trabalho.

GRÁFICO 30:



Entre as mulheres que se encontravam desempregadas, uma quantia considerável delas também disse já ter tido algum problema de saúde causado pelas condições de trabalho, levando em consideração também que muitas não responderam a questão. Provavelmente o temor em responder a pergunta, devia-se a situação de fragilidade ainda maior em que se encontravam essas trabalhadoras. Isso talvez explique também o número elevado de questionários em branco.

No grupo de quantas mulheres desempregadas que tiveram problema de saúde, apenas seis procuraram auxílio da empresa onde trabalhavam, informando sobre seu estado de saúde e buscando providências. O depoimento de uma delas mostra as providências tomadas pela empresa: “A empresa ofereceu curso para eu

mudar o jeito de costurar, para eu corrigir a postura e me disse que se eu soubesse me sentir direito até poderia produzir mais” (Entrevista, junho/2006).

Vemos na fala da trabalhadora a incorporação de um elemento importante do modelo produtivo vigente, ou seja, a busca pelo consentimento ativo da força de trabalho em relação às metas da empresa e a culpabilização das(os) próprias(os) trabalhadoras(os) pelos danos à produção e à sua saúde, individualizando as questões que são antes estruturais, coletivas e de responsabilidade da empresa.

Assim como já observado por outros autores, as trabalhadoras e os trabalhadores que se mostram conscientes das causas e conseqüências dessas relações e que cobram mudanças são mais freqüentemente expostos ao desemprego, à instabilidade, à subcontratação e à insegurança nas relações de trabalho, por isso, o receio em reivindicar e/ou comentar tais situações.

O ritmo intenso, a pressão pela produtividade e pela polivalência da trabalhadora em tarefas repetitivas e monótonas pode desencadear ou agravar lesões corporais. No caso das costureiras das facções domiciliares isso pode ser agravado ainda mais pela inadequação de equipamentos e do ambiente, às vezes com pouca luminosidade, sem fiscalização, apertados, perto do fogão e de fios colocados de forma incorreta. A isso se agregam jornadas extensas de trabalho que atravessam a noite, com ausência de pausas para descanso e redução cada vez maior de intervalos para refeições e idas ao banheiro.

Nesse setor produtivo é ainda mais comum a extensão das jornadas de trabalho das mulheres. Além disso, verificamos que muitas trabalhadoras cumprem horas extras nas empresas de confecção, sem remuneração ou sob o regime do banco de horas. O recebimento da hora extra é um direito adquirido pelos trabalhadores, mas nesse caso também denota a ampliação da jornada. A rotina torna-se ainda mais cansativa para as que conciliam trabalho e estudo noturno.

A rotina de trabalho dessas mulheres, tanto do setor formal quanto do setor informal, como já mostramos, nos remete aos fatores relacionados à organização do trabalho, responsáveis pelo esgotamento, pela desmotivação e pelo cansaço mental mencionados por muitas trabalhadoras durante as entrevistas. E são, em parte, estas condições a que estão condicionadas nas empresas, e, sobretudo nas facções

domiciliares, que vão, gradual e continuamente, se acumulando e provocando seqüelas à saúde, principalmente pelo fato delas acordarem muito cedo para iniciarem suas rotinas de trabalho.

Alguns relatos, recolhidos dos questionários aplicados com trabalhadoras do setor formal e do setor informal, exemplificam essas afirmações;

“Fico muito tempo sentada, isso provoca problemas na minha circulação, tenho muitas dores nas pernas. O médico disse que pode ser reumatismo pela falta de movimento físico”; “Minha rotina de trabalho é penosa, por causa das dores no braço, mas é gratificante”; “Eu trabalho muito a noite, depois de uma rotina diária na fábrica. Acho que é por isso que o médico me disse que minha visão não anda muito boa; “Há uns anos atrás também sofri uma insuficiência respiratória, mas isso eu sei, era pelo pó das roupas que eu costurava. Hoje nem pego mais aquele tipo de tecido para costurar”; “Acho que estou com LER, mas nem posso pensar nisso, tenho três filhos para criar”; “Meu marido ganha menos no corte da cana, canso, mas ganho melhor na firma. Alguém tem que ser registrado em casa”; “O pior é que não durmo direito e todo dia parece que eu acordo cansada, antes mesmo de ir para o serviço; “Tem dia que só trabalho na fábrica, nem ligo a minha máquina de costura, de tão cansada” “Nem posso dizer que sinto dor, tenho menos de 30 anos. Minha mãe disse que ela tem 50 anos é costureira e não está sentindo nada ainda. Por isso tenho até vergonha de dizer. Ela me diz que as mulheres de hoje são menos preparadas para o trabalho” (Entrevista, junho/2006).

Na fala de uma delas vemos o sentimento de fracasso por “ter adoecido muito cedo”. Para muitas, a perda da saúde pode acarretar a perda do trabalho. As marcas da atividade produtiva intensa e repetitiva se manifestam em seus corpos. Em picos de produção isso se acentua. O cansaço atrapalha até o sono. As que trabalham em casa não têm condições de fazer acompanhamento médico com fisioterapeutas. Agregam-se às ameaças à saúde das mulheres, o caso de acidentes. Não sendo registradas, como é o exemplo das costureiras domiciliares, torna-se mais difícil recorrerem à justiça do trabalho.

Muitas escondem a própria dor para que isso não atrapalhe conseguir um novo emprego ou novas encomendas, outras atribuem as causas das doenças a outros fatores, temendo retaliações, discriminações até mesmo entre as próprias colegas de trabalho e dos membros da família. Não são raras as mulheres que aprendem a viver

com a lesão e a suportá-la, com vergonha de se expor, medo de serem intituladas de “fracas ou moles”. Há ainda aquelas que são tomadas pelo sentimento de incapacidade.

Pensamos que tudo isso pode repercutir em todos os âmbitos da vida pessoal e social da mulher, atrapalhando a vida sexual e a sociabilidade, pois a dor constante traz indisposição, entre outros sentimentos prejudiciais ao bem-estar. Acreditamos ainda que muitas patologias são adquiridas ainda hoje pelo ritmo intenso do trabalho com a costura, mas a maioria das mulheres que procuramos em suas casas para conversar após terem respondido os questionários se negaram a falar sobre esse tema. É claro que são hipóteses, pois tais considerações merecem uma pesquisa mais precisa e aprofundada sobre estas e outras questões relativas ao gênero¹⁰³.

Mas, em relação à saúde dessas trabalhadoras, lembramos as pesquisas de Seligmann-Silva. Segundo a autora (1994: 36), “a vivência do afastamento do trabalho implica em sofrimento subjetivo, pois traz consigo o sentimento de impotência e de vergonha”. Ao descrever o processo de auto-culpabilização do trabalhador pela doença ou acidente e o enfrentamento de sentimentos de fracasso individual, ressalta o lugar do trabalho na estruturação da sua identidade. Como diz a autora (1994), os trabalhadores, ao adoecerem, passariam a ser ‘marcados’ nos grupos de origem, em um processo de culpabilização e de isolamento dos indivíduos que se acidentam e adoecem. A intensidade e a carga de trabalho produzem um quadro de esgotamento físico e mental que levam a um quadro de stress laboral entre outras conseqüências mais sérias. Suas análises mostram ainda que as mulheres: “não ousavam queixar-se do excesso de trabalho, temerosas de que isso pudesse ser interpretado como incapacidade para as tarefas e as desqualificassem mais ainda, prejudicando suas

¹⁰³ Por exemplo, para podermos detalhar com mais firmeza sobre o lugar da mulher nas indústrias do ramo têxtil e de confecções, seria importante indagar, em campo, sobre quem é como é a mulher operária na indústria, na oficina, no domicílio, o que para ela significa ser mãe, mulher e costureira ao mesmo tempo, como fizeram, a título de ilustração, Amélia R.S. B. Teixeira, Ana Clara. T. Ribeiro, Filipina Chinelli e Roseli Elias no texto “O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio”, ou ainda como conseguiu Cheywa R. Spindel em “O ‘uso’ do trabalho da mulher na indústria do vestuário”. Estas contribuições partem de trabalhos organizados por Carmem Barroso e Albertina Oliveira Costa, intitulado “Mulher, mulheres”. São Paulo: Cortez, 1983.

carreiras ou, mesmo, pondo em risco seus empregos¹⁰⁴” (SELIGMANN-SILVA, 1994:130).

Para Dejours (1992) um “mecanismo de defesa coletivo” dos trabalhadores, além das estratégias das empresas, marca as diferenças que os trabalhadores ativos estabelecem em relação a aqueles que adoecem e se acidentam e, dessa forma, passam a negar o risco envolvido na atividade, o que permite a continuidade de atuação desses trabalhadores em profissões e atividades percebidas como arriscadas ou perigosas. Dejours identificou em suas pesquisas o que chamou de “reticência maciça” dos trabalhadores em falar da doença e do sofrimento. Ao adoecer, o trabalhador tentaria esconder o fato dos outros, bem como de sua família e vizinhos. Somente após “longas voltas” é que se chegaria a uma vivência da doença, muitas vezes vergonhosa, no que ele chamou de “sentimento coletivo de vergonha”. Essa vergonha instituída constituiria uma verdadeira ideologia elaborada coletivamente, e de forma defensiva, contra uma ansiedade precisa – a de estar doente ou, antes, de estar num corpo incapacitado (1992: 29).

Na “ideologia da vergonha”, somente o corpo que trabalha, produtivo, seria aceito, e tão mais aceito quanto menos houver necessidade de falar dele. “Essa ideologia da vergonha não visaria a doença enquanto tal, mas a doença como impedimento ao trabalho” (DEJOURS, 1992: 33). A ideologia da vergonha consistiria em manter à distância o risco de afastamento do trabalho e todas as suas conseqüências; seu objetivo seria o de mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave, ligada a um perigo e risco reais. Segundo ainda esse autor, a eficácia simbólica dessa estratégia defensiva seria assegurada somente pela adesão de todos. Para ser operatória, a ideologia defensiva deveria obter a participação de todos os interessados – aquele que não contribui ou não partilha do conteúdo da ideologia é, cedo ou tarde, excluído pelo grupo.

¹⁰⁴ Além do mais, confrontos constantes com a hierarquia podem provocar grande “esgotamento profissional”. Trata-se de um conceito divulgado por psicólogos sociais norte-americanos que foi resumido da seguinte forma “uma síndrome de esgotamento físico e emocional, compreendendo o desenvolvimento de imagens negativas sobre si mesmo, de atitudes desfavoráveis em relação ao trabalho e de uma perda de interesses em relação os clientes” (SELIGMANN-SILVA, 1994: 76).

Na classificação das LER (lesões por esforços repetitivos), por ramos de atividades, Settimi et al. (2001: 19) mostram que as funções e atividades, dentro do setor têxtil-confecções que trazem os maiores prejuízos para a saúde das trabalhadoras são “as profissões de passadeira e de arrematadeira”. A gênese dessa patologia está relacionada às condições e à organização do trabalho dessas mulheres.

Segundo analisam as autoras, “a intensidade do ritmo de trabalho, a execução de grande quantidade de movimentos repetitivos em grande velocidade, a sobrecarga de determinados grupos musculares, a ausência de controle sobre o modo e o ritmo de trabalho, a ausência de pausas, a exigência de produtividade, o uso de mobiliário e de equipamentos desconfortáveis”, são apontados como responsáveis pelo aumento dos casos de LER (SETTIMI et al., 2001: 12).

Outra barreira enfrentada por essas mulheres diz respeito à invisibilidade das LER: “enquanto os acidentes típicos de trabalho, de modo geral, suscitam sentimentos de horror e manifestações de solidariedade, as LER carecem da ‘materialidade’ que suscita a solidariedade” (RIBEIRO, 1997: 90). Para Ribeiro, além das reações e dos sentimentos de frustração, de medo, de ansiedade, de irritação e de raiva de seu estado de incapacidade, percebe-se freqüentemente a dificuldade das próprias trabalhadoras de certificarem-se da doença, pois sofrem ainda o descrédito por parte dos familiares e dos amigos.

5.4 Direitos Trabalhistas e Sindicalização

Uma vez amparadas pela condição do registro em carteira, um número expressivo de trabalhadoras formais respondeu gozar de seus direitos trabalhistas básicos (91%). Comparadas às condições vivenciadas pelas trabalhadoras informais, no que tange ao amparo social e ao acesso aos direitos, as diferenças são gritantes. Apenas 11% das 87 trabalhadoras das facções indicaram ter acesso a alguns desses direitos. Nos questionários apenas três trabalhadoras justificaram esse acesso: “não sou registrada mais me pagam férias”; “mesmo sem carteira, recebo 13% salário quando produzimos bem em um ano”; “tive acesso ao direito de ficar quatro meses em

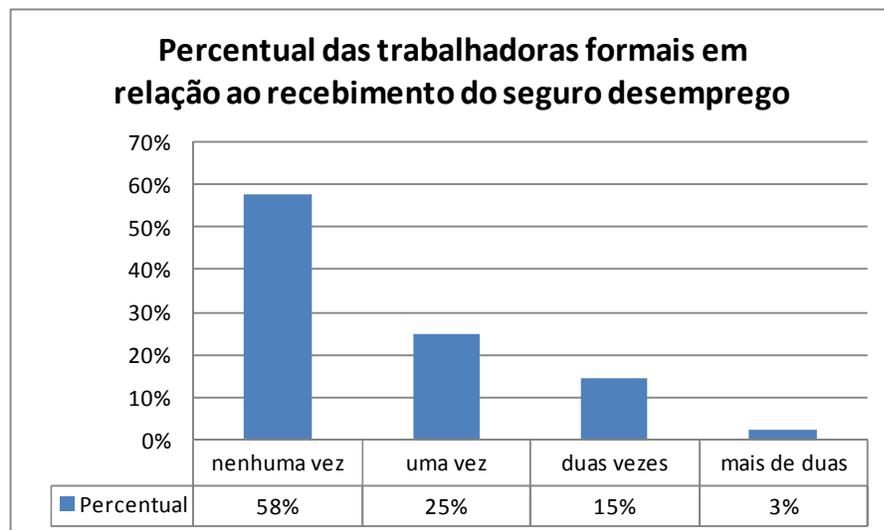
casa recebendo o salário quando tive meu filho”. Percebe-se que cada uma delas indica apenas um entre tantos direitos conquistados pelas(os) trabalhadoras(es) e uma delas mostra a concessão do direito atrelado às metas de produtividade na facção.

Dentre as mulheres com vínculos formais (9%) que disseram não ter acesso aos direitos ou a uma parcela deles, 5% delas também afirmaram que “já precisaram entrar com ações trabalhistas na justiça ou no sindicato contra alguma empresa de confecção para tentar fazer valer seus direitos”. Algumas assim justificaram:

“O patrão não foi justo com os meus direitos e tive que cobrá-los pelo sindicato”; “Tive que entrar na justiça para requerer os direitos trabalhistas não pagos na ocasião da rescisão de meu contrato de trabalho”; “Tive meus direitos negados em uma empresa” (2 respostas); “Para requerer os meus direitos entrei na justiça”; “Tive que fazer isso porque faltou acordo entre as partes” (3 respostas); (Entrevista, junho/2006).

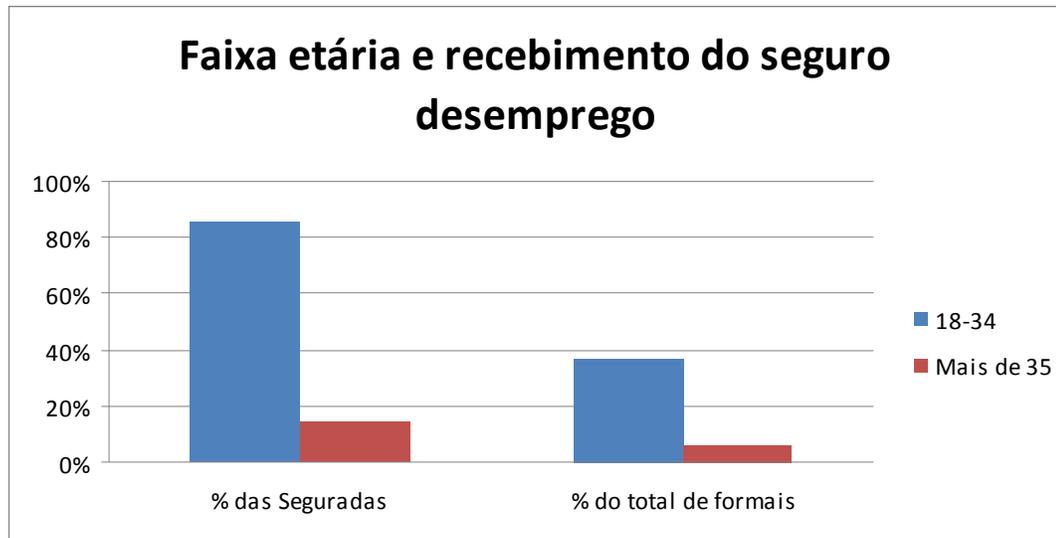
A análise do recebimento do seguro-desemprego, como um dos direitos que protegem o trabalhador, esclarece aspectos sobre a trajetória ocupacional, sobre o acesso dessas(es) trabalhadoras(es) aos contratos formais de trabalho e mostra algumas pistas a respeito do processo de rotatividade das trabalhadoras e dos trabalhadores entre as empresas. Desse modo, por meio da pesquisa verificamos que muitas trabalhadoras formais já receberam o seguro em algum momento de suas trajetórias de trabalho.

GRÁFICO 31



Vimos também que um número expressivo de trabalhadoras formais com até 34 anos de idade já recebeu pelos menos uma vez o seguro-desemprego, ou seja, o número de trabalhadoras formais que tiveram acesso ao benefício é bem menos significativo entre as mulheres mais velhas.

GRÁFICO 32



É importante perceber que algumas trabalhadoras que já haviam recebido o seguro-desemprego, pelo menos uma vez, escreveram nos questionários que aplicaram o dinheiro na compra de uma máquina de costura para trabalhar em casa, ou guardaram o dinheiro para constituir futuramente uma facção. Duas detalharam que usaram o dinheiro do benefício para o mesmo fim, somando-o ao dinheiro recebido no momento da demissão, conforme previsto em lei. Uma delas, que recebeu o benefício mais de uma vez, chegou a ser dona de uma facção de costura, mas voltou para o mercado formal como empregada. Receber o seguro-desemprego enquanto presta serviço em uma facção também parece ser uma prática recorrente em Cianorte.

“Meus planos, quando recebi o seguro, era montar uma facção. Cheguei a comprar duas máquinas, mas desisti e pedi emprego em outra empresa. Pelo menos lá o dinheiro cai certinho no final do mês”;

“Montei minha facção com este dinheiro e com o acerto que fiz com a empresa, chamei uns parentes para me ajudar, mas o duro que trabalhava até de madrugada para dar lucro”;

“Os donos fizeram acerto comigo e até me emprestaram duas máquinas para eu montar a facção em casa”;

“Na empresa tenho direitos que como faccionista não tenho, além de esquentar menos a cabeça”;

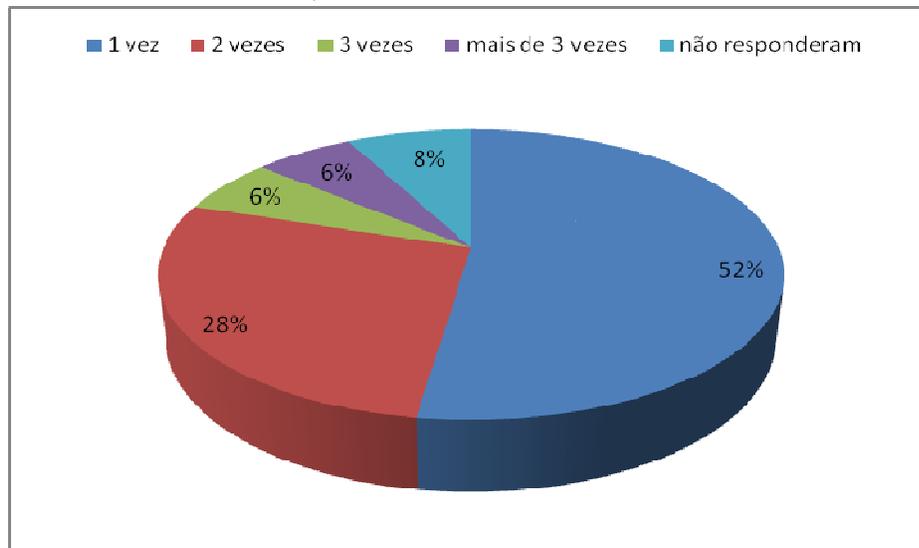
“Fiz facção enquanto recebia o seguro desemprego, depois voltei para outra empresa” (5 respostas);

“Usei o recurso para comprar uma máquina de costura para fazer bicos a noite nos finais de semana, enquanto isso trabalhei em uma facção sem registro” (3 respostas);

“Guardei o dinheiro, quero um dia ser patroa” (Entrevistas, junho 2006).

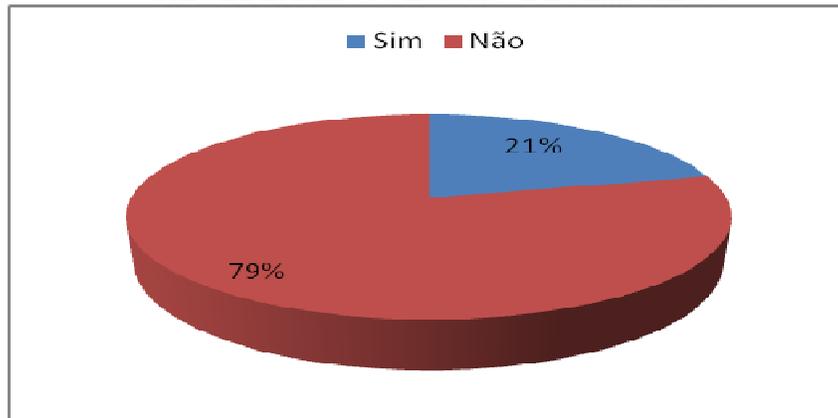
Pelas respostas das trabalhadoras do setor informal, referente ao recebimento do seguro desemprego, vemos que realmente muitas já mantiveram contratos com o setor formal, em um mercado marcado por alta rotatividade, visto que algumas o receberam por mais de uma vez.

**GRÁFICO 33: TRABALHADORAS INFORMAIS:
NÚMERO DE VEZES QUE RECEBERAM SEGURO-DESEMPREGO**



Quanto aos homens desempregados, oito deles (de 22 pessoas) declararam o recebimento do seguro desemprego. Três deles haviam recebido-o de 1 a 2 vezes. Os dados em relação às mulheres desempregadas também ilustram as relações anteriores mantidas por essas trabalhadoras com o setor formal. Fazer uma pizza para homens desempregados

GRÁFICO 34: TRABALHADORAS DESEMPREGADAS: RECEBERAM O SEGURO-DESEMPREGO

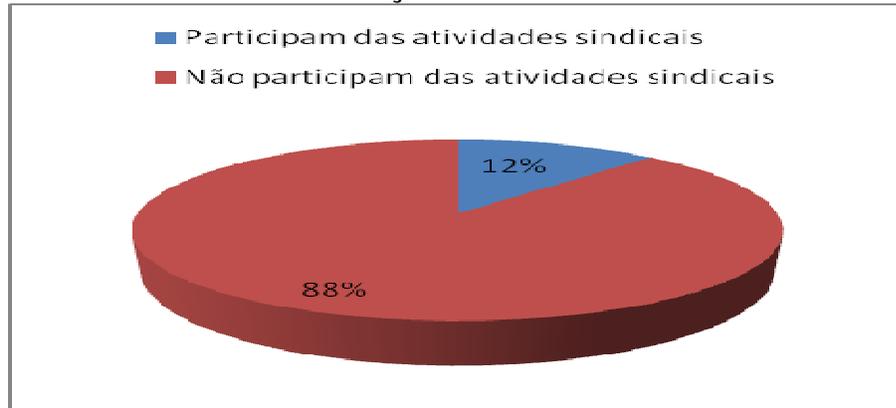


Entre as oitenta e sete trabalhadoras entrevistadas do setor informal, 97% não eram associadas ao SINDCOST. As mulheres não sindicalizadas, em geral por não serem registradas, apresentaram também outras justificativas;

“Porque o sindicato não oferece nada” (1 resposta); “porque não vale a pena” (2 respostas); “Nunca fui convidada” (8 respostas); “porque sou autônoma” (4 respostas); “Não preciso do sindicato” (1 resposta); “Sou responsável por mim mesma” (1 resposta); “Por falta de informação” (14 respostas); “Nunca me interessei” (4 respostas); Porque nunca dá certo de ir, quando a gente fica sabendo já passou o dia” (1 resposta); “Não faço parte” (10 resposta); “Nunca me interessou” (2 respostas); não sou registrada (17 resposta); “Não tenho tempo” (2 respostas); “Não acredito que o sindicato lute pelos empregados, geralmente eles acatam a decisão dos patrões” (3 resposta); (Entrevista junho/2006).

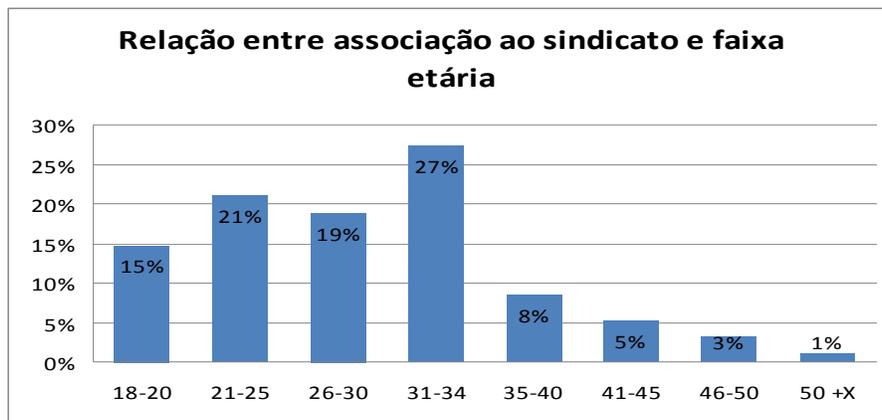
No grupo das trabalhadoras com vínculos formais a maioria era sindicalizada (89%), mas um número pequeno participava das reuniões e assembléias da entidade.

**GRÁFICO 35: TRABALHADORAS FORMAIS SINDICALIZADAS:
PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES**



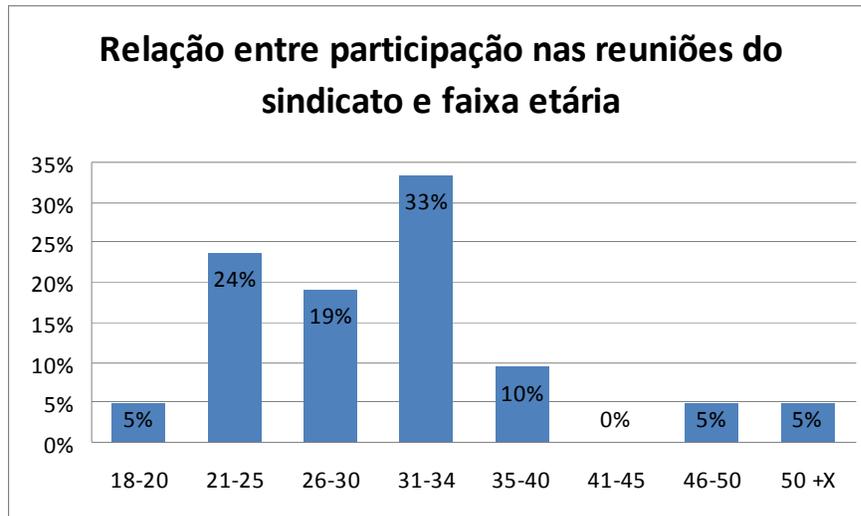
Se compararmos a sindicalização das trabalhadoras formais com a idade, notamos que o número é maior entre as mais jovens que apresentam entre 31 e 34 anos e diminuindo gradativamente com o avanço da idade.

GRÁFICO 36



A quantidade de mulheres que declararam participar das atividades sindicais também mostrou-se mais concentrado entre as mais jovens do setor formal. É claro que não podemos esquecer que nessa faixa etária temos uma quantidade bem maior de contratadas nas empresas.

GRÁFICO 37



Algumas trabalhadoras sindicalizadas, com vínculos formais, justificaram suas respostas;

“Com o registro em carteira automaticamente a gente já pertence ao sindicato da confecção”; “Me associei para obter ajuda quando precisar”; “Sou do sindicato por causa da luta pelos direitos das costureiras”; “Me associei por obrigação” (4 respostas); “Eles defendem nossos direitos”; “Porque facilita em alguma coisa as nossas vidas”; “Acredito na entidade, mas não recebemos ainda os benefícios”; “Porque aqui o sindicato trabalha a nosso favor”; “Porque recebo salário de acordo com a luta realizada pelo sindicato”; “A presidente é mulher e me identifico com ela (5 respostas); “Para ter segurança no trabalho”; “Acredito no sindicato, mas gostaria que ele fiscalizasse mais as fábricas para o bem das costureiras”. “Participo porque eles vêm na firma”; “Participo de vez em quando, mas gosto de saber se estão defendendo nossa causa”; “Participo para me informar das alterações nas leis trabalhistas” (Entrevista junho/2006).

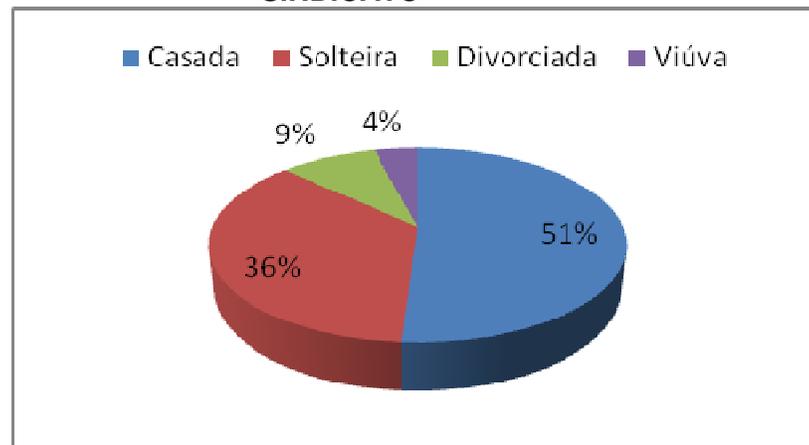
Para um dos diretores do sindicato, entrevistado em junho de 2006, “muitas mulheres não participam das reuniões e assembléias porque têm filhos e por isso disponibilizam de pouco tempo”. Por mais que a afirmação tenha sentido diante das condições vivenciadas pelas trabalhadoras formais e dos resultados das entrevistas demonstrados nos gráficos abaixo, as que não participam de reuniões e assembléias dão também outras justificativas:

“Não me associo pela minha falta de interesse”; “O sindicato das costureiras de Cianorte não visa os interesses dos funcionários, mas os dos patrões”; “O sindicato não apresentou vantagem para nós ainda”; “Por falta de comunicação”; “Um problema é a mensalidade que o sindicato cobra e não está nos ajudando”; “Queria que o sindicato desse um aumento maior ao piso salarial das costureiras, pois no ano de 2006 foi de 28 reais só, um aumento vergonhoso até de se falar”; “A sede do sindicato é em outra cidade e eu não sou de Cianorte”; “Porque nunca fui convocada”; “Não acho que faço parte”; “Com três filhos pequenos, não tenho condições de ir às reuniões”; “Por que não realizam reuniões na empresa?”; “O sindicato é pouco atraente, manipulado por empregadores”; “Só se for para negociar salário, senão estou fora” (Entrevista, junho/2006).

Usando de verbos e terminologias diferenciados, a maioria das mulheres justifica o fato de não serem filiadas ao sindicato, por não serem convidadas a participar das reuniões e por terem críticas à atuação do sindicato.

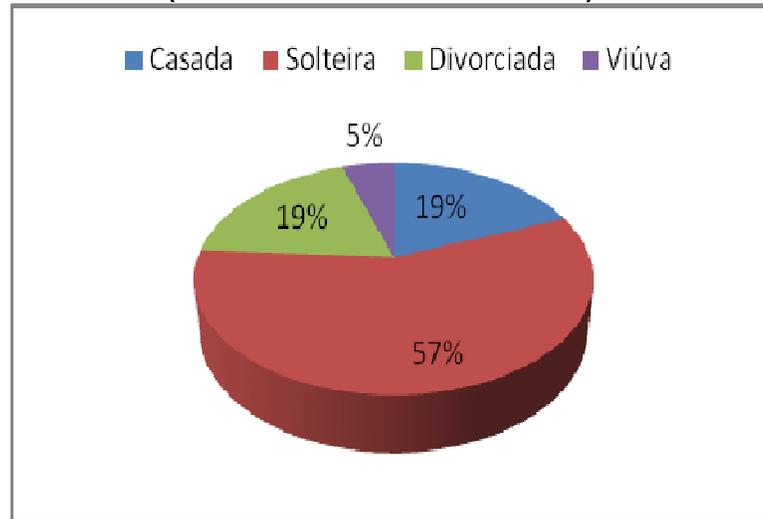
A respeito do perfil das trabalhadoras formais associadas ao Sindicato, lembramos que elas eram, em sua maioria, casadas.

GRÁFICO 38: ESTADO CIVIL DAS TRABALHADORAS FORMAIS ASSOCIADAS AO SINDICATO



Mas, quando comparamos a participação das referidas trabalhadoras com o estado civil, vemos que as solteiras participavam mais das reuniões e das assembléias promovidas pela entidade.

GRÁFICO 39: ESTADO CIVIL DAS PARTICIPANTES DAS REUNIÕES DO SINDICATO (TRABALHADORAS FORMAIS)



Da mesma forma, entre as trabalhadoras com vínculos formais, a quantidade de pessoas sindicalizadas e a sua participação nas atividades e ações da entidade, mostraram estar mais concentradas entre aquelas que possuíam maior nível de escolaridade.

GRÁFICO 40

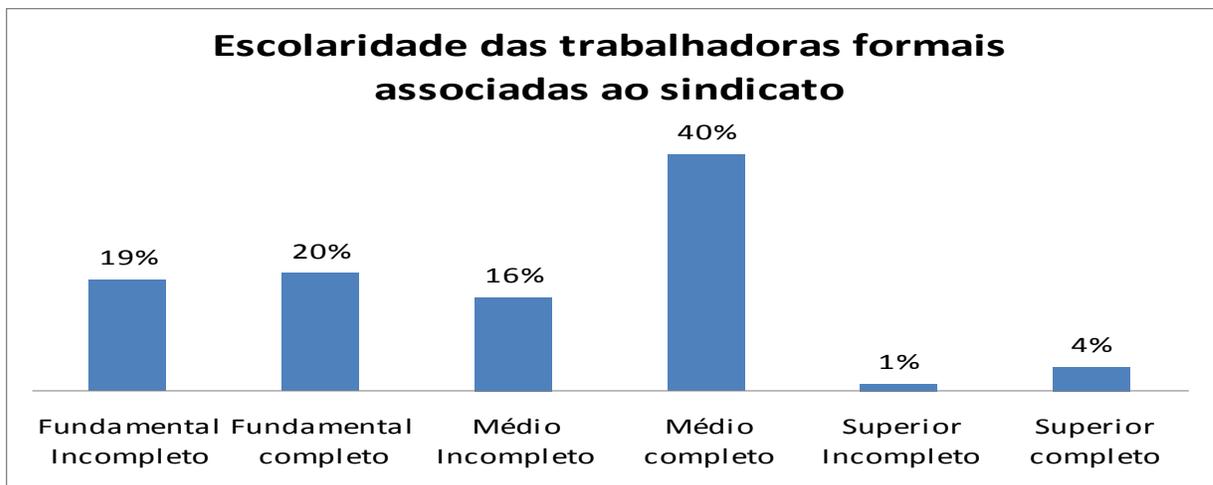
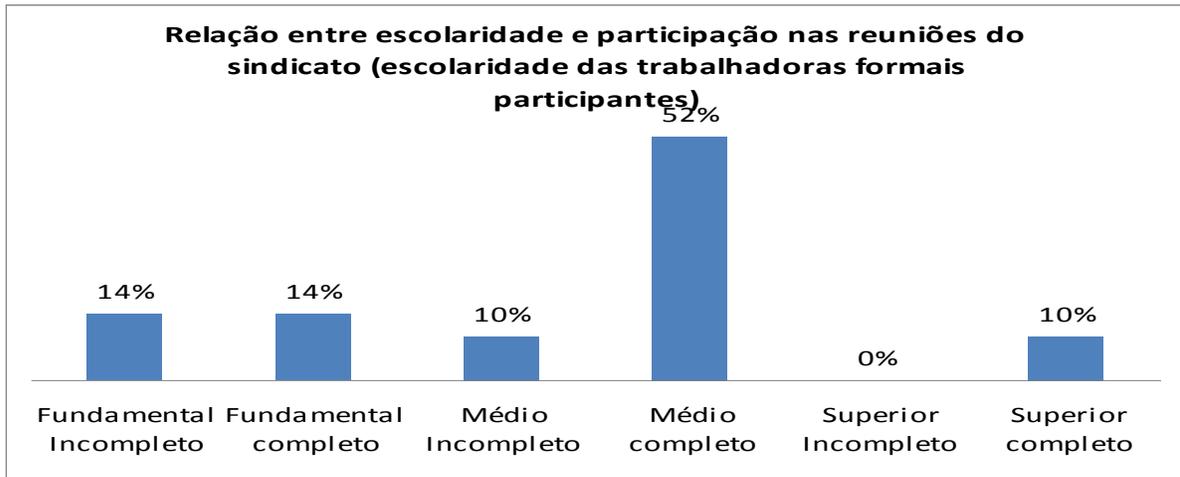
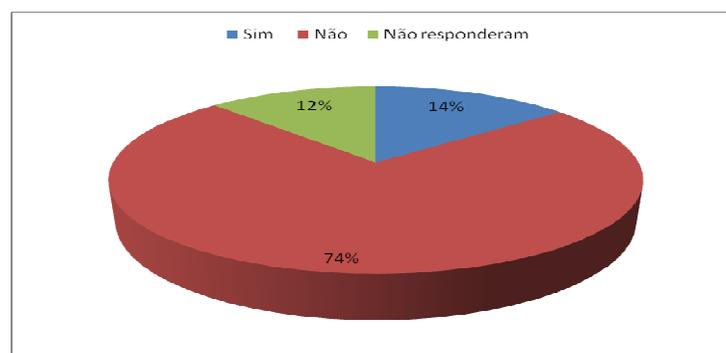


GRÁFICO 41



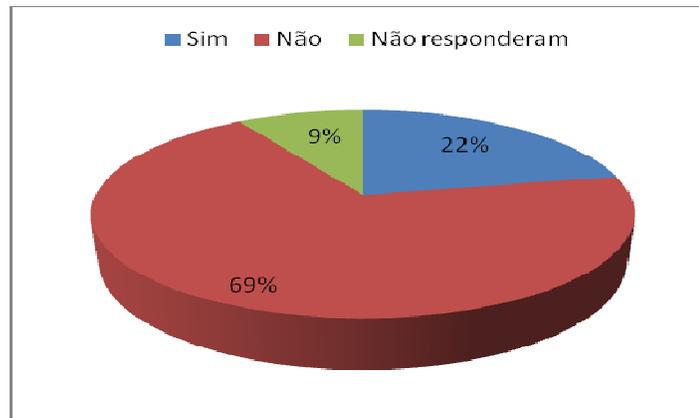
Poucas mulheres que se encontravam desempregadas¹⁰⁵ foram associadas ao Sindicato dos Trabalhadores quando mantiveram vínculos empregatícios com empresas, por isso poucas foram acompanhadas pela entidade no momento da homologação do contrato de trabalho. No grupo masculino também registramos baixos índices de sindicalização.

GRÁFICO 42: TRABALHADORAS DESEMPREGADAS: JÁ FORAM ASSOCIADAS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES



¹⁰⁵ Entre as mulheres desempregadas que disseram não serem associadas ao Sindicato dos Trabalhadores quando possuíam vínculos com o setor formal, algumas justificaram suas respostas; “Não era informada” (4 respostas); “Porque nunca sabia se tinha reunião” (2 respostas); “Por falta de conhecimento” (4 respostas); “Porque nunca me chamaram” (2 respostas); “Por falta de tempo” (4 respostas); “Achava que não era importante” (1 resposta); “porque não era registrada” (5 respostas) (Entrevista junho/06).

GRÁFICO 43: TRABALHADORES DESEMPREGADOS: JÁ FORAM ASSOCIADOS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES



Viabilizar a participação de trabalhadoras das empresas de confecção dessa localidade nas ações do sindicato, diante da extenuante rotina de trabalho e das cobranças excessivas por produtividade, em um ambiente de informalidade crescente, impõe inúmeros desafios à entidade. Segundo nos relatou uma das diretoras do sindicato “a coerção sofrida pelas trabalhadoras que se arriscam a participar das assembleias e de outras ações da entidade é enorme, porque são ameaçadas constantemente de demissão. Sofrem retaliações de vários tipos” (Entrevista, junho 2006).

As trabalhadoras com vínculos informais e que não são sindicalizadas, o que representa uma quantidade expressiva de mulheres desse setor na região, ficam ainda mais desprotegidas por não serem representadas pelo sindicato. As coerções e as pressões sofridas nos seus ambientes de trabalho raramente chegam a ser conhecidas pelos representantes sindicais do setor.

Segundo Gonçalves (2005), quando há uma conquista levada a cabo pela ação das costureiras que trabalham formalmente nas indústrias, as trabalhadoras domiciliares passam a exigir um aumento no valor pago por peça, na mesma proporção do aumento de salário recebido pelas costureiras contratadas com registro em carteira. Pensamos, contudo, que a afirmação de Gonçalves (2005) precisa ser relativizada. Talvez essa demanda ocorra, mas seu cumprimento se restrinja a poucas trabalhadoras.

Algumas costureiras entrevistadas em Japurá, município vizinho de Cianorte, em dezembro de 2006, nos revelaram que quanto mais longe geograficamente de Cianorte, menos se paga pelo preço das peças costuradas.

“Mesmo com a distância e com os gastos com o transporte das mercadorias, muitos empresários trazem roupas aqui e em cidades mais longes para serem costuradas, pagam bem menos pelo serviço, aqui é longe do Sindicato das Costureiras, que acaba atuando mais forte no município sede” (Cidinha, entrevista, dez/2006).

A subcontratação externa ao município, estudada pelo IPARDES (2004), também é tratada por Gonçalves (2005). O autor comenta que para ampliar a indústria, uma das iniciativas dos empresários vem sendo a transferência de parte das suas linhas de produção, ou mesmo toda a linha de produção, para cidades menores do seu entorno (sobretudo da sua microrregião geográfica), em busca de mão-de-obra mais barata e melhores incentivos públicos e fiscais, com a finalidade de baratear os custos. Essas cidades vêm oferecendo vários incentivos aos empresários interessados em abrir novas unidades industriais fora de Cianorte. As prefeituras cedem terreno e financiam a longo prazo o barracão e os equipamentos necessários, desde que haja o comprometimento do empresário em gerar empregos utilizando-se da mão-de-obra local¹⁰⁶.

Assim, em um ritmo crescente, muitas estratégias de gestão e organização do trabalho, com vistas à redução de custos, têm fomentado a difusão da terceirização em diferentes regiões onde o preço da força de trabalho é menor. Na região estudada muitas prefeituras de municípios menores¹⁰⁷ atraem as empresas já prometendo que os

¹⁰⁶ Dados do SINVEST demonstram que 10% dos empresários que possuem uma ou mais unidades industriais em Cianorte, também possuem outras unidades em outras cidades do próprio Paraná ou de outros estados, sobretudo São Paulo e Santa Catarina. Tal realidade já foi também analisada por Maia (1994) e Gonçalves (2005).

¹⁰⁷ A falta de indústrias têxteis para fornecer às empresas a matéria prima (os tecidos), faz com que as mesmas recorram a outros estados. A maioria dos aviamentos é fornecida pelos grandes atacados de São Paulo. As lavanderias cianortenses são cerca de 13 em estado regular, de grande e médio porte. Agregado a confecção, há o bordado, a serigrafia e a pintura, realizados por munícipes e/ou terceirizados das cidades satélites de Cianorte. http://www.cianorte.pr.gov.br/cianorte_dados_cianorte.php, 2007:01. Acesso em 15/02/2007.

seus gastos serão simplificados, a fim de promover emprego nas suas localidades e/ou na intenção de obter votos.

Nossas observações de campo, em viagens realizadas pela região, nos mostraram que com uma quantidade crescente de facções industriais e de micro empresas, que muitas vezes atuam na ilegalidade, mais distantes geograficamente de um sindicato, com poucos recursos financeiros para fiscalizar a atuação de empresários, muitas trabalhadoras do setor informal e do setor formal sem registro em carteira ficam cada dia mais abandonadas em relação à garantia de seus direitos mais elementares.

Por outro lado, a pesquisa nos deu pistas da atuação de muitas mulheres que, mesmo sem o registro em carteira, reivindicam seus direitos junto ao sindicato da categoria: “Eu não sou registrada aqui em Japurá, mas cobro da facção tudo que fico sabendo que as costureiras de Cianorte conquistaram. Quando posso passo no sindicato para saber o que preciso cobrar” (Entrevista, Japurá, junho/2006); “Uma de nós sempre vai a Cianorte para buscar roupas e aproveita para saber sobre a situação de nosso piso salarial” (Entrevista, Tuneiras do Oeste, junho/2006); “Não sou do sindicato, mas fico por dentro de tudo que as costureiras conseguem nas negociações em Cianorte. Se eu morasse mais perto iria nas reuniões, mas se eu sair daqui pra ir, perco um dia inteiro de trabalho” (Entrevista, Tuneiras do Oeste, junho/2006).

Vemos que também em Cianorte, ocorre que, mesmo inseridas em um processo de fragmentação e individualização constantes e “com a capacidade de resistência enfraquecida” (AMORIM, 2003: 65), muitas trabalhadoras do setor informal “passam a cobrar seus direitos básicos, tomando os atuais acordos sindicais como referência para negociar com os intermediários nas facções” (JONAS, 2003: 5).

Mesmo diante dos impasses e dos desafios contemporâneos pelos quais passam o sindicalismo brasileiro, com as significativas mudanças no mundo do trabalho, o sindicato parece ainda despontar como uma das principais alternativas de garantia de direitos para essas trabalhadoras.

Além de ser bastante recente, o sindicato dos trabalhadores do setor de confecções de Cianorte sofre dificuldades com a diminuição das taxas de sindicalização, sobretudo pelo aumento expressivo das trabalhadoras e dos

trabalhadores “instáveis” e “precarizados” que persistem na região estudada. Como qualquer outro sindicato atualmente, passa a ser cada dia mais desafiador organizar as(os) trabalhadoras(es) vinculadas(os) à economia informal, trabalho que se torna ainda mais difícil quando se leva em consideração as pontas mais precarizadas dessa cadeia produtiva, com um número expressivo de trabalhadores e trabalhadoras atuando isoladamente em seus domicílios.

Acompanhando durante os últimos quatro anos as ações do SINDCOST, vemos que mesmo com todas as barreiras por ele enfrentadas, esse sindicato tem se tornado menos burocratizado atualmente e menos distante das necessidades demandadas pelas trabalhadoras. Parece-nos que o fato de ser, liderado, nessa nova gestão, por uma mulher, também costureira, tornou-o mais representativo diante do grande contingente de mulheres empregadas no setor.

Como ocorre em todas as regiões do estado¹⁰⁸, o SINDCOST/Cianorte¹⁰⁹ representava no início de 2005, 7.000 trabalhadores, 80% deles eram mulheres, concentradas principalmente nas funções de: costureiras, arrematadeiras, revisadeiras e modelistas. Mesmo estando diante de um setor que emprega, em sua grande maioria, mulheres, vimos que entre as sete lideranças sindicais entrevistadas na época, apenas três eram do sexo feminino. E mesmo que a quantidade ainda seja baixa, entendemos que o fato das mulheres estarem à frente dessa organização sindical demonstra hoje uma ruptura, em relação a todo um histórico de marginalização da sua capacidade e habilidade política.

São ainda as mulheres que sofrem as principais mazelas da precarização do trabalho e também são elas as principais vítimas do paradoxo do crescimento do

¹⁰⁸ A título de ilustração, lembramos que na Cadeia Têxtil e de Confecções do Paraná. Mesmo diante da sazonalidade que caracteriza a produção no setor, o SINCONFEMAR/Maringá representava uma média de 12 mil trabalhadores e dos 6 mil sócios, 82% eram do sexo feminino. No Sindicato do Vestuário de Curitiba, 90% dos trabalhadores do setor eram mulheres, em sua grande maioria costureiras. O SINFITEC/Londrina representava uma média de 3.200 trabalhadores em empresas localizadas em Londrina, Cornélio Procópio, Uraí e região, 75% deles eram mulheres; só em uma empresa (Fiação de Seda, de Cornélio Procópio), onde o sindicato possuía uma sub-sede, elas representavam 80% da mão-de-obra. No SINDDTFT/Goioerê as costureiras também eram a maioria. Apenas do Sindicato que abrange o setor de confecções de Curitiba ouvimos que o número de mulheres filiadas é praticamente o mesmo que o número de trabalhadores do sexo masculino (Entrevistas, 28/01/2005).

¹⁰⁹ Referimo-nos a: LIMA, Ângela M.S. Uma análise sobre os impactos da reestruturação produtiva nas organizações representativas dos trabalhadores do setor têxtil/vestuário do Paraná”. Revista Terra e Cultura da UNIFIL, n. 41, ano. 21. 2008. ISSN 0104-8112.

emprego feminino num contexto de crise, como observamos: “menores salários, maior instabilidade, condições de trabalho acumulando atividades domésticas e profissionais, maior desemprego, impactos previsíveis sobre a saúde”, controladas no setor de confecções, segundo modalidades tayloristas de organização do trabalho (HIRATA, 1998: 19). Por essas razões compreende-se as dificuldades impostas à essas trabalhadoras para trilhar a organização política ainda hoje, mesmo diante de tantas conquistas adquiridas por suas históricas lutas coletivas.

QUADRO 8: SINDICATOS DOS TRABALHADORES DA CADEIA TÊXTIL/VESTUÁRIO DO PARANÁ EM 2005

SINDICATOS	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES	LÍDERES SINDICAIS (PRESIDENTES)
SINDITEXTIL Curitiba	Melhores salários e repúdio ao banco de horas	Homem
SINFITEC Londrina	Melhores salários e condições de trabalho	Homem
SINDDTFT Goioerê	Melhores salários, plano de saúde e cesta básica	Mulher
SITRAVEST Curitiba	Maior qualificação profissional	Mulher
STIVAR Apucarana	Melhores salários e cesta básica	Mulher
SINDCOST Cianorte	Melhores salários e condições de trabalho	Homem
SINCONFEMAR Maringá	Respeito aos trabalhadores e melhores salários	Homem

FONTE: Pesquisa de campo (entrevistas realizadas em jan e fev de 2005)

Esse contexto de mutações no trabalho e nas agendas dos sindicatos permite compreender porque, para o período pesquisado, suas principais reivindicações giravam ainda em torno da manutenção do emprego e dos direitos trabalhistas mais básicos, por exemplo, melhores salários e condições de trabalho, como cobrados pelas costureiras do SINDCOST do município de Cianorte, como pode ser visto no quadro 08.

Numa análise mais geral, como já demonstrou Rodrigues (2003), com a reestruturação produtiva, ou seja, com as transformações na produção, na organização e gestão do trabalho, a agenda sindical se voltou para o interior das empresas, discutindo mais diretamente temas relacionados aos problemas mais imediatos sofridos

no cotidiano do trabalho. É também esta a constatação que fazemos através da análise das principais reivindicações dos trabalhadores do setor têxtil e de confecções no Paraná nos últimos anos.

Nos municípios-sede visitados percebemos que a distância geográfica era algo que exigia a presença de interlocutores, para auxiliar na articulação política e organização das atividades sindicais. Além desses articuladores por cidade e região, a maioria deles necessitava de representantes por empresa. Mas a carência de recursos financeiros apresentada por boa parte dos sindicatos, muitas vezes não permitia quaisquer medida de descentralização organizativa.

Problemas vivenciados pelos sindicatos pesquisados obstruíam ainda mais a participação de homens e de mulheres, além da centralização de tarefas dos dirigentes e da baixa alternância entre os líderes sindicais no poder (geralmente homens). Os sindicalistas disseram enfrentar dificuldades financeiras para manterem as entidades em funcionamento, mesmo diante do número crescente de benefícios oferecidos aos trabalhadores, por meio dos convênios estabelecidos com empresas privadas de prestação de serviço.

A assinatura de diferentes tipos de convênios tem sido uma prática recorrente nesses sindicatos. Como benfeitorias e também estratégias para atrair as trabalhadoras e os trabalhadores para o sindicato, o SINDCOST oferece hoje um cartão de crédito que dá direito a consultas com quase todas as especialidades médicas existentes no município, a compras com desconto nos supermercados da região e a remédios. Oferece ainda um Kit com material escolar para os filhos dos trabalhadores no início de cada ano letivo. “Além disso, o sindicato está construindo uma nova sede onde será instalada a Farmácia do Trabalhador e consultórios médicos”, narrou EL (Entrevista, 04/02/09).

Atualmente o SINDCOST¹¹⁰ possui seis funcionários na sede central, localizada em Cianorte e uma diretoria com dezessete membros (12 mulheres e 5

¹¹⁰ O SINDCOST foi criado em 1985 como uma Associação de Trabalhadores e só em 1988 se tornou o Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas de Cianorte. A atual presidente está no cargo desde 2005, quando substituiu a então presidente (homem) que faleceu.

homens). Apenas EL fica na sede atendendo aos trabalhadores. Os demais dezesseis representantes continuam nas fábricas realizando suas funções, em geral como costureiras, passadores e auxiliares de corte.

EL afirmou que o SINDCOST não tem representantes sindicais por empresas, contando apenas com a atuação dos dezesseis diretores que acabam fazendo esse trabalho em todas as cidades que compõem a região atendida pela entidade.

É porque os representantes sindicais não têm estabilidade e ficam muito vulneráveis à demissões e perseguições dos proprietários. Qualquer reclamação dos trabalhadores que eles trazem ao sindicato é motivo para demiti-los. Já os diretores gozam dessa estabilidade no emprego. Mesmo com estabilidade, a maioria das diretoras e dos diretores não são muito atuante porque sofrem coerção dos patrões dentro das empresas. Muitos são forçados a pedir demissão por terem esse cargo no sindicato (EL, Entrevista, 04/02/09).

Nesse relato EL não menciona problemas financeiros para a descentralização dessas ações, mas enfatiza complicadores relacionados a situação de vulnerabilidade a que ficam sujeitos as diretoras e os diretores sindicais nas empresas, diante das relações hierarquizadas e autoritárias com que se deparam no dia-a-dia de trabalho nesse setor.

Segundo Araújo, Cartoni e Mello Justo (2001) a inexistência de formas de representação dos trabalhadores no interior das empresas, o fato de o sindicato atuar na porta de fábrica e ter dificuldade de se fazer presente em uma parte importante das empresas de sua base, certamente constitui um grande empecilho para que os trabalhadores organizados possam exercer influência suas demandas.

Os problemas aqui descritos não são exclusivos do sindicato dos trabalhadores de confecção de Cianorte. Nos chamados modelos de modernização e de reestruturação produtiva que vem sendo instaurados nas empresas do setor, não há espaços para a voz dos trabalhadores, menos ainda para as trabalhadoras. Impor esse direito significa na maioria das vezes assinar a demissão. Os sindicatos, como canais de reivindicação, que deveriam fazer ecoar essas vozes, ficam na verdade acuados diante dos temores reais das(os) trabalhadoras(es).

De maneira semelhante os trabalhadores de muitos outros setores vivenciam um grande paradoxo. De um lado os novos modelos de gestão e de organização do trabalho exigem estabilidade e envolvimento dos indivíduos no processo de trabalho (autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação) e, de outro, os vínculos empregatícios se tornam cada vez mais precários e instáveis (HIRATA e PRETECEILLE, 2002). Parafraseando Druck (1996), podemos dizer que a flexibilização do trabalho é um dos principais objetivos da reestruturação produtiva e um de seus maiores efeitos tem sido a fragmentação dos coletivos de trabalhadores com um processo crescente de individualização, informalização e precarização do trabalho. Esse processo enfraquece a identidade de classe dos trabalhadores, reforçando a divisão e a concorrência entre os mesmos, o que dificulta e fragiliza a ação sindical.

5.5 Aquisição das Roupas, Rua da Moda e EXPOVEST

Nos propomos a saber nesse item se e como as trabalhadoras formais e informais de Cianorte adquiriam suas próprias roupas no mercado local, o que pensavam sobre o valor pago pelas peças produzidas na localidade, se e como participavam da EXPOVEST¹¹¹ e da Rua da Moda.

Lembramos que uma pesquisa realizada pelo IEMI, em janeiro de 2006, mostrou que cerca de 70% dos brasileiros compram roupa mensalmente. Em média adquirem 2,3 peças por mês. Mas as roupas não costumam fazer parte do planejamento orçamentário das famílias. O instituto constatou que 58% da decisão de compra acontece nas vitrines e na primeira vez que a pessoa viu o produto, ou seja,

¹¹¹ A EXPOVEST foi criada em 1989 por um grupo de 50 empresários do setor de confecções, durante a realização da Festa das Nações. A primeira edição aconteceu em 1990, debaixo de barracões de lonas, ao lado do ginásio de esportes, juntamente com a festa de aniversário da cidade (26 de julho). A feira é realizada em duas edições anuais, Outono/Inverno, no mês de março e Primavera/Verão, no início de agosto.

uma compra por impulso. Mas 32% planejam a compra para depois, e desses dois terços voltam para comprar o produto (Gazeta Mercantil, 20/072006: 1).

Pela pesquisa que fizemos 42% das trabalhadoras informais disseram adquirir roupas mensalmente e do total de entrevistadas (formal, informal e desempregadas), muitas afirmaram comprar suas roupas em Cianorte, mesmo considerando-as caras.

TABELA 23: COMPRAM E CONSIDERAM CARAS AS ROUPAS VENDIDAS EM CIANORTE

ITENS SOLICITADOS	TRABALHADORAS	SIM	NÃO	AS VEZES	NÃO RESPONDERAM
COMPRAM SUAS ROUPAS EM CIANORTE	INFORMAIS	79%	3%	18%	-
CONSIDERAM CARAS AS ROUPAS VENDIDAS EM CIANORTE	INFORMAIS	74%	19%	7%	-
COMPRAM SUAS ROUPAS EM CIANORTE	FORMAIS	76%	3%	16%	5%
CONSIDERAM CARAS AS ROUPAS VENDIDAS EM CIANORTE	FORMAIS	71%	20%	9%	-

Um das trabalhadoras que consideraram caras as roupas vendidas no município e que não as adquiria em Cianorte, afirmou comprá-las no município de Maringá e outra em São Paulo. Essa última assim escreveu no questionário: “aproveito para comprar as roupas para a família, quando faço compras de roupas para revender”. Outras seis mulheres, compiladas na mesma situação, disseram fabricar suas próprias roupas e as peças usadas pelos filhos em casa.

A distância de Cianorte em relação a outros municípios pode ser um fator que impede muitas trabalhadoras e trabalhadores de comprarem suas roupas fora da localidade, mesmo afirmando que os preços cobrados pelas peças são muito altos.

Em relação aos preços das roupas, respostas muito parecidas foram colhidas entre as trabalhadoras formais. Difere o fato de que 70% delas adquirem roupas mensalmente. Dentre as entrevistadas que consideraram caras as roupas vendidas em Cianorte, destacamos algumas justificativas;

“A gente faz a roupa e não pode comprar”; “Só compro quando tem promoção” (10 respostas); “Compro peça com algum estrago, fica mais barato, ou só na ponta de estoque” (11 respostas); “Eu mesmo faço minhas roupas”; (3 respostas); “Eu já estraguei uma peça da Osmoze para tentar comprá-la depois na banca”; “Faço as roupas para as crianças, mas para minhas meninas que são jovens acabo tendo que comprar peças de jeans e de marca ainda” (Entrevista, junho/2006).

TABELA 24: RELAÇÕES DAS TRABALHADORAS COM A RUA DA MODA E A EXPOVEST

	TRABALHADORAS	SIM	NÃO	ÀS VEZES	NÃO RESPONDERAM
FREQÜENTAM A RUA DA MODA	INFORMAIS	4%	48%	48%	-
FREQÜENTAM A RUA DA MODA	FORMAIS	23%	32%	37%	7%
PARTICIPAM DA EXPOVEST	INFORMAIS	44%	41%	7%	8%
PARTICIPAM DA EXPOVEST	FORMAIS	58%	22%	16%	4%

As roupas comercializadas no município são consideradas caras também pelas trabalhadoras mais jovens do setor formal, na faixa etária entre 21 e 30 anos, mesmo levando em consideração que as mesmas freqüentam mais a Rua da Moda, quando comparamos esse dado com as mulheres com mais idade.

TABELA 25: TRABALHADORAS FORMAIS: DE 21 A 30 ANOS QUE CONSIDERAM CARAS AS ROUPAS VENDIDAS EM CIANORTE

TRABALHADORAS FORMAIS: DE 21 A 30 ANOS CONSIDERAM CARAS AS ROUPAS VENDIDAS EM CIANORTE	PORCENTAGEM
Às Vezes	8%
Não	34%
Sim	56%
TOTAL	100%
FREQÜENTAM A RUA DA MODA	
Às Vezes	20%
Não	29%
Sim	51%
TOTAL	100%

No grupo das trabalhadoras formais que consideraram baratas as roupas produzidas na cidade, algumas relataram;

“Só são caras certas marcas, mas essas eu não compro”; “É mais barato que em outros lugares que já fui”; “Se souber procurar, não é caro”; “Depende da loja e da marca”; (11 respostas) “Depende da época do ano” “Acho as calças jeans muito caras, aliás, meu sonho é comprar uma peça *premium*¹¹². O restante não é caro não” (1 resposta) “Tem para todo tipo de condição financeira” (Entrevista, junho/2006).

Determinadas trabalhadoras comentaram comprar roupas nesses municípios para revender¹¹³. Foi o caso das que citaram como locais de venda São Paulo, Londrina e Maringá. Vê-se também por essa questão a incidência de outra atividade extra realizada pelas trabalhadoras formais das empresas de confecção de Cianorte.

Boa parte das lojas está concentrada na Rua da Moda. Como a Rua é um espaço social importante para os moradores da localidade, perguntamos se as trabalhadoras informais e formais freqüentavam-na. Perguntamos também se a freqüentavam na condição de visitantes, consumidoras ou trabalhadoras. Tomando apenas as que afirmaram freqüentar a Rua da Moda, a maioria das trabalhadoras informais o faz na condição de trabalhadora e a maior parte das trabalhadoras formais o faz na condição de visitante.

Na feira trabalham muitos moradores locais na condição de temporários. A intensificação desse trabalho subcontratado ocorre já nos meses que antecedem a EXPOVEST. Para dar conta de disponibilizar excedentes de peças de variedades distintas e disponibilizá-las à pronta entrega, os empresários do setor mobilizam a força do trabalho barata e não registrada de muitas costureiras do município e região.

¹¹² Para uma peça jeans ser considerada *premium*, ela precisa seguir três regras: ser produzida com tecidos de qualidade, como os italianos e os japoneses, considerados os melhores do mundo, ter lavagens diferenciadas e *possuir* um caimento e uma modelagem perfeita, claro, sem esquecer o fator exclusividade. Quanto menos peças forem produzidas de cada item, mais desejado e de alto custo é o produto. [...] Essas peças, que prezam a excelência de qualidade e carregam um forte apelo de glamour e de status custam em média US\$ 300 no exterior e até R\$ 2.500 no Brasil. Hoje, no mundo, os grandes mercados de consumo do jeans *premium* são os EUA, o Japão e a Alemanha, e, apesar de o mercado *premium* no Brasil ainda ser pequeno, sinaliza com um grande potencial de crescimento. (MIRRIONE Henriete, Paraná *On line*, 11/6/2006).

¹¹³ Nas respostas das trabalhadoras formais que indicavam outros lugares onde adquiriam suas roupas, apontou-se as seguintes cidades: Curitiba (1 pessoa); Peabiru (1 pessoa); Londrina (8 pessoas); Maringá (15 pessoas); Campo Mourão (3 pessoas); São Paulo (1 pessoa); Japurá (3 pessoas).

Como nos afirmou uma informante, em junho de 2006, “a procura pelo trabalho faccionista e domiciliar no período da Feira cresce significativamente”. Esse dado também pôde ser percebido no capítulo 02, quando demonstramos os picos de aumento da demanda e da produção de *jeans* e de modinha nas facções durante o período da EXPOVEST.

As mulheres mais jovens do setor formal mostram participar mais da respectiva feira também na condição de visitantes.

TABELA 26 - TRABALHADORAS FORMAIS: DE 21 A 30 ANOS QUE PARTICIPAM DA EXPOVEST

TRABALHADORAS FORMAIS DE 21 A 30 ANOS PARTICIPAM DA EXPOVEST	PORCENTAGEM
ÀS VEZES	12%
NÃO	29%
SIM	59%
TOTAL	100%
PARTICIPAM DA EXPOVEST NA CONDIÇÃO DE:	
CONSUMIDORA	19%
NÃO FREQUENTAM	29%
TRABALHADORA	8%
VISITANTE	44%
TOTAL	100%

Na verdade grande parte das entrevistadas que disseram freqüentá-las como trabalhadoras, em algum momento o fazem como consumidoras ou como visitantes, pois a Rua da Moda é também um espaço sócio-cultural de entretenimento para as pessoas que tem na localidade poucas opções de lazer, principalmente no período da EXPOVEST, quando a Rua fica muito movimentada e atrai pessoas de outras localidades para compras e visitas. Pode se afirmar, porém, que muitas trabalhadoras adquirem suas roupas em Cianorte, mas essas peças geralmente não são compradas na Rua da Moda, visto que a maioria das lojas concentradas na Rua trabalha com o atacado.

Sobre o preço das roupas produzidas em Cianorte, 14 homens, com vínculos formais comentaram considerá-las caras e desses apenas 8 disseram adquiri-las no

município. No grupo masculino, com vínculos informais todos disseram comprar as roupas no município, mas a mesma quantidade deles afirmou que “as peças são muito caras”. Destacamos as justificativas escritas por alguns homens do setor formal que indicaram não adquirir suas roupas na localidade. Determinadas diferenças quanto à aquisição das vestimentas se destaca nesses relatos;

“É minha esposa que compra minhas roupas” (5 respostas); “Não sei onde minha mulher adquire as roupas, eu só visto”; “Minha namorada compra”; “Quase não entro nas lojas”; “Aqui a roupa é caro, só compensa se comprar no atacado”; “Só compro quando não tem jeito mesmo” (Entrevista, junho/2006).

Em relação aos homens¹¹⁴ do setor formal, 14 disseram freqüentar a Rua da Moda na condição de visitantes, 7 na condição de trabalhadores e um na condição de consumidor. Na EXPOVEST¹¹⁵, 9 homens a visitam, 9 exercem algum trabalho durante a feira e 4 frequentam-na para consumirem algum produto. Entre os cinco homens com vínculos informais, destaca-se que 3 deles disseram freqüentar tanto a Feira como a Rua da Moda na condição de trabalhadores.

Os dados apresentados nesse subtítulo ajudam a ilustrar o que já foi debatido ao longo dos demais itens sobre o perfil e as condições precarizadas de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores da cadeia produtiva de jeans e de modinha de Cianorte e região. Além do fato de que elas conhecem os meandros do processo, entendem mais do que outros moradores, sobre o custo real das peças. Tudo isso deixa patente a disparidade e o grau de exploração a que estão submetidas.

¹¹⁴ É difícil fazer a comparação entre os dois setores, levando em conta que poucos homens do setor informal responderam aos questionários, mas, de antemão, percebe-se que muitos homens atuam como visitantes e também como trabalhadores no evento, que geralmente ocorre nos shoppings e lojas instaladas na Rua da Moda.

¹¹⁵ A feira que, em julho de 2008 completou a 22ª edição na cidade, em dezoito anos de organização, é realizada pela APL Cianorte e a ASCOVESTE, junto com a Prefeitura e Câmara Municipal de Cianorte e a ASAMODA. Nessa última edição, os principais compradores eram lojistas provenientes principalmente do Paraná, interior de Minas Gerais, São Paulo e interior de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e alguns de Rondônia.

5.6 Sintetizando a Pesquisa

Dentre os achados da pesquisa, descritos e analisados nesse capítulo, gostaríamos de enfatizar que a maioria das trabalhadoras das empresas de confecção ganhava o equivalente ao piso da categoria, enquanto entre as trabalhadoras com vínculos informais prevaleceu pisos menores ou iguais ao piso da categoria, comprovando o que já foi também demonstrado no capítulo 02 dessa tese, quando relatando as entrevistas das(os) faccionistas e das(os) empresárias(os), demonstrando as rendas mensais bem mais baixas entre as trabalhadoras de facções.

Poucas trabalhadoras formais disseram receber alguma quantia relativa à participação nos lucros e resultados da produção na empresa, ou seja, apenas 29 dentre as 149 entrevistadas. No grupo das que tinham acesso ao benefício, estavam representadas as trabalhadoras que recebiam mais que o equivalente ao piso salarial das costureiras.

Muitas mulheres do setor informal (25%) revelaram trabalhar nos finais de semana e 69% delas gostariam de trabalhar numa empresa do setor de confecções em Cianorte, com registro em carteira.

Apesar das mudanças tecnológicas que ocorreram na produção, acabamento e customização de peças do vestuário nessa localidade, a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores com vínculos formais afirmou ter exercido as mesmas funções nos seus ambientes de trabalho desde que entraram na empresa. Essas(es) trabalhadoras(es) atuavam há aproximadamente três anos na mesma função dentro da empresa e disseram não ter presenciado mudanças tecnológicas importantes nos seus instrumentos de trabalho .

Muitas mulheres do setor formal se mostraram satisfeitas com o seu emprego. O dado pode indicar que haja uma satisfação maior entre elas por estarem amparadas pela condição do registro em carteira, pois um número expressivo de trabalhadoras formais respondeu gozar de seus direitos trabalhistas básicos (91%). Comparadas às condições vivenciadas pelas trabalhadoras informais, no que tange ao amparo social e ao acesso aos direitos, como mostramos nesse capítulo, as diferenças são muito grandes.

No grupo das trabalhadoras informais, mesmo diante de uma árdua rotina diária, muitas enxergam seu trabalho na facção como permanente (55% delas). Sabemos que elas, com menor escolaridade e menos acesso aos cursos de qualificação profissional, acabam tendo menos chance de serem contratadas nas empresas formais do setor, com carteira assinada. Porém, há uma rejeição muito grande à proposta de que suas(eus) filhas(os) trabalhem no setor de confecção, sendo maior ainda entre os homens e entre as trabalhadoras informais (56,3%).

Muitas trabalhadoras do setor informal declararam conviver com uma rotina diária de trabalho bastante extenuante, com dupla e, às vezes, tripla jornada. O problema fica mais significativo quando notamos que uma proporção representativa delas já teve algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho, em especial entre aquelas que hoje estão desempregadas.

Entre as que possuíam vínculos formais, a faixa etária mais representativa de mulheres que indicaram ter adquirido algum problema de saúde por conta das condições de trabalho está nas idades que variam entre 26 e 30 anos. O dado mais relevante é que a maioria das trabalhadoras formais que está ou esteve doente trabalhar com confecção em casa.

As trabalhadoras formais que apresentaram problemas de saúde por conta das condições de trabalho estão há mais tempo em funções relacionadas à área de confecção de roupas, exercendo as atividades de costureiras e auxiliares de costura.

Verificando o recebimento do seguro-desemprego, pelas(os) trabalhadoras(es), notamos indicadores a respeito da sua trajetória ocupacional, ou seja, percebemos o acesso dessas(es) trabalhadoras(es) aos contratos formais de trabalho, ao mesmo tempo em que isso nos possibilitou lançar uma nova pista de pesquisa, a respeito do processo de rotatividade das trabalhadoras e dos trabalhadores entre as empresas de confecção do município e região. Chega-se a esta hipótese pelo número expressivo de trabalhadoras formais com até 34 anos de idade que já recebeu pelos menos uma vez o seguro-desemprego.

É importante perceber que algumas trabalhadoras que já haviam recebido o seguro-desemprego, pelo menos uma vez, escreveram nos questionários que aplicaram o dinheiro na compra de uma máquina de costura para trabalhar em casa,

comprovando que suas jornadas de trabalho são muito mais extensivas do que as jornadas dos homens.

Quando analisamos o contato das trabalhadoras e dos trabalhadores com a EXPOVEST e a Rua da Moda notamos que um parcela significativa delas(es) freqüenta estes espaços e evento na condição de trabalhadores. Isso ajuda a ilustrar a visível participação, observada nas visitas ao município durante a EXPOVEST, dessas(es) trabalhadoras(es) atuando no evento na condição de temporários. A intensificação desse trabalho subcontratado ocorre já nos meses que antecedem a EXPOVEST, para dar conta de disponibilizar excedentes de roupas à pronta entrega.

No grupo das trabalhadoras com vínculos formais a maioria era sindicalizada (89%), mas um número pequeno participava das reuniões e assembléias da entidade. A sindicalização, assim como a participação nas atividades do sindicato, mostrou ser maior entre as trabalhadoras formais mais jovens, casadas e com filhos.

Praticamente a maioria das trabalhadoras com vínculos informais não são sindicalizadas, o que representa uma quantidade expressiva de mulheres desse setor na região, que, de um lado convivem com as piores condições de trabalho e por outro, por não ter acesso a carteira de trabalho, ficam também mais desprotegidas, tornando-se mais sujeitas à perda ou simplesmente ao não acesso à seus direitos trabalhistas mais elementares.

O sindicato dos trabalhadores do setor de confecções de Cianorte (SINDCOST), liderado por uma costureira, é recente e possui dificuldades para representar de fato a maioria das trabalhadoras, se levarmos em consideração que o número mais expressivo delas na região está concentrado no setor informal.

No sindicato, as reivindicações das trabalhadoras e dos trabalhadores passam a se centrar nas lutas pela manutenção do emprego e pelos direitos trabalhistas mais básicos, por exemplo, melhores salários e condições de trabalho, como relatado por seus dirigentes.

Dentre todos os aspectos descritos pelas(os) trabalhadoras(os) e que foram destacados nesse capítulo, enfatizamos o dado referente aos prejuízos que estas condições de trabalho têm provocado à sua saúde, de maneira muito especial à saúde e à vida das mulheres ligadas diretamente ao setor.

Como pôde ser notado na análise das tabelas e dos gráficos, uma parcela representativa delas omitiu dados em relação à questão quando perguntadas diretamente sobre a aquisição de problemas de saúde pelas condições de trabalho, mas no momento em que descreveram suas jornadas e suas rotinas diárias deixaram transparecer como os números de mulheres doentes por essas condições são realmente bem maiores. O problema pode ser comprovado nas suas muitas indicações de dores e de sofrimentos pelas atividades repetitivas na costura, atreladas às cobranças pela produtividade em menor tempo, em condições cada vez mais precárias.

CAPÍTULO 05

COOPERATIVAS DE COSTURA E DE BORDADO NA REGIÃO DE CIANORTE: AS TRABALHADORAS DOS DISTRITOS DE MARABÁ E DE SÃO LOURENÇO

No Brasil, no período anterior à década de 1980, existiram várias experiências de cooperativas de crédito, habitacional e agrícola. Será a partir da segunda metade dessa década, contudo, que as cooperativas¹¹⁶ de trabalho e de produção começarão a organizar-se e a ganhar visibilidade. “A sucessão de crises econômicas do final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas com a reestruturação produtiva de fábricas e empresas e a adoção de políticas neoliberais no final da década, constituem o cenário do incremento do cooperativismo de trabalho no país” (LIMA, 2004:10). Em um texto posterior, Lima comenta que esse crescimento de empresas, em tese autogestionárias, respondeu a duas lógicas:

Uma empresarial, de rebaixamento de custos, com o incentivo e mesmo a organização (com ou sem apoio estatal) de cooperativas por parte de empresas, para redução de gastos com a gestão da força de trabalho; e outra sindical ou vinculada a propostas autogestionárias e de economia solidária, para minimizar o aumento do desemprego e garantir renda para trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (2006: 97).

O debate sobre cooperativismo de trabalho e produção no movimento operário e sindical, no final do século XIX, dividia aqueles que consideravam suas possibilidades revolucionárias daqueles que acreditavam em seu caráter reformista. Entretanto, para Lima (2004), permanece a polêmica sobre a possibilidade efetiva de as cooperativas se constituírem em avanço na direção da maior democratização do

¹¹⁶ Mesmo constituindo experiências recentes no Brasil, as cooperativas são regidas ainda hoje pela Lei n. 5.764/71, que as concebe como “sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica própria, não sujeitas à falência e de natureza civil”. Para Irion (1997) o cooperativismo está legalmente fundamentado no artigo 174 da Constituição Federal, parágrafo 2º. e na Lei 5.764/71. Resumidamente, para Irion (1997), pode-se dizer que há um conjunto de questões importantes para se pensar o cooperativismo: a substituição da concorrência pela cooperação, a eliminação do salário, do lucro, a obtenção do justo preço, a transação das cooperativas apenas com os cooperados e a constituição de um patrimônio cooperativo indivisível; valores: democracia, liberdade, equidade, solidariedade e justiça social; princípios: adesão livre e voluntária, controle democrático pelas(os) sócias(os), de participação econômica das(os) sócias(os), de independência e autonomia das cooperativas, de educação, treinamento e formação, de cooperação entre cooperativas de preocupação com a comunidade.

trabalho, pela autogestão e posse coletiva dos meios de produção, superando assim a subordinação ao capital.

As cooperativas são percebidas também como uma forma alternativa de empresa capitalista, na qual o trabalho autogestionário termina por ser funcional pela flexibilidade que possibilita no uso da força de trabalho, permitindo a redução de custos e aumentando a competitividade das empresas. [...] Em outras palavras, o debate reacende a polêmica do século XIX sobre a existência de cooperativas falsas - como linha auxiliar do capital, e de cooperativas verdadeiras - que assumem o caráter autogestionário e solidário na perspectiva de emancipação dos trabalhadores (LIMA, 2004:2).

Mais recentemente, as alterações da CLT¹¹⁷ acabaram por favorecer a proliferação de falsas cooperativas. “As empresas conseguem terceirizar até mesmo suas atividades-fim, sem responsabilizar-se com os direitos sociais dos trabalhadores” (GUIMARÃES, KOROSUE e OLIVEIRA, 2003: 8). “Uma das práticas mais comuns é demitir os empregados e orientá-los a constituírem cooperativas de trabalho diminuindo assim despesas com 13^o. salário, férias, fundos de garantia, que passam a ser lucro para o empregador” (idem: p. 8).

Lima afirma que a partir dos anos de 1990, temos a multiplicação de cooperativas "defensivas", "fênix" ou com outras denominações para projetos de recuperação de empresas, e ao lado das propostas autogestionárias, com fundamentação no movimento sindical, multiplicou-se também o que foi chamado de cooperativas pragmáticas. “As empresas capitalistas regulares perceberam que poderiam terceirizar suas atividades de forma bastante vantajosa se organizassem cooperativas para seus trabalhadores” (LIMA, 2004:11 e 12).

Assim, as cooperativas de trabalho e de produção aparecem como um dos segmentos do cooperativismo brasileiro que mais cresceu nos últimos anos e nos

¹¹⁷ A Lei 8.949/94 deu nova redação para o artigo 442 da CLT, que, em seu parágrafo único, passa a estabelecer que para qualquer ramo de atividade das cooperativas, não existe vínculo empregatício entre os associados, nem entre eles e os seus tomadores de serviços (GUIMARÃES, KOROSUE e OLIVEIRA, 2003). A alteração teve origem numa demanda do Movimento dos Sem Terra (MST), que, para realizar diversas atividades criou cooperativas de produção. O problema surgia quando alguns associados, ao se desligarem das cooperativas, ajuizavam reclamações trabalhistas, obtendo em alguns casos o reconhecimento de relação de emprego. Como isso inviabilizava o movimento, solicitou-se a alguns membros do Congresso nacional a apresentação de projeto de Lei, que obteve fácil aprovação.

setores mais diversos da economia. Esse crescimento do número de cooperativas de trabalho no Brasil e no mundo acompanha e expressa as mudanças resultantes da reestruturação produtiva em curso, como resultado do processo de globalização da economia mundial (CAMPOS, 2004: 277)¹¹⁸.

Segundo Lins (2001: 47), o debate sobre as cooperativas de trabalho brasileiras parece abrigar pelo menos dois tipos de posições: a que considera tal forma de organização uma possibilidade concreta de enfrentamento da crise do trabalho e a que entende serem as cooperativas de trabalho, no modo como boa parte delas funciona, exemplos de deteriorização das condições de trabalho.

Trazendo o debate para a situação brasileira atual, Lima (2004) analisa dois grupos de cooperativas de trabalho e/ou de produção. Segundo ele, no primeiro grupo, estão as cooperativas "pragmáticas" (que podem incluir as chamadas "falsas cooperativas" ou *cooperfraudes*), que funcionam terceirizadas para empresas e, em geral, foram organizadas por essas mesmas empresas, ou ainda, integram programas estatais de geração de renda, desvinculados dos princípios do movimento cooperativista. No segundo grupo, coloca as cooperativas "defensivas", formadas a partir de movimentos de trabalhadoras(es) para manutenção do emprego em fábricas em situação falimentar, ou de programas governamentais de geração de renda para populações pobres, que se enquadram na proposta de "economia solidária", na qual os valores da autogestão das(os) trabalhadoras(es), o combate ao desemprego e o desenvolvimento sustentável são norteadores. No mesmo estudo, o autor explica alguns fatores que auxiliam na compreensão das razões do surgimento de quatro tipos de cooperativas de trabalho e de produção no Brasil.

As cooperativas "defensivas" surgem com numerosos problemas. A nova estrutura depende do investimento de trabalho dos operários, boa vontade de clientes e de fornecedores, além da ajuda efetiva de sindicatos e de órgãos governamentais. A formação de uma cultura autogestionária é um processo lento e complexo, e grande parte dos operários e do *staff* administrativo abandona a cooperativa. [...] As cooperativas "alternativas" resultam de movimentos contraculturais dos

¹¹⁸ Debate semelhante é feito por Santos e Rodriguez (2002), Lins (2001) e por Bunchaft e Gondim (2004).

anos de 1960 e 1970, e seus membros estão mais inclinados para as necessidades sociais do que aos lucros. Predominantes nos países capitalistas avançados, geralmente, organizam-se em pequenos negócios com as dificuldades de sobrevivência inerentes a esse tipo de empreendimento [...] As cooperativas de "geração de renda" surgem com o crescimento do desemprego e visam a criar empregos. Em períodos anteriores, constituíam-se em programas governamentais de obras emergenciais vigentes em momentos de recessão econômica, principalmente na Europa. Em países em desenvolvimento, inclui programas propostos por agências de desenvolvimento que visam à organização de cooperativas em comunidades carentes que, em geral, enfrentam problemas de comercialização de seus produtos. Uma variação dessa estratégia são as cooperativas voltadas à terceirização industrial e criadas por políticas públicas de governos estaduais ou municipais, sindicatos, Igreja Católica e outras instituições. São chamadas também de cooperativas "populares" e estão voltadas igualmente aos desempregados e à população de baixa renda [...] As cooperativas "pragmáticas" são cooperativas organizadas com o objetivo de terceirizar atividades de empresas e reduzir custos. Nestas, não existe a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador. A finalidade é o trabalhador organizar-se autonomamente e responsabilizar-se pelo empreendimento, livrando a empresa das obrigações sociais. No geral, as empresas garantem, por algum tempo, contratos de compra de produtos ou serviços. [...] Funcionam, entretanto, na manutenção de empregos ou na geração de renda em situações de privatização, terceirização e, mesmo, de políticas públicas de apoio a investimentos industriais (LIMA, 2004: 9 e 10).

A necessidade vista por Lima (2004), em dar conta de explicar outros tipos de cooperativas, fica bem explícita em um texto posterior (2006), quando o autor põe em debate a preocupação com a dualidade que acompanhou a reflexão sobre o crescimento dessas formas de organização da produção e do trabalho no Brasil: “falsas cooperativas” e “cooperativas verdadeiras”. Para ele, essa dualidade desconsidera os inúmeros formatos assumidos pelas cooperativas de produção, as formas efetivas de gestão do trabalho, a vinculação a órgãos nacionais e internacionais de fomento ao cooperativismo, a relação com sindicatos ou movimentos políticos organizados e a participação ou não dessas cooperativas em redes empresariais. No parecer de Lima, essa simplificação termina por desconsiderar as condições objetivas de funcionamento dessas empresas e os limites enfrentados por elas na busca da efetiva autonomia da gestão e a democratização das relações de trabalho, além de subestimar as dificuldades de caráter cultural presentes na motivação das(os) trabalhadoras(es) em

participar e permanecer nesse tipo de empreendimento, assim como seu envolvimento no dia-a-dia do trabalho das cooperativas (LIMA, 2006: 97 e 98).

6.1 A Cooperativa como Alternativa de Emprego e Renda

A disseminação do trabalho cooperativo no Brasil teve lugar no interior desse contexto desfavorável para as(os) trabalhadoras(es). A rigor, “tal crescimento é iluminado quando se lhe associam mudanças econômicas e institucionais observadas nos últimos anos” (LINS, 2001: 45). Como afirma Pangea (1998), é a partir dos anos 1990 que o movimento do cooperativismo começa, em geral, a se estabelecer entre as(os) trabalhadoras(es) de baixa renda e essas formas de organização enfrentam inúmeras dificuldades para sua sobrevivência. Uma delas é a dificuldade de acesso ao crédito e ao financiamento.

A recuperação de empresas em situação falimentar é só um dos terrenos em que o trabalho cooperativo proliferou, como sublinha Tesch (1995). Esse tipo de organização tem se enraizado especialmente no âmbito dos movimentos populares, pelas possibilidades de inserção econômica, oferecidas aos grupos sociais em situação de pobreza. “Na esfera dos movimentos populares o trabalho cooperativo aparece vinculado à idéia de ‘economia solidária’” (LINS, 2001: 49). De um modo geral, os motivos básicos da proliferação das cooperativas de trabalho no Brasil “não parecem diferir das razões que estão por detrás do crescimento dessa forma de organização em diferentes realidades socioeconômicas, em escala planetária” (idem, p. 46). A mesma afirmação pode se feita em relação às cooperativas de produção.

Campos defende que o cooperativismo de trabalho pode consistir numa das formas mais modernas e atualizadas de relação entre a(o) trabalhadora(r) e o novo mercado de trabalho, “não configurando, assim, uma forma de marginalização ou precarização, mas uma adequação aos novos tempos de competitividade, tendo inclusive um papel importante na medida em que consiste numa alternativa viável de inserção, contribuindo para minimizar a exclusão social, intensificada como o aumento do desemprego estrutural” (2004: 278).

Como apresenta Lins (2001: 50), “a via cooperativa mostra-se especialmente sedutora pelo que representa como oportunidade em termos de autonomia dos trabalhadores, em contraste com os vínculos de assalariamento e com a relação com os patrões”. Posição de defesa é tomada por Arruda (1997: 9), quando associa essa forma de organização a um tipo de conduta em que se “inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes”. Para ele, o cooperativismo autogestionário, transformado em projeto estratégico, pode ser o meio mais adequado para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia. Arruda destina a este tipo de conduta um significado próximo ao de uma “cidadania ativa”, apta a lubrificar a emergência de uma “globalização cooperativa” no seio de um processo sinérgico marcado pelo “enlace solidário em todos os campos”.

No rol desse debate, considerando a economia solidária como implante socialista nas fissuras do capitalismo, Singer (1999b: 128), assim se posiciona sobre a cooperativa operária;

Esta realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações são democráticas, ela traduz na prática o lema: de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades.

Em um texto subsequente, o autor afirma;

A economia solidária¹¹⁹ é uma resposta a uma profunda crise social que a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a falta de crescimento econômico e a globalização acarretam, marginalizando uma grande quantidade de trabalhadores, de pequenos empreendedores e de camponeses pelo país afora. Como resposta a essa crise, a economia solidária, que já existia no Brasil em outras circunstâncias, renasce com muito vigor e tem êxito no sentido de reintegrar à atividade produtiva, a esta altura, provavelmente, centenas de milhares de pessoas (SINGER, 2001: 48).

¹¹⁹ Como bem esclareceram Guimarães, Korosue e Oliveira (2003: 7), “é da máxima relevância a relação que se estabelece entre as três categorias: flexibilização do trabalho, desemprego e economia solidária¹¹⁹; por entender-se que a economia solidária surge como uma resposta dos trabalhadores à flexibilização do trabalho e ao desemprego.”

Para Singer, o conceito de Economia Solidária possui diversas acepções, mas conserva, em comum, a contraposição entre a solidariedade e o individualismo competitivo predominante na sociedade capitalista. Refere-se “a organizações de produtores em forma de autogestão: na igualdade de direitos de todos os membros; na propriedade comum do capital, numa distribuição mais igualitária, bem como em sua gestão democrática”. A cooperativa seria, por excelência, o tipo ideal de empreendimento solidário, voltado aos desempregados, aos trabalhadores em via de perder o emprego e aos pobres. Constitui-se “resposta à reestruturação econômica capitalista e às suas conseqüências na precarização do trabalho e da vida social” (*apud* LIMA, 2004: 17)¹²⁰.

Guimarães, Korosue e Oliveira (2003), por sua vez, comentam que teoricamente as cooperativas deveriam ser uma alternativa face ao desemprego, fonte de renda para um contingente expressivo de trabalhadores, e praticarem uma forma avançada de gestão democrática e participativa (autogestão), com o controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Porém, na prática, crescem as críticas feitas por organizações sindicais, de juristas e pesquisadores sociais, que as denunciam por praticarem, de forma precarizada, a intermediação da mão-de-obra sem as mínimas garantias de direitos sociais e trabalhistas.

É evidente, como já afirmou Andrade (1999), que esses problemas não podem ser generalizados a todas as cooperativas. Para o autor não se pode deixar de observar que as cooperativas de trabalho trouxeram a muitos trabalhadores a possibilidade de subsistência e de gerirem seu próprio negócio. O que importa é a aplicação das cooperativas de trabalho nos moldes da lei, do contrário, não se praticará uma relação de associação, e sim de emprego. De acordo com Olson (1993), as cooperativas podem parecer na superfície, semelhantes a outras organizações capitalistas. No entanto, o que as diferencia de outras organizações mercantis é o fato de que seus membros possuem os meios de produção e têm poder de decidir quando e que tipo de trabalho eles irão executar, e como os lucros e as perdas serão distribuídos entre eles.

¹²⁰ Sobre os impactos da reestruturação ao cooperativismo, afirmação correlata havia sido feita por Scheneider e Vicente (1996).

Na verdade, para as(os) estudiosas(os) do tema, as cooperativas deveriam representar a participação da classe trabalhadora na construção de um modelo de desenvolvimento econômico, não caracterizado pelo estigma da exclusão social. Deveria ser um meio para se resolver os problemas de geração de emprego e renda, ou seja, “um modelo democrático autogestionário de gestão e produção, onde as decisões e o controle pudessem ser exercidos pelos próprios trabalhadores, constituindo-se no que se tem denominado conceitualmente de empreendedorismo de *economia popular e solidária*” (CAMPOS, 2004: 280).

Guimarães, Korosue e Oliveira (2003) lembram que o estatuto de uma cooperativa de trabalho deve definir como a(o) associada(o) participará das decisões, dos controles administrativos e dos rendimentos. Os autores dizem ainda que o mais importante nesse tipo de associação não é o capital, mas a cooperação e a solidariedade vigente entre as pessoas.

Há um duplo aspecto a ser considerado na disseminação das cooperativas;

O de reação às adversidades crescentes e o de garimpagem de melhores possibilidades de renda e vida, ambos entremeados e complementares. Dessa maneira, o crescimento do trabalho em cooperativas pode ser interpretado nos termos de uma ação ofensiva que gera um espaço de defesa, ajuda mútua e solidariedade entre os setores mais frágeis [...] sua expansão resulta em novas oportunidades de ocupação, criadas com menores custos, com a vantagem adicional de contribuir para a difusão de um sentido de maior solidariedade entre as pessoas (LINS, 2001: 48).

Bunchaft e Gondim (2004) comentam duas grandes dificuldades existentes na prática das experiências cooperativistas no Brasil. A primeira reside no fato de que a experiência de cooperativismo de trabalho é recente no país, especialmente na região nordeste e não é possível estimar com precisão quais as reais chances de sobrevivência dessas organizações no mercado. A segunda dificuldade é a formação da identidade de grupo. Segundo relatam esses autores, é a necessidade de uma remuneração fixa mensal que leva as(os) trabalhadoras(es) a ingressarem em uma cooperativa de trabalho. E, sendo assim, há uma tendência de tomar como modelo as relações empregatícias verticais (patrão-empregado), baseado no assalariamento, e em

valores individualistas, o que se torna uma limitação para a constituição de uma identidade grupal fundamentada na cooperação¹²¹.

Devem ser acrescentados os fatores psicossociais que, segundo Bunchaft e Gondim (2004), influenciam a organização cooperativa e que, uma vez observados, ajudam a compreender a formação da identidade organizacional das(os) cooperadas(os).

O primeiro deles diz respeito ao processo de socialização do indivíduo [...] o segundo fator está relacionado a um processo que ocorre dentro do próprio grupo, a coesão grupal, que facilita a união dos membros e seu comprometimento com as atividades da organização. [...] o terceiro fator é relativo ao perfil da organização, pois a forma como as cooperativas são criadas, repercute na construção de sua identidade organizacional. [...] o quarto fator é a legitimação do poder na cooperativa e se encontra relacionado à participação de cada cooperado (BUNCHAFT e GONDIM, 2004: 122)

Santos e Rodriguez (2002) também consideram que as cooperativas no país estão aprisionadas a dois dilemas estruturais: a lentidão na tomada de decisões por respeito às normas e aos princípios democráticos que regem o cooperativismo, muitas vezes incompatível com as demandas de curto prazo do mercado e o montante de capital necessário à sustentação de cooperativas populares de trabalho, obtido por meio de investidores externos (com objetivos, muitas vezes, distintos dos princípios dessa modalidade de organização) ou por órgãos financiadores governamentais.

6.2 A Cooperativa como “Ponta Precária”

Distintas experiências vinculadas à produção industrial têm estimulado algumas(uns) estudiosas(os) a considerar a própria eclosão das cooperativas de trabalho e de produção como um aspecto da crescente precariedade das relações de trabalho no Brasil.

¹²¹ No parecer de Bunchaft e Gondim (2004: 118), as organizações cooperativas de trabalho possuem três características fundamentais: “a propriedade coletiva do capital, a gestão cooperativa e a repartição coletiva do trabalho e das sobras líquidas para os associados.” Esta exige uma reorientação nas relações de trabalho, distinta da socialização profissional vigente na iniciativa privada.

Com base no que vem sendo percebido no nordeste brasileiro, nos setores de produção confeccionista e calçadista, Lima (1998: 227) sintetiza bem esse tipo de posição;

Para os trabalhadores [...] a cooperativa – da forma como está sendo experimentada – representa precarização de suas condições de trabalho pela flexibilização ‘de fato’ das relações de trabalho que acarreta. Pode-se falar de retrocesso frente ao trabalho assalariado e às condições dos trabalhadores, que bem ou mal garantem direitos mínimos.

Lins (2001: 52) também mostra que há uma tendência de substituição do trabalho assalariado pelo trabalho autônomo, disponibilizado através de cooperativas que muitas vezes são criadas para beneficiar empresas interessadas em reduzir custos fixos e em ampliar a flexibilidade no uso da mão-de-obra. Desse modo, estas “despontariam muito mais como opções para as empresas, tendo em vista que facilitam a redução nos custos e o aumento da flexibilidade, e não como alternativa aos trabalhadores confrontados com as adversidades do momento atual.”

Maria V. C. Moreira comenta condições semelhantes às apontadas por Lins, ao analisar cooperativas de confecções, especialmente de calças *jeans*, na região do Maciço de Baturité, área escolhida pelo governo do estado do Ceará para sediar um pólo industrial. Para a autora, essas experiências “exemplificam bem as estratégias do capital dentro deste contexto da reestruturação produtiva, onde o emprego estável, protegido por leis que asseguram inúmeros benefícios, cada vez diminui mais, surgindo “novos” modelos de organização de trabalho reinventados pelo capital” (MOREIRA, 1997: 359). Seu estudo revela que as cooperativas de confecções do Maciço de Baturité se parecem com “coletividades controladas” já que o trabalho, o capital, a administração, a gerência e a venda de produtos, são controlados por forças externas. As(os) cooperadas(os) não têm muito poder de barganha, uma vez que o constante treinamento das(os) confeccionistas e a disponibilidade de uma mão-de-obra desempregada no interior as(os) tornam facilmente substituíveis se decidirem desafiar a estrutura da cooperativa ou simplesmente deixarem de ser seu membro.

Freqüentemente, cooperativas são criadas em tempos de retração econômica como estratégia de governos ou trabalhadores para lidar com problemas de desemprego. Um fenômeno inverso está ocorrendo com o estabelecimento das cooperativas de confecções no interior do Ceará, uma vez que elas estão sendo criadas num período de expansão industrial no Estado. Assim, torna-se óbvio que o objetivo da implantação das cooperativas foi facilitar a extração da mais-valia [...] através do sistema de cooperativas criado na região do Maciço de Baturité, o setor de confecções inova velhas estratégias como a subcontratação, agora chamada terceirização, garantindo, num mercado extremamente competitivo, preços atrativos para seus produtos, o que é possível pelo baixo custo com a mão-de-obra das "cooperadas" (MOREIRA, 1997: 372 e 373).

Moreira detectou um aspecto positivo da implantação dessas cooperativas, ou seja, o acréscimo de renda para seus membros. Porém, enfatiza que seu estabelecimento representou a negação dos direitos trabalhistas básicos dos trabalhadores. "Contradizendo os princípios cooperativistas, constituindo-se, na realidade, em pseudo-cooperativas" (1997: 373).

Também para Campos (2004: 276) "a contratação da mão-de-obra terceirizada, através do sistema cooperativista de trabalho, quando emerge desvinculada do ideário de auto-gestão democrática, constitui apenas uma estratégia por parte do setor empresarial e do setor público para adequar-se a uma gestão organizacional mais enxuta¹²²". Segundo ele, nos discursos da austeridade fiscal e de custos competitivos dos programas de qualidade implantados nesses espaços organizacionais, o que se observa, na realidade, é que as cooperativas de trabalho estão sendo utilizadas, na sua grande maioria, exclusivamente como um mecanismo de redução de custos. Campos comenta que, em muitas experiências concretas, várias cooperativas têm se tornado uma forma de inclusão de trabalhadores às formas precarizadas de trabalho.

Como bem mostra Campos (2004: 277) "diante do acirramento da competitividade das empresas e das exigências crescentes de qualidade, proliferam-se as conhecidas '*gato-cooperativas*'", que são instituídas sem o cumprimento dos requisitos básicos definidos na legislação cooperativista. Segundo relata esse autor, motivadas(os) enganosamente pelo discurso ideológico da "cooperação" e da "ajuda

¹²² A mesma constatação é feita por Melo (1997) e Guimarães; Korosue; Oliveira (2003).

mútua”, e ainda ameaçadas(os) pelo desemprego, as(os) trabalhadoras(es) acabam por não ter outra alternativa de garantir o seu sustento, a não ser se submetendo a essas novas formas de precarização das condições de trabalho, que a atual dinâmica de reestruturação produtiva enseja. Para algumas(uns) empresárias(os), a possibilidade de contratar trabalhadoras(es) cooperativadas(os), de forma terceirizada, aparece como uma fórmula mágica, para adequar suas empresas a uma gestão organizacional mais enxuta e competitiva. Por isso, nem sempre a estratégia das soluções cooperativas e associativas se efetiva como uma possibilidade frente ao desemprego, pois em muitas situações, a alternativa de “estar juntos” pode se transformar em uma estratégia perversa de exclusão.

Em sua pesquisa, Campos (2004) constatou a baixa remuneração das(os) cooperadas(os) terceirizadas(os), revelando um quadro social preocupante, pois a desregulamentação trabalhista obtida com a legislação cooperativista, em princípio, deveria permitir rendimentos um pouco superiores aos contratos de trabalho formais, já que na relação formal anterior, os encargos sociais elevam os custos da força de trabalho.

Nesse contexto, a proliferação do sistema cooperativista de trabalho hoje apresenta uma ambigüidade motivacional, no parecer de Campos:

Se, de um lado, no quadro de uma crise estrutural e conjuntural que assola a economia mundial e nacional, representa uma possibilidade de alternativa de geração de emprego e renda para milhares de trabalhadores excluídos socialmente; por outro lado a redução dos custos administrativos, da gestão pública e também privada, é o fator determinante na expansão dessas organizações associativas, onde a contratação terceirizada, através das cooperativas de trabalho, constitui-se estratégia importante e atual na redução de gastos relativos aos encargos sociais e indenizações trabalhistas (2005: 279).

De modo a burlar a lei, essas cooperativas de fachada substituem relações empregatícias das(os) trabalhadoras(es) por outras mais precárias. Para o autor (2004), a inclusão marginal se efetiva quando as cooperativas passam a incorporar parcelas de trabalhadoras(es) desempregadas(os) em uma lógica de exploração. Como já discutido por muitos outros autores, demonstrado acima, nessa lógica de inclusão precária, tem-

se reduzido o contingente de trabalhadoras(es) formais de carteira assinada e aumentado (as)os destituídas(os) de direitos e de proteção social.

6.2.1 A cooperativa pode agregar as duas características? Como “ponta precária”, pode ser uma das poucas alternativas de emprego e renda em algumas localidades?

Para tentar responder, à luz da pesquisa de campo, se a cooperativa pode agregar as duas características, ou seja, se apresentar como “ponta precária” ou se constituir como uma das poucas alternativas de emprego e renda em algumas localidades, relataremos duas experiências estudadas na região de Cianorte, concomitantemente, nos distritos de Marabá e São Lourenço.

Pertencentes a dois municípios diferentes, Cianorte e Tuneiras do Oeste, os dois distritos compõem a região conhecida como “Corredor da Moda do Eixo Cianorte-Umuarama” e são alvos de muitas empresas e “atravessadores de roupas”, dada a facilidade de encontrarem nessas localidades mão-de-obra especializada, porém muito barata.

Distantes geograficamente das duas cidades, com dificuldades de transporte, vivendo sob as condições de baixa-renda de seus maridos, por vezes desprotegidas pelo sindicato dos trabalhadores, as bordadeiras e costureiras desses dois distritos, de aproximadamente três mil habitantes cada um, passaram em poucos anos, por diversas experiências de relações de trabalho na ponta da cadeia de produção de roupas.

Para analisar as relações e as condições de trabalho a que estavam submetidas as trabalhadoras da Cooperativa de Costura de Marabá, distrito de Tuneiras do Oeste/PR e da Cooperativa de Bordados de São Lourenço, no município de Cianorte/PR, durante o texto utilizaremos o conceito “cooperativa de produção”, baseando-nos na distinção já realizada por Jacob Lima (2006). Ressalta-se que, para Lima (2006: 98), há certa confusão no uso dos dois conceitos no Brasil: “cooperativa de trabalho” e “cooperativa de produção”. Segundo ele, as “cooperativas de trabalho” reúnem trabalhadores que oferecem, no mercado, um serviço específico, decorrente de sua formação e habilidades, utilizando instrumentos próprios, ou se dispõem a realizar

determinadas tarefas, em geral individualizadas. São cooperativas que funcionam como empresas de comercialização dos serviços e dos produtos de trabalhadores autônomos. Já as “cooperativas de produção” industrial têm como produto o resultado do trabalho coletivo numa unidade de produção. “Esse tipo de trabalho, é pouco mensurável individualmente, a não ser pela utilização de tipos de controle característicos de empresas capitalistas regulares, como métodos de controle disciplinar de tempos, de movimentos e de qualidade de trabalho.”

6.3 Cooperativa de Costura de Marabá¹²³

Os relatos que se seguem são frutos de uma pesquisa de campo, realizada com o objetivo de captar aspectos peculiares do universo do trabalho cooperativo no segmento de confecções de roupa no distrito de Marabá, que envolveu entrevistas, em junho de 2006 e em outubro de 2008, com cinco costureiras, com idade entre 35 e 58 anos. A pesquisa¹²⁴, foi orientada pela aplicação de um questionário, com questões abertas e fechadas.

6.3.1 Gênese da Cooperativa

A transferência de atividades para unidades produtivas externas mais vantajosas do ponto de vista da redução de custos, fortalecida em contexto de retração das oportunidades de emprego e das mudanças resultantes da reestruturação produtiva em curso, explicam, em parte, a gênese da Cooperativa de Costureiras de Marabá.

O grupo de costureiras, que dois anos mais tarde se transformaria em uma cooperativa, foi criado em 2001, pelo que indicam as entrevistas, a partir da iniciativa da

¹²³ Parte dos dados sobre a Cooperativa de Marabá foi apresentada em artigo e em anais no "V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo", que ocorreu de 06 a 08 de agosto de 2008, em Ribeirão Preto, SP, sob o título: “Cooperativas de Costura na Região de Cianorte-Pr: algumas contribuições para o debate”.

¹²⁴ As mulheres, em comum acordo, optaram por se auto-intitularam com nome de flores. Assim, acatando a proposta elas serão denominadas como: Rosa, Hortêncina, Orquídea, Margarida e Copo de Leite.

empresa contratante, num período de modernização produtiva/externalização de suas atividades. A estrutura inicial criada não resultou de decisão das próprias costureiras, nem posteriormente, o que constitui a um importante fator a ser considerado na compreensão do seu funcionamento. Assim, a cooperativa herdou uma estrutura empresarial, instalou-se em meio à precariedade das condições de vida das costureiras locais, às irrevogáveis restrições financeiras e à falta de profissionalização, ausência de conhecimento sobre administração, gestão e de cooperativismo dessas mulheres.

De acordo com Rosa, que trabalhava com o mesmo grupo há quatro anos, um vereador (PA) da cidade de Tuneiras do Oeste procurou o dono (TR) da empresa (IK) e ambos planejaram o primeiro curso de qualificação das costureiras locais, “mulheres, que em sua maioria, se encontravam desempregadas na época. Eram donas de casa ou haviam sido demitidas da mesma empresa contratante”.

O curso, que segundo as entrevistadas, foi a base para a criação do primeiro grupo de costureiras, desmembrou-se em duas etapas. Rosa narrou que “quem se sobressaía nas primeiras etapas do curso era escolhida para participar do grupo, que dias depois daria início à cooperativa”.

Nessa fase, muitas costureiras, que posteriormente compuseram a cooperativa, sabiam costurar, mas não possuíam máquinas de costura em casa. A ausência desses equipamentos também seduziu as trabalhadoras a se incluírem no grupo, pois nesse novo espaço, possuíam uma estrutura tecnológica mínima para iniciar os trabalhos de costura. Como relatou Rosa: “[...] no início sentimos dificuldade. Sofremos muito, pois era o começo. Muita gente chorou na frente da máquina. Agora não temos dificuldade nenhuma. Damos conta de qualquer tipo de gola de camisa que chega. O começo foi muito difícil mesmo!”

Observou-se que o grupo inicial nasceu também do desdobramento de uma proposta de profissionalização popular implementada pela prefeitura e gerenciada pelo depois denominado “presidente e dono” da cooperativa. As costureiras mostraram ter consciência de que a decisão de constituir o grupo e a cooperativa não foi autônoma. No entanto, três delas evitaram mencionar a influência direta de PA na organização da equipe para a empresa contratante. Margarida foi a única entrevistada que, conhecendo

a gênese do grupo e as razões que levaram a empresa contratante a transformá-lo em uma cooperativa, prontificou-se a falar sobre esse histórico;

[...] foi selecionado um grupo por TR, dono da empresa IK, que tem mais de 200 funcionários e que há três anos atrás trabalhava em Cianorte. Comecei a trabalhar nesse grupo, mas tinha que registrar. Começou a aparecer gente de fora, entrar no meio, dizendo que não podia trabalhar daquele jeito. E não pode mesmo! Tinha que registrar, mas aí já tinha passado uns oito meses mais ou menos. Aí ele resolveu formar tipo uma cooperativa (Margarida).

Ao que tudo indica, a opção de transformar o grupo de trabalho dessas mulheres em uma cooperativa, representou, do mesmo modo uma forma de dar continuidade ao trabalho delas, sem registro em carteira e cessar as denúncias de pessoas e grupos locais do não cumprimento dos direitos trabalhistas.

O grupo inicial era composto por seis mulheres que, mesmo sabendo, passaram a ser qualificadas profissionalmente no referido curso, gestado sob a influência de PA. A essas costureiras foi destinada a responsabilidade de qualificar outras mulheres do distrito, que pudessem prestar serviço à empresa contratante, sem registro em carteira.

[...] antes tinha umas seis mulheres que sabiam costurar, eram as mais velhas. Outros só tinham feito um cursinho. Aí fomos ensinando a turma, uma ensinou a outra. Até hoje, quando entra alguém, como entrou uma costureira estes dias, eu falo assim: “você deviam dar graças a Deus de entrarem hoje e ganharem o que vocês ganham”. No começo a gente ensinava as colegas e ganhava cem ou cento e cinquenta reais para isso. Eu falo que quem entrar lá deve erguer as mãos para o céu (Margarida).

Segundo Margarida, “depois que as seis primeiras costureiras entraram para a cooperativa, as demais contratadas trabalhavam, sem remuneração, durante o período de aprendizado. Caso passassem no teste de um mês eram incorporadas ao grupo, do contrário, eram demitidas e nada recebiam por esse período de produção. Percebeu-se que essa prática de contratação, legitimada pelo grupo, era regra até aquele momento.

Em outro relato, Margarida deixa claro que a criação da cooperativa justificou-se pela preocupação da empresa contratante com a fiscalização, como uma forma de escapar da legislação trabalhista: “Aí o homem lá disse que a gente não podia trabalhar daquele jeito. A cooperativa funcionava num salão no fundo de uma casa de uma costureira que era de Tapejara. Foi indo até que o prefeito cedeu o barracão que antes era um salão de baile que estava abandonado.”

A costureira mostrou que o processo de abertura da cooperativa, nos moldes previstos pela empresa contratante, não foi tão harmonioso como pareciam indicar os diálogos anteriores com outras trabalhadoras. Margarida descreveu o impasse que surgiu no início da organização e que persistia até aquele momento.

Na época tinha três grupos que trabalhavam com costura em Marabá. Um deles era uma fábrica. Como a gente começou e as pessoas foram vendo a gente ensinando, foram se interessando e uma foi entregando a outra, para não deixar ir para frente. Aí um grupo até registrou, um japonês de Cianorte. Aí nós pensamos como eles trabalham registrados nós também temos que ser. Mas nós não tínhamos roupa para costurar para fora. Daí veio um escritório de um pessoal lá de Tapejara, conversou com a gente e nos disse: “você podem trabalhar assim, no primeiro mês sem registro. Mas nós não podíamos trabalhar daquele jeito, ou o PA nos registrava ou parávamos. Foi então que o pessoal do escritório deu a idéia de trabalharmos como cooperativa. O PA foi atrás para abrir uma cooperativa e assim nós estamos até hoje. As outras pararam (Margarida).

Nessa última fala entram outros elementos novos no processo de explicação da gênese da cooperativa: a interferência de pessoas ligadas a um escritório do município de Tapejara que orientaram as ações de PA e das mulheres da cooperativa e a constatação de que naquele distrito atuavam outros dois grupos de costureiras.

Não pudemos ter acesso ao estatuto e nem a qualquer outro material de registro da cooperativa, dada a estranheza com que fomos recebidas pelo poder político local. Ficaram então algumas lacunas sobre o tempo de vida e trajetória da cooperativa. Tomando por base o relato da maioria das trabalhadoras e usando como critério as repetições que surgiam em suas falas, entendemos que o grupo foi constituído em 2006 por vinte e sete pessoas que trabalhavam juntas há cinco anos.

6.3.2 Aprendizado da Costura e Recrutamento

Qualificar um grupo de mulheres desempregadas para a função de costureira foi a justificativa dada por PA que fomentou a constituição da cooperativa. A justificativa foi aceita rapidamente pelas trabalhadoras, que tinham experiências distintas em relação ao contato com a máquina de costura.

“Aprendi a costurar com outras duas costureiras em um curso que me ensinou a montar uma camisa inteira numa máquina de costura reta. Antes não sabia costurar,” diz Rosa. “Nesse serviço estou há cinco anos. Mas, trabalho há mais de sete. Aprendi com o senhor NC que já morreu numa fábrica, costurando em overloque. Agora costuro reto e em overloques. Costuro camisas hoje, mas antes costurava cuecas. No serviço antigo eu não era registrada”, conta Hortência.

Margarida, com quarenta e quatro anos de idade e trinta anos como costureira, nos relatou:

Aprendi a costurar com 11 anos de idade. Não me sentava na máquina. Com 16 anos apareceu meu primeiro emprego em Marabá. Não queriam me dar o serviço porque eu era de menor. Então foram conversar com meus pais [...]. Casei, parei, fiquei dez anos morando em uma fazenda. Lá costurava em casa para uma vizinha. Sempre costurando, mas nunca registrada.

Com 58 anos de idade¹²⁵, Orquídea contou que aprendeu a costurar em 1.977 com uma professora do Sindicato em Tapejara. A costureira comentou que desde aquela época sentia muitas dores com uma hérnia de disco na coluna. Enfatizou o sofrimento no aprendizado e no trabalho no decorrer de todos estes anos como costureira. Ela trabalhou durante muito tempo na lavoura e depois na IK, empresa que contratava os serviços da cooperativa. Orquídea só se afastou do antigo emprego, segundo ela, por ter sofrido um acidente de ônibus no trajeto para o trabalho, fato que a obrigou a ficar muitos dias inativa, “dando bastante prejuízo para a empresa”. Depois de

¹²⁵ “A costureira com mais idade na cooperativa tinha 58 anos e a mais nova, que trabalhava com costura manual, tinha 17 anos” (Relatos de Margarida).

sair da empresa (IK), em menos de dois meses ingressou na Cooperativa de Costureiras de Marabá.

Copo de leite, com idade aproximada entre 35 anos e 37 anos, afirmou ter aprendido a costurar há dez anos em uma fábrica da região. Ela conta: “antes pegava no serviço às oito horas da manhã e só largava às cinco horas da tarde, com uma hora de almoço e quinze minutos de café. Trabalhei até os sete meses de gravidez da minha única filha. Saí, fiquei um tempo sem trabalhar e agora voltei”.

As cooperadas tinham, em geral, baixa escolaridade e sem opções e sem condições de se deslocarem do distrito para continuarem seus estudos, em meio à precariedade das condições socioeconômicas. Viam nas filhas a continuidade e a repetição de suas histórias de vida.

Gostaria bastante que minhas filhas fossem costureiras também. Tenho três meninas. E tenho três irmãs costureiras. Porque é o serviço mais fácil que está tendo. Os outros serviços exigem muitos estudos. Aqui elas só conseguirão tirar o Ensino Médio. A gente não tem condições de pagar mais para estudarem. E para costurar não precisa tanto. Eu só tirei até a 8ª série porque como tinha que estudar fora meu pai não deixava. Eu teria que estudar em Tuneiras, mas ele não deixou. Aí parei. Se fosse para voltar não voltaria. Tenho tanta preocupação que não tenho mais cabeça para estudar (Hortência).

Podemos destacar duas questões desse relato, entre tantas outras. Primeiro, a consciência da trabalhadora das suas próprias condições sociais e de suas reduzidas perspectivas de desenvolvimento profissional. Ela sabe que a sua função, e posteriormente das filhas, exige pouca escolaridade. Segundo, o cansaço e o estresse que a lida com a costura proporciona a estas mulheres. Fica explícito mais nos gestos e na fisionomia, do que na própria fala, as forças quase minadas pelo trabalho mecânico, repetitivo e árduo.

6.3.3 Remuneração e Jornada de Trabalho

As mulheres entrevistadas declararam confeccionar camisas de porte fino e algumas afirmaram dominar todos os processos de fabricação da peça. Umas, mesmo

tendo conhecimento de todas as etapas da costura, disseram só realizar essas funções em caso de escassez de mão-de-obra ou de excesso de demanda de trabalho. Rotineiramente, cada costureira disse realizar apenas um tipo de trabalho dentro da cooperativa. A atividade de casear, pregar e encapar botões foi destinada a dois rapazes que trabalhavam com elas há dois anos consecutivos, sendo esses os únicos homens entre as vinte e cinco cooperadas: “Têm vários homens que são costureiros aqui em Marabá, costureiros na máquina de costura reta. Mas a maioria dos homens aqui do distrito trabalha na Júpiter (fábrica de baterias) ou na usina de Tapejara”, relatou Hortência.

As costureiras recebiam peças de camisas já cortadas, em alguns momentos linhas e em outros acessórios, cujos preços e valores eram descontados no pagamento pelo serviço e entregavam o produto pronto, responsabilizando-se também pelo transporte. “Na fábrica (IK), essas peças eram embaladas e algumas exportadas”, contou Rosa¹²⁶.

As costureiras disseram cumprir uma carga horária diária de nove horas de trabalho, com uma hora e quinze minutos de almoço e quinze minutos de café. Elas entravam no trabalho às sete horas da manhã e saíam às dezessete horas e trinta minutos.

As trabalhadoras não tinham direito às férias. Quando se afastavam alguns dias do trabalho, por motivo de viagens ou de doenças, ou ainda por qualquer outra razão, lhes eram descontadas horas e salário. “Não temos férias. Tiramos todos juntos quinze dias de descanso no final do ano,” comenta Orquídea. Geralmente não trabalhavam nos finais de semana, apenas quando havia excesso de demanda de trabalho. Nesse caso esporádico, segundo elas, cumpriam meia carga horária diária.

Quando as questionamos a respeito da remuneração adquirida com o trabalho na cooperativa, Rosa argumentou: “já consegui retirar como pagamento 450 reais. Mas esse ano com o fracasso do serviço tiramos 250 reais em média como salário. Agora é que as coisas estão melhorando de novo.” Margarida complementou a

¹²⁶ Elaine Amorim (2003) também detecta essa situação na prática de pagamento das costureiras domiciliares ao pesquisar as cooperativas formadas pelas trabalhadoras demitidas da Lewis na região de Americana/SP.

questão: “dá até para tirar um salário, só que no começo desse ano não deu porque ficou fraco de serviço. Ficamos sem trabalhar. Assim, ficamos sem receber.”

Copo de leite falou das desvantagens em relação à remuneração quando comparada ao que recebia anteriormente: “na cooperativa ganho bem menos que ganhava no meu último serviço, onde eu era assalariada, na IK. Em Marabá a costureira ganha muito pouco”. Vê-se, no último trecho de sua fala, que a trabalhadora justifica o problema na questão da localidade. Perguntamos à ela se já havia tido um mês em que as costureiras chegaram a receber bem menos que um salário mínimo na cooperativa. Copo de leite e Hortência riram muito e entoaram ambas: “Tem mês???” “Tem! Lógico!” “Quase todos!”

A maioria dos meses é menos! Lógico! Bem menos! Mesmo trabalhando todo dia, oito ou nove horas por dia! Teve um mês que deu bastante. Isso faz mais de um ano. Eu não cheguei a pegar esse salário, porque eu tive falta. Algumas colegas receberam uma média de uns 450 reais (Copo de leite).

As condições precárias estavam presentes também devido à alternância entre as fases de encomendas volumosas e fases de poucas atividades. Não sendo registradas e ganhando por produção, suas condições se tornavam mais vulneráveis, incertas e inseguras. Na verdade, as relações entre a cooperativa e a empresa contratante desenrolaram-se sob o signo da sazonalidade, o que representava pouca estabilidade nos fluxos de produção e reflete diretamente sobre os rendimentos dos(as) cooperados(as).

Copo de leite reclamou da falta de critérios da direção da cooperativa com as faltas das costureiras:

Se faltar meio dia, só ganha o outro meio dia. Eles marcam a falta lá, tanto faz o motivo. Se for por doença, qualquer motivo... Se não for não ganha. Pode ter machucado ali mesmo que não ganha. Se tira do salário. No outro emprego eu tirava bem mais de um salário, mas lá fechou (Copo de leite).

Rosa contou que o índice de produção da cooperativa oscilava de acordo com o nível de produção da fábrica contratante: “se a IK tiver bem de serviço, a

cooperativa também está. Aí ela não pára. Só no começo desse ano, não tinha serviço porque lá na fábrica também não tinha. Tudo depende de lá.” Já para Margarida;

Hoje só costuramos para a IK, mas já costurávamos para fora, para a Osmoze de Cianorte. Quando eles estão apurados de serviço, e como o FR e a DE são sócios, de vez em quando a gente presta serviço para eles. No começo do ano, costuramos várias camisas para a Osmoze. Eu sei que elas vão para São Paulo e até são exportadas.

Dadas as semelhanças nas relações de trabalho com a empresa privada contratante, semelhanças estas que ficavam evidentes nos relatos de todas as informantes, questionamo-las a respeito do recebimento do 13^o. salário. As respostas negativas, em função da ausência de registro em carteira, foram claras. Porém, uma situação nos chamou a atenção.

No ano passado e teve outra vez também que PA combinou com a gente de cada uma dar 10 reais por mês o ano inteiro para, no final do ano, a gente ter tipo um 13^o. salário. Mas tem costureira que achou que ele estava pegando o dinheiro para ele, aí não funcionou. Como pode? Ele é um homem bom, só ia ser bom para nós mesmas. De qualquer jeito a gente ia gastar, ela falava. Era VA que cuidava de nosso dinheiro. Em janeiro ou dezembro ele devolvia tudo certinho, do jeito que entregamos (Margarida).

Compreendemos que vinculado à falta de acesso aos direitos trabalhistas, vê-se o uso de algumas estratégias de manipulação de poder por parte da empresa contratante, nas ações do chamado “presidente da cooperativa”, posição esta assumida declaradamente por PA.

6.3.4 Meios de Produção

As costureiras da cooperativa não eram donas das dependências que ocupavam, mas boa parte do maquinário que utilizavam estava registrada em seus nomes. As instalações eram emprestadas pela prefeitura municipal, que também permitia o uso de algumas máquinas de propriedade pública. Outras máquinas foram

cedidas em regime de comodato pela empresa que terceirizava a produção, o que tornava ainda mais forte o vínculo entre ela e a cooperativa.

Nós temos máquinas alugadas, quatro máquinas simples e quatro mais caras. TR cedeu da empresa para a gente, como a pregadeira de botão e de manga que estavam paradas na fábrica dele e nove o PA conseguiu em Curitiba com os deputados. Essas são da cooperativa e estão ali, ninguém pode saber de nada. Se um dia a gente chegar a parar, as máquinas ficam ali. De vez em quando os deputados vêm de Curitiba para ver se estamos trabalhando mesmo com as máquinas cedidas por eles, foi o PA. que conseguiu. Se a gente parar de trabalhar ele não pode pegar as máquinas de volta (Margarida).

A maneira como adquiriram os instrumentos de trabalho aumentava a dependência das costureiras em relação à pessoa de PA e de TR. PA é quem se responsabilizava pela manutenção das máquinas, pela compra das peças, pela fiscalização do uso dos maquinários e pela cobrança das despesas da cooperativa.

Não precisamos de mecânico porque é o PA mesmo que arruma as máquinas, mas se precisar de peças é a gente que paga. No final do mês tira as despesas, soma tudo. É difícil dar problemas. (diz temerosa) Mas as máquinas não são novas, são mais ou menos. Pagamos energia, aluguel de algumas máquinas. O escritório precisa pagar porque a gente tem tipo um alvará para não ser ilegal e telefone. Não tem taxa de água. Se faltar peça, agulha, a gente compra (Hortênci).

PA, além do trabalho de administrador, gestor de recursos humanos e responsável pelo transporte, exercia o ofício de mecânico. Mas as peças eram compradas pela cooperativa e descontadas no final do mês no pagamento das costureiras. O escritório, de que falou a entrevistada, era um órgão que ficava acoplado à cooperativa, presidido por PA.

Pôde-se perceber a situação precária do local de trabalho das costureiras. A cooperativa funcionava em um antigo salão de festa, na verdade, um galpão cercado por matos, gramas altas, vidros quebrados com pouquíssima ventilação. E como diz Hortênci, “sem água encanada”. Não conseguimos saber se as costureiras pagavam realmente aluguel pelo uso do galpão.

Não tivemos permissão para conhecer todo o ambiente interno da cooperativa. Mas os relatos fornecidos pelas costureiras deram conta de descrever um ambiente com péssimas condições de trabalho. Sobre os problemas de saúde relacionados às condições de trabalho, poucas aceitaram responder. Apenas Rosa reclamou muito das dores nas costas sentidas pelo fato de trabalhar costurando sentada o dia todo e Orquídea, como narramos acima, que contou o sofrimento ocasionado por problemas na coluna.

6.3.5 Vantagens e Desvantagens?

Ficou claro nas falas dessas mulheres, que uma das vantagens vistas no trabalho na cooperativa estava no fato de trabalharem perto de suas casas e a jornada de trabalho lhes permitir almoçar com seus maridos e filhos.

Gosto de trabalhar. Minha maior alegria é estar perto da minha casa, poder ir e voltar em cinco minutos. Adoro saber que vou sair e que na hora do almoço vou poder estar em casa, porque para quem trabalhou fora, sabe a dificuldade que tem sair escuro e voltar no escuro e agora aqui não é assim (Margarida).

Antes eu sofria mais, trabalhava em Tuneiras do Oeste, tinha que levantar de madrugada, levar comida e eu morava no sítio. Andava quatro quilômetros a pé para pegar o ônibus e ficava uma hora dentro do ônibus para chegar na fábrica. Chegava tarde. Tive que sair por causa do acidente porque me machuquei (Orquídea).

Agora é como estar em casa. Estou muito feliz. Trabalho a semana inteira, no sábado a gente está em casa. Meu marido não acha ruim que eu trabalho. Toda vez me deu apoio. Ele é da prefeitura. Faz almoço para mim, faz tudo. Trabalho das sete até 05h30min da tarde. Mas quando chego está tudo pronto em casa (Orquídea).

Muitas compartilhavam do ponto de vista de que trabalhar na cooperativa representava mais vantagens do que desvantagens. O principal motivo relacionava-se ao convívio social, depois ao fato de estarem empregadas e trabalhando próximo às

suas residências, comparativamente às situações anteriores, podendo, inclusive, almoçarem e lancharem em suas próprias casas junto com seus familiares.

Algumas mencionaram como vantagem a independência financeira adquirida com o trabalho, e essa vantagem foi relacionada por duas costureiras à idéia de que se era “dona do próprio negócio”. Muitas narraram como vantagem certa “flexibilidade” de horário, um atributo especialmente criticado por umas das trabalhadoras.

Copo de leite, ex-assalariada, acentuou na fala a precariedade nas condições de trabalho que, segundo ela, era ainda por falta de registro em carteira na cooperativa, à ausência de estímulos ao aperfeiçoamento profissional, ao não recolhimento do INSS, chegando a mencionar o desejo de falência da cooperativa. Ela declarou preferir estar trabalhando como assalariada, pela expectativa de um maior nível de renda e de estabilidade. Demonstrou estar “decepcionada” com a cooperativa, embora declarasse acreditar que frente às condições atuais do mercado de trabalho, possíveis no distrito, “não parecia haver outra esperança para as costureiras locais”.

Já o relato de Margarida oscilou entre as reclamações pelo fato de poder desfrutar de poucos momentos com a família e as descrições das vantagens ao recordar as dificuldades vivenciadas no emprego anterior, que permitia menos tempo ainda ao lazer e ao descanso junto aos filhos.

Só tenho sábado e domingo como dias de descanso. A gente fica mais no trabalho do que em casa. Venho almoçar em casa. Durante dois anos eu tinha que sair seis horas da manhã e voltar às seis horas da tarde. Meu marido começou a implicar dizendo que eu não precisava daquilo. Trabalhei na IK, em Tuneiras do Oeste. Ficou meio difícil porque as crianças começaram a estudar, então parei de trabalhar. Quando apareceu essa Cooperativa em Marabá vim trabalhar aqui e isso já faz cinco anos (Margarida).

Mesmo com todas as dificuldades por ela percebidas, Copo de Leite via como vantagem o fato de permanecer o dia entre as amigas: “minha alegria é porque todo mundo que está ali é amigo. Acho que é uma amizade muito forte. Todos são legais.”

Porém, em meio ao diálogo que explicitava mais vantagens do que desvantagens, Copo de Leite, demonstra a angustia de ter que chegar em casa todos os dias e reiniciar, cansada, uma nova jornada de trabalho: a de dona de casa.

Sobra muito pouco tempo hoje para se dedicar aos meus filhos e à casa. Só tenho a noite e poucas horas, porque quando chego tenho que varrer a casa, lavar a roupa, cuidar da janta, enfim. Meu marido gosta que eu trabalhe, não reclama. Ele trabalha na cana. Mas...

Rosa, que também enfatizou a dupla jornada, não teve a mesma relação com o esposo ao iniciar seus trabalhos na cooperativa. “Meu marido não aceitou bem a situação no começo, não gostava que mulher trabalhasse fora, mas aceitou depois porque é perto e venho almoçar em casa”.

Quando pedimos que elencassem outras desvantagens proporcionadas pelo trabalho na cooperativa, as respostas foram variadas.

A dificuldade está na parte da saúde. A cooperativa não dá aquela assistência como se fosse um emprego registrado. Por exemplo: fiz uma cirurgia no final do ano, fiquei trinta dias parada e não recebi. Ele me registrou só que eu não consegui pegar porque foi na última hora. Depois fechou o registro. Outro exemplo: se tem uma mulher grávida lá, PA pega e registra para a pessoa pegar os direitos dela. Ele fez isso! Registra no patrão onde a gente pega a roupa para a gente pegar os nossos direitos. Passados aqueles dias ele tira. Fui na Aparecida do Norte nesse ano e fiquei duas semanas fora, não ganhei nada, perdi dinheiro, mas não perdi o emprego (Margarida).

Margarida resumiu as desvantagens, relacionando-as ao fato de trabalhar na cooperativa. A mesma que, em distintos momentos, enalteceu a pessoa do vereador, disse se sentir prejudicada com a ausência de seus direitos. A fala destacou ainda as estratégias utilizadas pela empresa contratante, sob o “poder” e influência decisiva de PA, para resolver questões como: licença a maternidade, acidentes de trabalho, ausências por motivos de doença ao fazer registros provisórios das trabalhadoras junto à empresa contratante (IK).

Hortência também registrou, como a maior dificuldade percebida, o fato de não terem registro em carteira. Segundo ela: “a dificuldade que vejo é que, se fosse registrado, se fosse uma fábrica para chegar no final do ano e ter o direito que todos

têm, como férias, fundo de garantia, 13º salário, enfim seria bem melhor... Não pagamos o INSS. Estou há cinco anos na cooperativa e nunca paguei”.

Estas relações construídas com base em um “falso” cooperativismo, dificultavam o entendimento das costureiras, das reais condições e relações de trabalho a que estavam submetidas. Não se sentiam cooperadas, não sabiam se trabalhavam em uma empresa ou em uma cooperativa. Às vezes tudo parecia ser a mesma coisa, em outros momentos não era uma coisa e nem outra, por isso talvez o fato de chegarem a identificar a origem de todos os seus problemas à ausência de registro em carteira na cooperativa.

Copo de leite foi uma das únicas trabalhadoras que relacionou como desvantagem a ausência do poder de decisão das cooperadas, além de dar continuidade aos reclamos das colegas por conta dos baixos salários;

Eu queria que melhorasse muita coisa ali dentro. Queria que a gente pudesse ser de fato donos, decidir, poder ajudar a decidir alguma coisa para ver se melhorasse, porque o salário está muito baixo e às vezes desanima, viu! (Copo de leite).

Por ganharem pouco, boa parte das mulheres, além do trabalho doméstico e da cooperativa, assumiu outros trabalhos para tentar ampliar a renda da família. “Minha alegria é ver as pessoas com as roupas que a gente costura. Não costuro para fora porque não dá tempo, mas bordo, pego as peças de uma mulher daqui e bordo à noite.” (Hortência)

Tentando prolongar, em vão, o diálogo no grupo, iniciado por Margarida sobre a gestão no trabalho, perguntamos a Hortência se acaso se sentia como uma das “donas” da cooperativa. A mesma não respondeu. Voltamos a perguntar e só depois de um tempo considerável nos disse um tanto nervosa: “sei lá! Somos todas conhecidas, uma ajuda a outra!” Da fala rápida e ríspida interpretamos a consciência da força que sabem manter juntas, pelas relações sócio-afetivas que construíram pelas condições sociais e políticas que compartilham na localidade. Mas o calar-se pode ser compreendido pelo fato de serem ainda “dirigidas” pela empresa contratante e pelas influências da política institucional local.

6.3.6 Relacionamento com a Direção e com a Empresa Contratante

Pudemos verificar, através das observações realizadas no campo, que a empresa contratante usava a cooperativa com o objetivo de reduzir ainda mais seus custos, pela possibilidade de fazer uso legal de um tipo de trabalho desprovido dos encargos sociais. Como ficou explícito em muitas falas descritas nas subseções anteriores, entre gerência e trabalhadores havia um nível quase familiar, um relacionamento aparentemente harmônico. Porém, esta cordialidade, facilitava o maior controle sobre o trabalho das costureiras.

A cooperativa estava inteiramente subordinada às exigências da empresa contratante, especialmente por esta ser responsável pela determinação das decisões referentes à produção, como os prazos de entrega, o volume da produção e os preços das camisas costuradas.

No caso de Marabá, três trabalhadoras haviam sido demitidas por essa empresa e depois recontratadas pela cooperativa. Este fato tornava mais forte a manutenção das mesmas características existentes do antigo trabalho assalariado, em termos de subordinação das regras do contratante. Talvez por isso essas mulheres ainda o chamavam de “patrão”. Hortência, por exemplo, demonstrou ter uma imagem quase maternal da empresa contratante.

Nas falas das demais costureiras, surgiram enormes ambigüidades, principalmente quando as interrogamos sobre a relação delas com a direção da cooperativa. Rosa assim descreveu:

as costureiras não pagam salário para PA. Mas tem mês que ele tira 200 reais para despesas, porque é ele que leva e traz as roupas. Quando ele tem que ir mesmo, não cobra nada, às vezes ele tem que ir e voltar de Tuneiras do Oeste várias vezes ao dia. Ele tira dinheiro só se for um mês que dê bem, caso contrário, ele nem tira. Ele tem dó de dar muito pouco para nós, por isso é que ele não tira da cooperativa.

Verificamos nos gestos e nos relatos das cinco costureiras muitas dúvidas e desconfianças referentes ao pagamento do trabalho prestado por PA à Cooperativa. Mas, tanto para Rosa (irmã de PA), quanto para Margarida (pessoa politicamente

influyente no distrito) o vereador transportava as camisas cortadas e costuradas, como quem prestava um favor à elas e a cooperativa. No parecer de Margarida:

PA é vereador, não é dono. TR é responsável pelo corte das peças. E, como PA está todo dia em Tuneiras do Oeste, por causa da prefeitura, ele aproveita e leva a roupa para nós. Se ele está aqui ele leva de volta, se está lá traz. Como o distrito pertence a essa cidade, é sempre assim.

Em alguns momentos, as trabalhadoras parecem afirmar que fazer o transporte das camisas é uma função do vereador. Em outros momentos, enaltecendo as características pessoais do “diretor da cooperativa”, dizem que “mesmo não sendo responsabilidade dele, como vereador, PA transporta o produto para ajudá-las.”

Em várias situações Orquídea mostrou a sua concepção sobre as relações de trabalho a que está submetida. Explicitou que a cooperativa é a continuidade da fábrica. Quando lhe perguntamos há quanto tempo trabalhava na cooperativa, sem titubear respondeu: “doze anos no total.” A costureira não separava mais, na fala, a fábrica da cooperativa. Apenas quando enfatizamos: “há quanto tempo na cooperativa?”, é que nos disse: “dois anos”.

Nos damos bem lá dentro, a encarregada é um amor. Uma faz brincadeira para outra. Tem umas costureiras que conversam demais. O vereador “cuida” bem da cooperativa, para mim ele é muito bom. Não tenho queixa dele não. Ele foi e é muito bom para mim. Fazia tempo que eu estava com eles. Quando elas começaram eu estava em Tuneiras. Em Tuneiras eu costurei golas de camisa por 9 anos. Lá eu pregava golas. Eu fazia 60 golas por hora na máquina reta, tinha que fazer. Na Cooperativa eu prego gola. Não sei como sou classificada aqui. Mas lá eu era costureira “A”. Aqui não tem essa divisão. Aqui é nosso! (Orquídea).

Copo de leite faz questão de distinguir a relação mantida por ela com as costureiras, da relação estabelecida entre elas e a direção da cooperativa¹²⁷.

¹²⁷ Nesse instante da pesquisa, a costureira é entrevistada por nós em companhia de Hortência, que, com gestos muito claros, mesmo temerosa, demonstra confirmar tais informações.

O relacionamento entre as costureiras é bom, mas com quem coordena é que não é muito bom. Quando ele está de bom humor ainda vai. Não pega no pé, mas às vezes humilha um pouco, sem precisão. Ele chega a humilhar mesmo a pessoa. Nunca me humilhou, mas humilha minhas colegas de serviço com palavras. Não sei se para eles, eles estão humilhando ou não. No meu pensar, às vezes humilha (Copo de leite).

Percebe-se que no primeiro momento da fala Copo de leite usa o termo “ele” no singular e depois finaliza destinando a responsabilidade pelas “humilhações” à eles, no plural. Ela se refere aos integrantes da mesma família de PA, que se dividem nas funções de “coordenação” da cooperativa.

As costureiras que antes de ingressarem na cooperativa foram empregadas da empresa contratante, não concordaram com as colocações das companheiras. Expressando a continuidade da empresa no trabalho cooperativo e deixando evidente nos gestos a defesa ao “diretor”, Orquídea ilustrou a afirmação falando, “na cooperativa estamos trabalhando com o mesmo patrão...” É o caso de Hortência, ex-funcionária da IK.

Ele fala que se a gente tem alguma coisa, ou seja, quando tem problema é só fazer reunião. Tem sempre reunião, tem que fazer quando sai o pagamento para ver quantas peças saíram, quanto saiu em dinheiro, quanto deu de despesa. Tem esse um que coordena. Ele fala que a fábrica é nossa, mas sempre tem que ter alguém que toma conta, não é? Quem leva a roupa, traz roupa é ele. Ele tem o salário dele, porque o carro é dele, ele leva. Se alguém liga, ele é quem vai buscar e levar. Não trabalhei registrada, nem na IK. Fiquei um mês na Cheina e sai porque tinha criança pequena e era muito difícil, eu ia para Tapejara trabalhar... (Hortência).

Apareceu na fala de Hortência a denominação “fábrica” para se referir à cooperativa, porque deste modo a costureira a via. Percebemos um consenso entre todas ao dizer que na cooperativa ocorriam muitas reuniões, mas segundo relataram, eram reuniões para resolver problemas, “do tipo, encontrar as responsáveis...”, raramente, “ou quase nunca”, como afirmou Margarida, “para pedir a opinião das cooperadas para o andamento dos trabalhos”.

Novamente, aproveitando o ensejo, perguntamos sobre o poder de decisão e de participação de cada uma nos destinos da cooperativa. Margarida respondeu, tentando nos deixar claro “quem é que coordena os trabalhos, ou seja, a família de PA”:

Dentro da cooperativa, qualquer coisa que acontece é a gente que decide. Se quiser mandar um funcionário embora, a gente é que vai decidir. A mesma coisa se quisermos colocar uma lá dentro. A FA fala: “fulano quer pôr ciclano, o que vocês acham?” Não sei porque a FA pergunta sempre para mim. FA é mulher do PA. Ela não costura, é encarregada. Ela vê etiquetas, confere as peças, tem que ser tudo do jeitinho dela. Nessa semana entraram duas pessoas e é a FA que conversa com elas. A FA ganha igual a nós, cumpre a hora de trabalho certinho é a primeira que chega e fica até o final porque é ela quem tem a chave do salão.

Para a mesma trabalhadora, indagamos sobre a periodicidade das reuniões na cooperativa. A mesma respondeu, retomando o assunto anterior e fazendo questão de frisar “a gratidão pela pessoa e pelo trabalho de PA”.

Tem reunião uma vez por mês, no final do mês. Se faz pagamento hoje, amanhã PA já fala tudo o que deu, o quanto gastou, o que a gente tem que pagar, a energia, já tem as notinhas de tudo. A cooperativa é da gente. Às vezes PA faz reunião e a turma fala: “É a fábrica do PA” Mas ele não gosta que fala isso e diz: “não tem nada meu aqui, a fábrica é de vocês, é mania do povo falar, nem no meu nome ela está.” Ele disse que a gente não pode falar assim. E a cooperativa está mesmo no nome das costureiras (Margarida).

Enquanto Margarida e Orquídea afirmam que “a fábrica é delas”, Copo de Leite demonstrou outros argumentos:

Eu não acho que a cooperativa é nossa não. Acho que numa cooperativa todos mandam. Não é? Ali a gente não manda nada, nem nas reuniões, porque nunca concordam com o que nós falamos. É pouco que se fala e o que é falado não é levado em conta. Quem decide é quem coordena lá.

Ao perguntarmos a Copo de leite e à Hortência sobre a participação das cooperadas nas reuniões ou assembléias, ambas deram longas gargalhadas, indicando as respostas que viriam logo depois. Copo de Leite, recuperando-se, e contrariando as falas de Margarida, disse:

No começo ainda tinha, quando ia entrar uma costureira nova tinha reunião. Às vezes eles ainda perguntavam: “o que vocês acham de pôr fulano?” Isso aconteceu uma ou duas vezes. Mas de uns tempos para

cá não tem mais não. Não somos nós que contratamos as novas funcionárias. Só ficamos sabendo quando elas já estão lá costurando. Também não somos nós que demitimos. Só se demitiu uma vez lá, por causa de uma briga que eu saiba a gente nunca decidiu nada. E tem cinco anos que eu estou lá.

As informações fornecidas por Hortência, que se assemelharam às posições de Copo de Leite, nos permitem pensar que as relações sociais internas na cooperativa nem sempre eram amistosas como Rosa tentava mostrar.

Só somos cooperados e donos na hora de pagar. Nós é que pensamos que ele ganha de nós só um salário... A filha do dono é dedo duro. Ela não deixa a gente levar o rádio. Se a cooperativa fosse nossa mesmo, poderíamos levar. Um dia levei o rádio e ele abaixou sem me pedir permissão. Chamei-o de mal educado. O dono não nos dispensou no jogo da última copa do mundo e já deu indireta que não vai dispensar dessa vez (Hortência).

Para Hortência o espírito de pertencimento coletivo mostrava-se comprometido, a partir do momento em que eram cerceadas de agirem com autonomia dentro da cooperativa. Suas colocações nos instigaram a pensar nas ações, nem sempre presentes as relações de trabalho das facções ou das empresas de confecção de *jeans* na região, como: ouvir música no ambiente de trabalho ou voltar para casa no meio da tarde para assistir com a família à uma final de copa do mundo de futebol; são postas em questão para denotar a falta de liberdade no ambiente de trabalho por vezes caracterizado como coordenado e gerido por elas. Frente às cobranças, ao monitoramento e ao rigor das regras de cronometragem do tempo, o sentimento de frustração ampliava-se ao ouvirem do “presidente da cooperativa”, a afirmação de que aquele “empreendimento” era delas, do grupo, “que elas não tinham patrão e encarregados”.

Esse fato recorda as proposições de Bunchaft e Gondim (2004: 122), que ali não se concretizavam: “quanto menor a influência externa na sua estruturação, menor a tendência dos associados em percebê-la como assistencialista, ou seja, maior a tendência em avaliar a cooperativa como uma iniciativa para a promoção do desenvolvimento coletivo.”

Solicitamos também informações sobre a participação das trabalhadoras na elaboração do estatuto da cooperativa. Em relação à pergunta, Copo de leite mencionou: “não fomos convidadas para ver estatuto. Teve um negócio lá uma vez (ambas riram muito). Teve um homem que foi lá para explicar como seria se acaso a gente quisesse que fosse uma cooperativa e só”.

As cinco costureiras confirmaram que “a cooperativa possui um estatuto, mas que além de não serem convidadas a elaborarem tal regimento, “nenhuma delas sequer pôde tocá-lo, uma única vez, que fosse”. As trabalhadoras desconheciam o regulamento da organização e afirmaram não ter idéia do que seria um estatuto e a sua utilidade em uma cooperativa de produção.

Para Copo de leite perguntamos sobre as expectativas em relação ao futuro da cooperativa. Ela, em tom de desânimo, nos disse:

Acho que a cooperativa vai ficar é nisso mesmo. A cooperativa não tem melhora não, pelo modo que as pessoas agem lá. Acho que é daquilo para trás. Para frente não! Um dia levei uma amiga minha para costurar lá na cooperativa, porque realmente estava precisando, e esta não foi valorizada pelos coordenadores da cooperativa.

A idéia de falta de perspectiva relacionava-se à ausência de autonomia e poder de decisão das trabalhadoras, especialmente para Copo de leite, que demonstrava perceber, com mais clareza, as dificuldades oriundas das condições de trabalho propiciadas pela empresa contratante às costureiras daquela localidade.

As citações das cooperadas recordam uma afirmação de Singer quando discute este tipo de “falsa” cooperativa, ou seja, “a dependência afeta diretamente a percepção dos trabalhadores sobre o trabalho autogestionário e suas perspectivas futuras”. “Pior, além de não ser a criação da cooperativa uma alternativa voluntária, a elas não é permitido vivenciar experiências de democratização, autogestão e nem tão pouco a posse coletiva dos meios de produção [...]” (SINGER, 2001: 46).

PA estimulava a continuidade da cooperativa e com ela potencializava seu envolvimento político ao facilitar e manter a sua aproximação com a empresa contratante. Ao que tudo indicava seu envolvimento na cooperativa o auxiliava a manter seu prestígio político local, visto que seu poder de atuação sobre as trabalhadoras

transcendia o ambiente da própria cooperativa. Enquanto membro do legislativo municipal e diretor de outras cooperativas mantinha vínculos sociais e empregatícios com os esposos e filhos das costureiras. Isto colaborava para a manutenção de sua influência sobre eles. Nessas condições tornava-se mais fácil o florescimento de um espaço eleitoral aparelhado.

Referindo-se a PA como um amigo da família, a ex-assalariada da empresa contratante e cooperada disse “não sentir falta de um patrão para cobrar”.

PA é um homem bom, disse que não vai se candidatar a vereador outra vez, ele ajuda meu marido na cooperativa agrícola, que tem sua sede do lado de nossa data (terreno), bem ao lado de nossa casa. A cooperativa tem dois tratores, ferramentas e peças. Tudo foi PA que conseguiu junto com meu marido e os outros associados. Já teve uma festa grande no distrito em prol da cooperativa agrícola (Margarida).

A relação de Margarida com as festas comunitárias e a proximidade da sede da cooperativa de sua residência, fortalecia ainda mais os laços de amizade e de dependência com PA. Ela demonstrou ter certa liderança política na comunidade, assim como seu marido. Viu-se pela sua movimentação, pela relação com as pessoas da localidade e pela procura constante por sua presença na casa, enquanto a entrevistávamos.

Por perceber a situação de precariedade nas relações de trabalho e por receber reclamações por parte de algumas trabalhadoras, o Sindicato das Costureiras de Cianorte visitou a cooperativa em 2005, conversou com a direção e depois fez uma reunião com as cooperadas. Mas a reunião não surtiu efeito positivo, segundo relatou uma funcionária da entidade.

O sindicato esteve no distrito, conversou com as costureiras, disse aos cooperados que não precisavam da presença de PA para o funcionamento da cooperativa, mas todas revelaram o medo que possuem em fazer isso. Nas ruas todos conhecem a cooperativa como “A fábrica do PA”. Nas ruas as pessoas falam que a cooperativa não consegue funcionar sem o PA. Uma vez teve uma pesquisa aqui e PA segurou todos os questionários e mentiu ter entregue às costureiras. Na cooperativa trabalha PA, sua esposa FA (encarregada), uma irmã (costureira) e a filha que faz o trabalho de cronoanálise e a fiscalização

da qualidade, junto com a mãe. A filha é estudante de Moda em Cianorte e ganha um salário mínimo, pago pelas cooperadas (ZI).

As entrevistadas, em Marabá, contaram que nas reuniões, o “diretor” mencionara com freqüência que elas eram donas da cooperativa e por isso deveriam se responsabilizar inteiramente por ela. Porém, como já detectou Lima, na experiência por ele estudada, a possibilidade de as(os) trabalhadoras(es) se perceberem proprietárias(os) da empresa é, portanto, restrita, apesar de estarem permanentemente sendo informadas(os) do caráter coletivo do empreendimento para efeito de envolvê-las(os) no trabalho. Entretanto, dado que a organização do trabalho não difere daquela da empresa tradicional, fica difícil para a(o) trabalhadora(r) entender que o empreendimento é dele e que existe alguma vantagem nisso (LIMA, 2004: 21).

Para Lima, “[...] em pequenas cidades nordestinas, para localizar as cooperativas, é necessário perguntar sobre a ‘cooperativa da fábrica tal’” (2004: 22). Segundo ele, as injunções do dia-a-dia das cooperativas contribuem para que as(os) trabalhadoras(es) se identifiquem fortemente com as empresas “parceiras” e raramente se percebam membros das cooperativas. Essa foi a mesma realidade vivenciada por nós para chegarmos até as costureiras da Cooperativa de Marabá. Para encontrá-las, necessitamos perguntar pela “Cooperativa da IK”. De modo contrário, as pessoas não sabiam nos indicar seu endereço na região.

Cabe lembrar que a representante da entidade sindical incentivou as costureiras a trabalharem sem a presença da direção, mas percebeu de imediato o temor que as mulheres sentiam em liderar tal ação. Já como relata ZI, “o ‘diretor’ ameaça cortar os vínculos de trabalho da cooperativa com a empresa que traz o serviço. E as costureiras temem, que, além disso, ele interrompa qualquer outro tipo de contrato de trabalho da organização com as empresas locais, dado o prestígio político que ele possui na região”, conta ZI.

Além disso, a relação que as trabalhadoras locais possuíam com o sindicato da categoria pareciam bastante frágeis, quase inexistentes. Quando solicitamos informações a respeito, Orquídea acrescentou: “não vou às reuniões, é em Tuneiras. Não sei direito onde é”. A trabalhadora falou da sede do sindicato dos trabalhadores

rurais, com o qual mantém relações até hoje, e confundiu este com o sindicato das costureiras sediado em Cianorte.

Rosa afirmou ser filiada ao sindicato e reclamou do fato da entidade não comparecer à Marabá para negociar e se reunir com as costureiras locais. A mesma enfatizou a existência do pagamento da contribuição para o sindicato das costureiras. Mas depois da entrevista pudemos perceber que a costureira não se encontrava filiada ao sindicato da categoria. Além disso, desconfiamos que as contribuições que mencionou, (fato que aparece no relato de outras costureiras entrevistadas) podem estar sendo destinadas à outros fins na cooperativa, desconhecidos pelas costureiras. Rosa, por exemplo, comentou: “não sou registrada, mas mesmo assim, contribuo para o sindicato separado, pagando no escritório da cooperativa.” A mesma questão pode ser percebida na fala de Margarida.

Um tempo atrás, veio a presidente do sindicato e conversou, mas a gente está indo com esta cooperativa. A gente pensa e sabe que tem alguma coisa na lei que exige da parte da gente. Nós pagamos, não sei muito bem o que, porque tem um escritório que dá assistência para a gente. O escritório faz tudo o que a gente precisa, mas é o PA quem mexe com o escritório. Mas nada está no nome dele, porque ele é vereador! Ele não pode! Está tudo no nome das costureiras.

As relações políticas locais e de parentesco, aliadas às características de uma cooperativa pragmática ou uma pseudo-cooperativa, interferiram diretamente nas “leituras” dessas trabalhadoras sobre o trabalho realmente cooperativo. Restou a elas, especialmente, menos espaço para o amadurecimento de uma organização coletiva de trabalho, com princípios mais autônomos, como apregoados pela economia solidária e referidos acima por Singer.

6.3.7 Divisão de Responsabilidades

Ao que tudo indicou, as costureiras eram responsáveis pelos gastos, mas sem terem autonomia para gestioná-los. “Eram donas da cooperativa, no dia de dividir

as despesas”, como comentaram Copo de leite e Hortência. Posição diferenciada pode ser visualizada na fala de Rosa:

Nós pagamos tudo, do que fazemos é dividido as despesas: compra de agulhas, luz, concertos de máquinas. Depois se tira o salário de todo mundo. É como se cada um desse um pouquinho. Mas as despesas são geralmente poucas.

O espírito de pertencimento e de cooperação que apareceu no relato da trabalhadora precisa ser relativizado no fato dela ser irmã de PA. Já nas palavras de Margarida fica explícita a confiança nas ações da direção da cooperativa, mesmo demonstrando, em outros momentos, não concordar muito com o modo como era feita a gestão do trabalho:

O que gastar no final do mês é descontado. Se gastar cem reais com alguma despesa é descontado no pagamento da gente. Nós pagamos energia e manutenção das máquinas. Se quebrar uma peça PA compra, faz a nota. Tem uma escrivaninha e uma gaveta onde ficam todas as notas na caderneta. Se der 500 reais de prejuízo é ele que soma. A caderneta está lá, a gente sabe e será descontado.

Uma das costureiras informou a existência de diferenciações nas formas de remuneração do trabalho, intitulações advindas da capacidade de produção de cada uma e processos de hierarquização de tarefas dentro da cooperativa.

Costuramos camisas de manga longa. Fazemos de 250 a 300 camisas por dia. De manga curta, se pegarmos firme sai de 350 a 400 camisas. E isso já saiu! Era para sair bem mais, mas tem muita costureira que não ajuda. Lá é um lugar que não se fala, você tem que trabalhar. Para quem já trabalhou em fábrica sabe que de hora em hora tem pessoa cobrando a produção. PA fala com a gente como se fosse na fábrica. Eu faço de tudo, mas não recebo como outra do meu lado que só faz a costurinha do ombro, a pala, enquanto eu faço tudo. É igual fábrica, tem três tipos de salário. É costureira de primeiro, segundo e terceiro grau, como se fosse na fábrica. É pouca diferença uma da outra. Por exemplo: se eu ganho um salário, se tiro 350 reais, e eu sou costureira de primeira, uma costureira de segunda, que faz costura reta, tira 50 reais a menos e a terceira mais 50 reais de diferença, como se fosse nas fábricas. Na cooperativa tem duas costureiras que até desanimam as pessoas que trabalham perto delas. Dá vontade de pegar a tesoura e ir embora. Quem tem que conversar com elas é o PA ou a TR, porque se a gente for falar, elas brigam, não aceitam mesmo. Esses dias na reunião, PA falou que vai fazer como nas fábricas, cobrar por produção.

Eu acho justo. Uma vez ele começou a fazer isso e parou. Mas é o certo! Pois tem gente que se acostumou (Margarida).

Pela pesquisa, as mulheres mostraram manter vínculos sociais estáveis e permanentes com o “presidente da cooperativa”, que conduzia e controlava, com o auxílio de sua família, todo o processo ligado à produção das camisas. Como dito por uma das costureiras e pela integrante do sindicato dos trabalhadores, a eles era destinado o controle do tempo e da qualidade do trabalho e dos produtos confeccionados (neste caso feito pela filha de PA: “revisadora e cronoanalista”¹²⁸). A fiscalização da qualidade também ocorria na empresa contratante, por amostragem, segundo informações obtidas entre as costureiras.

Para tornar mais eficiente a organização do trabalho, com vistas a produzir cada vez mais, a cooperativa passou a combinar práticas tayloristas, ou seja, a introdução de grupos de trabalho com o controle rígido do tempo. Com o uso do cronômetro, passou a ser exigido delas o cumprimento do tempo exato e um novo comportamento de envolvimento e colaboração com a produtividade.

Assim, dentro do ambiente de trabalho, uma acabou passando a controlar o impulso da outra. Mas isso também gerou desconfortos. Disseminou-se, pouco a pouco, a concorrência e a pressão para o trabalho, vindas inclusive das pessoas mais próximas. Enfim, com o objetivo de aumentar a produtividade, pela maior extração do sobretrabalho durante cada hora trabalhada, a empresa contratante, por meio da cooperativa, pode estar causando danos à saúde das trabalhadoras, uma vez que cronometrando o ritmo do tempo de produção, se intensifica o ritmo de trabalho delas.

Segundo Copo de leite, a empresa contratante pagava, em 2006, R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) por cada camisa de manga longa confeccionada. “Depois de pagar as despesas, o que sobrava virava salário.” Nesse ponto, outro impasse pôde ser percebido. As costureiras possuíam muitas dúvidas em relação ao preço pago pela empresa contratante à cada peça costurada. A dúvida se misturava às incertezas e às desconfianças nas falas de Hortência e Copo de Leite. Ambas pareciam

¹²⁸ A revisora ou cronoanalista da cooperativa, nesse caso filha do diretor e estudante de Moda numa faculdade da região, era a pessoa responsável pelo controle do tempo de produção de cada atividade dentro da cooperativa. Além do controle do tempo, esta realizava a avaliação da qualidade, antes de entregar as peças prontas à empresa contratante.

ter outras informações não reveladas, pois eram acometidas pelo temor da perda do emprego e das retaliações que poderiam vir a sofrer na comunidade.

Como Margarida havia comentado sobre a vantagem de receber por produção na cooperativa, fizemos essa indagação a Copo de leite.

Não sei se daria para recebermos por produção, porque nesse caso teríamos que fazer a peça inteira. Mas acho que teria que ser por produção sim. Teríamos que marcar a produção no papel. Cada um ganharia pelo que fez. O trabalho é desigual, porque tem diferença. Exemplo, se eu cumprir minha meta e ainda fizer mais coisa eu ganharia mais, meu salário seria melhor. Se bem que tem o risco de ficarmos individualistas. Ali onde nós trabalhamos muita gente não sabe fazer de tudo um pouco, às vezes tem um que só sabe fazer aquilo e isso prejudica o grupo, porque uns fazem mais e outros fazem menos. Claramente aquele que faz menos sai ganhando e aquele que faz mais sai perdendo (Copo de leite).

Gosto do que eu faço, não tenho queixa. Faço de tudo um pouco. Meu serviço é fazer barra. Nunca fico o dia todo fazendo barra. Fico uma hora mais ou menos nisso e vou fazer outro serviço. Mas mesmo não ficando o dia todo na barra, sempre faço a meta (Copo de leite).

Prego bolso o dia todo. Quando não tem bolso para pregar faço outra coisa. O salário varia, tem mês que chega a dar até 350 reais (depende do tanto de peças que faz no mês), mas se precisar comprar alguma coisa... Lá uma reclama para a outra, mas para a pessoa mesmo ninguém fala nada, ou seja, para aquela que trabalha mais lento (Hortência).

Hortência falou da impossibilidade de trabalharem por produção, relacionando tal dificuldade com o tipo de divisão de trabalho mantido na cooperativa: “não dá para ganhar por produção porque só tem uma fechadeira.”

Sobre as etapas de produção dentro da cooperativa, soubemos que haviam mulheres especializadas em costura reta, outras em acabamento e outras em costura em overloque. A distribuição do trabalho entre as cooperadas fazia-se respeitando a experiência e a capacidade técnica individual. Quando necessária, a substituição de tarefas ocorria, mas com alguns constrangimentos, gerados, sobretudo pelo controle do tempo por terceiros.

Ainda em relação à ausência de um espírito cooperativo entre as costureiras, vimos que muitas lamentavam a inexistência de um planejamento organizacional,

respaldado em objetivos definidos. Esses fatores, que espelhavam a reprodução do modelo vertical das relações laborais nos processos decisórios da cooperativa, comprometiam a construção de um empreendimento social, com base solidária. Ali, verificamos não sobrar muito espaço para o aprendizado cooperativo, e, além disso, que algumas pessoas, com maior visão gerencial e experiência administrativa, pareciam aproveitar-se da situação para manter a cooperativa naquela condição de dependência externa.

Há uma multiplicidade de situações que poderiam ser bem mais investigadas, mas de antemão pode-se afirmar que a cooperativa analisada era uma extensão precarizada da fábrica.

6.3.8 Cooperativa de Costureiras de Marabá: Dois Anos Depois

Em outubro de 2008, retornamos ao Distrito de Marabá. A configuração urbana não se modificara muito, mas, um diferencial pôde ser identificado já na entrada do distrito, onde passaram a ser visíveis a presença de facções de lixadores de calça jeans (segundo uma informante local) “atividade quase inexistente dois anos atrás.” Mas, nosso objeto de estudo, altamente dinâmico, é que se modificou. A cooperativa não existia mais.

Entrevistamos as mesmas cinco mulheres que foram ouvidas em 2006. Mas foi Copo de leite, que nessa nova fase da pesquisa nos contou as transformações pelas quais passou a antiga Cooperativa de Costureiras de Marabá.

Em uma narração, sem intervalos, a moradora e ex-cooperada, sintetizou a história da cooperativa nos dois últimos anos.

A cooperativa fechou no começo de 2007. Depois disso, um homem de Cianorte abriu uma fábrica no mesmo galpão. Ele pagou tudo direitinho. Mais ou menos dezoito mulheres da antiga cooperativa permaneceram trabalhando para ele. Eu não fui. Fiquei quatro meses desempregada. A fábrica dele não deu certo. Um tempo depois apareceu uma mulher de Cianorte. Estas dezoito costureiras foram trabalhar para ela. Não tinham outra opção! Trabalharam dois meses seguidos, mas a facção fechou e a mulher não pagou ninguém até hoje. As costureiras foram atrás dela cobrar, mas viram que a situação financeira dela era pior que a nossa.

Ficaram até com dó! Agora, há uns três meses, nesse mesmo barracão, abriu outra fábrica, mas com tudo legalizado. Este dono de agora registrou os empregados. Tem seis mulheres e dois homens trabalhando. Desse total, só tem quatro costureiras que eram da antiga cooperativa. Eles costumam para a Osmoze, a Extinto, a Pimenta Malagueta e para uma empresa de Mato Grosso, que vem aqui trazer e buscar as peças. No barracão este novo dono não paga água e nem aluguel, porque o prefeito não cobra, aliás não cobrava de ninguém que abria firma lá, para nos incentivar a trabalhar. É um prefeito do PT, que foi reeleito este ano. Aqui no distrito, quem não quer pagar conta de água não paga (Copo de leite, 25/10/08).

Aproveitamos para perguntar sobre PA, o antigo intermediador entre o trabalho das mulheres no distrito e a IK, que em 2006, era tido como o “dono” da cooperativa e que tinha um certo poder sobre as costureiras. Em outubro de 2008 a situação política parecia outra. Agora como motorista de ônibus, prestando serviço informal a TR, PA é caracterizado como um cidadão comum pelas entrevistadas. Perdeu o contato com as costureiras e o prestígio político no distrito. Não se reelegeu como vereador. De acordo com os relatos de Copo de leite, “PA fez campanha contra o prefeito, bastante popular no local e foi aos poucos perdendo credibilidade política na comunidade”. “Já TR ganhou para vereador em Tuneiras do Oeste. As relações políticas locais se modificaram significativamente”, ressaltou.

As costureiras não nos deram informações sobre as razões do fechamento da cooperativa. Os dados foram adquiridos em entrevista com um integrante do Sindicato das Costureiras de Cianorte, algumas semanas depois. Segundo RD, “um grupo de mulheres de Marabá foi até o sindicato fazer reclamações sobre as condições de trabalho a que estavam submetidas, pediram explicações à entidade sobre como deveria funcionar uma cooperativa e entraram com uma ação coletiva reclamando seus direitos”

O sindicato percebeu que se tratava de uma “cooperativa de fachada”, já que mais de 51% dos bens não estavam registrados no nome delas, mas no nome de PA”, contou RD. As costureiras pediram como indenização uma propriedade agrícola de PA e estão aguardando resposta na justiça. As informações denotam que ainda há certo receio das ex-cooperadas em relação a PA.

Lembramos que o distrito de Marabá, pertencente ao município de Tuneiras do Oeste¹²⁹, possuía, em 2008, aproximadamente três mil e quinhentos habitantes. Havia um número considerável de habitantes ali concentrados se considerarmos a população do município sede.

Catalogamos, nesse período, a existência de várias facções domiciliares no distrito: três de costura, cinco de lixadores e de grampeadores de calça jeans e duas de bordado. Como relatou Copo de leite, nas facções de lixadores e grampeadores de calça *jeans*, predominava o trabalho masculino.

Tem mais homens porque é um serviço pesado e sujo. Os homens iniciam os trabalhos às cinco horas da manhã e atravessam a noite. A maioria trabalha no sábado e no domingo inteiro. Eles ficam o tempo todo trabalhando porque ganham por peça. Eu mesma aluguei um espaço para um grupo de lixadores de calça no fundo de minha casa. Eles ganham bem, mas se matam de trabalhar. Dá para tirar até 100 reais por dia se trabalhar bem rápido.

Depois de entrevistá-las ficamos um tempo no distrito caminhando e conversando com outros informantes. Fomos visitar uma das facções de lixadores de calça *jeans*. Era sábado, por volta das dezessete horas, e trabalho dos homens caminhava em alta velocidade. Os trabalhadores visitados se intitularam “pinceladores, lixadores, tintureiros, passadores, secadores, estampadores”, entre outros nomes, porque, segundo eles, “trabalhavam conforme a demanda da moda”. “Nesse momento a moda exige calças *jeans* furadas e gastas, trabalho que fazemos com furadeiras elétricas a mão e calças *jeans* bordadas. Esse segundo trabalho se destina depois às mulheres, em outras facções. Desgastamos as calças, surramos ela. O importante é dar à peça uma aparência de usada e envelhecida mesmo”.

Com “ar de orgulho” pela fama da região e, ao mesmo tempo, de “estranheza” frente aos ditames da moda, um informante na rua, fez questão de dizer.

Nas lavadeiras em Cianorte hoje a moda é isso também. Cada gosto! Como as coisas mudaram! No meu tempo usar uma calça com um furo que fosse era coisa de gente *esmanzelada*. Hoje eles fazem uma destruição moderna do *jeans*. As máquinas de lavar sacodem o *jeans* com pedras-pomes. Os trabalhadores enfiam as pernas das calças em

¹²⁹ O município de Tuneiras do Oeste, em 2008, segundo dados do IBGE, possuía 8.806 habitantes. Destaque-se que na década de sessenta, no auge da extração da madeira e da cultura do café, o município chegou a ter 40.000 habitantes, quase todos morando na zona rural.

balões inflados, que passam como robôs, entre escovas de plástico abrasivo que friccionam o denim para lhe dar uma aparência gasta. É trabalho duro! Alguns têm que pôr produtos químicos para descolorir o tecido. Uns usam pistolas para disparar jatos de areia de quartzo nas calças. Meu sobrinho trabalha numa dessas empresas aqui na região.

Os relatos mostram que as relações e as condições de trabalho vivenciadas e pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores vinculadas(os) à cadeia de produção de roupas em Marabá sofreram muitas e rápidas modificações, provocadas sobretudo pela reestruturação produtiva e, em cascata, pelas mudanças nos tipos de roupas por ele produzidas. Essas transformações interferiram no tipo de tarefa desempenhada por cada um deles, redimensionando o processo da divisão sexual do trabalho nesse setor. Porém, esse redimensionamento não alterou as práticas precárias de contratação e organização do trabalho mantidas pelas empresas do segmento. Pelo contrário, parecem ter intensificado tal precariedade.

6.4 São Lourenço: Tentativas de Constituição de uma Cooperativa de Mulheres

Em junho de 2006 conhecemos outra experiência singular, dadas as suas especificidades locais, porém corriqueira no contexto das atuais relações de trabalho que se estabelecem nas pontas da rede de subcontratação do setor de confecções de *jeans* e de “modinha” na região estudada.

Todas as informações preliminares indicavam a existência de uma cooperativa de produção e foram estes dados que nos conduziram até o distrito de São Lourenço¹³⁰, que fica a aproximadamente 35 km do município de Cianorte. Lá, ao contrário do que nos informaram, encontramos em funcionamento uma facção de costura, com características bastante peculiares. Foi uma experiência diferente das vivenciadas com as trabalhadoras e os trabalhadores das facções localizadas na zona urbana de Cianorte, porque aparentemente configuravam-se como cooperativas, mas

¹³⁰ Diferente de Marabá, nesse caso não foram as costureiras que solicitaram nomes de flores, mas nós que assim a intitulamos para preservar a anonimato. Dado o fato de o grupo pesquisado ser pequeno, optamos por não detalhar muito o perfil dessas mulheres, já que do contrário seria provável sua identificação no distrito.

foi necessária apenas uma primeira visita para constatar que não se tratava de trabalho auto-gestionário.

Segundo informações de Dália, “com o auxílio da prefeitura e do CODECOL (Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Lourenço), havia sido construído, desde final da década de 1980, um barracão que sediaría uma cooperativa de costura para empregar as mulheres em situação de pobreza da comunidade, assim como para atender às outras necessidades socioeconômicas na localidade”. Mas ali se constituíram vários grupos de trabalhadoras, que pelas características fornecidas por uma informante (Esmeralda), “nunca tiveram experiência com o trabalho cooperativo e foram coordenadas por outras pessoas que entendiam menos ainda de cooperativismo”.

O barracão era em um espaço cedido às costureiras pelo CODECOL e estava localizado no mesmo terreno da Associação Comunitária, que surgiu em 1986. Nos finais de semana o Conselho alugava o barracão para festas de aniversário, formatura e casamento de moradores da comunidade, a preços bem baixos, ou emprestava para reuniões da Associação de Bairro.

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário auxiliava os lavradores que eram sócios, cedendo, a custos também bem menores, ferramentas de trabalho e transporte para colheitas e cultivo da terra. Além do espaço ocupado no terreno da Associação Comunitária o Conselho alugava outro barracão ao lado. Este barracão era emprestado para o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) que funcionava no distrito.

Segundo nos relatou Dália, o Conselho auxiliava no programa do PETI com outros recursos (que não foram mencionados por ela), enquanto a prefeitura de Cianorte se responsabilizava pelas contas de água e de luz gastos pelo projeto.

A entidade (CODECOL) também trabalhava como terceirizada para a Prefeitura de Cianorte, comprometendo-se com a coleta do lixo, além de empregar cinco homens da comunidade com registro em carteira. Boa parte do incentivo financeiro dessa entidade foi obtida com o Banco do Brasil, como nos detalhou Dália.

Pelas observações realizadas, podemos afirmar que Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Lourenço possuía uma relevância significativa

para os moradores daquela localidade. Muitos habilitantes, especialmente os que residiam na zona rural, distantes geograficamente e politicamente da prefeitura de Cianorte, recorriam constantemente aos serviços comunitários prestados por este órgão.

A importância local do CODECOL parecia ir além dos trabalhos realizados pela Associação Comunitária. É evidente que trata-se de uma hipótese, pois o receio das trabalhadoras em fornecer informações sobre o funcionamento do barracão, criou obstáculos para a obtenção de outros dados. Numa situação diferente, talvez poderíamos compreender com mais exatidão as relações estabelecidas entre o CODECOL, a Associação Comunitária, a prefeitura e ainda, com a EMATER, que também possuía uma subsele no mesmo terreno.

Foi só na segunda visita que entendemos o que Esmeralda havia informado sobre “as pessoas que não entendiam de cooperativismo, mas queriam coordenar o trabalho das costureiras em São Lourenço”. A partir desse dado, vimos que passou a ser cada vez mais comum na cadeia de subcontratação no setor de confecção de jeans, com as transformações advindas da reestruturação produtiva, a presença das(os) chamadas(os) “gatas(os)” ou “atravessadoras(es) de roupas” nas relações de trabalho que envolviam as costureiras informais e as empresas da região.

Diante de todos estes fatores, fomos impulsionados a verificar a história de vida e de trabalho desses grupos de produção, para entender porque haviam tantas tentativas e persistência dessas mulheres, por vezes frustradas, de transformar essas facções em cooperativas. De antemão percebemos que boa parte dessas experiências foi iniciada pelo trabalho de pessoas que se responsabilizavam pela costura de um lote de roupas de uma determinada empresa, localizada na região de Cianorte e traziam-nas para esse grupo de costureiras em São Lourenço. Eram sim as(os) chamadas(os) “atravessadoras(es) de roupas”, nome dado por uma informante da localidade em junho de 2006. Recebendo da empresa pelo lote pronto, estas pessoas repassavam parte do dinheiro para as costureiras, pagando-as “menos de um salário mínimo mensal”. Foi o que constatamos por meio de relatos dessa mesma informante. De acordo com suas

informações, a primeira tentativa¹³¹ de constituição de uma cooperativa no distrito, que na prática transformou-se em facção, foi impulsionada por uma dessas pessoas e teve o apoio direto de políticos locais.

Os grupos de trabalho que foram se formando no barracão, desde 1992, tiveram também, em parte, o apoio do CODECOL, segundo pudemos avaliar pelas informações cedidas por Lírio, uma costureira que há alguns anos trabalhava no barracão, sob diferentes e precarizados tipos de contratos de trabalho.

Em 1992, o CODECOL cedeu sete máquinas para Jasmin, uma mulher que veio de fora coordenar o nosso trabalho, mas haviam muito mais costureiras aqui, umas 20 mais ou menos. Jasmin trouxe outras máquinas de costura de Cianorte. Ela não era dona de empresa, não sabia costurar. Ela abriu a cooperativa e não deu certo, ficou só 2 anos e fechou (Lírio, junho/2006).

Na concepção de Lírio, a intenção de Jasmin era abrir uma cooperativa no barracão e esta pessoa organizou certa estrutura de produção buscando atingir seu objetivo. Mas percebe-se que não se tratava da criação de uma cooperativa, mas de uma experiência que possibilitaria a exploração do trabalho dessas mulheres por meio da coordenação de uma “atravessadora de roupa”.

Violeta, moradora daqui, ficou poucos meses coordenando nosso trabalho também, mas fechou porque não deu certo. O barracão ficou sem os grupos de costureiras por muitos anos. Porém as máquinas não ficaram paradas, porque elas sempre foram emprestadas para alguém ou alugadas para as mulheres da comunidade, mais ainda para as mulheres dos sócios (Lírio, junho/2006).

Neste outro relato, Lírio nos permite afirmar que moradoras do distrito também faziam o papel de “atravessadoras de roupa”. Na segunda parte de sua fala notamos que o barracão raramente deixou de representar um ponto de trabalho para as mulheres da localidade, pois mesmo sem o funcionamento ativo dos grupos nesse

¹³¹ É importante ressaltar que esta foi a primeira tentativa de organização de uma cooperativa, segundo a maioria das(os) informantes e entrevistadas(os). Mas há informações, que aparecerão ao longo do texto, mostrando que outros grupos anteriores a este ali se constituíram, porém não tivemos acesso às informações que os descrevessem.

espaço, as máquinas eram constantemente emprestadas, viabilizando talvez, que este tipo de relação de trabalho se configurasse nos domicílios dessas trabalhadoras.

Pelo que indica Lírio, “mesmo cedendo algumas máquinas aos grupos de trabalhadoras, geralmente facções, que se formavam no barracão, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Lourenço não se responsabilizava pelas relações de trabalho mantidas entre essas costureiras locais”. Ela faz questão de enfatizar também que o Conselho não era responsável pelas relações dessas trabalhadoras com as(os) “atravessadoras(es) de roupas”. “O CODECOL não sabia nada a respeito do sistema de remuneração entre as mulheres que vinham de fora e as costureiras daqui” (Lírio, junho/2006).

Mas, vê-se que, segundo relatos da mesma costureira, o CODECOL fez um contrato com Jasmin e com Violeta para empregarem as mulheres de São Lourenço, cedendo-lhes sete máquinas e o barracão sem quaisquer custos e cobrando-lhes, na época, apenas as taxas de água e de luz.

[...] mas o emprego tinha que ser para as mulheres do distrito. Aqui precisa muito de emprego e não tem quase nada. A maioria das mulheres trabalha na AMAFIL¹³², empresa de alimentos, na AVENORT que busca as pessoas de ônibus no distrito para levar para Cianorte ou na lida com o corte da cana-de-açúcar. Mas a maioria das pessoas mesmo trabalha é na AMAFIL. Aqui também têm muitas mulheres que são costureiras, mas trabalham em suas casas, sem registro. É o jeito! (Lírio, junho/2006).

As informações de Lírio nos permite pensar que haviam relações mais estreitas entre o CODECOL e os grupos de trabalhadoras locais, dado o tipo de contrato por ela relatado e as orientações sobre o perfil das mulheres que deveriam ser beneficiadas por ele.

De acordo com os relatos de outra informante, que residia próximo ao barracão, (Dália), formado por doze costureiras, “o grupo de Jasmin” trabalhou por dois anos para médias e pequenas empresas do município de Cianorte, mas foi fechado porque Jasmin teve problemas pessoais que a impediram de dar continuidade ao trabalho. Já, segundo Esmeralda, “a facção fechou as portas porque passou a produzir

¹³² AMAFIL refere-se à empresa de Produtos Alimentícios Naturita Produtos Alimentícios.

muito pouco e a 'presidente Orquídea' não conseguiu mais remunerar as trabalhadoras, que saíram da experiência sem registro, sem direitos trabalhistas garantidos e com grandes prejuízos financeiros" (Entrevista, 29/06/08).

Note-se que Esmeralda, a mesma informante que acima nos narrou a respeito da presença das(os) "atravessadoras(es) de roupas" no distrito, intitula Orquídea como "presidente" do grupo de produção. A informante mostrou ter idéia do processo histórico de relações de trabalho que se mantinham nesse espaço. Lembramos que ela também se inseriu nessa "trama de contratos instáveis" alguns anos antes, datas estas que não foram mencionadas pela costureira.

Pelas entrevistas realizadas com outra costureira (Violeta), que estava no barracão quando visitamos a localidade (junho de 2006) e que trabalhou com Jasmin e com Orquídea, notamos que muitas trabalhadoras tinham noção das conseqüências que este tipo de relação de trabalho trazia para elas, ou seja, esta não era uma percepção apenas de Esmeralda: "a falência do grupo deve também ser direcionada à insistência dessas pessoas que não moram na localidade e nem são donas(os) das empresas, mas que se aproveitam das necessidades das trabalhadoras para ganhar algum dinheiro, tentando responsabilizarem-se pelo trabalho delas" (Violeta, junho/2006).

A entrevistada indicou que outras(os) "atravessadoras(es)" agiram de modo singular em relação à contratação de trabalho das costureiras locais desde a construção do barracão, algumas vezes "enganando as costureiras, que terminavam um lote de roupas e não recebiam pelo trabalho". Diante desses extremos, muitas costureiras, "sem opções" acabavam voltando a trabalhar com antigas "atravessadoras", como ocorreu nas relações restabelecidas por elas com Jasmin (Violeta, junho/2006).

Como já tinha ocorrido outras vezes, um grupo de pessoas em 2002 desapareceu novamente com o dinheiro das costureiras daqui. Depois de trazer para a facção um grande lote de calças jeans para serem costuradas e de ter prometido, em vão, remunerá-las, como de direito. Mas o grupo de mulheres saiu daqui e foi trabalhar com Jasmin no fundo da casa dela (Violeta, junho/2006).

Assim, por um período curto de tempo, que não pudemos especificar, o barracão ficou vazio, mas outras trabalhadoras do distrito passaram novamente a emprestar máquinas de costura da CODECOL para trabalharem em casa. Desse modo, o barracão da CODECOL, cedido pela Associação Comunitária, por anos seguidos, representou também um ponto de encontro para a organização dessas trabalhadoras.

Mesmo que depois de formados estes grupos passassem a ser sediados nos seus domicílios, era no barracão que as mulheres conseguiam informações sobre as empresas contratantes, os preços pagos pelas peças e as costureiras interessadas em trabalhar na confecção desses lotes. Não é possível dizer que todos esses grupos sofreram a interferência das(os) chamadas(os) “atravessadoras(es) de roupas”, mesmo porque os detalhes do funcionamento desses grupos foram omitidos pelas informantes. Mas, as observações nos permitiram perceber que mesmo que esses grupos de produção, geralmente facções, fossem abrigados nas suas residências, havia sempre uma costureira ou moradora que mesmo não sabendo costurar, se responsabilizava pelas relações de trabalho com as empresas contratantes, passando aos poucos a gerenciar o grupo e monopolizar as informações a respeito dos diferentes tipos de contratos estabelecidos com a CODECOL para uso das máquinas de costura, por exemplo.

Meses depois que o grupo se dissolveu pelo fato de não ter recebido pelo lote de calças e que, nas dependências da casa de Jasmin, já se encontrava “em processo de falência”, “um senhor (Cravo) tentou, sem sucesso, ajudar as costureiras a transformá-lo realmente em uma cooperativa”. Esta foi, segundo Esmeralda, a terceira tentativa de constituição de uma cooperativa no mesmo barracão. Tentando detalhar melhor o processo, Esmeralda conta que as relações de trabalho das costureiras com Jasmin foram lentamente se enfraquecendo, em parte porque a costureira não estava conseguindo mais buscar lotes de roupas em Cianorte. “Foi por isso que as mulheres voltaram ao barracão para solicitar o apoio da CODECOL na formação de outro grupo de trabalho, deparando-se nesta ocasião com a proposta de cooperativa feita por Cravo” (Entrevista, Esmeralda, junho/2006).

Não tivemos acesso às informações que explicassem porque a proposta de constituição de cooperativa feita por Cravo não prosperou. Esmeralda disse-nos apenas

que “as costureiras não gostaram da idéia do micro empresário, que não morava no distrito, e que não podia ajudar as costureiras no que elas necessitavam”. Mesmo sendo bastante generalista, a resposta dá conta de mostrar que Cravo era um novo “atravessador de roupa”, interessado em tirar algum benefício próprio, por meio da exploração do trabalho pouco remunerado dessas trabalhadoras.

A quarta experiência surgiu de um projeto de cooperativa impulsionado por uma moradora local e que se transformou, como nas vezes anteriores, em uma facção. Esta facção funcionava a seis meses no barracão, no momento em que realizávamos as primeiras entrevistas, em junho de 2006. Diferente das três experiências anteriores, quando obtivemos a maior parte dos dados por meio de informantes, esta tentativa de constituição de cooperativa pôde ser acompanhada mais de perto.

Azaléia, “coordenadora” do quarto grupo de produção e costureira informal na localidade há alguns anos, assim narrou;

Eu e um grupo de costureiras do distrito trabalhamos doze horas por dia no barracão. Aqui nunca tem acidente de trabalho. Às vezes a gente leva uns raspões, mas acaba deixando para lá e continua trabalhando. Um dia a agulha quase furou meu dedo, mas não foi nada não (Azaléia, junho/2006).

A entrevistada (Azaléia) descreveu a jornada extensa das costureiras e falou sobre a ausência de acidentes de trabalho no barracão, na tentativa de esclarecer-nos, já de antemão, que a atividade de costura ali sediada estava regulamentada e que trazia benefícios às trabalhadoras locais. Mas pela sua própria fala, inclusive narrando acontecimentos diretamente ligados à ela, vê-se que as condições de trabalho disponibilizadas nesse ambiente eram altamente precárias a ponto de causar prejuízos a sua saúde, como pode ser percebido em seu próximo relato.

Aqui é difícil alguém registrar o empregado, só as firmas mesmo. A AMAFIL, indústria de farinha de mandioca registra. Faz tudo dentro da lei, porque tem mais de mil funcionários. Quem trabalha no corte da cana também é registrado. Outra opção é ir para Cianorte. Mas quem vai para lá trabalhar tem que acordar umas 5 horas da manhã, se quiser ser registrado. Muitas mulheres trabalham nessas condições há um bom tempo, depois ficam doentes e largam o serviço. Uma parenta minha trabalhou mais ou menos dez anos no barracão e nunca foi

registrada, como a maioria das mulheres aqui do distrito (Azaléia, 09/06/2006).

A costureira ressaltou que ela “não apenas coordenava o grupo, mas também trabalhava muito por ele”, insistindo em revelar, entre outros dados, que as trabalhadoras do distrito não tinham muitas opções além das ofertadas no barracão.

Além de justificar o não cumprimento das leis trabalhistas diante da situação de precariedade das relações de trabalho em que ela também estava submetida, a entrevistada (Azaléia) pontuou a necessidade da extensão das horas de trabalho dedicadas pelo “grupo de colegas” e o seu esforço em garantir uma “remuneração condigna”, tanto para ela, como para as companheiras de trabalho.

Dá para tirar de 400 a 600 reais por mês, mas daí não tem horário, tem que trabalhar até tarde, além de trabalhar seguido nos sábados, domingos e feriados. Porque se fizer horário certo de trabalho não dá para tirar um salário mínimo. Pegamos o serviço numa indústria de roupa, a SF. Faço de tudo para conseguirmos tirar pelo menos um salário no final do mês (Azaléia, 09/06/2006).

Outra preocupação da entrevistada (Azaléia) era a qualificação da mão-de-obra das costureiras, defendendo que esta responsabilidade caberia à política local, ao manifestar sua indignação com a realidade social ali instaurada.

Aqui não tem curso para especializar as costureiras. Quem tinha que fazer isso era o SENAI, mas isso depende da prefeitura, que não se mexe. A gente tinha que ir atrás do prefeito e dos vereadores para mudar esse lugar, trazer as coisas para cá. Não podem ir só atrás de lavoura, tem que ser atrás de bens em geral para nós. Uma vez eu fui atrás desse pessoal da prefeitura. Ali dentro é uma burocracia muito grande. Aqui somos abandonados (Azaléia, 09/06/2006).

Menos um mês depois este quarto grupo de produção se desmembrou, inclusive mudou de endereço.

No barracão não encontramos mais o grupo de trabalhadoras liderado por Azaléia, mas a presença de uma costureira (Violeta), com duas filhas pequenas, arrumando um lote de roupas para transportar. Tratavam-se de várias caixas de uniforme com a marca de uma empresa de confecção local. De antemão perguntamos

pela facção de Azaléia e a costureira, demonstrando-se um tanto irritada, interpelou rapidamente, corrigindo-nos: “Você quer dizer a cooperativa de Azaléia?” (Entrevista, julho/2006).

Aqui não existe uma cooperativa. Existiram tentativas de cooperativas, agora existe só um grupo de trabalhadoras. Eu dispensei três trabalhadoras que ficaram comigo há mais ou menos um mês. Vou terminar este lote de roupas, entregar e já buscar outro. Já falei com o Jacinto. Vou pegar o lote e nós vamos costurar em casa. Ele vai passar para pegar depois (Violeta, julho/2006).

Deduz-se pelas informações da entrevistada que no mesmo período em que o grupo de costureiras coordenado por Azaléia permanecia no barracão, as trabalhadoras organizadas por Violeta trabalhavam a domicílio, uma vez que relata estarem juntas há mais ou menos um mês. Percebe-se também a existência de muitas relações conflituosas entre os grupos de trabalhadoras, pois nem bem instalava-se ali e a costureira (Violeta) já falava em mudar sua facção de endereço. Os conflitos também pareciam ser latentes entre as próprias trabalhadoras do mesmo grupo, dado seu relato sobre a demissão das companheiras.

Notamos pela antecipação da resposta da costureira (Violeta) que haviam outros conflitos em torno da cobrança pela instalação de uma cooperativa naquele local. Dizemos isto diante de sua preocupação excessiva em justificar que ali não apenas existia um “grupo de trabalhadoras”. Sobre Jacinto, que ela menciona na fala, não obtivemos outras informações.

De acordo com a costureira (Violeta), na criação de “seu grupo”, o pagamento do aluguel do barracão ficou condicionado a prefeitura e ao contrato informal com uma pessoa de Cianorte, que segundo a mesma tentou “fazer os papéis para montar uma cooperativa de verdade”. Não conseguimos conversar com a pessoa a que se referiu Violeta, mas o dado já serviu para comprovar a relação de Violeta com a instauração dessa cooperativa, demonstrando que outras pessoas, não ligadas a CODECOL, ao distrito e nem ao grupo anterior de costureiras estava interessado em criar a cooperativa. Todas as informações levam a crer que a preocupação não era de auto-gestão, mas de beneficiamento financeiro individual novamente.

Quando Rui morreu, começaram a perguntar para mim quem queria ficar com o barracão. No primeiro mês eu paguei 150 reais para ele. Depois correu pela prefeitura. Eu só posso ficar aqui seis meses e nesse período a prefeitura é quem paga este dinheiro. Depois de seis meses eu tenho que voltar a correr atrás para ver se a prefeitura continua pagando, depois tenho que conseguir renovar o contrato. Mas, além disso, eu não tenho ajuda em mais nada: energia, água, etc. A gente tem que se virar sozinha (Violeta, julho/2006).

Sem dar nexos ao processo histórico de constituição da facção que ela “gerenciava”, inseriu no relato a presença de outra pessoa, também um homem que, pelos dados descritos, antes de falecer coordenou um grupo de produção de roupas no mesmo espaço. As entrevistas indicaram que entre Violeta e Rui se estabeleceram relações financeiras envolvendo o contrato informal de locação do espaço, que pelo que soubemos na pesquisa, era de domínio público, ou seja, da Associação Comunitária do distrito.

Violeta indica que a facção recebia também alguns auxílios da prefeitura, mediante acordos pré-estabelecidos em torno da ocupação do barracão e nos seus relatos vê-se as relações conflituosas mantidas com os políticos locais, o que se tornou claro quando a entrevistada reclamou das condições dos instrumentos de trabalho disponibilizados no barracão.

Só o salão não resolve. Este tipo de máquina de costura reta eu tenho. Para dar certo o salão tem que ter um maquinário mais caro. O maquinário mais barato a gente tem, consegue, se aluga. O pior é que ninguém se mexe. E tem gente que leva as máquinas de costura da prefeitura para casa. Bromélia disse que tinha três máquinas aqui e que ia chegar mais três costureiras a semana que vem para a gente ensinar a costurar. Mas eu estava aqui e a dona do outro salão (Girassol) simplesmente entrou e foi retirando as máquinas dizendo que ia arrumar. Isso é uma falta de respeito comigo. Ajuda não tem, mas as pessoas tiram as coisas daqui. Por isso vamos trabalhar na minha casa agora (Violeta, 10/06/2006).

Esse último relato mostra a precariedade dos equipamentos existentes no barracão e a necessidade de outros auxílios que, segundo ela, “deveriam ir além da concessão do uso do espaço por seis meses”: “as trabalhadoras querem máquinas de costura mais modernas, porque as máquinas simples disponibilizadas no local não viabilizam o desejado aumento da produção”. Pelo que é enfatizado por Violeta nas

últimas falas nota-se novamente as relações nada harmônicas estabelecidas entre ela, as costureiras e as(os) “atravessadoras(es) de roupas” na “posse” desses equipamentos de trabalho, que, segundo a Violeta eram utilizados também para a qualificação de outras trabalhadoras (Entrevista, julho/2006).

Como o grupo estava se desintegrando, foi possível perceber também o conflito entre a costureira com alguns funcionários do CODECOL e da antiga “cooperativa”, que segundo Violeta, “instalada agora em outro lugar, retirava indevidamente algumas máquinas do barracão para uso próprio”. (Entrevista, julho/2006)

Daquela “facção de Violeta”, que algumas informantes locais denominavam como “cooperativa”, surgiram dois outros grupos de trabalho, na verdade duas outras facções de costura.

O primeiro grupo ficou evidente quando Violeta revelou a preocupação em ensinar outras mulheres a costurarem em sua casa. O segundo grupo seria coordenado por Girassol, a quem ela se referiu acima, que trabalhava em outro salão¹³³ e que levaria parte dos lotes de roupas e dos equipamentos para seu domicílio, segundo ela, “um cômodo, uma espécie de oficina de costura improvisada que abriu no fundo da residência” (Entrevista, julho/2006).

Percebemos que as costureiras de todos os grupos entrevistados em 2006 não sabiam distinguir com clareza que equipamentos pertenciam à prefeitura de Cianorte, o que pertencia ao CODECOL e o que acabava sendo alugado ou emprestado de “atravessadoras(es) de roupas” ou de costureiras locais. Essa confusão quanto à propriedade dos equipamentos dificultava a cobrança de seus direitos e também a compreensão das costureiras do valor pago pelos seus trabalhos. Ao analisarmos mais adiante as entrevistas das bordadeiras, perceberemos que a situação continuava inalterada em 2008.

¹³³ Violeta usa o termo salão para denominar as facções, sob várias coordenações diferentes, que funcionavam no barracão ou a partir da desintegração das organizações iniciadas nele e utiliza também a denominação “dona do salão” para indicar as mulheres, que como ela, coordenavam o trabalho das costureiras locais.

Mostrando-se bastante irritada com a situação da “posse indevida” das máquinas de costura, Violeta fez gestos de quem não queria discorrer mais sobre o assunto e passou a falar dos meandros da política local.

De início, responsabilizou um vereador do município pela falta de estrutura no barracão. Segundo ela, “o político ficou enfurecido pelo baixo número de votos que recebeu dos moradores locais na última eleição e por isso passou a vingar-se nas trabalhadoras, através da falta de apoio e de vontade em fazer a intermediação entre suas necessidades e o as benfeitorias iniciadas pelo prefeito de Cianorte” (Violeta, 30/06/2006):

O vereador não faz nada. Coisa que ele não conseguiu para o salão eu fui lá e consegui. Ele ficou bravo. Dessa vez porque não teve votos o suficiente no distrito para se eleger e só ganhou pela legenda do partido. Por isso disse que vai descontar no povo daqui. E vai descontar em mim. Outro homem é que ganhou aqui como vereador no distrito. Este homem era considerado uma espécie de presidente da nossa ‘quase cooperativa’. Ele não ajudou a antiga dona daqui em nada. Por isso é que ela teve que fechar as portas do salão. Ela ficou dois anos pelejando. Se ele tivesse pago pelo menos a energia já sobraria uns duzentos reais no final do mês para dividir entre as costureiras (Violeta, 30/06/2006).

Vimos uma incompreensão bastante grande entre as trabalhadoras, em relação às atribuições do poder legislativo. Isto provavelmente ocorria devido ao modo como estes legislavam. Este vereador, de quem falou a costureira, por exemplo, é responsabilizado também pela falência da facção anterior.

Pareceu-nos que o transporte das roupas desse quarto grupo de trabalho era organizado antes da eleição pela prefeitura, mas depois ficou a cargo de Violeta. Além disso, a entrevistada apontou mais uma vez que a qualificação profissional ficava sob a responsabilidade das próprias costureiras:

Veja agora a minha situação. Eu tenho que buscar roupa em Cianorte para costurar. [...] Quando o homem da fábrica não vem, eu tenho que ir com o meu carro e ninguém paga a gasolina. Tenho que fazer isso sozinha. A gente já não tem comissão, está começando debaixo, com toda dificuldade e tem estas despesas todas, não dá. A prefeitura podia me dar pelos menos três viagens por mês. A gente escolhe o dia que quer ir. Nem que dessem 20 ou 30 reais por mês já ajudaria. Eu estou

aqui trabalhando, eu é que sei dos problemas e não o vereador. Como posso ficar esperando três ou quatro meses para formar uma costureira? (Entrevista em 30/06/2006).

Assim como fez anteriormente Jasmin, a entrevistada (Violeta) mencionou a necessidade da prefeitura se responsabilizar pela qualificação das costureiras e pelo transporte do lote de roupas, compromisso este, que de acordo com a entrevistada, foi sendo transferido para ela gradativamente, “por ser a coordenadora do grupo”.

A consciência do espaço político ocupado pelo vereador na localidade e do próprio poder de reivindicação que possuía, são dois aspectos que podem ser destacados da fala da costureira. Nessa pequena comunidade, as trocas políticas pareciam se dar no espaço do cotidiano, da vida prática. Também pareciam ser essas relações de “troca” que tornavam a prática política mais próxima desses cidadãos.

Já na fala abaixo surge no histórico descrito pela entrevistada, a presença de mais um homem de fora da comunidade, que Violeta chama de “turco”, provavelmente um “atravessador de roupa”, indicado por membros da política local. Estes “políticos” e o “turco” conseguiram reunir no barracão dois grupos de costureiras e fomentar ainda mais conflitos entre elas. Pela narração, parece-nos que as propostas levantadas não foram aceitas por Violeta, entre outros motivos que não foram expostos, pelas altas metas de produção que o “turco” cobrou das costureiras, mesmo antes de iniciar os trabalhos, o que demandaria uma jornada ainda mais extensiva de trabalho dessas mulheres.

Na ocasião da outra eleição eu tinha o salão montado, mas daí os políticos foram em Cianorte e chamaram um turco. Chamaram todo um pessoal para montar uma facção bem grande aqui. Fizeram uma reunião e eu fui. O cara que veio estava com o vereador. O turco começou a dizer que a gente ia ganhar X e para isso teria que produzir Y. Nessa reunião tinham costureiras de dois salões (duas facções). E o turco queria costureiras que produzissem além do que a gente tinha noção. Eu desafiei o turco e disse não tinha costureira que faria o que ele queria em termos de produção. O turco queria trabalhar com umas 15 costureiras e produzir umas 6 mil peças por mês, umas 300 peças por dia, como se fosse uma fábrica normal. “Você pode fazer o teste no meu salão e no salão da Jasmin! Se tiver uma pessoa que faça isso eu pago o salário dela!”, eu disse (Violeta, julho/2006).

Voltamos dois dias depois em São Lourenço para continuar as entrevistas e novamente encontramos Violeta no barracão. Diferente do que prometeu fazer, a costureira estava trabalhando com mais seis mulheres naquele mesmo espaço. Violeta, nesse momento, relatou um acontecimento, que pareceu ser bem significativo para todas ali, dado a fisionomia das demais trabalhadoras que acompanhavam a entrevista. Sua fala também deixou transmitir relações conflituosas que continuavam imperando no interior do próprio grupo e deste com o grupo de trabalho organizado por Jasmin. Devemos ressaltar ainda que continuavam evidentes as discordâncias entre Violeta o chamado “turco”.

A maioria das costureiras daqui era de Jasmim. Tinha só uma costureira daqui que era minha. Uma costureira, naquela reunião com o turco disse que tinha gente qualificada para isso sim. Mas era uma costureira minha e eu disse que ela mesma não produzia quase nada para mim. Foi uma confusão! Se tivesse uma costureira do nível que ele estava querendo, eu não estava fechando as portas do salão. Ele (o turco) veio com papo de registrar e de pagar sob produção e disse que trabalho é trabalho, família é família, não poderia faltar um dia e na fábrica dele e que não teria uma conversa. Ele começou a pôr um monte de regras. Esse é o cara que o vereador trouxe. Eu disse que aqui não tem gente que podia trabalhar do jeito que ele queria. Eu mesmo sou costureira há 10 anos e não produzo o que você queria. Jasmin confirmou tudo o que eu disse. E o vereador estava por detrás disso. Mas eu mandei recado. Disse para ele que vou fazer agora campanha contra ele no distrito. Porque ele nunca foi ao meu salão e no salão de Jasmin ajudar e fica trazendo gente de fora para derrubar nós duas (Violeta, julho/2006).

Outros dois elementos devem ser evidenciados. Primeiro a idéia de apropriação do trabalho alheio, tão enfatizado por Violeta, a ponto de se caracterizar como “posse da pessoa da trabalhadora” em alguns momentos de sua fala, com as expressões “produzir para mim” e “minha costureira”. Segundo, a evidencia de pontos sutis de sua fala que demonstraram disputas de poder entre as “atravessadoras de roupas” do distrito e as(os) “atravessadoras(es) de roupas” de outras localidades pela posse desses grupos de trabalho e produção. As falas “costureira minha” e “costureira da Jasmin”, representava também a existência de grupos bem distintos de costureiras na localidade, assim como uma noção de apoderamento do espaço público.

Vemos aqui que para a direção da facção, representada por Violeta, a falência é decretada também pela baixa produção realizada pelas companheiras de trabalho. Estabeleceu-se um contraste declarado entre as regras de trabalho legitimadas pelo então atual grupo de produção e as regras mencionadas pelo novo patrão (o “turco”). A chegada do “turco” acirrou os conflitos entre Violeta e uma das costureiras da facção.

No outro dia Crisântemo chegou ao salão e pedi para ela me dar a produção que ela disse ser capaz na reunião do dia anterior, pois eu pagava salário para ela e ela vivia faltando. Então eu perguntei para todas as costureiras do meu salão: “se o turco abrir uma facção aqui no distrito, quem vai trabalhar para ele”? Crisântemo disse: “eu vou porque ele vai registrar”. Então a despedi naquela hora. Era uma pessoa que tinha mais de 50 anos de idade. Antes ela trabalhava numa fábrica como terceirizada em Cianorte. Mais tarde o turco veio no meu salão e disse que queria que eu trabalhasse com ele. Disse-me para eu pegar meus maquinários do jeito que estava aqui. Ou queria pegar o salão de Jasmin que estava com tudo montado. Nem eu e nem ela permitimos (Azaléia, 30/06/2006).

A costureira entrevistada e as demais trabalhadoras da facção tinham a pretensão de criar uma cooperativa. Isso fica nítido na fala da trabalhadora: “eu tinha que mandar um projeto para a prefeitura. Mas tinha que ser com uma pessoa que quisesse encarar, ou seja, um projeto de associação, de cooperativa, mas não sei fazer isso, e ninguém ajuda a gente fazer. Se vem ajudar a fazer o projeto, depois quer mandar na gente. Lírio¹³⁴, que praticamente iniciou os trabalhos de costura no barracão, queria fazer um projeto de cooperativa também, mas nunca conseguiu”, disse Violeta.

O trabalho dessas mulheres assumiu, em diferentes momentos, novas e velhas formas, que foram da terceirização que ocorria fora do ambiente familiar ao resgate de contratos mais antigos envolvendo o trabalho a domicílio e a facção domiciliar, porém cada vez mais precarizados.

¹³⁴ Não se trata da mesma costureira que aparece no capítulo 02, entrevistada nas facções.

6.4.1 São Lourenço Alguns Anos Depois: a Criação da COVABC (Cooperativa do Vestuário, Acabamento e Bordado de Cianorte)

No dia 15 de fevereiro de 2007 foi finalmente criada a Cooperativa de São Lourenço. Ela nasceu das várias tentativas de constituírem uma Cooperativa de Costura, mas poucos meses depois tornou-se uma Cooperativa de Bordados, para responder à demanda das novas exigências da moda em torno do jeans na região. A cooperativa foi intitulada: “COVABC: Cooperativa do Vestuário, Acabamento e Bordado de Cianorte”. O nome dá idéia da variedade de trabalhos que este grupo assumiria dali em diante.

Pela tramitação das primeiras negociações com as costureiras e as bordadeiras de São Lourenço e pela observação do processo inicial de organização, foi possível perceber que não se tratava de uma cooperativa, pois foi uma nova “atravessadora de roupa” de Cianorte, a idealizadora do projeto que passou a recrutar a mão-de-obra barata na comunidade e liderar o grupo de bordadeiras, tornando-se praticamente “patroa”.

Em 20 de março de 2007, conseguimos uma entrevista com a então “idealizadora do projeto” da COVABC. Ela nos disse que estava naquele momento realizando todo o trabalho de organização inicial para a legalização do grupo de trabalhadoras como cooperativa. Mas percebeu-se de antemão que o processo de elaboração do projeto da cooperativa, assim como o estatuto, o plano de recrutamento das trabalhadoras e todas as demais normatizações para o seu funcionamento não se justificavam como um trabalho de auto-gestão, pela simples razão de ser pensado e concretizado sem a participação das “pseudo-cooperadas”.

Mesmo que o estatuto estivesse ainda sendo redigido por Iris, sem a participação das cooperadas, e o processo de aquisição das máquinas estava sendo viabilizado por ela, as mulheres em São Lourenço já prosseguiram trabalhando. Nesse período costuravam camisetas e calças *jeans* para duas médias empresas de Cianorte. Iris nos disse que no início seriam usadas as sete máquinas emprestadas do CODECOL (Conselho de Desenvolvimento de São Lourenço) e que com o dinheiro que fosse entrando no caixa, novos equipamentos deveriam adquiridos para a cooperativa.

“Poderemos ainda contar com financiamentos de bancos locais e de patrocínios para conseguir comprar as máquinas” (Entrevista, 20/03/2007).

Naquele momento (março de 2007) haviam quatro mulheres inscritas na listagem de Iris para fazer parte do grupo de cooperadas. Mas segundo ela, a expectativa era de inscrever pelo menos sessenta trabalhadoras do próprio distrito.

No início Iris procurou auxílio da Estação do Ofício e da Agência do Trabalhador a fim de oferecer cursos de qualificação profissional para as trabalhadoras. Ela enfatizou que sua intenção era apenas de fazer a intermediação, “viabilizar a terceirização do trabalho dessas mulheres com a demanda das pequenas, médias e grandes empresas da região que necessitavam de mão-de-obra especializada” (Entrevista, 20/03/2007).

Ao tentar caracterizar as trabalhadoras da cooperativa, Iris comentou que, “em sua grande maioria, eram donas de casa, casadas, com mais de quarenta anos de idade, com filhos e que viviam com um salário mínimo ou menos, conseguido pelo marido ou por um filho mais velho” (Entrevista, 20/03/2007).

Ela afirmou ainda ter feito várias reuniões com as mulheres do distrito interessadas em compor a cooperativa. Naquela semana havia realizado uma reunião com doze delas que queriam se inscrever. Iris buscava naquele instante patrocínio e doação de materiais de produção para a cooperativa. Ao narrar o fato pareceu-nos bastante segura quanto à obtenção dessas doações. A entrevistada, esposa de um secretário da prefeitura, mostrava ser uma pessoa politicamente atuante na atual gestão municipal, o que facilitava a concretização de seus projetos. Um dos benefícios já conseguidos, segundo ela, era a segurança de poderem trabalhar por seis meses, usando o barracão do CODECOL, sem pagar água, aluguel e luz, até a cooperativa se estruturar. Ainda em negociação, a isenção do aluguel parecia “coisa certa”.

A entrevistada disse-nos ainda que sua pretensão “ao ajudar as pessoas do distrito”, extrapolava a organização da cooperativa de mulheres. Intencionava “criar uma cooperativa de lixadores de calça *jeans*. Já havia conversado com o prefeito para solicitar máscaras, planos de saúde para os trabalhadores, ou seja, o “mínimo de condições para seu bem-estar”, argumentou. Iris, que possuía terras na região, disse que o trabalho seria facilitado pelos “laços de amizade que mantinha com as

bordadeiras e as costureiras do distrito”, mostrando-se também preocupada com o transporte de algumas mulheres de Cianorte que pretendiam trabalhar naquela localidade (Entrevista, 20/03/2007).

Pelo relato vêem-se como as diferentes exigências e funções criadas pelo processo de customização das calças jeans, diante dos processos de reestruturação produtiva, determinam a divisão sexual do trabalho para os homens e as mulheres dessa região. Por isso, há, por parte dessas(es) “atravessadoras(es)” de roupas, uma proposta pré-estabelecida para os chamados serviços masculinos e os denominados serviços femininos.

Os trabalhadores do distrito São Lourenço, distantes da zona urbana, mal qualificados profissionalmente e com baixa escolaridade, como era o caso dos esposos das costureiras e bordadeiras entrevistadas, também ficam a mercê de tipos de contratos precarizados de trabalho como este, diante das raras possibilidades de emprego e de renda encontrados em outros setores. Por isso a facilidade dessas(es) “atravessadoras(es) de roupas” em organizar “facções masculinas” na localidade.

Quanto à gestão financeira da cooperativa, Iris disse que “um homem, experiente em negócios, empresário, conhecedor dessa prática, seria o tesoureiro e intermediador financeiro entre o trabalho das costureiras e as bordadeiras de São Lourenço com os pedidos das empresas contratantes” (Entrevista, 20/03/2007).

Solicitamos também a ela informações sobre o regime de trabalho na cooperativa. Iris nos falou que as mulheres ganhariam por produção, “como se fosse uma fábrica”. Ela distribuiria o serviço conforme a demanda e as mulheres seriam dispensadas em período de escassez de trabalho. A cooperativa pagaria por peça (Entrevista, 20/03/2007).

Mais de um ano depois, em outubro de 2008, voltamos a São Lourenço. Dessa vez presenciamos a cooperativa em pleno funcionamento. Vimos que a intervenção de Iris na gestão da cooperativa havia se complexificado. A cooperativa, contando com aproximadamente quarenta trabalhadoras fixas e dez trabalhadoras domiciliares, estava agora toda voltada ao trabalho de bordado de calças jeans.

Nesse momento conversamos com uma moradora vizinha do barracão, uma bordadeira da cooperativa e uma integrante da Associação Comunitária de Cianorte.

Esta última nos disse que a cooperativa empregava muitas mulheres trabalhando em casa, bordando calças para as marcas Osmoze, La Rossi, entre outras de Cianorte e região. Comentou que, “recebendo em média um real por peça, a maioria não conseguia ganhar o equivalente ao piso salarial das costureiras locais por mês”. A bordadeira entrevistada, que passamos a chamar de “Ervilha”, ressaltou;

As mulheres dessa localidade que não podem permanecer fora de casa o dia todo, não têm outra opção a não ser pegar serviço da cooperativa para fazer. Na casa podem solicitar ajuda do esposo e dos filhos para aumentar o número de peças bordadas. Seus maridos trabalham na AMAFIL ou no corte de cana e não ganham muito. Elas precisam ajudar na renda da família. Aqui não tem outra opção (Ervilha, outubro/2008).

Segundo Ervilha, a atual administração da cooperativa, diferente das anteriores – dizendo como se as antigas fossem cooperativas, tenta fazer alguma coisa para “melhorar a geração de renda e lutar contra o problema do desemprego no distrito”. Segundo Ervilha, Iris sempre comentava sobre a vocação das trabalhadoras locais voltada para o bordado e há alguns meses intentava organizar a cooperativa (Entrevista, outubro/2008).

Em março de 2008, quatorze trabalhadoras finalizaram um curso de bordado com pedrarias, ministrado pela Estação do Ofício, em parceria com o SENAC. Alguns dias depois as cooperadas realizaram um curso de empreendedorismo pelo mesmo órgão. As trabalhadoras que fizeram o curso no início de 2008 tornaram-se multiplicadoras dentro da cooperativa, conta Iris. “Atualmente nossa cooperativa tem setenta membros, trinta e cinco trabalham em suas casas e a outra metade aqui no barracão”,

Alguns meses depois as mesmas trabalhadoras participaram, no Salão da CODECOL, do Curso de Gestão de Empreendimentos Solidários. O curso foi realizado com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), em parceria com o Ministério do Trabalho e Prefeitura Municipal de Cianorte, sendo executado pela FUNTEL (Fundação de Ensino Tecnológico de Londrina).

Segundo consta nos documentos da Assessoria de Comunicação de Cianorte, de 30 de maio de 2008, o objetivo do curso (de 200 horas) foi ampliar o conhecimento de organização e funcionamento de uma cooperativa, trabalhando

conteúdos sobre relações humanas, convivência em grupo e noções de administração de empreendimentos solidários. Participaram do curso vinte e quatro cooperadas e quatro não cooperadas.

Uma das participantes do curso (Gardênia) mencionou que as condições de trabalho melhoraram em relação ao que ela vivenciava antes no barracão, mas que não se sentia ainda dona do espaço de trabalho. “Eu e minhas colegas pensamos isso, mas não temos muitas escolhas aqui” (Entrevista, 12/12/2008).

A história narrada pelas mulheres do distrito dá conta de mostrar que há anos os grupos de trabalho dessas trabalhadoras vinham sendo assediados por “atravessadoras(es) de roupas” que vinham também de fora da comunidade. Mas, percebe-se que se por um lado as condições de trabalhos das costureiras, agora qualificadas profissionalmente como bordadeiras, tiveram algumas melhorias, por outro lado, a formação da cooperativa deu fim aos muitos projetos de cooperativas que ensaiavam sair das próprias trabalhadoras, mesmo que por vezes, idealizado por pessoas da localidade que desconheciam os princípios do cooperativismo.

6.5 Marabá e São Lourenço: Alternativas Precárias na Geração de Emprego e Renda

Essas duas experiências de relações de trabalho têm aspectos convergentes. Falamos da precariedade, que marca as relações, gestões e ambientes de trabalho nas duas localidades e também de uma luta por melhores condições, às vezes pela sobrevivência, que sublinha a vida e a história das diferentes mulheres nelas envolvidas.

As condições de trabalho descritas pelas entrevistadas dos dois distritos nos fazem refletir sobre o uso do cooperativismo restrito à dimensão da gestão empresarial - com a influência decisiva da política local - voltada mais para o barateamento dos custos relativos aos encargos trabalhistas do que a uma alternativa de trabalho e renda para as costureiras locais. Contudo, para as trabalhadoras a cooperativa surgia como uma das raras saídas para terem acesso a este trabalho e a esta renda.

Em Marabá, ao que tudo indica, o trabalho das cooperadas só foi diferente das assalariadas devido à ausência de direitos formais e à menor remuneração. Desse ponto de vista, mesmo acenando para certas possibilidades de sobrevivência para as trabalhadoras, que não podiam ter muitas expectativas frente à realidade do mercado de trabalho local, a cooperativa de Marabá e as facções criadas pelas costureiras de São Lourenço mostraram-se como experiências concretas de precarização das condições de trabalho, especialmente para as mulheres, dentro da cadeia de subcontratação do setor.

Em um contexto permeado por pouquíssimas alternativas de trabalho, essas mulheres, já oriundas de condições de vida bastante precarizadas, se tornavam mais sujeitas a aderirem às promessas dos “atravessadores de roupa”.

Para muitas empresas locais, suas facções e “cooperativas” representavam a intensificação da produtividade e da lucratividade, com isenção total da responsabilidade trabalhista. Algumas empresas, na outra ponta da cadeia, inclusive preferiam recrutar os seus serviços, pois, mais distantes da região central, essas trabalhadoras ficavam mais vulneráveis para negociar as condições e os preços das roupas por elas confeccionadas.

E sabemos que esse fenômeno não é típico da realidade local. Como já analisou Lima, com a reestruturação produtiva e a formação de redes empresariais, as cooperativas, embora não necessariamente se transformem em empresas comuns, podem terminar integrando essas redes como parceiras terceirizadas numa relação assimétrica, oferecendo força de trabalho a baixo custo e apenas quando necessário (2004: 46).

As experiências pesquisadas lembram bastante também o que Moreira e Lima já haviam percebido em regiões do Nordeste. Nessas ‘cooperativas pragmáticas’, que funcionam como terceiras, organizadas visando apenas o rebaixamento de custos, a participação e a democratização do trabalho, não se constituem em prioridades.

[...] as assembléias de trabalhadores existem formalmente para legitimar decisões já tomadas. A organização do trabalho continua hierarquizada e os supervisores de fábricas decidem efetivamente o dia-a-dia da produção e algumas cooperativas contratam pessoal de gerência externo à cooperativa. Os diretores formais dessas

cooperativas limitam-se a gerir a disciplina dos trabalhadores a partir das diretrizes e dos estatutos sugeridos pelas empresas. Os trabalhadores cooperados operam conforme as linhas de montagem tradicionais (confecções e calçados) com algumas variações. (LIMA, 2004: 19 e 20).

Desse modo, fica fácil entender porque “raramente os trabalhadores entendem as características e peculiaridades de uma cooperativa, considerando-a uma empresa semelhante às outras, exceto pela inexistência dos direitos que a empresa convencional garante aos empregados” (LIMA, 2004: 20). Segundo o mesmo autor, mesmo quando as empresas "parceiras" e os órgãos estatais oferecem cursos de cooperativismo aos trabalhadores, raramente seus princípios e propostas são assimilados. É o que vimos em São Lourenço.

Os trabalhadores deparam-se com contradições entre os ensinamentos, o treinamento e o discurso apresentados nos cursos e a efetiva organização do trabalho vigente na cooperativa, geralmente taylorizada e fortemente hierarquizada, com a onipresença da empresa primeira no controle do processo de trabalho através de seus funcionários que "supervisionam" o serviço (LIMA, 2004: 21).

Um segundo aspecto pôde ser visualizado nessas duas experiências. Referimo-nos ao que estas entidades representam para melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas. Constata-se uma heterogeneidade de significados da organização cooperativa para as trabalhadoras, num ambiente de redução de possibilidades e de conseqüente agravamento das condições de vida, mas também a produção e a consolidação de um ambiente de aprendizado social, frente as situações anteriores vivenciadas por muitas costureiras, conforme suas próprias descrições.

Se por um lado a cooperativa de Marabá, por exemplo, gerava e/ou mantinha oportunidades de ocupação e renda para pessoas (na maior parte mulheres) que, anteriormente, desempenhavam atividades domésticas, estavam desempregadas, ajudavam os cônjuges em outras atividades, trabalhavam na lavoura, foram assalariadas da atual empresa contratante ou costureiras auxiliares em cidades vizinhas, por outro lado, despontava como uma das raras opções de emprego e de geração de renda para essas trabalhadoras. Por isso, mesmo percebendo as relações

de precarização crescente a que estavam submetidas, se mantiveram nela trabalhando por todos esses anos.

Por isso, a percepção da cooperativa pelas entrevistadas de Marabá, ia além de uma organização economicamente produtiva. Havia certa identidade grupal, baseada em valores de solidariedade, cooperação e ajuda mútua que marcava a convivência social entre aquelas mulheres. Duas costureiras chegaram a comentar a possibilidade de tornarem a “pseudocooperativa” em cooperativa, alegando o poder da colaboração existente entre as cooperadas.

Em um ambiente de clara exploração do trabalho e com baixíssimos rendimentos mensais, as trabalhadoras da cooperativa de Marabá e do grupo de faccionistas de Cianorte (depois também uma cooperativa), vivenciavam muitos conflitos internos, tanto é que as costureiras de Marabá se uniram para reivindicar seus direitos, chegando a fechar as portas da então “pseu-cooperativa”, de tão insustentável que essa situação se tornara para elas.

As duas realidades nos levaram a evidenciar uma pluridimensionalidade de expectativas e intenções, após a constituição de um grupo de trabalho. Expectativas em geral frustradas com o andamento das relações sociais, políticas e de trabalho, segundo explicações das entrevistadas, especialmente pelo desejo, nos dois casos não concretizados, de se tornarem donas do próprio negócio e retirarem maior ganho econômico com o trabalho executado.

Também sabemos que uma cooperativa nem sempre emerge por iniciativa espontânea dos próprios trabalhadores, porém precisa ser conduzida por eles. “A independência e a autogestão são princípios básicos do cooperativismo.” Isso constitui fator essencial de contraste entre cooperativas genuínas e cooperativas espúrias (LINS, 2001: 54). Isso talvez explique, em partes, o trabalho não cooperativo visualizado nas duas experiências.

Como parte do processo de revitalização das modalidades de subcontratação, as “cooperativas-gato” representam experiências complexas. Na verdade elas surgem como novas feições da terceirização. Pelas observações de campo, é como se tivéssemos diante de um tipo de terceirização redimensionado.

Um dos relatos da presidente do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de roupas de Cianorte ajuda-nos a compreender melhor essas duas experiências. Ao perguntarmos a EL sobre o andamento das duas cooperativas em 2009, a sindicalista foi enfática ao afirmar que na região de Cianorte “não há cooperativas do setor de confecções”¹³⁵. Para EL;

“O que há em Cianorte não são cooperativas, mas sempre facções que dão asas aos políticos. É uma forma de empresa que não paga qualquer benefício ao trabalhador. Se houver lucro, este é do dirigente político que a criou, se houverem prejuízos estes são divididos com os trabalhadores. Esses dirigentes são na verdade patrões. Hoje nos distritos de Marabá e de São Lourenço muitas mulheres estão tendo condições de trabalhar em empresas com carteira assinada, porque com a falta mão-de-obra especializada, muitas empresas se deslocam até essas comunidades para buscar essas mulheres, oferecendo transporte gratuito, entre outros benefícios de direito das trabalhadoras. Isso tem melhorado o padrão de vida e as condições de trabalho dessas mulheres, que não ficam mais tanto a mercê apenas dessas ‘falsas cooperativas’” (Entrevista, 04/02/09).

A título de conclusão, percebe-se, ao longo desse capítulo, que as cooperativas no setor de confecções de roupas de Cianorte e região, pesquisadas nos distritos de Marabá e de São Lourenço, se constituem em uma alternativa precária de emprego para as trabalhadoras, à custa de um processo crescente de exploração funcional do trabalho, que as coloca numa das pontas mais instáveis e inseguras da cadeia de produção de roupas dessa localidade.

Por tudo isso, faz tanto sentido o Parecer “As cooperativas de trabalho e a precarização”, de Sanchez e Singer (2004), quando justificam o artigo 7º do anteprojeto de lei das Cooperativas de Trabalho no Brasil. Como mostram, há necessidade do Estado propor uma regulamentação das cooperativas possibilitando-lhes segurança jurídica, “uma vez que a legislação cooperativista em vigor (Lei 5.764/71) não dá conta de regular a realidade das cooperativas de trabalho que crescem e proliferam a partir dos anos 80 do século XX. Por outro lado, busca-se regular as cooperativas de trabalho para brechar o processo de precarização do trabalho

¹³⁵ Afirmações semelhantes ouvimos de mais dois diretores sindicais, em entrevista realizada em dezembro de 2008.

que se abriu através da utilização dessa forma jurídica para burlar a legislação trabalhista” (SANCHEZ E SINGER, 2004: 1). Mas, segundo acrescentam, “só tem sentido o esforço empregado pelo Ministério do Trabalho para propor uma regulamentação das cooperativas de trabalho devido à relação que estas têm com o chamado mundo do trabalho e com os processos e modificações que este vem passando nas últimas décadas, particularmente o processo de precarização do trabalho e a cada vez maior fragilidade dos direitos trabalhistas” (2004: 2).

As cooperativas pesquisadas também podem ser compreendidas nesse contexto. A citação dos autores auxilia na elaboração dessa síntese (SANCHEZ E SINGER, 2004: 3);

O emprego assalariado se tornou raro, a demanda por força de trabalho ficou muito abaixo da oferta. Para o trabalhador ficou muito caro recusar trabalho só porque não estava protegido de acordo com a lei. [...]. Ela assume inúmeras formas, uma das quais é a falsa cooperativa do trabalho. Acabar com ela (se isso fosse possível) certamente não acabaria com a precarização, ela apenas assumiria outras formas, possivelmente mais insidiosas.

De modo paradoxal, o fim da cooperativa de Marabá representou a satisfação das costureiras que se sentiam submetidas no próprio trabalho ao poderio de membros da política local e o início da cooperativa de São Lourenço, em um momento em que as trabalhadoras já se davam conta das intermediações das(os) “atravessadoras(es) de roupas”, assim como dos prejuízos que muitas(os) ocasionavam às suas vidas, significou o fim da possibilidade de se auto-gerirem como cooperadas no sentido concreto da palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o processo de reestruturação produtiva e de concorrência externa, desencadeados a partir da primeira metade da década de 90 no Brasil, foi sentido fortemente pela cadeia produtiva de jeans e de “modinha” de Cianorte e região. Foi nesse período que fenômenos como a terceirização e a informalidade, justificados pelas empresas em crise como respostas à modernização e à flexibilização do setor, foram significativamente potencializados.

Sem dúvida, como já mostraram Dias, Maia, Gonçalves, Carris e as pesquisas do IPARDES, esses acontecimentos trouxeram complexas implicações para as empresas, para a associação dos atacadistas, para os moradores locais, para a cadeia de produção e comercialização de roupas como um todo, mas os maiores prejudicados foram, sem dúvida alguma, os trabalhadores e, sobretudo, as trabalhadoras envolvidas diretamente com a produção.

A cadeia têxtil/vestuário no Brasil ainda é basicamente constituída pelo trabalho das mulheres, sobretudo no setor de confecções, que continua sendo o mais intensivo em mão-de-obra. Na produção de roupas dessa região, de modo similar, a força de trabalho feminina é predominante, principalmente nos contratos informais de trabalho.

Mas essas trabalhadoras têm idade, espaço de trabalho, estado civil, escolaridade, vínculos empregatícios, entre outras variáveis que lhes são comuns e esses dados nos permitiram visualizar melhor sobre o que se passa no interior dessa teia de relações de trabalho, tomando o trabalhador e a trabalhadora como foco de análise. Os três grupos de trabalhadoras(es) pesquisadas(os), com vínculos formais, informais e em situação de desemprego, estão sujeitas(os) a um processo de alta rotatividade de trabalho, ocasionado, pela instabilidade dos contratos informais, pela sua baixa qualificação profissional e escolaridade. O fenômeno, que gera instabilidade e insegurança no trabalho, tem atingido, em especial aquelas que atuam nas facções e pode ser entendido como uma das estratégias das próprias empresas na busca pela redução de custos, especialmente com os encargos trabalhistas.

No grupo representado pelas trabalhadoras formais e informais, muitas fazem dupla jornada de trabalho, exercendo a função de costureira dentro da empresa ou da facção, conciliando-o com o trabalho doméstico. Outra parcela importante delas faz tripla jornada trabalho, ao conciliar além do trabalho da facção ou da empresa, com o trabalho doméstico e o trabalho extra que presta para empresas, particulares e pessoas da família na função de costureiras domiciliares.

Entre as mais jovens do mercado formal, encontramos algumas com jornadas diárias ainda mais extensas. Mulheres, geralmente solteiras, com tripla jornada de trabalho e que, com o escasso tempo que lhes restam, ainda fazem algum curso noturno para melhorar a qualificação e se manter empregada.

Em relação às barreiras enfrentadas na profissão e a rotina diária, os relatos demonstraram que são precárias as condições de trabalho, principalmente nas facções, onde parcela importante das trabalhadoras trabalham sem qualquer tipo de amparo social. As trabalhadoras formais percebem como as transformações tecnológicas importantes pelas quais passaram as empresas não significaram mudanças relevantes para suas condições e ambientes de trabalho, de modo inverso, muitas pontuam como a qualidade e a velocidade maiores, exigidas por essas organizações, têm afetado sua saúde e a segurança de seus empregos.

São muitas as trabalhadoras, formais e informais, especialmente as informais, sem acesso aos direitos trabalhistas mais fundamentais e aos benefícios conquistados pela categoria, assim como são ainda bastante frágeis as relações políticas que elas mantem com o Sindicato das Costureiras. Um dado a ser inserido é o tempo de vida da entidade, relativamente nova na região e a dificuldade de seus dirigentes de organizar e mobilizar uma classe trabalhadora caracterizada, em grande medida, pela informalidade¹³⁶ e pela terceirização da mão-de-obra.

Próximo do que concluíram Dedecca e Baltar (1997), também nessa localidade houve uma ampliação da informalidade, como consequência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais (capitalistas e/ou legais) para as atividades informais (não tipicamente capitalistas e/ou ilegais), dando origem ao que se

¹³⁶ Dados da Asamoda (2007:1) mostram que havia em Cianorte, em 2007, 400 indústrias formais e 1.700 indústrias informais só no setor da confecção de roupas.

tem denominado de “nova informalidade”. Nesse município e região, dados preliminares revelam que essa “nova informalidade” - que precisa ser compreendida acoplada a um tipo de informalidade tradicional - toma contornos de fenômeno não-transitório, principalmente a partir da reestruturação produtiva, e está associada a processos de subcontratação, onde vigora a precariedade e a ilegalidade (como ocorrem com o trabalho sem registro à domicílio e nas facções).

Ocorre em Cianorte, decorrente do processo de reestruturação produtiva e impulsionada pelo processo generalizado de terceirização, essa chamada “nova informalidade”, “caracterizada pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da ‘velha informalidade’ que são por eles redefinidas” (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004: 215). E como disseram Lima e Soares (2002) e Telles (1999) caracterizada por uma situação de trabalho que deixa de ser transitória para ser definitiva.

Com base na definição de Araújo e Amorim, podemos afirmar que nessa região está ocorrendo uma velha e uma nova informalidade onde a terceirização e o trabalho a domicílio são revitalizados e utilizados de forma mais intensa pelas empresas de confecção com o objetivo de redução de custos e aumento da produtividade (2001/02). Na região estudada ocorre o que pesquisaram as autoras em relação às pequenas empresas do setor de confecção, ou seja, sem condições de dar um salto tecnológico e qualitativo, que exige delas grande investimento financeiro, passam a diversificar a produção subcontratando.

Mas, se por um lado alguns aspectos dessa nova informalidade, ocorrentes na cadeia produtiva de jeans de modinha desse município e região, poderiam ser compreendidos nas discussões trazidas pelos autores acima, ousamos dizer que outras especificidades a caracterizam. Referimos-nos a dinâmica reconfiguração das relações de trabalho que se fazem presentes nessa localidade, principalmente a partir dos últimos cinco anos, e ela pode ser entendida principalmente pela imersão das chamadas “facções masculinas” de customização de calças compridas.

Nesse processo de subcontratação precária, são movimentos de mudança que despontam ao lado de continuidades já observadas. As “facções masculinas”,

concentradas, em grande medida, nos bairros periféricos da cidade, se proliferam a cada ano, principalmente as do tipo domiciliar. É um tipo de trabalho subcontratado que não atinge apenas a atividade tradicional da costura, mas a lavagem do jeans, o corte e todas as demais formas de customização desse produto (raspagem, pinturas, bordado, tinturaria, bordado, etc). Nesse pólo de produção de roupas há a combinação de diferentes formas de reorganização do trabalho, que são redimensionadas a cada nova estação, a cada novo modelo de roupa, a cada EXPOVEST.

Em seu envolvimento são cada dia mais visíveis homens e mulheres de todas as idades rasgando, furando, lavando, surrando, picotando, tingindo e retirando a tinta de calças jeans. No contrato de pagamento por peças, eles passam a noite, os sábados e os domingos trabalhando.

O processo dinâmico de diversificação das roupas produzidas em Cianorte, que nos últimos anos tem se respaldado no uso do artesanato, na lavagem e de inúmeros e complexos outros processos de acabamento das peças, que reconfiguraram as relações e condições de trabalho de mulheres e de homens nas facções e nas empresas da região. São incontáveis, recentemente, o número dessas unidades produtivas que se empenham no processo de modificação manual das peças.

Detalhando mais, hoje encontramos na região, trabalhando sob o contrato de pagamento por peças, em um contexto de significativa intensificação do trabalho, facções domiciliares e industriais de lavanderias, de corte de tecidos, de bordados, de costura, de etiquetagem, de pintores de calças, de lixadores de calças, de lavagem, que reúnem trabalhadores de ambos os sexos, responsabilizados pela produção, pelo acabamento, pela organização do trabalho, mas, sobretudo, pelos danos à sua própria saúde, em ambientes insalubres, apertados, sujos, mal iluminados e em grande parte escondidos nos fundos das casas. Trabalham utilizando instrumentos descartáveis, antigos e de uso doméstico, como: pedras, tesouras, furadeiras, lixas usadas na construção civil, balões infláveis e pincéis.

O trabalho é bastante cansativo, pois as calças são pesadas, soltam muito pó e seu manuseio requisita muita força braçal. Recebem pouco pelas peças modificadas, por isso suas jornadas aumentam e suas condições de trabalho são tão precarizadas quanto do trabalho feminino nas facções de costura. No caso das

mulheres, acresce-se o fato de que seu trabalho, diferentemente da maioria desses homens, se estende no espaço doméstico. São homens e mulheres que estão cada dia mais escondidos, escondidos dos olhos dos que transitam as ruas, dos olhos das empresas que não querem se responsabilizar pelos elos que se ampliam cada dia mais nessa cadeia produtiva, dos olhos do sindicato ainda com pouco alcance para enxergá-los e do próprio estado, representado pelos órgãos municipais que desconsideram o processo enquanto problema. Essa é uma das faces da nova informalidade que caracteriza a localidade pesquisada.

Em um contexto de aumento da produtividade/exclusão da(o) trabalhadora(o), nas facções de costura de Cianorte, não diferentemente do que acontece no Brasil, a organização do trabalho feminino é revitalizada, para atender à lógica da acumulação flexível, assim como é obrigatoriamente reconfigurada a noção de tempo de trabalho pelas costureiras, tendo que se adaptar a velocidade exigida pelos novos padrões de qualidade, produtividade e pontualidade na produção de roupas. Tudo isso se acirra para as mulheres que ganham por peças produzidas.

Como a facção é algo historicamente presente na indústria da confecção, pelas características da própria indústria e a forma de fabricar o vestuário, permitindo o parcelamento das atividades e da produção, temos, nessa situação, uma forma de informalidade que não é recente. Significa dizer que permanece, nesse setor, uma maneira de organizar a produção que se vale do trabalho a baixo custo e que, tradicionalmente, coloca uma parcela da força de trabalho na informalidade. O mesmo ocorre com o trabalho a domicílio. Mas, por outro lado, as empresas de confecção se modernizaram, adquiriram novos equipamentos, automatizaram. Ao invés de incorporarem novos trabalhadores, elas passaram a expeli-los mais ainda, por sabem que podem contar os demitidos, nas facções domiciliares e indústrias, sem ter que pagar os custos sociais que a contratação formal exige. As maiores vítimas são as mulheres que ainda sofrem as conseqüências da falsa idéia, já desmistificada por Abramo e Rosalba Todaro (2005), de que o custo do trabalho feminino sai mais caro às empresas por conta de seus direitos.

Próximo ao que já foi percebido por Abramo (2001), em seus estudos sobre as cadeias produtivas na América Latina, também em Cianorte, não encontramos

“redes” de empresas no sentido mais horizontal, mas uma cadeia produtiva verticalizada, cujas principais características seriam a grande assimetria de poder existente na relação entre as empresas (assim como entre empresários e trabalhadores) e a ausência (ou fragilidade) da regulação dessas relações (em especial as de subcontratação).

Nessa região, empresas de pequeno e médio portes (às vezes grandes empresas, dado o monopólio de empresas com mesmos donos e CNPJ diferentes) e várias microempresas articulam-se em redes de subcontratação, que, ao longo da cadeia produtiva, incluem desde empresas formais, passando por empresas informais, facções industriais e domiciliares, dirigidas por mulheres e por homens, com características bem distintas e ‘pseudo-cooperativas’, menos desenvolvidas e com menor estrutura tecnológica, até chegar às formas de trabalho em domicílio, que se reproduzem nesses contextos.

Não se configurando em particularidade dessa região, situação mais delicada vivenciam as mulheres que se encontram recentemente na condição de desempregadas, tendo que fazer ‘bicos’ na costura para a sobrevivência. Sem muitas perspectivas de vida e de trabalho, algumas procuram há mais de sete meses consecutivos ‘qualquer tipo de trabalho’ relacionado ao setor, que mais emprega a mão-de-obra feminina no município. Grande parte das mulheres ficou desempregada após o período de abertura econômica que ocorreu no Brasil na primeira metade da década de 90, ou seja, a reestruturação produtiva trouxe maiores implicações para esse grupo de trabalhadoras, mais expostas aos ditames da modernização e da intensificação da desigualdade no trabalho, típicos desse período.

No processo de diversificação das roupas e de adaptação do produto ao mercado da moda, além das facções de costura já existentes, vemos o crescimento das facções de bordado, onde impera o trabalho das mulheres. Nesse caso, diferente do que ocorre com os homens, as mulheres foram paulatinamente se concentrando mais na transformação artesanal de peças de “modinha”. Elas são as maiores vítimas da formação estratégica das “falsas cooperativas”, que também têm se ampliado na região nos últimos anos.

Além das peças serem mais leves e de mais fácil manuseio, elas parecem ser requisitadas para os chamados “trabalhos mais delicados”, em uma concepção sexista que ainda persiste. É como se elas fossem a mão-de-obra particularmente apropriada para essa produção, talhadas para esse tipo de trabalho. Esses fatores facilitam que muitas, sem necessitar de carros ou espaços apropriados, possam retirar as peças nas lojas, fábricas e facções para bordarem no espaço doméstico.

Desse modo, assim como vemos homens customizando calças jeans por toda a região, até mesmo na zona rural, é possível encontrar mulheres bordando por toda a parte e a cada período utilizando diferentes instrumentos de trabalho. Atualmente são as agulhas e linhas de crochê, as pedrarias, as lantejoulas que ocupam os espaços domésticos dessas trabalhadoras.

Vimos muitas crianças ‘aprendendo’ com elas a manusear as roupas e pedrarias e muitas jovens trabalhando no mesmo ritmo alucinado das mães no contrato por peças. Como são agregados acessórios relativamente muito pequenos, como as lantejoulas, os filhos, segundo elas, “brincando” passam a separar e agrupar as peças para facilitar o trabalho das mães, aumentando os riscos de acidentes domésticos. Assim torna-se muito difícil distinguir, nesses ambientes domésticos, até onde vai o aprendizado e até onde começa a exploração do trabalho infantil.

Sem destoar do que acontece com outras mulheres, a responsabilidade pela guarda, cuidados e educação dos filhos limita sua saída para o trabalho remunerado formal. Nesse caso, como algumas empresas e facções lhes proporcionam rendimentos insuficientes para pagar os custos com formas remuneradas de cuidado infantil e os gastos com a infra-estrutura doméstica, ficam subordinadas ao trabalho domiciliar e ao recebimento por peças, o que a permite fazer tudo, mesmo que isso lhe obrigue a canalizar todo o tempo que possui ao trabalho.

Nas chamadas “facções masculinas” vimos muitos adolescentes “ajudando” os pais no manuseio das tintas, das ferramentas, na dobragem e no empacotamento das calças, em situações muito similares às visualizadas nas “facções femininas”.

Nas “franjas” desse processo ainda estão os alfaiates. Trabalhadores do sexo masculino, que resistem ao processo de industrialização e padronização das

roupas, mas que compõem, também com trabalho precarizado, essa cadeia de produção de roupas.

Por tudo isso, o processo de diversificação das roupas nas facções domiciliares tem consolidado um novo tipo de divisão sexual do trabalho na região. Ou, como já disse Hirata (2002: 74), em “uma espécie de clivagem simbólica”, e “as mudanças tecnológicas recentes apenas acentuam essa composição sexuada da mão-de-obra”.

Na outra face desse contexto, a expansão da escolaridade das mulheres tem aumentado suas credenciais para enfrentar o mercado de trabalho. São elas que ocupam mais de 95% dos bancos dos cursos de moda nas duas universidades localizadas no município. Cresceram os cargos de gerência e chefia ocupados por mulheres nas empresas de confecção da região, assim como é inovador a presença feminina no cargo de presidência do Sindicato dos Trabalhadores do setor.

Mesmo que o contingente de costureiros na indústria continue sendo pouco representativo, um processo discreto de mudança de mentalidade, provocado pelas transformações culturais vem ocorrendo entre os homens em relação ao trabalho na confecção. Mesmo que impulsionado pelas necessidades econômicas, com a redução crescente de suas ocupações no campo, esse fator potencializa a ocorrência de mudanças sociais importantes e tem servido para desnaturalizar a concepção de que a costura e o bordado são ofícios femininos.

Nesse rearranjo no modo de produzir roupas, o trabalho relacionado ao bordado tem potencializado também o incremento no número de cooperativas na região. Na lógica local de terceirização do trabalho e de realocação regional da produção, as cooperativas de costura e de bordado dos distritos administrativos distantes são estrategicamente requisitadas pelas empresas do setor. Elas se constituem em uma das pontas mais precárias do processo de customização na produção de peças do vestuário nessa localidade.

Porém, parcelas crescentes das trabalhadoras das cooperativas, para além das formas tradicionais de luta, tem se organizado para modificar as situações de trabalho precárias a que foram condicionadas. Pela pesquisa de campo, há indicações de que essas formas associativas de vida econômica, no espaço da “pseudo-

cooperativa”, onde vivenciaram mais a exploração do trabalho do que a gestão participativa e a construção da identidade coletiva, canalizaram suas ações individuais para a cobrança coletiva de seus direitos. Referimo-nos especialmente às modificações das práticas de exploração do trabalho exigidas pela ação das costureiras da Cooperativa de Costura de Marabá.

Em todos os ambientes pesquisados, seja na facção, na casa, na empresa ou na “psedo-cooperativa”, pelas observações e pelos relatos das costureiras, fica bastante nítido que um dos principais desafios vivenciados pelas trabalhadoras hoje tem sido os problemas de saúde causados pelas péssimas condições de trabalho. Não encarando de frente o problema, pelo contrário, tendendo a omiti-los cada vez mais, muitas empresas suscitam a adesão das funcionárias ao compartilhamento dos danos, culpas, encargos e riscos, oferecendo-as cursos que as treinam para mudanças de comportamento no trabalho, como se sentar adequadamente. Essas orientações são interiorizadas por uma parte das próprias mulheres como únicas saídas para a situação.

Outras trabalhadoras, mais conscientes da amplitude do processo, se calam diante do medo de perderem seus postos de trabalho. Nas casas, mais vulneráveis ainda, as costureiras faccionistas e domiciliares são tomadas pelo sentimento de fracasso quando as doenças laborais lhe batem a porta. Essas foram as faces mais perversas vistas por nós, assim como enxergadas, mas não ditas pelas costureiras, nas muitas viagens que fizemos ao pólo produtivo de jeans e modinha de Cianorte.

A subcontratação vai tomando novos contornos e como fenômeno cada vez menos transitório, continua escondendo os rostos de um contingente altíssimo de trabalhadoras, enquanto isso, coibido pela informalidade, o movimento sindical mostra-se impotente para impedir tais transformações.

Enquanto o sindicato se mostra quase enfraquecido diante da tamanha informalidade, os empresários locais, aglutinados em torno das propagandas da APL, concentrados na ASAMODA, subsidiados pela prefeitura, se tornam cada dia mais fortalecidos. As ações conjuntas dos mesmos, especialmente na comercialização das roupas na Rua da Moda e na EXPOVEST, são enaltecidas em todas as pesquisas do IPARDES a que tivemos acesso e nenhuma delas coloca em evidência a problemática das condições de trabalho dos trabalhadores informais e subcontratados no município.

O problema é apenas um dado, mais apresentado do que analisado, e não renderam ainda nenhum parágrafo expressivo no item “Alternativas e propostas”, que acompanham todos os relatórios divulgados pelo instituto.

Muitos temem mexer nas feridas desse processo, porque ainda hoje o município vive sob as influências políticas e econômicas da família libanesa que iniciou o processo de industrialização. Hoje seus membros gerenciam a EXPOVEST, as secretarias municipais ligadas ao setor, o Sindicato da Indústria, a APL, a ASAMODA, a Associação Comercial, os projetos de financiamento que chegam do estado, os maiores shoppings, as maiores e principais indústrias de confecção, lavagem e software apropriados exclusivamente para a produção do jeans.

As faces desse processo de subcontratação, permeado de continuidades e mudanças, estão atingidas sobremaneira pela precariedade e pela ilegalidade (trabalho sem registro à domicílio, nas facções e nas ‘pseudo-cooperativas’), mas são maquiadas pela propaganda da flexibilidade necessária, em tempos de globalização.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. *Evolução do emprego feminino e equidade de gênero na América Latina*. In: Mulher, Trabalho e Políticas Públicas Locais, Caderno n.01 da Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Fundação Friedrich Elbert (Ildes). 2002.

_____. *Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas*. In: ABRAMO, L. W. E ABREU A P. (org) Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana. São Paulo/Rio de Janeiro, ALAST. 1998.

_____. *A situação da mulher Latino americana – o mercado de trabalho no contexto da reestruturação*. Proposta. . N. 88/89, mar/ago de 2001. p.76-93.

_____. TODARO, Rosalba. *Custos do trabalho e reprodução social em cinco países latinoamericanos*. In ABRAMO, Laís (org). Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres. Organização Internacional do Trabalho - Brasília: OIT, 2005.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O avesso da moda, trabalho à domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986. Cap 2. p. 87-124.

AEN. Agência Estadual de Notícias. Paraná capacita confecções para mercado europeu - 23/11/2004. Inserido em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=6158>. Acesso em 03/02/2009.

ALVES, Giovanni. *Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa*. In: TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.A. de (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *No limite da precarização: terceirização e trabalho feminino na Indústria de confecção*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNICAMP. 2003.

ANDRADE, D. G. *Cooperativas de trabalho*. Doutrina. 17 maio 1999. (mimeo).

ANDRADE, J. E. P. et al. *Pólo de tecelagem plana de fibras artificiais e sintéticas da região de Americana*. BNDS. Rio de Janeiro, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas*. Campinas, Cadernos Pagu 17/18, 2001/02, p. 267-310.

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar; FERREIRA, Verônica Clemente. *Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva*. (Artigo apresentado no VIII Congresso Luso-Afro brasileiro de Ciências Sociais, "A questão social no novo milênio") Coimbra, Portugal, 16 a 18 set 2004.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; CARTONI, Daniela Maria; JUSTO, Carolina Raquel d. Mello. Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol.16 n. 45 São Paulo fev. 2001.

ARAÚJO; Neyara; LIMA, Jacob Carlos. *Trabalho associado, capital e reação sindical: as cooperativas de trabalho industrial*. Comunicação apresentada ao GT Sindicalismo e Política. XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998.

ARRUDA, M. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo. UNISINOS, v.32, n.96, p. 5-41, 1997. Série Cooperativismo.

ASAMODA. Associação dos Lojistas Atacadistas de Moda de Cianorte. *Cianorte a capital do vestuário*. 2007. Inserido em www.asamoda.com.br.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO de Cianorte, de 30 de maio de 2008. INSERIDO EM http://www.cianorte.pr.gov.br/noticias_view.php?id=737. ACESSO EM 03-11-2008.

ATKINSON, John. *Manpower strategies for flexible organizations*. *Personnel Management*. August. 1984. p. 29-32.

BEM PARANÁ, confecção. *Jornal Moda*. 18/08/08: p. 1. (mimeo)

BERTOLINO, Osvaldo. *A crise do trabalho*. *Princípios*. N. 46, agosto a outubro de 1997. p. 19 a 22.

BOISIER, Sérgio E. *El difícil arte de hacer región: las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional*. Cusco: CBC, 2002.

BORGES, Ângela; DRUCK, Maria Graça. *Terceirização: balanço de uma década*. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul/dez. 2002.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, Maria Rosa. *Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX*. Cadernos Pagu. Desafios da Equidade. (17-18). 2001/02. p. 157-196.

BUNCHAFT, Alexandra F.; GONDIM, Sônia M. G. *A cooperativa popular de trabalho: uma contribuição à compreensão do significado de cooperativa para as costureiras do*

Parque São Bartolomeu em Salvador, Bahia. O&S. v.11, n.30, mai/ago, p. 117-127, 2004. Publicação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA)

CAMPOS, Antônio Carlos de. *Arranjos produtivos no estado do Paraná: o caso do município de Cianorte*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Economia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

CAMPOS, Antônio Carlos de; LOPES, Ricardo Luiz. *As transformações na indústria têxtil brasileira nos anos 90: um olhar para o Paraná*. In: IV Encontro de Economia Paranaense, 2005, Toledo. IV Encontro de Economia Paranaense, 2005.

CARRIS, Célia. *O perfil geo-histórico e econômico da indústria de confecções em Cianorte*. Monografia. (Especialização em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Geografia. Maringá, 1997.

COLLI, Juliana Marília. *O faconismo pelo avesso: um estudo das formas de organização do trabalho*. A facção no ramo de tecelagem no pólo têxtil de Americana – SP. Campinas, 1997 (Dissertação de Mestrado).

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2003/2004. Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de roupas de Cianorte. Cianorte. 31 de agosto de 2003.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2005/2006. Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de roupas de Cianorte. Cianorte – PR., 31 de setembro de 2005.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2007/2008. Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores nas indústrias de Confecções de roupas de Cianorte. Cianorte – PR., 01 de setembro de 2007.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2008/2009. Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado do Paraná – SIVEPAR. Matinhos/PR, 19 de outubro de 2007.

CORRÊA, Marcela Krüger; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. *Reestruturação produtiva na indústria do vestuário no município de Brusque – SC*. Revista Expressões Geográficas. Florianópolis, n. 02, p. 84-98, jun.2006.

COUTINHO, L. *A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização*. In: VELLOSO, J.P.R. Brasil: desafios de um país em transformação, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

CRUZ-MOREIRA, J. R. *Industrial upgrading nas cadeias produtivas globais: reflexões a partir das indústrias têxtil e do vestuário de Honduras e do Brasil*. Tese de Doutorado – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Produção, São Paulo, 2003.

CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo e FLEURY, Afonso Carlos. *Reestruturação e realocação produtiva da indústria do vestuário no Brasil*. São Paulo: ENEGEP, 1999. de educação profissional em debate. São Carlos: UNITRABALHO, 1999.

DEDECCA, Claudio S; BALTAR Paulo Ed. *Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90*. Estudos Econômicos. SP: IPE-USP.v 27. n. especial. p. 65-84, 1997.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho. Um estudo em psicologia do trabalho*. 5ª edição ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DIEESE. *Reestruturação produtiva na indústria têxtil de Santa Catarina*. 2005. Inserido em WWW.dieese.org.br/esptextilsc.pdf. 2005. acesso 10-01-2005.

DIAS, Edson dos Santos. *Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte*. Dissertação (Curso de pós-graduação em Geografia, área de desenvolvimento regional e urbano) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

DRUCK, M. Graça. *Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical*. Caderno CRH, Salvador, n.24/25, p. 21-40, jan/dez, 1996.

DRUCK, M. Graça. *Terceirização: (dês)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo. Boitempo Editorial, 1999. 271p.

FERRAZ Queila_____ *Revolução Industrial, Evolução da Indústria do Vestuário e Tecnologia Têxtil: Onde a Função Encontrou a Moda*. Parte 1. Fashion Bubbles. 22 de novembro 2007.

FERRAZ, Queila. *Revolução Industrial, Evolução da Indústria do Vestuário e Tecnologia Têxtil: Onde a Função Encontrou a Moda*. Parte 1. Fashion Bubbles. 13 de novembro 2007.

FETIEP. Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná. Grupo do Vestuário contesta bom momento do setor. *Bons resultados econômicos não refletem aumento do número de carteiras assinadas*. 20/2/2008. Curitiba, Paraná. (Relatos do II Seminário da Informalidade – Grupo do Vestuário. Inserido em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/noticias.asp?Cod=684> (Divulgado em “Noticias”, 24-01-2009. Fundacentro. Ministério do Trabalho e Emprego.

FIEP. Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Pólo Industrial no Paraná Gerado por Pioneirismo de Família Árabe. 24 de outubro de 2005. Inserido em: http://www.brazil-brasil.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=657. Acesso em 01/02/2009.

FILGUEIRAS, Luiz A M; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão. *O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica*. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 41. p. 211-229, mai-ago. 2004.

FRANÇA. W. *Criando novos empregos: o exemplo de Cianorte "A capital do vestuário"*. Cianorte: Cereso Ltda, 1994. 176p.

FRESCA, Tânia Maria. *A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte*. 2004. (mimeo).

GAZETA DO POVO. Evento Paraná "Fashion", que emprega 1,5 mil pessoas. 24/10/05:1.

GAZZONA, Raquel da Silva. *Trabalho feminino na indústria do vestuário*. Revista Educação e Sociedade, ano XVIII, n. 61, dezembro de 1997. p. 88 a 109.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis (Orgs) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2002.

_____. O conceito de empregabilidade. In: *Avaliação do PLANFOR: uma política pública*

GEREFFI, G. *The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape the overseas production networks*. In GEREFFI, G.; KORNZENIEWICZ, M. *Commodity Chains nad Global Capitalism* (Eds.), Praeger. Westport. 1994.

GITAHY, Leda et al. *Relações interfirmas, eficiência coletiva e emprego em dois clusters da indústria brasileira*. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, ano 4, n. 6, 1998, p. 39-78.

GITAHY, Leda. *Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho*. São Paulo em Perspectiva, n. 8(1), jan/mar de 1994.

GÓIS, A; ESCÓSSIA, F. País tem 50 milhões de indigentes, diz FGV. *Folha de São Paulo*. 10 de julho. 2001. p. A12.

GONÇALVES. Márcio Teixeira. *As articulações escalares da indústria de Confecções em Cianorte - PR*. Dissertação. Universidade Estadual Paulista. (Campus de Presidente Prudente). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2005.

GUILBERT, Madeleine. *Les fonctions des femmes dans l'industrie*. Paris: La Haye, Mouton, 1966.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Por Uma Sociologia Do Desemprego*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.17 n. 50. São Paulo out. 2002.

GUIMARÃES, Valeska; KOROSUE, Aline; OLIVEIRA, Elaine. *Flexibilização, precarização, cooperativas de trabalho em Santa Catarina*. SC: (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho). 2003 (mimeo).

HADDAD, P R. *Cluster e desenvolvimento endógeno*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAGUENAUER, L et al. *Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90*. Texto para Discussão N. 786, IPEA, abril de 2001. (Análise aprofundada nos setores têxtil e automotivo).

HIRATA, Helena, PRETECEILLE, Edmond. *Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica. O debate das Ciências Sociais na França*. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul, dez, 2002.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva e relações de gênero. *Revista latino Americana de estudos do trabalho*, SP, ano 4, n. 7, p. 5-27. 1998.

_____. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu. UNICAMP. Campinas. (17/18) 2001/02, p 139-156.

_____. *Nova divisão sexual do Trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. SP: Boitempo. 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. La division sexuelle Du travail revisitée. In: MARUANI, M (org) *La nouvelles frontieres de l'inegalite. Hommes et Femmes sur Le marche Du travail*. Paris: La decouvert, 1998.

HIRATUKA, C. e GARCIA R. de C. *Impactos da abertura comercial sobre a dinâmica da indústria têxtil brasileira*. Leituras de Economia Política, Ano 1, n. 1, pp. 83-105, set. 1995.

HOLZMANN, Lorena. *Trabalho a domicílio*. In: CATTANI, A. D. (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 275-278.

IEL, CNA e SEBRAE. *Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira*. IEL, CNA e SEBRAE - Brasília, D.F.: IEL, 2000. 480p.

IEMI - Instituto de Estudos e Marketing Industrial S/C Ltda. 2003. (mimeo).

IEMI. Instituto de Estudos de Marketing Industrial S/C Ltda. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil*. Brasil. SP, 1982.

IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90*. Curitiba. 2003.

IPARDES. *Arranjo produtivo local do vestuário da Região de Umuarama-Cianorte no Estado do Paraná*. Curitiba, 2004.

IPARDES. *Arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte: nota técnica/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social*, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: 2006. 29 p.

IPARDES. *Maioria dos novos empregos gerados no Paraná é ocupada por jovens até 24 anos*. Pesquisa. 30/04/2008. Inserido em: www.ipardes.gov.br. Acesso em dez/2008.

IPARDES. *VESTUÁRIO: Plano de Desenvolvimento do APL do Vestuário de Cianorte/Maringá - /Paraná*. Junho/2006. <http://www.redeapl.pr.gov.br/arquivos/File/PDPVestuárioCianorteMaringaPR.pdf>.

IRION, J, E. *Cooperativismo e Economia social*. São Paulo: STS, 1997.

ITABORAHY, Marco Antônio; SILVA, Hermam Vargas. *Indústrias de Confecção no Município de Cianorte-Pr e a Necessidade de Implantação de Programas de Gestão Ambiental* Maringá Management. Revista de Ciências Empresariais, v. 3, n.1. p.27-34, Jan./Jun. 2006.

JINKINGS, Isabella e AMORIM, Elaine R. Aguiar. *Produção e Desregulamentação na Indústria Têxtil e de Confecção*. In ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2006.

JONAS, Eline. *As mulheres constroem sua autonomia no trabalho flexibilizado?* R. Princípios/Vermelho. Edição 88, 2003.

KELLER, Roberto Ranna. *Diagnóstico técnico e econômico do setor de confecção de vestuário das regiões norte, noroeste, oeste, sudoeste e sul do Estado do Paraná*. Curitiba: CITPAR/SIDEE, 1995, (Série SIDEE, n. 5).

KERGOAT, Daniele. *Les ouvrières*. Paris: Sycomore, 1982.

KRAYCHETE, G. *Trabalho informal e economia popular urbana*. In: CORREIA, C. BERNHOEF, P; FARIAS, F. (orgs) *Economia Informal e viabilidade econômica*. Editoração CEAS URBANO: Pernambuco, 1998, p. 77 a 92.

LANDIM, Marcos. *Personalização garante existência de alfaiates*. Jornal Express, 03/11/2006. p. 1 e 2.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. *O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras*. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 211-236.

LEITE, Márcia de Paula. *Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo*. SP: ANPOCS, 2004. (mimeo).

LIMA, Ângela M.S. Uma análise sobre os impactos da reestruturação produtiva nas organizações representativas dos trabalhadores do setor têxtil/vestuário do Paraná". *Revista Terra e Cultura da UNIFIL*, n. 41, ano. 21. 2008. ISSN 0104-8112.

_____. *Cooperativas de Costura na Região de Cianorte-Pr: algumas Contribuições para o Debate*. Anais do V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo", 06 a 08 de agosto de 2008. Ribeirão Preto, SP. 2008.

LIMA, Jacob Carlos. *Metamorfoses do trabalho e na organização dos trabalhadores. Notas a partir de uma experiência recente*. 2ª edição. maio/junho 2002. Análise de conjuntura – Fundação Joaquim Nabuco - Globalização e crise do trabalho – Inserido em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed002a.html>. Acesso em nov/2006.

_____. Trabalho, auto gestão e mercado. *Cadernos do CRH (UFBA) Salvador, BA*, volume 19, n. 46, p. 97 a 110. 2006.

_____. *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado* *Revista Brasileira de Ciências Sociais* ISSN 0102-6909 Inserido em: <http://www.anpocs.org.br/rbcs/rbcs56.htm> out/2004a - Acesso em nov/2006.

_____. *Trabalho assalariado e trabalho associado: experiências de terceirização da produção*. Comunicação apresentada ao GT Trabalho e Sociedade. XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998a. Inserido em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte008.html> Fundação Joaquim Nabuco – textos especiais – Publicado no OBSERVANORDESTE em mar/2002 – Acesso em nov/2006.

_____. *Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho*. In: Castro, N A; DEDECCA, C S (orgs) *A ocupação na América Latina: tempos muito duros*. São Paulo; Rio de Janeiro. Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, 1998. p. 211-229.

_____. *Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário*. *Revista Política e Trabalho* n. 15. João Pessoa, Pb, setembro, 1999. p. 121-139.

_____. *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria Jose Bezerra. *Trabalho Flexível e o novo informal*. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul/dez, 2002.

_____. La subcontratación en cooperativas de trabajo en NE. In: ABREU, A. R.P. (Org.) *Producción flexible y nuevas instituciones en América Latina*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2000.

LOPES, Claudia. *Grupo de mulheres da periferia abre cooperativa de trabalho*. Folha de Londrina, Londrina, 12 de fev. 2001. Caderno Economia, p. 4.

LIMA, Marli. Cianorte, onde a China não assusta. Rede APL do Paraná. 20/08/2007. Inserido em: <http://www.redeapl.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=40>. Acesso em 01/02/2009.

LINS, Hoyêdo Nunes. *Cooperativas de Trabalhadores: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho?* Revista Nova Economia. Belo Horizonte. V.11, n.1, jul, p. 39-75. 2001.

LUPATINI, Márcio. *Relatório Setorial preliminar. Setor têxtil e vestuário*. 12/01/2004. FINEP. Financiadora de Estudos e Projetos. Rede DPP. 111p.

MAIA, K. _____. *Confecções em Cianorte. Um distrito industrial?* Curitiba: UFPR (Dissertação de Mestrado), 1994.

MAIA, Katy. *Confecções em Cianorte: um distrito industrial?* Revista de Economia, n. 19. Curitiba: Editora da UFPR, 1995. p. 137 a 176.

MAIS MODA, Jornal. *Calça jeans gigante*. 31 de maio de 2005, p. 01.

MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2001.

MARIANO. Moda. *Revista Textília*, 1998. p. 14 e 15 (mimeo).

MARX, L. *O capital: crítica da economia política*. 14 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1994. v. 1. Livro Primeiro.

MELO, Hildete Pereira; TELLES, Jorge Luiz. *Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro*. CEDO/IE/UNICAMP. (Anais, v. 01). VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Belo Horizonte, SP: ABET: 6 e 7 de out/1999.

MIRANDA, José Carlos. *Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990*. Texto para Discussão Nº 829 IPEA, Brasília, outubro de 2001.

MIRRIONE Henriete. *O país do jeans wear*. Jornal Paraná On line, 11/6/2006.

MONTEIRO, Cláudia Cirino Ferreira. *Diagnóstico do Papel do Designer de Moda no Processo de Desenvolvimento de Produtos na Indústria de Confecção de Cianorte/Pr. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Curso de Pós-Graduação em Desenho Industrial) Bauru. SP, 2007.*

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. *A Inserção da mão-de-obra Feminina na Indústria de Confecção no Ceará: o caso das cooperativas de confecção do Maciço de Baturité* Revista "Caderno CRH" Democracia, Cidadania e Pobreza. nº 26/27 (jan/dez 1997).

MYTELKA, L K. *Technological change and the global relocation of production in textiles and clothing.* In: Studies in Political Economy, n. 36, Fall, 1999.

NASCIMENTO. Teresa C. *Educação tecnológica, geração de renda, mulheres rodeadas de linguagem.* (Mestrado) C. Fed. de Educação tecnológica do PR. 2002.

NAVARRO, Vera Lúcia. *O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. São Paulo em Perspectiva.* 17(2). p. 32-41, 2003.

NAVEIRA, Milton Brás Portocarrero. *Iniciativa de desenvolvimento local no setor do vestuário em Mato Grosso do Sul: o consórcio de exportação como alternativa.* Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. (Relatório de Qualificação de Mestrado em Desenvolvimento Local). 2002.

NEVES e PEDROSA. *Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções.* R. Sociedade e Estado. v. 22. n. 01. Brasília, jan/abr. 2006.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. *Que Mosa é essa?* Revista. São Paulo. N. 10, maio de 2006. Instituto Observatório Social ISSN 1678-152X (editores: Dauro Veras e Marques Casara) acessar <http://www.os.org.br/download/er10/er10.pdf>

OLSON, Jan Marie. *Skills of survival: a study of the Guatemalan cooperative system and its impact on social and economic power of rural women.* Dissertação de Mestrado. Universidade de Calgary. Calgary. 1993.

PANGEA – CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS. Programa de Economias Sociais e Cooperativismo. 1998. (mimeo).

POSTHUMA, Anne C. *Japanese production techniques in Brazilian automobile components firms: a best practice model or basis for adaptation?.* Aston. (Comunicação apresentada na Conferencia Organization and Control of the Labor Process), Aston University, mar, 28-30.1990.

PROCHNIK, Victor. *Os impactos dos acordos comerciais.* Revista Textília: têxteis interamericanos. Abril a junho, n. 48, 2002. p. 10 a 12.

RAIS/TEM. *Relação Anual de Informação Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego*. 2005.

REDE APL. Arranjo produtivo Local de Umuarama/Cianorte. *Estabelecimentos e de Empregos na Indústria Têxtil e de Confecções no APL*. Disponível <http://www.redeapl.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>. 2007.

REDESIT. *Glossário de Arranjos produtivos locais*. (por ALBAGLI, S. BRITTO) Relatório de Pesquisa s/n. Rio de Janeiro: UFRJ, ago. 2002. Disponível em <http://www.ie.ufrj/reesist> Acesso em 03 set. 2006.

RIBEIRO, Herval Pina. *Lesões por Esforços Repetitivos (LER): uma doença emblemática*. Cadernos de Saúde Pública. 1997, volume 13, suplemento 2, 1997. p. 85-93.

RIZEK S C; LEITE m P. *Dimensões e representações do trabalho fabril feminino*. In: ABRAMO, Lais W.; ABREU, A P. (org). *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-americana*. São Paulo/Rio de Janeiro, ALAST. 1998.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990*. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. Editora Boitempo. São Paulo, 2003.

RUAS, R. *Notas Acerca das Relações entre Trabalho a Domicílio, Redes de Subcontratação e as Condições de Competição*. In: ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. (orgs) *O Trabalho Invisível: Estudos Sobre o Trabalho a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo. 1993.

SAMPAIO, E S; MELLO, A M. M. *Facção, costureira externa: estrutura e organização*. Rio de Janeiro: SENAI, CETIQT, 1988.

SANCHEZ, Fábio José Bechara; SINGER, Paul. *Parecer: as cooperativas de trabalho e a precarização*. Brasília: Ministério do trabalho e Emprego: Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 4 de outubro de 2004.

SANTOS, B de S; RODRIGUEZ, C. *Introdução: para ampliar o cânone da produção*. In: SANTOS, B de S (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAFFIOTI, H. MOÑOZ, Mônica. *Mulher brasileira é assim*. RJ: Rosa dos tempos. 1994.

SCHENEIDER, J O; VICENTE, X H V. *A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho*. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, UNISINOS. v. 31, n.94, p. 39-58, 1996. (Série Cooperativismo).

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994.

SERRA, Neusa. *Tecnologia e competitividade na indústria de máquinas têxteis: um estudo sobre capacitação e aprendizagem tecnológica*. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Tese. Engenharia. São Paulo. 1996.

SETTIMI, Maria Maeno et al.. *Lesões Por Esforços Repetitivos (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)*. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Trabalhador, Série A. Normas e Manuais Técnicos, n.º 103. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível na World Wide Web: <http://dtr2001.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ler_dort.pdf>. Acesso em: 02/02/2009.

SILVA, Eliane M. *Operárias da agulha*. Revista de História, Campinas, IFCH/UNICAMP, n.2/3, p. 217-237, 1991.

SILVA, Elizete Conceição. *Tempo produtivo: reconstruindo identidades*. Londrina, Paraná. 2002. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UEL).

SINGER, P. *Economia Solidária: possibilidades e desafios*. Proposta. N. 88/89, mar/ago de 2001. p. 44 a 59.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2ª. edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.

_____. *A crise das relações de trabalho*. In: NABUCO, M. R; CARVALHO NETO, A (orgs). *Relações de Trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999^a, p. 31-45.

SINVESPAR. Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná. *Diagnóstico das Indústrias do Vestuário do Estado do Paraná*. 2007. Inserido em http://www.sinvespar.com.br/conteudo/diagnostico_pr.asp. Acesso em 01/02/09.

SPINDEL, Cheywa R. *O "uso" do trabalho da mulher na indústria do vestuário*. In: BARROSO, Carmén; COSTA, Albertina Oliveira (org). *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983.

TESCH, W. *Cooperativismo de trabalho: alternativa ao desemprego*. Estudos e Pesquisas. IPROS, São Paulo, CAT/PROS, n. 02, dez. 1995.

VERRET, Raoul. *Consumo de têxteis mundial vai crescer 40% até 2020*. Revista Textília, n. 34, out, nov, dez, de 1999.

VIDOSSICH, Franco. *O setor de confecções da Região Sul*. Florianópolis: SENAI, 1997.

ANEXOS

ANEXO A
QUADRO 01: PERFIL DAS FACÇÕES

FACÇÕES	TEMPO DE EXISTÊNCIA DA FACÇÃO	ÉPOCA DO ANO (MÊS) SUA OFICINA PRODUZ MAIS:	QUANTAS (OS) FUNCIONÁRIAS (OS) TÊM NA FACÇÃO	PRODUTO QUE COSTURA	QUANTAS MÁQUINAS POSSUI	LOCAL DE FUNCIONAMENTO DA FACÇÃO	CRITÉRIO DE RECRUTAMENTO DA FACÇÃO, PELAS CONTRATANTES	PARA QUE TIPO DE CONTRATANTES PRESTA SERVIÇO	QUE OUTRO TRABALHO A FACÇÃO OFERECE ALÉM DA COSTURA
Facção A domiciliar	07 meses	Dez	2 (todas mulheres)	Modinha	3 próprias e 2 Alugadas	Na própria casa da proprietária	Pelo preço que cobramos por peça	Pequena empresa, lojas e particulares	Passar, arrematar e fazer consertos
Facção B domiciliar	01 ano e 03 meses	Dez	6 (todas mulheres)	Modinha	2 próprias e 4 emprestadas da empresa	Em espaço alugado	Entrevista E Pela qualidade	Lojas e micro empresa	Passar, dobrar, bordar e acabar
Facção C domiciliar	01 ano e 06 meses	Dez	3 (todas mulheres)	Modinha	5 alugadas	Na própria casa da proprietária	Pelo preço que cobramos por peça	Micro empresa e particulares	Acabar, e dobrar
Facção D domiciliar	02 anos	De set a dez	5 (um homem)	Modinha e calça jeans	6 (2 próprias e 4 emprestadas)	Em espaço alugado	Teste com a peça piloto	Lojas, pequena empresa e outra facção maior	Dobrar, etiquetar, bordar
Facção E industrial	03 anos	Durante todo o ano	70 (55 mulheres)	Modinha e camiseta	8	Em espaço alugado	Pela qualidade	Grande empresa, de fora do estado	Acabar, etiquetar
Facção F industrial	05 anos	De set a dez	20 (17 mulheres)	Calça jeans e modinha	16	Em espaço alugado	Pela qualidade e Pelo preço que cobramos por peça	Média e pequena empresa	Cortar e passar
Facção G industrial	07 anos	De set a dez	30 (24 mulheres)	Calça jeans e modinha	18	Em espaço alugado	Teste com a peça piloto	Média e pequena empresa	Passar e etiquetar
Facção H industrial	08 anos	De set a dez	44 (32 mulheres)	Calça jeans	22	Em espaço alugado	Pelo preço que cobramos por peça	Micro empresa e lojas	Acabar, passar
Facção I industrial	05 anos	Durante EXPOVEST	25 (24 mulheres)	Calça jeans	20	Em espaço comprado	Teste com a peça piloto e qualidade	Média empresa	Só costura
Facção J domiciliar	Não respondeu	De set a dez	04 (todas mulheres)	Modinha	4 (Alugadas)	Na própria casa da proprietária	Pelo preço que cobramos por peça	micro empresa e lojas	Acabar, e dobrar e fazer consertos
Facção K domiciliar	3 anos	Dez	06 (chega a ter 10 funcionárias em dez) (todas mulheres)	jeans	6	Na própria casa da proprietária	teste com a peça piloto	micro empresa	Dobrar, etiquetar e passar
Facção L domiciliar	4 anos	Dez e na EXPOVEST	07 (todas mulheres)	Modinha e jeans	8	Na própria casa da proprietária	Entrevista	Pequena (dentro do estado) e média empresa (fora do estado)	Passar e fazer consertos
Facção M industrial	07 anos	De set a dez	Mais de 50 (maioria mulheres; 20 na facção e mais de 30 fora dela)	Calça jeans	30	Em espaço alugado	Teste com a peça piloto	Micro empresa e facção maior	Cortar e etiquetar
Facção N industrial	08 anos	Durante todo o ano	Mais de 60 (maioria mulheres)	Calça jeans	57	Em espaço alugado	Teste com a peça piloto e qualidade	Uma média e uma grande empresa fora do estado	Cortar e etiquetar

ANEXO B
QUADRO 02: PERFIL DAS(OS) PROPRIETÁRIAS(OS) DAS FACÇÕES

FACÇÕES SEXO	O QUE A(D) MOTIVOU A ABRIR A FACÇÃO	NÍVEL DE RENDA DA(D) PROPRIETÁRIA(D)	GRAUS DE PARENTESCO COM AS(OS) FUNCIONÁRIAS(OS)	PROPRIETÁRIA(D) JÁ HAVIA SIDO FUNCIONÁRIA(D) DE OUTRA FAÇÃO	ENXERGA A FACÇÃO COM PROVISÓRIA OU COMO PERMANENTE
Facção A Domiciliar (por mulher)	Necessidade de trabalho, falta de opção	É inferior ao piso da categoria	Tias	Não	provisória
Facção B domiciliar (por mulher)	Necessidade de trabalho	na maioria das vezes é inferior ao piso da categoria	Cunhada	Sim	provisória
Facção C domiciliar (por mulher)	Conhecimentos na área e necessidade	É inferior ao piso da categoria	Filhas	Sim	provisória
Facção D domiciliar (por mulher)	Melhor garantia de trabalho e formação na área	É igual ao piso da categoria	Irmã, sogra	Sim	permanente
Facção E Industrial (por homem)	Por necessidade e quantidade de mão-de-obra especializada	É superior ao piso da categoria	Não	Sim	permanente
Facção F Industrial (por homem)	qualidade da mão-de-obra na região e vontade de crescer	Às vezes é superior ao piso da categoria	Não respondeu	Sim	provisória
Facção G Industrial (por mulher)	quantidade/qualidade de mão-de-obra especializada	No final do ano é superior ao piso da categoria	Não	Sim	permanente
Facção H Industrial (por homem)	Por necessidade e facilidade do setor	É igual ao piso da categoria	Não, só uma irmã	Sim	permanente
Facção I Industrial (por mulher)	Setor local forte	É superior ao piso da categoria	esposa	Não	permanente
Facção J domiciliar (por mulher)	Ajudar em casa	É igual ao piso da categoria	Irmã e cunhada	Sim	permanente
Facção K domiciliar (por mulher)	Aumentar a renda	É inferior ao piso da categoria	Vários parentes	Não	provisória
Facção L domiciliar (por mulher)	Formação em Moda	É igual ao piso da categoria	Duas tias	Sim	permanente
Facção M Industrial (por homem)	Tradição da família e facilidade para esse mercado na região	É superior ao piso da categoria	Não, só alguns amigos	sim	permanente
Facção N Industrial (por mulher)	Tradição da família e incentivo do município	É superior ao piso da categoria	Não	sim	permanente

ANEXO C
QUADRO 03: PERFIL DAS(OS) FUNCIONÁRIAS(OS) DAS FACÇÕES

FACÇÕES	CADA FUNCIONÁRIA(O), TRABALHA QUANTO TEMPO NA FACÇÃO	IDADE MÉDIA DAS(OS) TRABALHADORAS(OS) DA FACÇÃO	REGISTRAS(OS) FUNCIONÁRIAS(OS)	CRITÉRIO DE RECRUTAMENTO DA(OS) FUNCIONÁRIAS(OS)	PRODUÇÃO POR PESSOA/DIA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS(OS) FUNCIONÁRIAS(OS)	VEL DE RENDA DAS(OS) FUNCIONÁRIAS(OS)	TEMPO DE TRABALHO/DIA PELAS(OS) FUNCIONÁRIAS(OS)	AS FUNCIONÁRIAS(OS) ESTAVAM DESEMPREGADAS(OS) QUANDO FORAM CONTRATADAS(OS) PELA FACÇÃO
Facção A domiciliar	07 meses	40 anos	Não	Pela confiança (pessoa recomendada) e Pela qualificação e conhecimento na área	10 peças por dia/por pessoa	Ensino fundamental incompleto	É inferior ao piso da categoria	09 horas (no final do ano, mais de 10 horas)	Sim
Facção B domiciliar	06 meses	31 a 50 anos e 1 pessoa com mais de 60 anos	Não	Pela confiança (pessoa recomendada)	10 a 15 peças	Ensino fundamental e médio incompleto	na maioria das vezes é inferior ao piso da categoria	09 horas (no final do ano, mais de 10 horas)	Sim
Facção C domiciliar	01 ano	18 a 45 anos	Não	Pela confiança (pessoa recomendada)	10 a 15 peças	Ensino fundamental incompleto e médio completo	É inferior ao piso da categoria	10 horas	Sim, Muitas
Facção D domiciliar	2 anos	22 a 51 anos	Alguns	Pela confiança e pela experiência na área	20 peças	Ensino fundamental completo e algumas com ensino superior incompleto	É igual ao piso da categoria	09 horas (no final do ano, mais de 10 horas) e tem mês que 2 ou 3 horas	Sim, A Maioria
Facção E industrial	06 anos	18 a 25 anos	Sim	Pela qualificação e conhecimento na área	180 peças por hora/pessoa (se for camiseta básica)	Ensino médio completo	É superior ao piso da categoria	08 horas	Sim
Facção F industrial	8 meses	20 a 50 anos	Quase todos	Não respondeu	Depende muito do produto	Ensino médio incompleto	É superior ao piso da categoria	08 horas	Sim
Facção G industrial	1 ano	25 a 40 anos	Sim	Pela qualificação e conhecimento na área	Depende muito do produto	Maioria com ensino médio completo	É igual ao piso da categoria	07 horas	Penso Que Sim
Facção H industrial	09 meses	30 anos	Sim	Pela confiança (pessoa recomendada) e Pela Idade	150 a 200 peças	Maioria com ensino médio incompleto e completo	É igual ao piso da categoria	08 horas	Sim, Grande Parte
Facção I industrial	02 anos	34 a 42 anos	Sim	Pela qualificação e conhecimento na área	150 a 200 peças	Maioria com ensino fundamental completo, uns com ensino médio e superior completo	É superior ao piso da categoria	08 horas	Sim
Facção J domiciliar	1 ou 2 anos	36 anos a 40 anos	Não	Pela confiança	Não responderam	Maioria com ensino fundamental completo	É inferior ao piso da categoria	08 horas	Sim
Facção K domiciliar	02 a 06 meses	Mais de 37 anos	Alguns	Pela qualificação e confiança	70 a 80 peças	Maioria com ensino fundamental incompleto	É igual ao piso da categoria	09 horas	Boa Parte
Facção L domiciliar	02 a 05 meses	Não respondeu	Não	Pela qualificação e conhecimento na área	Não responderam	Maioria com ensino fundamental incompleto	É inferior ao piso da categoria	09 horas (no final do ano, mais de 10 horas)	Quase Todos
Facção M industrial	02 anos	34 a 42 anos	A maioria	Teste seletivo e Pela confiança (pessoa recomendada)	70 peças	Maioria com ensino médio incompleto e completo	É superior ao piso da categoria	08 horas	Não Sei Informar
Facção N industrial	Até a aposentadoria	25 a 40 anos	Sim	Pela qualificação e conhecimento na área	Mais de 50 peças	Alguns com ensino superior, a maioria com ensino médio incompleto	É superior ao piso da categoria	08 horas	Sim, Muitas

**ANEXO D:
QUESTIONÁRIO 01
PARA TRABALHADORAS(ES) INFORMAIS, SEM REGISTRO EM CARTEIRA, QUE
ATUAM NAS FACÇÕES DO SETOR DA CONFECÇÃO DE ROUPAS**

1. Sexo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
 - 3.1. Se tem curso técnico ou superior, escreva que curso:
 - 3.2. Cursou alguma etapa da escolaridade no sistema supletivo? Qual?
4. Estado civil:
5. Tem filhas(os)?
 - 5.1. Se sim, gostaria que, no futuro, estas(es) se tornassem costureiras(os)? Comente sua resposta.
6. Você veio da zona rural?
 - 6.1. Se sim, há quantos anos?
 - 6.2 Se sim, trabalhava na lavoura?
7. Último emprego, antes de começar a trabalhar nessa facção: () Formal (com registro em carteira) Informal (sem registro em carteira) () estavam desempregadas(os)
8. Já tinha trabalhado antes em uma facção ou em uma empresa do setor de confecção?
 - 8.1. Em quantas empresas ou facções do ramo de confecção já trabalhou?
9. Você gostaria de trabalhar em uma empresa do setor de confecções – registrada(o)?
10. Você já recebeu seguro-desemprego alguma vez?
 - 10.1. Se sim, escreva quantas vezes o recebeu:
 - 10.2. Comente sobre o uso do dinheiro do seguro desemprego:
11. Fez cursos na área de confecção antes de entrar na facção?
 - 11.1. Fez cursos na área de confecção depois que entrou na facção?
 - 11.2. Quantidade de cursos que fez na área:
 - 11.3. Que cursos fez na área?
 - 11.4. Se fez cursos, estes cursos foram organizados por que órgão?
12. Já trabalhou na Primeira Cheina?
 - 12.1. Se sim, há quanto tempo? E por quanto tempo?
 - 12.3. Lá ingressou com que idade?
 - 12.4. Na Primeira Cheina exercia que função?
13. Que função exerce na facção?
 - 13.1. Você sempre exerceu a mesma função na facção?
 - 13.2. Há quanto tempo exerce a mesma função dentro da facção?
 - 13.3. Se você trabalha com costura, que produto costura atualmente?
 - 13.4. Se costura, que outro serviço realiza também na facção?
 - 13.5. Se costura, quantas horas por dia você trabalha nesta função em casa?
 - 13.6. E na facção, quantas horas trabalha por dia?
 - 13.7. Na facção, você participa da divisão dos lucros?
14. Além do trabalho que exerce na facção, você também trabalha em casa atualmente?
 - 14.1. Se sim, trabalha em casa exercendo que função?
 - 14.2. Se costura, costura para qual público?
 - 14.3. E a facção onde trabalha, presta serviço para que público ou empresa?
15. Tem sua própria máquina de costura em casa?
 - 15.1. Se sim, como a adquiriu?
16. Com quem aprendeu a costurar?

- 16.1. Com que idade aprendeu a costurar?
17. Quando ingressou na facção, como foi selecionada(o)? Ou seja, que critério utilizaram para recrutá-la(o)?
18. Atualmente na facção, você trabalha nos finais de semana?
19. Você retira férias?
- 19.1. Se sim, quando?
20. Em que época do ano (ou mês) você trabalha mais na facção?
21. Na facção, como é a forma de pagamento? () mensal () semanal () diário () outros – qual?
22. Na facção, você ganha menos, mais ou igual ao piso da categoria?
23. É associada(o) ao Sindicato dos Trabalhadores?
- 23.1. Por quê?
- 23.2. Se sim, participa das reuniões e assembléias do Sindicato dos Trabalhadores?
- 23.3. Se sim, por que participa?
- 23.4. Se não, por que não participa?
24. Tem algum grau de parentesco com a(o) proprietária(o) da facção?
- 24.1. Se sim, que grau de parentesco?
25. Você enxerga o trabalho na facção como: () transitório () permanente
- 25.1. Comente sua resposta:
- 25.2. Você se sente satisfeita(o) com seu trabalho na facção?
26. Já ficou desempregada(o) alguma vez antes de entrar na facção?
- 26.1. Se sim, isso aconteceu quantas vezes?
- 26.2. Se sim, isso aconteceu em que ano?
- 26.3. Por quanto tempo ficou desempregada(o)?
27. Quando ficou desempregada(o) teve que realizar algum “bico”? Qual?
28. Já teve algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho?
- 28.1. Se sim, comente:
- 28.2. Se sim, procurou ajuda médica?
- 28.3. Se sim, procurou a(o) dona(o) da facção ou o Sindicato das(os) Trabalhadoras(es) para comunicar o ocorrido?
- 28.4. Se sim, qual foi o procedimento adotado?
29. Faz horas extras na facção?
- 29.1. Se sim, recebe por estas horas extras? Ou a facção trabalha com Banco de Horas?
30. Já trabalhou em cooperativa do setor de confecção?
- 30.1. Se sim, por quanto tempo?
- 30.2. Que função exercia nesta cooperativa?
31. O que te motivou a trabalhar nesta facção?
32. Tem acesso aos direitos trabalhistas na facção?
- 32.1. Se sim, quais?
- 32.2. Já teve que entrar na justiça para garantir algum direito trabalhista? Comente:
33. Ocorreram mudanças tecnológicas em seu ambiente de trabalho?
- 33.1. Se sim, que mudanças foram estas?
- 33.2. Ocorreram mudanças tecnológicas em seus equipamentos de trabalho nos últimos 5 anos? Comente:
34. Você compra roupas mensalmente?
35. Você acha que as roupas vendidas em Cianorte são caras? Comente:
- 35.1. Você compra suas roupas em Cianorte?
- 35.2. Se respondeu não ou de vez em quando, em que outra cidade geralmente as compra?

36. Você freqüenta a Rua da Moda?

36.1. Como? Na condição de: () Visitante () Trabalhadora ou Trabalhador
() Consumidor ou Consumidora

37. Você participa da EXPOVEST?

37.1. Como? Na condição de: () Visitante () Trabalhadora ou Trabalhador
() Consumidor ou Consumidora

38. Na facção, como você se auto-intitula? () Costureira(o) A () Costureira(o) B ()
Costureira(o) C () Outro. Comente sua resposta:

39. Principais barreiras ou problemas enfrentado na rotina da profissão hoje?

40. Descreva um dia de trabalho seu (sua rotina; do momento em que acorda até a hora de dormir; mostrando o tempo que pode reservar atualmente para cada coisa):

41. Outra questão, sugestão ou comentário que queira incluir.

**ANEXO E:
QUESTIONÁRIO 02
PARA TRABALHADORAS(ES) FORMAIS, COM REGISTRO EM CARTEIRA,
QUE ATUAM NAS EMPRESAS DE CONFECÇÃO DE ROUPAS**

1. Sexo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
 - 3.1. Se tem curso técnico ou superior, escreva que curso:
 - 3.2. cursou alguma etapa da escolaridade no sistema supletivo? Qual?
4. Estado civil:
5. Tem filhas(os)?
 - 5.1. Se sim, gostaria que, no futuro, estas(es) se tornassem costureiras(os)? Comente sua resposta.
6. Você veio da zona rural?
 - 6.1. Se sim, há quantos anos?
 - 6.2 Se sim, trabalhava na lavoura?
7. Último emprego, antes de começar a trabalhar nessa empresa: () Formal (com registro em carteira) Informal (sem registro em carteira) () estavam desempregadas(os)
8. Já tinha trabalhado antes em uma facção ou em uma empresa do setor de confecção?
 - 8.1. Em quantas empresas ou facções do ramo de confecção já trabalhou?
9. Participou de algum tipo de treinamento para entrar na empresa?
 - 9.1. Se sim, o que foi ensinado neste treinamento?
 - 9.2. Dentro da empresa, participa de algum treinamento?
 - 9.3. O que é ensinado neste treinamento dentro da empresa?
10. Você já recebeu seguro-desemprego alguma vez?
 - 10.1. Se sim, escreva quantas vezes o recebeu:
 - 10.2. Comente sobre o uso do dinheiro do seguro desemprego:
11. Fez cursos na área de confecção antes de entrar na empresa?
 - 11.1. Fez cursos na área de confecção depois que entrou na empresa?
 - 11.2. Quantidade de cursos que fez na área:
 - 11.3. Que cursos fez na área?
 - 11.4. Se fez cursos, estes cursos foram organizados por que órgão (ou empresa)?
12. Já trabalhou na Primeira Cheina?
 - 12.1. Se sim, há quanto tempo? E por quanto tempo?
 - 12.3. Lá ingressou com que idade?
 - 12.4. Na Primeira Cheina exercia que função?
13. Que função exerce na empresa?
 - 13.1. Você sempre exerceu a mesma função na empresa?
 - 13.2. Há quanto tempo exerce a mesma função dentro da empresa?
 - 13.3. Se você trabalha com costura, que produto costura atualmente?
 - 13.4. Se costura, que outro serviço realiza também na empresa?
 - 13.5. Se costura, quantas horas por dia você trabalha nesta função em casa?
 - 13.6. E na empresa, quantas horas trabalha por dia?
 - 13.7. Na empresa, você participa da divisão dos lucros?
14. Além do trabalho que exerce na empresa, você também trabalha em casa atualmente?
 - 14.1. Se sim, trabalha em casa exercendo que função?
 - 14.2. Se costura, costura para qual público?
 - 14.3. E a empresa onde trabalha, presta serviço para que público, facção ou outra empresa?

15. Tem sua própria máquina de costura em casa?
- 15.1. Se sim, como a adquiriu?
16. Com quem aprendeu a costurar?
17. Com que idade aprendeu a costurar?
18. Quando ingressou na empresa, como foi selecionada(o)? Ou seja, que critério utilizaram para recrutá-la(o)?
19. Principais barreiras ou problemas enfrentado na rotina da profissão hoje?
20. Em que época do ano (ou mês) você trabalha mais na empresa?
21. Na facção, como é a forma de pagamento? () mensal () semanal () diário () outros – qual?
22. Na empresa, você ganha menos, mais ou igual ao piso da categoria?
23. É associada(o) ao Sindicato dos Trabalhadores?
- 23.1. Por quê?
- 23.2. Se sim, participa das reuniões e assembléias do Sindicato dos Trabalhadores?
- 23.3. Se sim, por que participa?
- 23.4. Se não, por que não participa?
24. Tem algum grau de parentesco com a(o) proprietária(o) da empresa:
- 24.1. Se sim, que grau de parentesco?
25. Você enxerga o trabalho na empresa como: () transitório () permanente
- 25.1. Comente sua resposta:
- 25.2. Você se sente satisfeita(o) com seu trabalho na empresa?
26. Já ficou desempregada(o) alguma vez antes de entrar na empresa?
- 26.1. Se sim, isso aconteceu quantas vezes?
- 26.2. Se sim, isso aconteceu em que ano?
- 26.3. Por quanto tempo ficou desempregada(o)?
27. Quando ficou desempregada(o) teve que realizar algum “bico”? Qual?
28. Já teve algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho?
- 28.1. Se sim, comente:
- 28.2. Se sim, procurou ajuda médica?
- 28.3. Se sim, procurou a(o) empresária(o) ou o Sindicato das(os) Trabalhadoras(es) para comunicar o ocorrido?
- 28.4. Se sim, qual foi o procedimento adotado?
29. Faz horas extras na empresa?
- 29.1. Se sim, recebe por estas horas extras? Ou a facção trabalha com Banco de Horas?
30. Já trabalhou em cooperativa do setor de confecção?
- 30.1. Se sim, por quanto tempo?
- 30.2. Que função exercia nesta cooperativa?
31. O que te motivou a trabalhar nesta empresa?
32. Tem acesso aos direitos trabalhistas na empresa?
- 32.1. Se sim, quais?
- 32.2. Já teve que entrar na justiça para garantir algum direito trabalhista? Comente:
33. Ocorreram mudanças tecnológicas em seu ambiente de trabalho?
- 33.1. Se sim, que mudanças foram estas?
- 33.2. Ocorreram mudanças tecnológicas em seus equipamentos de trabalho nos últimos 5 anos? Comente:
34. Você compra roupas mensalmente?
35. Você acha que as roupas vendidas em Cianorte são caras? Comente:
- 35.1. Você compra suas roupas em Cianorte?

- 35.2. Se respondeu não ou de vez em quando, em que outra cidade geralmente as compra?
36. Você frequenta a Rua da Moda?
- 36.1. Como? Na condição de: Visitante Trabalhadora ou Trabalhador
 Consumidor ou Consumidora
37. Você participa da EXPOVEST?
- 37.1. Como? Na condição de: Visitante Trabalhadora ou Trabalhador
 Consumidor ou Consumidora
38. Na facção, como você se auto-intitula? Costureira(o) A Costureira(o) B
 Costureira(o) C Outro. Comente sua resposta:
39. Descreva um dia de trabalho seu (sua rotina; do momento em que acorda até a hora de dormir; mostrando o tempo que pode reservar atualmente para cada coisa):
40. Descreva um dia de trabalho seu (sua rotina; do momento em que acorda até a hora de Dormir).
41. Outra questão, sugestão ou comentário que queira incluir.

**ANEXO F:
QUESTIONÁRIO 03
PARA PESSOAS QUE SE ENCONTRAM DESEMPREGADAS**

1. Sexo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
 - 3.1. Se tem curso técnico ou superior, escreva que curso:
 - 3.2. Kursou alguma etapa da escolaridade no sistema supletivo? Qual?
4. Estado civil:
5. Tem filhas(os)?
6. Você veio da zona rural?
 - 6.1. Se sim, há quantos anos?
 - 6.2 Se sim, trabalhava na lavoura?
7. Último emprego, antes de se tornar desempregada(o): () Formal (com registro em carteira) Informal (sem registro em carteira) () estavam desempregadas(os) Comente:
8. Já trabalhou antes em uma facção ou em uma empresa do setor de confecção?
 - 8.1. Em quantas empresas ou facções do ramo de confecção já trabalhou?
9. Você gostaria de trabalhar em uma empresa do setor de confecções – registrada(o)?
10. Você já recebeu seguro-desemprego alguma vez?
 - 10.1. Se sim, escreva quantas vezes o recebeu:
 - 10.2. Comente sobre o uso do dinheiro do seguro desemprego:
11. Já fez algum curso na área de confecção?
 - 11.2. Quantidade de cursos que fez na área:
 - 11.3. Que cursos fez na área?
 - 11.4. Se fez cursos, estes cursos foram organizados por que órgão?
12. Já trabalhou na Primeira Cheina?
 - 12.1. Se sim, há quanto tempo? E por quanto tempo?
 - 12.3. Lá ingressou com que idade?
 - 12.4. Na Primeira Cheina exercia que função?
13. Tem sua própria máquina de costura em casa?
 - 13.1. Se sim, como a adquiriu?
14. Com quem aprendeu a costurar?
 - 14.1. Com que idade aprendeu a costurar?
15. Quando era empregada(o), foi associada(o) ao Sindicato dos Trabalhadores?
 - 15.1. Por quê?
 - 15.2. Se sim, participa das reuniões e assembléias do Sindicato dos Trabalhadores?
 - 15.3. Se sim, por que participa?
 - 15.4. Se não, por que não participa?
16. Realiza algum tipo de “bico” no momento? Se sim, qual?
17. Quando estava trabalhando, já teve algum tipo de problema de saúde causado pelas condições de trabalho?
 - 17.1. Se sim, comente:
 - 17.2. Se sim, procurou ajuda médica?
 - 17.3. Se sim, procurou a(o) patroa(ão) ou o Sindicato das(os) Trabalhadoras(es) para comunicar o ocorrido?
 - 17.4. Se sim, qual foi o procedimento adotado?
18. Já trabalhou em cooperativa do setor de confecção?
 - 18.1. Se sim, por quanto tempo?

- 18.2. Que função exercia nesta cooperativa?
19. Já teve que entrar na justiça para garantir algum direito trabalhista? Comente:
20. Você compra roupas mensalmente?
21. Você acha que as roupas vendidas em Cianorte são caras? Comente:
- 22.1. Você compra suas roupas em Cianorte?
- 22.2. Se respondeu não ou de vez em quando, em que outra cidade geralmente as compra?
23. Você frequenta a Rua da Moda?
- 23.1. Como? Na condição de: () Visitante () Trabalhadora ou Trabalhador
() Consumidor ou Consumidora
24. Você participa da EXPOVEST?
- 24.1. Como? Na condição de: () Visitante () Trabalhadora ou Trabalhador
() Consumidor ou Consumidora
25. Na facção, como você se auto-intitula? () Costureira(o) A () Costureira(o) B
() Costureira(o) C () Outro. Comente sua resposta:
26. Tem alguma especialidade no ramo de confecção?
- 26.1. Se sim, qual é a sua especialidade?
27. Quando saiu do último local de trabalho, o sindicato acompanhou sua última demissão (homologação)?
28. Que tipo de trabalho procura no momento?
- 28.1. Que tipo de trabalho procura no momento dentro do ramo da confecção?
- 28.2. Se respondeu "outro trabalho" escreva qual:
29. Descreva um dia (sua rotina; do momento em que acorda até a hora de dormir; mostrando o tempo que pode reservar atualmente para cada coisa):
30. Outra questão, sugestão ou comentário que queira incluir.

**ANEXO G:
QUESTIONÁRIO 04
PARA DONAS(OS) DE EMPRESAS DO SETOR DE CONFECÇÃO DE ROUPAS**

1. Sexo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
 - 3.1. Se tem curso técnico ou superior, escreva que curso:
 - 3.2. Cursou alguma etapa da escolaridade no sistema supletivo? Qual?
4. Estado civil:
5. Tem filhas(os)?
6. Você veio da zona rural?
 - 6.1. Se sim, há quantos anos?
 - 6.2 Se sim, trabalhava na lavoura?
7. Último emprego, antes de se tornar dona(o) da empresa: () Formal (com registro em carteira) Informal (sem registro em carteira) () estava desempregada(o) () já era dona(o) de outra empresa
8. Já trabalhou antes em uma facção ou em uma empresa do setor de confecção?
 - 8.1. Em quantas empresas ou facções do ramo de confecção já trabalhou?
9. Já fez cursos na área da confecção?
 - 9.1. Quantidade de cursos que fez na área:
 - 9.2. Que cursos fez na área?
 - 9.3. Se fez cursos, estes cursos foram organizados por que órgão?
10. Já trabalhou na Primeira Cheina?
 - 10.1. Se sim, há quanto tempo? E por quanto tempo?
 - 10.3. Lá ingressou com que idade?
 - 10.4. Na Primeira Cheina exercia que função?
11. Modo como seleciona as(os) funcionárias(os) para trabalhar na empresa: () Pela experiência, qualificação e conhecimentos na área () Pela confiança (pessoa recomendada por conhecidos) () Outro modo: Comente:
12. A empresa contrata serviço de facção?
 - 12.1. A partir de que ano sua empresa começou a contratar o serviço de facções ou de trabalhadores domiciliares? Justifique:
 - 12.2. Maneira utilizada pela empresa para selecionar uma facção de costura: () Pela experiência, qualificação e conhecimentos na área () Pela confiança (pessoa recomendada por conhecidos) () Outro modo: Comente:
13. Sua empresa é classificada como: micro, pequena, média ou de grande porte?
14. Quantas(os) funcionárias(os) têm sua empresa?
15. Que tipo de produto ou produtos sua facção mais costura (produz) hoje:
16. Em que época do ano(mês) sua facção produz mais?
17. Tempo de existência da Empresa:
18. Idade média das(os) trabalhadoras(es) da empresa:
19. Sua empresa fechou as portas durante a época da abertura econômica (era Collor - início dos anos 90)?
 - 19.1. Se sim, por quanto tempo?
20. Sua empresa exporta seus produtos?
21. Garante às(aos) funcionárias(os) os direitos trabalhistas básicos (férias, 13º salário, registro em carteira).
22. Sua empresa responde por ações trabalhistas na justiça?

- 22.1. Se sim, por quê?
23. Rotatividade dos funcionários(as). Cada funcionário trabalha na empresa em média quantos meses ou anos?
24. O que o(a) motivou a abrir a empresa em Cianorte?
25. Quantas máquinas de costura possui (em geral)?
26. Como está o estado dos equipamentos:
27. A(o) proprietária(o) é associada(o) ao sindicato da categoria?
27. Justifique:
28. A(o) proprietária(o) participa do sindicato da categoria?
28. Justifique:
29. As(os) funcionárias(os) são qualificadas(os)? Fazem curso na área da confecção? A empresa oferece esses cursos às(aos) funcionárias(os)?
30. Qual é o nível de escolaridade das(os) funcionárias(os) - (em geral)?
31. Sua empresa participa da EXPOVEST? E você?
32. Qual é a estratégia de venda dos seus produtos?
33. Nível de renda das(os) funcionárias(os)? () É inferior ao piso da categoria
() É igual ao piso da categoria () É superior ao piso da categoria
34. Em geral, as(os) funcionárias(os) de sua empresa vieram do mercado: () Formal (com carteira registrada) () Informal (sem carteira registrada) () estavam desempregadas(os)
35. A empresa possui muitas(os) funcionárias(os) que vieram da zona rural?
36. As máquinas de demais equipamentos são: Pertencentes à(o) proprietária(o) - São alugadas(os) – Outros:
37. Modo de pagamento das(os) funcionárias(os):
38. Possui relação de parentesco com alguma(um) funcionária(o)?
39. Há divisão dos lucros com as(os) funcionárias(os)?
40. Proprietária(o) já havia, antes de abrir a empresa, trabalhado como funcionário de outra empresa do ramo de confecções?
41. Número de mulheres que trabalham na empresa?
- 41.1. Em geral são: () solteiras () casadas () divorciadas
- 41.2. Quantas mulheres da facção são chefes de família (responsáveis pelo sustento da casa)?
42. Quantas peças são produzidas por pessoa diariamente hoje? (aproximadamente)
43. Principais barreiras enfrentadas pela(o) proprietária(o) hoje na empresa:
44. Quantos homens trabalham na empresa como costureiros?
- 44.1. Os homens, geralmente, exercem que funções dentro da empresa, além da costura de roupas?
45. Descreva as modificações tecnológicas introduzidas ao longo dos anos pela empresa:
46. A empresa oferece treinamento às(aos) funcionárias(os)?
- 46.1. Como este treinamento é feito?
47. A empresa paga horas-extras às(aos) funcionárias(os)? Ou trabalha com o Banco de Horas?
48. Que outra questão, sugestão ou comentário você quer incluir sobre a empresa?

**ANEXO H:
QUESTIONÁRIO 05
PARA DONAS(OS) DE FACÇÕES DO SETOR DE CONFECÇÃO DE ROUPAS**

1. Sexo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
 - 3.1. Se tem curso técnico ou superior, escreva que curso:
 - 3.2. Cursou alguma etapa da escolaridade no sistema supletivo? Qual?
4. Estado civil:
5. Tem filhas(os)?
6. Você veio da zona rural?
 - 6.1. Se sim, há quantos anos?
 - 6.2 Se sim, trabalhava na lavoura?
7. Último emprego, antes de se tornar dona(o) da facção: Formal (com registro em carteira) Informal (sem registro em carteira) () era desempregada(o) () já era empresária(o) de outra facção
8. Já foi dona(o) de outra facção ou de uma empresa do setor de confecção?
 - 8.1. Em quantas empresas ou facções do ramo de confecção já trabalhou?
9. Já fez cursos na área da confecção?
 - 9.1. Quantidade de cursos que fez na área:
 - 9.2. Que cursos fez na área?
 - 9.3. Se fez cursos, estes cursos foram organizados por que órgão?
10. Já trabalhou na Primeira Cheina?
 - 10.1. Se sim, há quanto tempo? E por quanto tempo?
 - 10.3. Lá ingressou com que idade?
 - 10.4. Na Primeira Cheina exercia que função?
11. Modo como seleciona as(os) funcionárias(os) para a facção: () Pela experiência, qualificação e conhecimentos na área () Pela confiança (pessoa recomendada por conhecidos) () Outro modo:
12. Sua facção contrata o trabalha de outra facção?
13. Quantas(os) funcionárias(os) têm sua facção?
14. Que tipo de produto ou produtos sua facção mais costura (produz) hoje:
15. Em que época do ano(mês) sua facção produz mais?
16. Tempo de existência da facção:
17. Idade média das(os) trabalhadoras(es) da facção:
18. Sua facção fechou as portas durante a época da abertura econômica (era Collor - início dos anos 90)?
 - 18.1. Se sim, por quanto tempo?
19. Sua facção exporta seus produtos?
20. Garante às(aos) funcionárias(os) os direitos trabalhistas básicos (férias, 13º salário, registro em carteira).
21. Sua empresa responde por ações trabalhistas na justiça?
 - 21.1. Se sim, por quê?
22. Rotatividade dos funcionários(as). Cada funcionário trabalha na facção em média quantos meses ou anos?
23. O que o(a) motivou a abrir a facção em Cianorte?
24. Quantas máquinas de costura possui (em geral)?
 - 24.1. Como está o estado dos equipamentos:

25. A(o) proprietária(o) é associada(o) ao sindicato da categoria?
- 25.1. Justifique:
- 25.2. A(o) proprietária(o) participa do sindicato da categoria?
- 25.3. Justifique:
26. As(os) funcionárias(os) são qualificadas(os)? Fazem curso na área da confecção? A facção oferece esses cursos às(aos) funcionárias(os)?
27. Qual é o nível de escolaridade das(os) funcionárias(os) - (em geral)?
28. Sua facção participa da EXPOVEST? E você?
29. Qual é a estratégia de venda dos seus produtos?
30. Nível de renda das(os) funcionárias(os)? () É inferior ao piso da categoria
() É igual ao piso da categoria () É superior ao piso da categoria Outro:
31. Em geral, as(os) funcionárias(os) de sua facção vieram do mercado: () Formal (com carteira registrada) () Informal (sem carteira registrada) () estavam desempregadas(os)
32. A facção possui muitas(os) funcionárias(os) que vieram da zona rural?
33. As máquinas de demais equipamentos são: () Pertencentes à(o) proprietária(o)
() São alugadas(os) () Outros:
34. Modo de pagamento das(os) funcionárias(os):
35. Possui relação de parentesco com alguma(m) funcionária(o)?
36. Há divisão dos lucros com as(os) funcionárias(os)?
37. Proprietária(o) já havia, antes de abrir a empresa, trabalhado como funcionário de outra empresa do ramo de confecções?
38. Número de mulheres que trabalham na facção?
- 38.1. Em geral são: () solteiras () casadas () divorciadas
- 38.2. Quantas mulheres da facção são chefes de família (responsáveis pelo sustento da casa)?
39. Quantas peças são produzidas por pessoa diariamente hoje? (aproximadamente)
40. Principais barreiras enfrentadas pela(o) proprietária(o) hoje na facção:
41. Quantos homens trabalham na facção como costureiros?
- 41.1. Os homens, geralmente, exercem que funções dentro da facção, além da costura de roupas?
42. Descreva as modificações tecnológicas introduzidas ao longo dos anos pela facção:
43. A facção oferece treinamento às(aos) funcionárias(os)?
- 43.1. Como este treinamento é feito?
44. A facção paga horas-extras às(aos) funcionárias(os)? Ou trabalha com o Banco de Horas?
45. Maneira utilizada pelas lojas, pelas empresas ou por outras facções, para contratar os serviços de sua facção:
46. Sua facção costura para que empresas ou facções maiores? Essas facções e empresas são do estado do Paraná?
- 46.1. Sua facção costura para autônomos?
47. Como suas(eus) funcionárias(os) se auto-classificam? () costureira(o) "A"
() costureira(o) "B" () costureira(o) "C" () Outro. Comente:
48. Quantas(os) funcionárias(os) estavam desempregadas(os) na época em que ingressaram na sua facção?
49. Quantas(os) funcionárias(os) exercem concomitantemente outras funções remuneradas, além do trabalho de costura na facção?
50. Média de horas (tempo de trabalho) das(os) costureiras(os) na facção:

51. Quantas(os) trabalhadoras(os) da facção foram, no passado, funcionárias(os) da 'Primeira Cheina' (empresa que surgiu na segunda metade da década de 70):
52. A facção é responsável pela matéria-prima?
53. Além da costura, que outro trabalho sua facção oferece?
54. Modo de pagamento das funcionárias(os): () mensal () semanal () diário
() Outros
- 55.1. Há divisão de lucros com as(os) funcionárias(os)?
56. Nível de satisfação e de perspectivas das(os) costureiras(os) da facção em relação ao trabalho:
57. Facção funciona: () Na própria casa da proprietária(o) () Em espaço alugado
() Em espaço não alugado, porém fora da casa da proprietária(o) () Outro.
58. Quantas peças são costuradas por pessoa diariamente? (aproximadamente)
59. Funcionárias(os) prefeririam trabalhar numa empresa do ramo, mas com a carteira assinada?
60. Registrou suas(eus) funcionárias(os)?
- 60.1 Se não, por que não registrou suas(eus) funcionárias(os)?
61. Principais benefícios proporcionados pela facção às(aos) suas(eus) funcionárias(os):
62. Proprietária(o) enxerga a facção: () Como transitória () Como permanente
() Outra: _____
63. Já pensou em transformar sua facção em uma cooperativa?
- 63.1. Por quê?
64. Que outra questão, sugestão ou comentário você quer incluir sobre a facção?